



REFLEXÕES




PERIFÉRICAS

PROPOSTAS EM MOVIMENTO PARA
A REINVENÇÃO DAS QUEBRADAS



ORG. TIARAJU PABLO D'ANDREA



FUNDAÇÃO
ROSA
LUXEMBURGO
BRASIL E PARAGUAI

D'ANDREA
EDITORA



CEP
CENTRO DE
ESTUDOS
PERIFÉRICOS

AUTORES

ADRIANA DANTAS | AMANDA JESUS | ANA PAULA QUIRINO
ANDERSON KAZUO NAKANO | ANTÔNIO CARLOS MALACHIAS
ARISLENI SANTOS | BÁRBARA LIMA | BRENDA DA SILVA
CAROLINA FREITAS | CLEBERSON PEREIRA | DENISE BERGAMO
EGEU GOMEZ ESTEVES | FELIPE DUARTE | HARIKA MAIA
JÉSSICA VIANNA | JHONATAN SOUTO | MARCELLO DE JESUS
MARINA OLIVEIRA | MATHEUS OLIVEIRA | NATALY RAMOS
RENATO ALMEIDA | SANDRO OLIVEIRA | SILVIA LOPES RAIMUNDO
SHEYLA MELO | SHISLENI OLIVEIRA-MAÇEDO | TAMIRES SOUZA
WASHINGTON LIRA | WEBER LOPES GOES

TIARAJU PABLO D'ANDREA (ORG)



FUNDAÇÃO
ROSA
LUXEMBURGO
BRASIL E PARAGUAI

DANDARA
EDITORA



REFLEXÕES PERIFÉRICAS

PROPOSTAS EM MOVIMENTO PARA
A REINVENÇÃO DAS QUEBRADAS

ORG. TIARAJU PABLO D'ANDREA



D'ANDREA
EDITORA



Ficha Técnica

Direção editorial | Joselicio Junior
Revisão | Eveline da Silva
Projeto gráfico e capa | Estúdio Flicts
Ilustrações internas | Sheyla Melo

Editora Dandara
www.dandaraeditora.com.br

Centro de Estudos Periféricos
www.centrodeestudosperifericos.org

Fundação Rosa Luxemburgo - Brasil e Paraguai
Diretor | Torge Löding
Coordenador de projetos | Jorge Pereira Filho

“Esta publicação foi realizada com o apoio da Fundação Rosa Luxemburgo e fundos do Ministério Federal para a Cooperação Econômica e de Desenvolvimento da Alemanha (BMZ). O conteúdo da publicação é responsabilidade exclusiva do Centro de Estudos Periféricos e autoras/es e não representa necessariamente a posição da FRL”

Esta obra possui a licença Creative Commons de Atribuição + Uso não comercial + Não a obras derivadas (BY-NC-ND)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) **(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Reflexões Periféricas : propostas em movimento para a reinvenção das quebradas / organização Tiaraju Pablo D'Andrea ; ilustração Sheyla Melo. -- São Paulo : Editora Dandara : Centro de Estudos Periféricos, 2021.

ISBN 978-65-88586-08-2

1. Ciências sociais 2. Periferias urbanas 3. Sociologia 4. Urbanismo
I. D'Andrea, Tiaraju Pablo. II. Melo, Sheyla.D' . II. Título

21-83930

CDD-300

Índices para catálogo sistemático:

1. Ciências sociais 300

Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129



Sumário

SÍNTESE DAS PROPOSTAS	08
<hr/>	
INTRODUÇÃO	
Notas sobre uma pesquisa engajada na necessidade de reinvenção das periferias	29
<i>Tiaraju Pablo D'Andrea</i>	
<hr/>	
EIXO CULTURA	
Desafios para a Cultura de Periferia na cidade de São Paulo	45
<i>Renato Souza de Almeida, Marcello Nascimento de Jesus</i>	
EIXO GÊNERO	
Mulheres periféricas: lutas comuns, frentes diversas	67
<i>Nataly Ramos, Sheyla Melo, Shisleni de Oliveira-Macedo</i>	
EIXO HABITAÇÃO	
A permanência do problema habitacional nas cidades brasileiras: proposições para a habitação socialmente necessária	93
<i>Anderson Kazuo Nakano, Carolina Alvim de Oliveira Freitas, Jhonatan Wanderley Andrade Souto</i>	
EIXO PARTICIPAÇÃO POPULAR	
A urgência de organizar as periferias em tempos de crises	117
<i>Tiaraju Pablo D'Andrea, Arisleni Santos, Denise Bergamo, Brenda da Silva, Felipe Duarte</i>	
EIXO TRANSPORTE	
Transporte e mobilidade na periferia de São Paulo: uma condição socioespacial da desigualdade urbana	139
<i>Sandro Barbosa de Oliveira</i>	
EIXO EDUCAÇÃO	
Escola Pública como entrecruzamento de saberes e conhecimento: propostas para valorização da Educação na periferia da cidade de São Paulo	167
<i>Sílvia Lopes Raimundo, Adriana Dantas, Bárbara Souza Lima, Marina Gonçalves de Oliveira</i>	
EIXO INFÂNCIAS	
Infâncias periféricas de ontem, de hoje e de amanhã	191
<i>Washington Douglas Nunes Lira, Harika Maia</i>	
EIXO SAÚDE	
Educação em saúde, bem-viver e universalização do sistema para sujeitos(as) não universais	215
<i>Ana Paula Quirino, Jéssica Vianna</i>	
EIXO TRABALHO	
Um olhar periférico na luta pelo direito ao trabalho	239
<i>Nataly de Oliveira Ramos, Matheus de Carlos Silva Oliveira, Cleberson da Silva Pereira, Egeu Gómez Esteves</i>	
EIXO VIOLÊNCIA, RACISMO E GENOCÍDIO	
Violência, racismo e genocídio na metrópole paulistana: uma discussão necessária em tempos neoliberais	263
<i>Amanda da Silva Jesus, Antonio Carlos Malachias, Tamires Batista de Sousa, Weber Lopes Góes</i>	
<hr/>	
Créditos da pesquisa	286

O Centro de Estudos Periféricos dedica este livro a

Celina de Oliveira

Militante do SUS. Fundadora do Movimento Popular de Saúde da Zona Leste. Articulou movimentos em toda a cidade. Lutou por vacinas e postos de saúde.

Incansável, dedicou sua vida à organização popular e à luta por direitos.

Maria Xavier

Mãe da Geovana, companheira e referência da sua comunidade. Foi liderança popular da Associação dos Moradores do Jardim Helian, onde lutou ao longo de décadas por melhorias na região, sempre com doçura e seu marcante sorriso no rosto.

Tula Pilar

Migrante, a mineira Tula veio para São Paulo trabalhar como empregada doméstica. Foi vendedora de revistas e trabalhou com população de rua. Mãe de Samantha, Pedro Lucas e Dandara, Tula gostava de lapidar palavras e escrever para as estrelas. Idealizou saraus e espaços de arte. Ainda escutamos os ecos de sua voz esparramando poesias...

Marielle Franco

Cria da Maré, mãe, feminista negra, favelada e LGBT. Viveu lutando pelo povo trabalhador do Rio de Janeiro. Assassinada por forças criminosas ligadas ao Estado em razão da sua luta. Desde então, tornou-se referência mundial da resistência popular.

Mestre Soró

Migrante, educador, ativista cultural. Fez da prática sua principal linha de ação, seja na fábrica, seja no território. Lutou para que toda população da zona noroeste e de outras quebradas se banhassem de arte e cultura. Deixou ensinamentos de firmeza permanente.

Rodrigo Reis

Líder comunitário, lutou por saúde, educação, transporte e tudo o que fosse necessário. Organizou seu povo, ensinou pela Zona Leste, caminhou a cidade. Deixou como exemplo sua vida. Semente do poder popular.

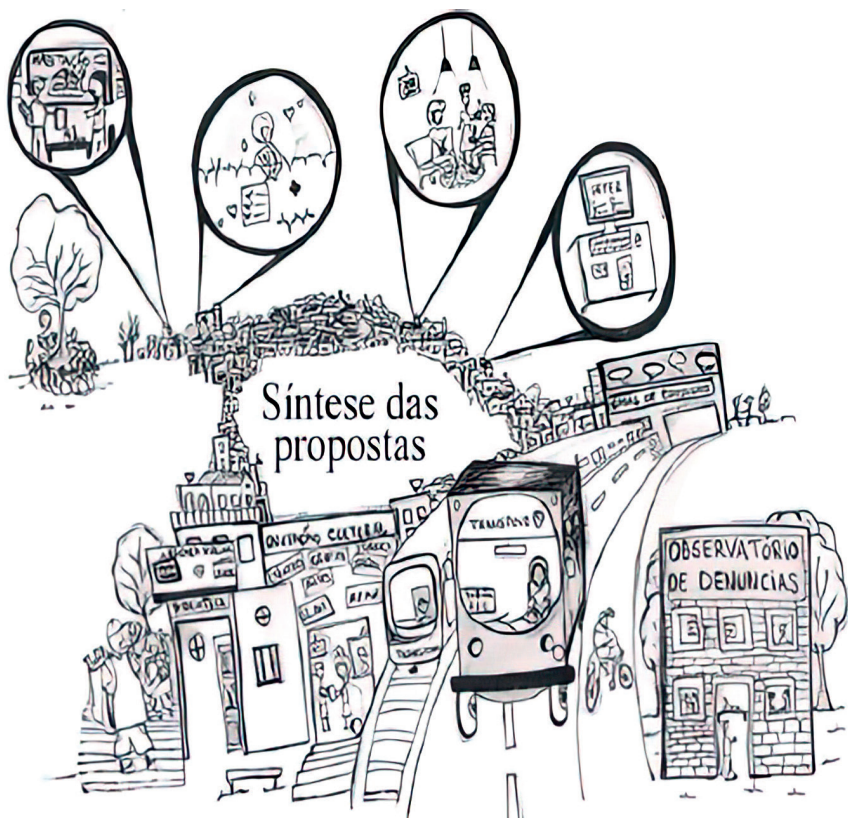
Sidnei Paixão

Cria do Ermelino, sambista, compositor, dançarino, cineasta, militante antirracista, profundo conhecedor da cultura bantu, apaixonado por África. Sempre disposto em ajudar quem mais precisava. Nos ensinou a Paixão pela vida.

Padre Ticão

Foi um santo a caminhar sobre as águas e sobre as ruas de terra. Existe uma Zona Leste antes e outra depois de Padre Ticão. Lutou por asfalto, hospital, moradia, educação e onde mais fosse convocado. Fez da Igreja a casa do povo. Construiu luta e consciência.

e a todas as pessoas que dedicam suas vidas
ao povo das periferias!



EIXO CULTURA

1. LUTAS DOS MOVIMENTOS CULTURAIS

Contribuir para que o movimento encontre um caminho para superar a fragmentação da luta política e volte a ter força de mobilização junto aos coletivos dos territórios e na cidade. Acolher contradições como processo de aprimoramento da cultura.

2. POLÍTICAS CULTURAIS

Retomar a disputa pelo orçamento da cidade voltado para a produção cultural periférica, fazendo acompanhamento da execução das políticas. Em um segundo momento, pensar a criação de um observatório de políticas públicas da cultura, com monitoramento do orçamento e da execução das mesmas.

3. TRABALHO CULTURAL E SOBREVIVÊNCIA

Criar espaços de reflexão sobre autogestão coletiva e os dilemas do mundo do trabalho na área da cultura. Fortalecer as políticas públicas para que possam contribuir de forma mais efetiva com a geração de renda dos ativistas culturais.

4. REDES DE ARTICULAÇÃO LOCAL

Realizar diferentes formas de encontros entre os coletivos culturais e outras instituições que fazem ação cultural nas quebradas, tais como igrejas, escolas, moradia, saúde, estabelecendo diálogos e produzindo disputas de narrativas.

5. PRODUÇÃO ARTÍSTICA

Organizar encontros e mostras culturais independentes para que os artistas e coletivos reflitam sobre quais projetos societários estão presentes em suas produções artísticas.

EIXO GÊNERO

1. COMUNAS DA TERRA

A moradia, o trabalho e a insegurança alimentar, foram temas recorrentes entre as entrevistadas. Propomos, então as Comunas da Terra, que são experiências de assentamento rurais próximos das metrópoles. Espaços menores de terra, que unem produção de alimento agroecológico com cooperativas de beneficiamento dos alimentos. São também lugar de formação, de atividades culturais e organização da luta.

2. GERAÇÃO DE RENDA

A instabilidade financeira é uma grande preocupação para mulheres pobres. Sendo elas as responsáveis pelo cuidado com todas as pessoas, muitas vezes são obrigadas a abrir mão de seus empregos. Nesse ponto, defendemos que programas de distribuição de renda, como o Renda Mínima, uma versão ampliada do Bolsa Família ou permanente do Auxílio Emergencial, podem ajudar as mulheres a investir em sua autonomia e ampliar suas possibilidades.

3. ESPAÇOS DE CONVIVÊNCIA E DE SAÚDE

Propomos a multiplicação de espaços que tenham um olhar integral sobre a saúde das mulheres, compreendam a diversidade de raças e etnias, classes sociais, territórios e idades, e acolham as demandas de saúde, propiciando o conhecimento sobre os próprios corpos, autocuidado e autonomia. Essas experiências seriam estimuladas com a multiplicação de serviços como o CDCM - Centros de Convivência da Mulher, Rodas Terapêuticas, espaços como Hortas Comunitárias, Praças, espaços de produção e fruição cultural.

4. RESOLUÇÃO DE CONFLITOS, DROGAS E SISTEMA PRISIONAL

Ao analisar as propostas para resolução de conflitos e abuso de drogas, apoiamos a criação das Casas de Conselho, que, além do estímulo à participação nas atividades da comunidade, à formação e à participação política, seriam lugares para resolver conflitos em coletivo, sem a necessidade de judicializar as relações e com a possibilidade de se imaginar algum tipo de

reparação, quando possível, ou de retratação que não passe pela vingança, violência e exclusão social.

5. OBSERVATÓRIO DE VIOLÊNCIA DE GÊNERO

Uma proposta que apareceu durante as entrevistas foi a criação de um Observatório da Violência de Gênero nas Periferias. Além de mapear o número de feminicídios e violências contra as mulheres e população LGBTQIA+ e sua distribuição em bairros periféricos, permitiria também a elaboração de novas políticas públicas para garantir uma vida plena para uma parte significativa da população, que continua morrendo.

EIXO HABITAÇÃO

1. REDEFINIÇÃO DAS “NECESSIDADES HABITACIONAIS” PARA ALÉM DO DÉFICIT HABITACIONAL:

Propõe-se colocar a habitação socialmente necessária no centro da discussão sobre a moradia considerando: o conjunto de saberes e práticas populares na história da produção da habitação popular no Brasil; a localização, os modos de morar e de viver, economia nos espaços domésticos; e as melhorias nas condições de mobilidade e de acessibilidade.

2. IMPLEMENTAÇÃO DE ACESSORIA TÉCNICA EM LARGA ESCALA PARA A “AUTOCONSTRUÇÃO” DE MORADIAS PERIFÉRICAS DA CLASSE TRABALHADORA

Inserir apoios e assessorias técnicas nos processos de “autoconstrução” das moradias populares de modo a promover o encontro, a troca e o intercâmbio de saberes e experiências na construção dos “territórios usados” de vida;

3. REGULAÇÃO DO MERCADO DE ALUGUÉIS

Elaboração de programas públicos de aluguel vitalício de baixo custo articulados com mecanismos de regulação dos mercados privados de locação residencial, de modo a garantir a habitação socialmente necessária a quem precisa, sem recair na contradição já apontada sobre a produção em escala da “casa própria” (propriedade privada);

4. AUTOGESTÃO HABITACIONAL

Referenciando-nos no acúmulo histórico dos movimentos sociais que lutam pela moradia, propomos a implementação em larga escala do modelo de autogestão da produção habitacional, baseada na autonomia dos agrupamentos populares organizados;

5. PROVISÃO DE TERRAS URBANAS ADEQUADAS

Implementação de: (i) autogestão habitacional; (ii) ofertas de serviços habitacionais de interesse social baseados em outros regimes de propriedade

habitacional que não a exclusividade da propriedade privada individualizada de imóveis residenciais; (iii) oferta de serviços habitacionais de interesse social articulados com medidas que visem maior equilíbrio ambiental.

6. APLICAÇÃO EFETIVA DOS INSTRUMENTOS URBANÍSTICOS PARA A EFETIVAÇÃO DA FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE

Conselhos participativos deliberativos sobre o aproveitamento de imóveis ociosos, em especial em áreas centrais, para aproveitamento de edifícios vazios, efetivando as disposições legais de Parcelamento, Edificação ou Utilização Compulsórios (PEUC), IPTU Progressivo no Tempo e Desapropriação.

EIXO PARTICIPAÇÃO POPULAR

1. CASAS DE CONSELHOS EM TODOS OS BAIRROS

As Casas de Conselhos teriam a missão de juntar as pessoas e organizar as periferias. Elas possuem quatro premissas: o lado material, o lado educativo, o lado artístico e o lado afetivo. O lado material é cuidar para que não falte comida pra ninguém. O lado educativo fomenta cursos, debates e discussões. O lado artístico ativa sensibilidades e imaginações. O lado afetivo é o cuidado coletivo.

2. A ORGANIZAÇÃO POPULAR NOS BAIRROS COMO FORMA DE ROMPER O HERMETISMO DA POLÍTICA INSTITUCIONAL

A organização da população em nível local deve ser feita para melhorar as condições de vida na quebrada e organizar a quebrada para incidir na macropolítica. Neste âmbito sugere-se a atuação em rede e em comum de várias quebradas organizadas a partir de sua população local, fazendo sempre a conexão entre os problemas cotidianos com as decisões da macropolítica.

3. A RECONSTRUÇÃO DOS LAÇOS SOCIAIS NAS QUEBRADAS

Combater o individualismo, a competição e tudo aquilo que divide a quebrada, como o capitalismo, o machismo e o racismo. Fomentar a solidariedade, a ajuda, a partilha, o mutirão, o encontro e a sociabilidade.

4. A PRODUÇÃO DO COMUM EM COMUM

Fomentar atividades coletivas para a reprodução da vida: assembleias permanentes para decidir questões da quebrada e pensar o mundo; hortas comunitárias para a produção e distribuição de alimentos; técnicas de cuidado e autocuidado para promoção da saúde, dentre outras.

5. AS SEDES DO PODER DEVEM SE LOCALIZAR ONDE MORAM OS MAIS POBRES

As sedes do poder estão localizadas em áreas nobres e existem para serem expressão das classes sociais que habitam esses bairros. Propomos a mudança

da localização das sedes do poder político como forma de possibilitar a participação popular. Assim sendo, as sedes dos poderes executivos, legislativo e judiciário devem ser transferidas para os bairros populares.

6. POR UMA REFORMA POLÍTICA

Propomos uma profunda reforma política, modificando a maneira como elegemos nossos representantes e como tomamos decisões políticas que afetam a sociedade como um todo. A atual maneira como a representação política e as eleições estão organizadas somente atende aos interesses dos poderosos e contribui para a perpetuação de um pequeno grupo político no poder.

EIXO TRANSPORTES

1. REDUÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO SEM REDUÇÃO DE SALÁRIO

Para amenizar a superlotação do transporte coletivo em horários de picos e criar alternativas de horários para diversas categorias de trabalho a redução da jornada sem redução de salário para 6 horas diárias permitiria criar empregos e horários diferentes de deslocamento. Isso diminuirá a superlotação e o assédio sexual sob as mulheres.

2. TARIFA ZERO E/OU PASSE LIVRE PARA O TRABALHADOR

Quem não circula pela cidade não se apropria da riqueza produzida socialmente e distribuída desigualmente. A adoção da tarifa zero garantiria o transporte como direito social e contribuiria para solucionar o problema do trânsito, exigiria investimentos públicos na ampliação do sistema metroferroviário e sistema de ônibus por meio de políticas públicas que preveem o uso do transporte coletivo sem cobrança direta.

3. REESTATIZAÇÃO DO SISTEMA DE TRANSPORTE COLETIVO DE ÔNIBUS

A longa existência da CMTTC e a curta operação do transporte da EMTU mostraram que é possível o Estado operar o transporte, prover qualidade e ampliar o sistema coletivo de ônibus por toda cidade e metrópole. Reestatizar o sistema de ônibus é urgente para o desenvolvimento urbano e garantia do direito social.

4. NOVAS LINHAS DE ÔNIBUS E LINHAS CIRCULARES NA PERIFERIA

É preciso haver mais linhas e ônibus nas periferias que façam o roteiro bairro-bairro e linhas circulares. A experiência de universidades como a USP e UNICAMP, que tiveram linhas circulares gratuitas, mostra que é possível ampliar essa política para toda a cidade e, principalmente, para as periferias.

5. AMPLIAÇÃO DE LINHAS DE METRÔ E DA CPTM PARA TODA A PERIFERIA

O GOVESP e a PMSP precisam fazer parcerias para investir na ampliação das linhas de Metrô e CPTM para todas as periferias. O sistema metroferroviário é o mais rápido, eficiente e permite maior acessibilidade a diversos pontos da metrópole.

6. POLÍTICA DE EMPREGO E POTENCIALIZAÇÃO DE CENTRALIDADES NA PERIFERIA

É preciso haver políticas dos governos de criar polos de desenvolvimentos nas periferias, tal como a ideia que não vingou do polo Jacu Pêssego na periferia leste. Descentralizar a concentração de empregos e universidades ao distribuir pelo território são alternativas para diminuir os altos deslocamentos. A Unifesp e a USP na periferia leste são exemplos dessa descentralização.

EIXO EDUCAÇÃO

1. DEFESA DO DIREITO À EDUCAÇÃO PÚBLICA, GRATUITA E DE QUALIDADE QUE CONSIDERE AS NECESSIDADES DA PERIFERIA

A cidade é desigual e os recursos públicos são distribuídos de forma a não contemplar essas diferenças, especialmente em relação aos lugares com mais escassez. Por isso, o direito à educação pública na periferia deve ser defendido a partir das especificidades do território, como as diferenças socioeconômicas, étnico-raciais, etc., que aprofundam as diferenças espaciais.

2. INVESTIMENTO TERRITORIALIZADO E CONTÍNUO PARA CRIAÇÃO E MANUTENÇÃO DE ESPAÇOS PEDAGÓGICOS COMO LABORATÓRIOS DE INFORMÁTICA, ARTES E CIÊNCIAS, BIBLIOTECA, BRINQUEDOTECA, QUADRAS E PÁTIOS ETC.

As diferenças espaciais, marcadas por profunda segregação socioespacial e pela desigual distribuição dos equipamentos públicos de uso coletivo, devem ser consideradas para a criação de políticas públicas específicas voltadas para equipar a escola. Esse processo poderá tornar a escola, muitas vezes o único equipamento público do distrito, em espaço central para a população com pouco ou nenhum acesso às ações e projetos em educação, cultura e lazer.

3. VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO E DO(A) DOCENTE COMO TRABALHADOR(A) CONCURSADO(A) COM AUMENTO DO PISO SALARIAL, MELHORIAS DA CONDIÇÃO DE TRABALHO E JORNADA DIGNA

O magistério deve ser valorizado de forma que o educador tenha condições de trabalho e garantias de salários dignos, tempo reservado para estudos, pesquisa e trocas com os outros profissionais da educação. A defesa do direito à luta por melhorias e pela valorização do magistério e da educação deve ser sempre garantida.

4. CONSTRUÇÃO COLETIVA DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO A PARTIR DE DIÁLOGO PERMANENTE COM A COMUNIDADE

A construção coletiva do Projeto Político Pedagógico, realizada com a participação dos profissionais que atuam como funcionários efetivos e terceirizados, professores e gestores, articulados com os pais e os estudantes, bem como com outras pessoas, grupos e coletivos da sociedade civil atuantes, pode constituir-se como importante instrumento pedagógico e político para a superação dos obstáculos impostos pelo Estado e pelos interesses do mercado em contexto neoliberal.

5. DISTRIBUIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DIGITAIS COMO TABLETS E/OU COMPUTADORES COMO MATERIAL DIDÁTICO ENTREGUE PELA ESCOLA PARA CADA ESTUDANTE E CONTINUIDADE DA POLÍTICA PÚBLICA “WIFI LIVRE” EM TODA A PERIFERIA, COMO APOIO AO ENSINO PRESENCIAL

Como a tecnologia abre infinitas possibilidades para os estudantes ampliarem os conhecimentos em uma sociedade cada vez mais digital, possibilitando pesquisar com autonomia, o Estado deve garantir as melhores condições para os estudantes desenvolverem suas atividades discentes. Equipamentos digitais e acesso a internet são fundamentais para que possam usar materiais didáticos em formato digital, pesquisar e acessar espaços virtuais, como bibliotecas, museus etc.

EIXO INFÂNCIAS

1. ESPAÇOS MULTIEDUCACIONAIS POPULARES DE QUALIDADE SOCIAL

Espaços de caráter construtivo e integrativo, voltado não apenas para as crianças, mas também à participação da comunidade do entorno. Polos de formação cidadã e convivência social, incluídos na vida social do bairro, aberto às demandas das famílias, incluindo a oferta de formação em tempo integral, à convivência intergeracional e integrados à rede de proteção e garantia de direito das crianças e dos adolescentes.

2. MORADIA ADEQUADA E SEGURA

Ter um local para morar que não ofereça riscos, que tenha estabilidade de endereço, onde a criança se sinta segura, acolhida, uma referência de lugar que lhe trará conforto e paz é vital para que ela possa se desenvolver plenamente. Um bairro em que ela e seus familiares possam usufruir dos espaços públicos para lazer, cultura e esporte. Essa é a base para se pensar numa moradia adequada para uma criança.

3. FORTALECIMENTO DAS MULHERES

As mulheres da família, quase invariavelmente, são as responsáveis pela criação e sustento das crianças. É fundamental fortalecê-las para que possam se desenvolver enquanto ser humano e oferecer melhores condições de vida para a criança sob sua guarda. Esse fortalecimento passa também pela oferta de condições para que possam interromper uma gravidez indesejada e promoção de campanhas de conscientização e desnaturalização sobre a divisão sexual do trabalho e da vida social.

4. ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA URBANA E OCUPAÇÃO SEGURA DO ESPAÇO PÚBLICO

Para que a criança possa frequentar o espaço multi-educativo, tenha uma casa adequada e segura, a mulher possa ir e vir com seu filho, é preciso enfrentar a questão da violência urbana. É necessária a desmilitarização da

polícia e integração dela a outras políticas públicas, o acompanhamento e assistência psicológica aos profissionais da segurança e o estabelecimento de políticas multisetoriais antirracistas e antixenofóbicas.

5. PASSE LIVRE PARA CRIANÇAS E SEUS RESPONSÁVEIS

O direito à cidade, aos seus serviços, à sua história e à identidade passa pela ocupação e circulação de seus cidadãos. Contudo, o trânsito na cidade é algo custoso para famílias pobres ou numerosas, e mesmo ineficiente, uma vez que as linhas dos bairros são insuficientes e desestimulam qualquer um a sair de casa. Por isso o passe livre deveria ser um direito de todos, especialmente da criança e seu acompanhante, nos âmbitos municipal, intermunicipal e estadual.

6. EFETIVAÇÃO DA REDE DE PROTEÇÃO À INFÂNCIA

Para que a responsabilidade do cuidado e proteção da criança não recaia quase exclusivamente sobre a família, o eixo propõe o fortalecimento e a efetivação da rede de proteção à infância, pensando na criação de um Observatório da Criança com indicadores, políticas, orientações que tratem da defesa dos seus direitos, promoção dos agentes que pertencem à Rede, especialmente o papel do Conselho Tutelar, e, ainda, promover canais seguros de escuta e formação aos pais para o cuidado compartilhado e responsável das crianças.

EIXO SAÚDE

1. EDUCAÇÃO EM SAÚDE: PROCESSO DE VIDA. RESSIGNIFICAR O CONCEITO DE SAÚDE E MORTE

A educação em saúde abarcará os profissionais de saúde e os usuários do SUS. A finalidade é que se compreenda o lugar dos moradores da periferia, a partir dos elementos que estas sujeitas e estes sujeitos trazem, rompendo com um fazer em saúde pragmático.

2. RESPONSABILIZAÇÃO DO ESTADO PARA O AUMENTO DOS EQUIPAMENTOS DE ATENÇÃO BÁSICA

Esta proposta enfatiza a importância da atenção básica para promoção de saúde e que o acesso a estes equipamentos não se configure como um desafio, como está colocado hoje.

3. AGENCIAMENTO DA VIDA E A PROMOÇÃO DE AUTONOMIA DAS MORADORAS E MORADORES DAS PERIFERIAS: AUTOGESTÃO E AUTODETERMINAÇÃO

Propomos que a saúde seja construída e reconstruída permanentemente a partir dos múltiplos olhares das moradoras e moradores das periferias, ressignificando a autonomia nesse processo.

4. UNIVERSALIZAÇÃO DO SUS POR MEIO DE AÇÕES QUE ABRANJAM DE FATO AS NECESSIDADES DE TODOS OS CIDADÃOS

Propomos a conquista e construção da palavra Universalização. É sobre compreender que nossos corpos também são políticos e fazem política constantemente e, dessa forma, sermos respeitados(as) enquanto pessoas que constroem e reconstróem suas humanidades de maneiras únicas, inventivas, plurais e diversas.

5. AMPLIAÇÃO E FORTALECIMENTO DO VÍNCULO ENTRE OS EQUIPAMENTOS DE SAÚDE QUE COMPÕEM O SUS E AS AGÊNCIAS DE PESQUISA

Esta proposta se vincula ao contexto da pandemia causada pela COVID 19. Por meio de maiores investimentos, acreditamos que a produção científica possa produzir soluções para a saúde pública, fundamentalmente por meio da melhoria de seus equipamentos.

EIXO TRABALHO

1. SISTEMA PÚBLICO DE TRABALHO, EMPREGO E RENDA

Criação de um Sistema Público de Trabalho, Emprego e Renda que promova o trabalho como direito fundamental e a ampliação da seguridade social a toda a classe trabalhadora. Também amplie a representação de todos que vivem do trabalho no conselho Deliberativo FAT - CODEFAT, como trabalhadores associados, não sindicalizados.

O SPTER seria o estruturador do MTE, organizado em seis eixos de ação:

2. TRABALHO SUBORDINADO DIGNO

Promoção de políticas protetivas aos trabalhadores/as que desenvolvem suas atividades sob vínculo empregatício privado, ou seja, sob o regime de venda de força de trabalho (com a presença de intermediário trabalhista privado, direto ou terceiro), através de recursos advindos de impostos recolhidos sobre o lucro líquido das empresas.

3. TRABALHO ASSOCIADO

Políticas de apoio aos trabalhadores/as que desenvolvem suas atividades em trabalho sob vínculo associativo, ou seja, por meio da coletivização de sua força de trabalho e aplicação direta (sem intermediário trabalhista, direto ou terceiro) desta aos meios de produção (de propriedade e/ou controle coletivo dos/as trabalhadores/as), com recursos advindos do FAT - Fundo de Amparo ao Trabalhador.

4. TRABALHO FAMILIAR

Políticas de apoio aos trabalhadores/as que desenvolvem suas atividades laborais sob vínculo familiar, ou seja, por meio da aplicação direta (sem a presença de intermediário trabalhista, direto ou terceiro) da força de trabalho do núcleo familiar aos meios de produção (próprios, alugados ou arrendados pela família), com recursos advindos do FAT - Fundo de Amparo ao Trabalhador.

5. TRABALHO AUTÔNOMO

Políticas de apoio aos/às trabalhadores/as que desenvolvem suas atividades de modo direto e individual (sem intermediário trabalhista, direto ou terceiro), especialmente para quem tem mais dificuldades de acesso ao emprego (mulheres, população LGBTQIA+ negras/os), com recursos advindos do FAT. No caso do crédito, o FAT pode disponibilizar recursos para empréstimos via BNDES.

6. TRABALHO REPRODUTIVO

Políticas de apoio aos/às trabalhadores/as dedicados ao trabalho reprodutivo (trabalho de cuidado) direto ou indireto, de modo individual e/ou familiar (sem intermediário trabalhista, direto ou terceiro), nos âmbitos doméstico e/ou comunitário, mantidos com recursos advindos do Imposto de Renda de pessoas físicas e jurídicas.

7. RENDA CIDADÃ

Políticas de segurança econômica para trabalhadores/as desempregados/das de longa duração e desalentados/as (sem vínculo laboral), mantidos com recursos advindos do Imposto de Renda de pessoas físicas e jurídicas.

EIXO VIOLÊNCIA, RACISMO E GENOCÍDIO

1. CRIAÇÃO DE UM FÓRUM PARA MAPEAMENTO E GESTÃO DE EQUIPAMENTOS PÚBLICOS E PRIVADOS INSTALADOS NA PERIFERIA

Existem equipamentos públicos nas periferias mas eles são precários e, logo, não atendem a população da periferia de forma satisfatória. No contexto atual de pandemia, os aparelhos públicos e as políticas sociais se mostraram pouco eficientes, no âmbito da saúde e da educação;

2. AÇÕES DE PROMOÇÃO DE EMPREGO E RENDA

O desemprego é um problema grave e a pandemia evidenciou essa questão. Propomos uma ação na política de emprego e renda, pois as pessoas que não têm acesso a recursos encontram maiores dificuldades de organização e de articulação para exercerem um papel protagonista na denúncia das desigualdades existentes nas periferias;

3. CRIAÇÃO DE UM OBSERVATÓRIO DE DENÚNCIAS

Propomos a criação de um Observatório de Denúncia, como mecanismo para monitorar e denunciar as ações da polícia militar, considerando seu papel na repressão, no extermínio e na efetivação das práticas de racismo no cotidiano da periferia. Neste caso, seria importante construir meios, fortalecer e difundir as práticas de denúncia no que tange às ações dos policiais nas periferias.

4. CRIAÇÃO DE CENTROS PARA FORMAÇÃO POLÍTICA

Propomos a criação de Centros de Formação Política nas periferias, com cursos de formação política sobre os mais variáveis temas para propiciar o melhor entendimento de como se expressam as desigualdades no interior das periferias e na sociedade.

5. CRIAÇÃO DA REDE DE ARTICULAÇÃO PERIFÉRICA

Propomos a criação de uma rede de organizações atuantes nas periferias com a finalidade de trocar experiências e desenvolver ações mais amplas e unitárias que robusteçam as intervenções políticas nas periferias.

Notas sobre uma pesquisa engajada na necessidade de reinvenção das periferias

Tiaraju Pablo D'Andrea¹

Introdução

A pesquisa “Agenda Propositiva das Periferias” foi realizada pelo Centro de Estudos Periféricos com o fundamental apoio da Fundação Rosa Luxemburgo entre os anos de 2019 e 2020. O livro que o leitor tem em mãos é o resultado da pesquisa e só foi possível de ser publicado graças aos esforços das duas instituições e da Dandara Editora, que viabilizou a edição.

Em tempos de neoliberalismo, autoritarismo e pandemia, cabe ressaltar o compromisso do Centro de Estudos Periféricos, da Fundação Rosa Luxemburgo e da Dandara Editora em produzir conhecimento visando a transformação da sociedade.

As periferias estão em constante movimento, seja por influência dos tempos históricos, seja pela ação de suas moradoras e seus moradores. Aliás, periferias são opostas daquela frase desavisada que afirma: “lá não acontece nada...”. Quem é daqui está vendo, observando, sentindo, analisando... São mil situações ocorrendo ao mesmo tempo, camadas de mutações que se

¹ Docente da Unifesp, no Instituto das Cidades/Campus Zona Leste. Coordenador do Centro de Estudos Periféricos e da pesquisa “Agenda Propositiva das Periferias”. Morador da Zona Leste e Músico.

perpassam e se sobrepõem aos processos históricos. Periferias seguem em seus movimentos enquanto buscas por sobrevivências e soluções. Periferias seguem em seus movimentos representados por suas organizações: movimentos populares, movimentos sociais, movimentos culturais. Na mutação enquanto necessidade, periferias se inventam e se reinventam.

Quatro Décadas de Periferia

Nas últimas quatro décadas, a sociedade brasileira passou por distintos contextos políticos e econômicos. No caso de São Paulo, cidade que habitamos e onde desenvolvemos nossa atuação profissional e política, foi possível observar como cada tempo histórico incidu diretamente sobre as periferias da cidade.

Em grandes traços, vimos uma década de 1980 plena de mobilizações políticas ao redor da redemocratização e de melhorias urbanas. Eram mulheres e homens organizados fundamentalmente pelas Comunidades Eclesiais de Base fazendo fervilhar os bairros pauperizados da cidade. Concomitante ao engajamento político, uma crise econômica perpassou toda a década.

Os anos 1990 foram marcados pelo neoliberalismo, quando o desmonte das políticas públicas e os ataques aos direitos trabalhistas resultaram em altos índices de pobreza e violência nesses bairros. Foi um tempo de desesperança e medo, colocando por terra as esperanças da década anterior.

Os 2000 podem ser definidos pela preponderância do *Lulismo*, forma de governo cujas principais expressões foram os programas sociais. O denominado *reformismo fraco* destas gestões resultou, por um lado, em um fortalecimento da defesa dos direitos sociais, incluindo o acesso à universidade. Por outro lado, resultou em frustração, dado que estruturas históricas de desigualdade não se haviam rompido.

A partir de 2013, a decadência da hegemonia lulista ecoa nas periferias. Um projeto conservador se impõe na sociedade. Diversas crises se aprofundam: crise econômica, crise política, crise sanitária e crise social. No momento em que este texto está sendo escrito, o país passa por um dos piores cenários de sua história, com o agravamento sem precedentes da pandemia do Coronavírus ocasionado fundamentalmente pela má gestão das três esferas governamentais. A partir do caos e da desorganização, é tarefa urgente reconstruir as periferias para reconstruir a sociedade em

outras bases. Este livro pretende ser uma contribuição para essa tarefa coletiva de reivenção.

Compreendendo periferia

Cabe ressaltar que neste livro partimos do pressuposto que, contrariamente a outras posições teóricas: periferia existe! Periferia enquanto condição objetiva concreta, com materialidade e localização específica no espaço da cidade. E aqui definimos *periferia* como espaços urbanos cuja principal característica é, fundamentalmente, a soma de *pobreza* e *distância*. Ou seja, internamente são espaços precarizados, com baixo acesso à renda e recursos e presença estatal insuficiente. No entanto, somente características sociais não definem *periferia*. Ela se define também pela distância dos espaços de poder e riqueza na cidade de São Paulo. Tratamos neste caso, por um lado, do *quadrante sudoeste*, região de habitação das elites paulistanas e polo de concentração da riqueza. Por outro lado, opomos periferia ao centro histórico que, ainda que pobre, possui uma abundante oferta de equipamentos e serviços, logo, de oportunidades, fato que o diferencia dos espaços pauperizados localizados a quilômetros desse centro.

No entanto, definir *periferia* não é homogeneizá-la. Pelo contrário, a partir de características comuns, os bairros periféricos se expressam como espaços contraditórios, nos quais camadas de experiências e vivências se acomodam e se conflitam. Teoricamente, não partiremos de pressupostos estanques, como aqueles que afirmam que “periferia é conservadora” ou que “periferia é o local da ausência”. Tampouco nos interessa partirmos de princípios celebrativos, nos quais *periferia* é um espaço empreendedor ou um produto bem aceito no mercado de bens simbólicos. Também não foi o eixo do projeto intelectual e político aqui apresentado a curiosidade que leva diversas pesquisas a se perguntarem “como vivem os pobres?”.

Se olharmos historicamente, podemos observar que, em grandes traços, as periferias mudaram de forma e característica nas últimas décadas. Ainda que insuficiente, o Estado se faz presente. Em larga escala, as ruas de terra foram substituídas pelo asfaltamento e as moradias precárias por casas de alvenaria. Também se nota uma cada vez mais crescente mercantilização da vida. No entanto, duas questões existem e persistem: a distribuição desigual das riquezas entre os diferentes distritos da cidade, seja este montante de origem público ou privado, e inúmeros bolsões de pobreza e precariedade

de distintas ordens. Soma-se a estas persistências o notável aumento da pobreza, da violência e do desemprego nos últimos anos, produto do aprofundamento da crise econômica derivada da reimplantação da agenda neoliberal em nosso país e da pandemia.

Partimos do pressuposto da patente desigualdade social entre espaços urbanos e da cada vez mais observável precarização da vida das trabalhadoras e dos trabalhadores. Assim sendo, a pesquisa que se apresenta neste livro pretende contribuir para a construção uma agenda política formulada pelas periferias e destinadas às periferias.

As origens do Centro de Estudos Periféricos e da pesquisa

Oficialmente o Centro de Estudos Periféricos foi fundado em 03 de maio de 2018. Naquela quinta-feira à noite, 20 pessoas se reuniram no Campus Zona Leste da Unifesp para projetar um centro de pesquisa formado por moradoras e moradores das periferias que estivessem produzindo conhecimento, dentro ou fora da universidade. Um centro de pesquisa que levasse em conta suas histórias, suas formas de ser, suas maneiras de ver e enxergar o mundo a partir da periferia.

O CEP nasce dentro da universidade a partir do momento em que uma universidade federal passa a existir na zona leste de São Paulo, com muitas décadas de atraso. No entanto, ele é fruto de toda uma movimentação que há tempos já existia nas quebradas, representada pelas formações políticas dos movimentos sociais, pelas rodas de conversa dos coletivos culturais, pelas discussões de pensadoras e pensadores dos becos, das vielas, das ruas de terra e das paredes sem reboco.

Em seu primeiro ano o CEP se dedicou a estudar. Foram realizados debates internos sobre livros clássicos que tratavam sobre a formação das periferias e foram apresentadas as pesquisas em andamento das participantes do coletivo. Também foram organizadas atividades abertas à sociedade, como os Cafés Periféricos, nos quais se debateram temáticas relevantes com intelectuais e militantes, e as Tardes na Leste, espaço dedicado a atividades artísticas.

No final de 2018, o coletivo decidiu que a partir de 2019 faria uma pesquisa coletiva. Poucos dias depois, o CEP recebeu um convite da Fundação Rosa Luxemburgo. Éramos surpreendidos pela história e, antes do imaginado,

aquele coletivo recém-criado se deparou com o desafio de intervir na sociedade por meio da produção sistematizada de conhecimento. Naquele momento, havia três possibilidades de temas de pesquisa. Após vários debates, coletivamente o CEP decidiu que o melhor a fazer no momento era uma pesquisa que propusesse melhorias nas condições de vida da população moradora das periferias. Assim nascia a pesquisa “Agenda Propositiva das Periferias”.

A montagem da equipe

O primeiro passo da metodologia foi a construção dos eixos. Cada eixo expressaria um tema fundamental que deveria ser abordado na pesquisa “Agenda Propositiva das Periferias”. São eles: Cultura, Gênero, Habitação, Participação Popular, Transporte, Educação, Infâncias, Saúde, Trabalho e Violência, Racismo e Genocídio.

Definidos os temas, o segundo passo foi montar as equipes para cada um dos eixos. O coletivo já existente do CEP se dividiu nos temas por afinidades. Cada eixo teve dois pesquisadores responsáveis (professores e/ou pós-graduados) e agregou estudantes da Unifesp. O intuito foi o de iniciar estes estudantes na pesquisa científica e inseri-los em um coletivo de pesquisadores. Esses estudantes foram agregados por meio de chamadas e processos seletivos dentro da comunidade Unifesp.

No total, 33 pessoas participaram de pesquisa, sendo 4 professores da Unifesp; 16 pesquisadores de diversas instituições (4 com pós-graduação na Unifesp), e; 13 estudantes de graduação (12 da Unifesp e 1 de outra instituição). No total, participaram da pesquisa 20 unifespianos e 13 pesquisadores convidados de outras instituições e que também compõem o CEP. Cabe lembrar que a pesquisa também teve como desdobramento 5 iniciações científicas e 1 projeto de extensão que contemplou 2 bolsistas. Vale ressaltar também que 4 campi da Unifesp estiveram representados na pesquisa: Zona Leste, Guarulhos, Osasco e Baixada Santista.

Do ponto de vista étnico-racial e de gênero, o coletivo de pesquisa se compôs da seguinte maneira: 9 mulheres negras, 8 homens negros, 8 mulheres brancas e 8 homens brancos. A paridade alcançada se embasava em um critério básico e comum: para participar da pesquisa era necessário ser moradora ou morador de alguma quebrada. Desse modo, as experiências

de várias quebradas se entrelaçaram: Capão Redondo, Guaianases, Pirituba, Itaim Paulista, Jacanã, Bairro dos Pimentas, Jardim Ângela, São Mateus, Grajaú, Cohab II, Rio Pequeno, Jardim Brasil, Ermelino Matarazzo, São Mateus, Barueri, Jardim Helian, Cidade Tiradentes... O CEP propiciava o encontro de trajetórias periféricas que se uniam na desafiante missão de produzir conhecimento de qualidade na universidade e com o intuito de melhorar as condições nos próprios territórios. Todas as pessoas que compuseram o coletivo da pesquisa tiveram experiências basilares de pobreza e precariedade; de falta de acesso a serviços básicos e repressão policial; de exploração no mundo do trabalho e de racismo. Se conhecendo e se reconhecendo, o grupo firmou princípios políticos, éticos e epistemológicos. O time estava formado. Periferia ousaria produzir ciência...

A metodologia de pesquisa

A metodologia de pesquisa foi construída de maneira participativa entre os integrantes do coletivo, tendo sempre como foco o objetivo principal: a elaboração de propostas que auxiliem na melhoria das condições de vida de moradoras e moradores das periferias. A pesquisa também teve alguns objetivos secundários: denunciar a precariedade dos espaços periféricos; pautar a discussão pública sobre distintos temas; auxiliar os movimentos sociais em suas lutas; divulgar e realizar formações sobre os resultados; aproximar a sociedade da universidade; formar pesquisadoras atuantes, dentre outros. Para alcançar o objetivo principal e os objetivos secundários, a pesquisa teve três etapas:

ETAPA I

Leitura de bibliografia

Neste primeiro momento, cada eixo escolheu um marco teórico que o guiasse e teve a liberdade de escolher autores, escolas intelectuais e livros. A bibliografia selecionada foi lida e debatida em grupos de estudo em cada um dos eixos como forma de construir uma problemática a ser aprofundada durante a pesquisa. Essa bibliografia também auxiliou na construção das proposições.

ETAPA 2

Entrevistas com agentes sociais

Nesta fase, cada um dos eixos empreendeu uma *escuta qualificada* a distintos agentes presentes nas periferias. A escuta foi realizada por meio de distintas técnicas de pesquisa, como entrevistas abertas, grupos focais e entrevistas *on line* com o advento da pandemia.

Os agentes sociais entrevistados pela pesquisa foram de três tipos:

a) Movimentos sociais, coletivos, associações e comunidades organizadas;

Este primeiro grupo de agentes foi representado por pessoas ou comunidades de pessoas organizadas de alguma maneira. Desse modo, a pesquisa escutou membros de movimentos sociais, coletivos culturais, igrejas, associações de moradores, organizações não governamentais, redes, dentre outras formas associativas.

b) Moradores não organizados;

Este grupo de agentes foi representado por moradoras e moradores não organizados. Desse modo, a pesquisa escutou o vizinho, o familiar, a dona de casa, o desempregado, a cidadã e o cidadão que vive os percalços das quebradas em seu dia a dia.

c) Especialistas;

Este grupo de agentes foi formado por pessoas que se aprofundaram em um determinado debate ou questão. Este aprofundamento pode ter se dado por uma militância em determinada pauta ou por meio de estudo.

No total, mais de 300 pessoas foram entrevistadas pelos dez eixos da pesquisa, fornecendo bom indicadores quantitativos e qualitativos e auxiliando pesquisadoras e pesquisadores a compreenderem melhor os problemas e deficiências dos espaços periféricos, bem como os anseios e desejos da população.

A partir dessa *escuta qualificada*, entrevistadas e entrevistados tornaram-se *sujeitas e sujeitos* da pesquisa, expondo suas ideias, parâmetros, vivências, critérios e soluções que foram incorporadas nas proposições finais. Esta pesquisa teve como princípio e pressuposto de que a moradora e o morador da periferia não são meros informantes de quem se extraem saberes para

realizar a grande formulação em tempos do conhecimento localizados bem distantes da quebrada. Nesta pesquisa, a pesquisadora e o pesquisador são moradores das quebradas que constroem conhecimento em roda, em diálogo e em partilha com outras moradoras e moradores das quebradas.

ETAPA 3

Elaboração das propostas

A partir dos dados levantados e da *escuta qualificada* e atenta a diversos agentes presentes nas periferias, pesquisadoras e pesquisadores elaboraram uma *agenda propositiva* em cada um dos eixos, ou como poderiam ser sanados os problemas visualizados pela pesquisa.

Quando da elaboração das propostas de cada um dos eixos, pesquisadoras e pesquisadores se posicionaram como um filtro somando e sintetizando informações oriundas de quatro bases:

- a) a escuta qualificada às entrevistadas e entrevistados, que forneceram problemáticas e possíveis soluções;
- b) a bibliografia, que apontava e sistematizava quadros teóricos e possíveis incidências práticas;
- c) as trocas de informações entre os distintos eixos, que nas conversas no decorrer da pesquisa partilharam dilemas, avanços, conselhos e sugestões, e;
- d) a experiência da pesquisadora e do pesquisador, que em sua grande maioria já possuía acúmulo sobre a temática desenvolvida pelo eixo.

A metodologia elaborada previamente mostrava um caminho a ser seguido por cada um dos eixos. No entanto, cada eixo percorreu um caminho com autonomia, tendo seus dilemas, percalços e avanços. A partir de cada um dos percursos próprios, os eixos se encontraram ao final da jornada. No total, 56 propostas foram elaboradas², visando incidir na periferia em seu conjunto e tentando dar conta de sua complexidade e heterogeneidade interna.

Alguns achados desta pesquisa já foram previamente apresentados à sociedade. Entre os meses de agosto e outubro de 2020, o CEP organizou um seminário *on line* intitulado *Dilemas das Periferias*. Nesse seminário, cada eixo realizou uma *live* apresentando o percurso da pesquisa, as propostas

² Ver item “Síntese das Propostas”, presente neste livro.

elaboradas e convidando *sujeitas e sujeitos* entrevistados. O material é denso e os debates foram férteis.

No mês de novembro de 2020, o CEP e a Fundação Rosa Luxemburgo disponibilizaram Cards com as propostas. Esses Cards, coloridos e com uma linguagem bastante acessível, circularam amplamente pelas redes sociais³. Cabe lembrar também que mídias periféricas realizaram uma série de reportagens sobre os eixos e as propostas.

Com relação aos espaços onde se desenvolveu a pesquisa, escolhemos *provisoriamente* a definição de *periferia* formulada pelo Movimento Cultural das Periferias, cujo indicador principal é a presença de mais de 20% de domicílios com renda per capita de até meio salário mínimo. Desse modo, os distritos nos quais a pesquisa foi desenvolvida foram: Anhanguera, Brasilândia, Cachoeirinha, Campo Limpo, Cangaíba, Capão Redondo, Cidade Ademar, Cidade Dutra, Cidade Tiradentes, Ermelino Matarazzo, Grajaú, Guaianases, Iguatemi, Itaim Paulista, Itaquera, Jaçanã, Jaraguá, Jardim Helena, Jardim São Luís, José Bonifácio, Lajeado, Marsilac, Parelheiros, Parque do Carmo, Pedreira, Perus, São Mateus, São Miguel, São Rafael, Sapopemba, Tremembé, Vila Curuçá, Vila Jacuí.

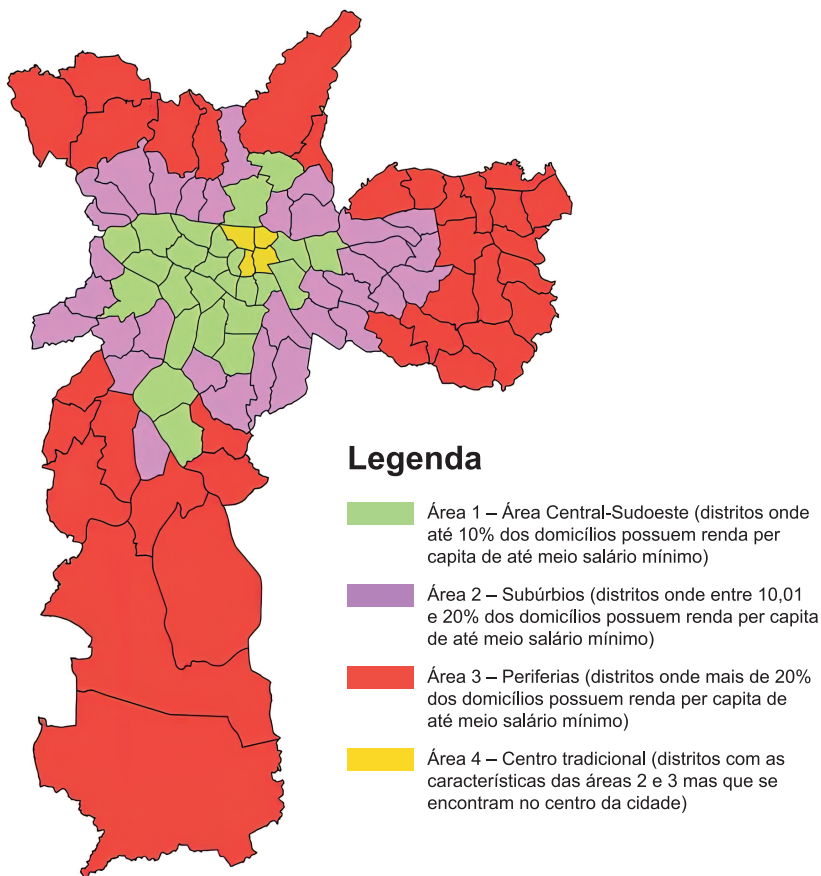
Para melhor compreensão e visualização, apresenta-se na sequência um mapa da cidade de São Paulo. Os distritos marcados com a cor vermelha no mapa são os distritos acima indicados onde a pesquisa se desenvolveu⁴.

Obviamente, existem outros espaços da cidade que são precários e pobres, fundamentalmente nos distritos marcados com a cor lilás. Ainda que não estivessem no escopo da pesquisa, soluções apresentadas para os distritos em cor vermelha servirão também para esses distritos em cor lilás.

Os distritos centrais (em amarelo) não entraram na pesquisa. Segundo conclusão preliminar do CEP, baseado no acúmulo de discussões do MCP,

3 Os Cards se encontram disponíveis no site do Centro de Estudos Periféricos e no site da Fundação Rosa Luxemburgo. Os vídeos do seminário on line Dilemas das Periferias se encontram no YouTube, no site e na página do CEP no Facebook.

4 O mapa apresentado foi elaborado por Aluizio Marino e está baseado na divisão do município de São Paulo realizada pelo Movimento Cultural das Periferias quando das mobilizações pela aprovação da Lei de Fomento à Cultura das Periferias. A conceituação das quatro grandes áreas nas quais está dividido o município e que se apresenta na legenda do mapa foi realizada por Tiaraju D'Andrea. Um argumento aprofundado sobre a referida divisão e conceituação se encontra no artigo do autor intitulado "Contribuições para a definição dos conceitos periferia e sujeitas e sujeitos periféricos", publicado na Revista Novos Estudos Cebrap, número 116, jan-abr, 2020.



esses espaços se configuram como bolsões de pobreza, não sendo suficientes para conformar-se como *periferia*. Para tanto, seria necessário o somatório de *pobreza* e *distância* em um mesmo território.

As condições de pesquisa, o contexto histórico e a pandemia

Realizada no segundo semestre de 2019 e no primeiro semestre de 2020, esta pesquisa foi levada a cabo em um contexto de desmonte das universidades públicas com precarização do trabalho dos docentes e das condições de estudo dos discentes, resultando em uma piora das condições de pesquisa. Os esforços foram enormes. Na contracorrente dos tempos e com tudo

jogando contra, éramos um coletivo que, ao mesmo tempo, montava uma pesquisa (Agenda Propositiva das Periferias); um centro de pesquisa (Centro de Estudos Periféricos) e um campus universitário (Campus Zona Leste/ Instituto das Cidades). Cabe lembrar que todas essas construções eram feitas com escassos recursos, sem os grandes financiamentos de bancos e nem de empresas privadas.

Entrelaçados com os processos de ataques à educação no país, as periferias eram os espaços onde mais se evidenciava uma conjuntura dramática na qual se sobrepujavam crise econômica, crise política, crise sanitária e crise social. O desmonte da sociedade salarial era colocado em marcha juntamente com a destruição de direitos e de políticas públicas acelerada por um governo autoritário. Esse era o Brasil de 2019, quando esta pesquisa começou. Naquele momento, já haviam sido criadas todas as condições de produção de uma tragédia, mas ninguém imaginava o tamanho da catástrofe que estaria por vir.

A pandemia ocasionada pelo Coronavírus ceifou a vida de milhares de brasileiros. O projeto de morte impactou todas e todos e aprofundou a crise societária já existente nas periferias. Prantos, traumas e dor se instalaram nas casas e nos corações. Faltou o ar, faltam pessoas.

A pesquisa “Agenda Propositiva das Periferias”, realizada por habitantes das periferias, seres humanos que sorriem e que choram, que pensam e que sentem, não ficou imune ao processo que nos arrasava. A partir de março de 2020 nos vimos impedidos de sair às ruas, de nos encontrarmos e de encontrarmos nosso povo, seja para dar um abraço, seja para realizar entrevistas. A pandemia nos desestabilizava. Havia questões de ordem prática que se colocavam.

Dado o imponderável da história, o coletivo se reuniu algumas vezes de maneira *on line* para discutir o prosseguimento da pesquisa. Ventilou-se a ideia de parar os trabalhos, mas o compromisso falou mais alto. Tínhamos uma responsabilidade histórica e não poderíamos fugir dela. Decidimos seguir a pesquisa. Ela seria feita de outra forma, com outros métodos, mas seguiríamos firmes com o objetivo de apresentar resultados e propostas de soluções. Somos um coletivo de periféricas e periféricos na universidade à serviço de nossa gente, e assim deve ser.

O coletivo decidiu tratar a pandemia como um artifício metodológico, uma vez que ela explicitava as desigualdades e os abismos de nossa sociedade. O que estava oculto se revelava de maneira evidente. Já não havia espaço para

a maquiagem ou cinismo.

A pesquisa não parou. Em paralelo, o CEP ainda formulou um documento com 23 medidas urgentes que deveriam ser tomadas nas quebradas para evitar a mortandade⁵. Quando não houve má vontade, houve incompetência de governos e “gestores” no combate ao coronavírus. Ficou uma certeza: a quebrada produz várias soluções. Se tivéssemos em mãos os vultosos recursos capturados por empresas privadas e pelo Estado teríamos feito algo bem melhor.

Os artigos e as propostas

Os artigos e as propostas presentes neste livro são frutos de um esforço coletivo que tenta abarcar vários aspectos da complexidade das periferias. No processo de realização da pesquisa e de formulação das propostas, alguns dilemas perpassaram as pesquisadoras e os pesquisadores. Seguem na sequência alguns desses dilemas e algumas ênfases que perpassaram a maioria dos eixos.

A relação com o Estado

Este dilema, histórico para movimentos e partidos políticos, percorreu todos os momentos da pesquisa: afinal, as propostas a serem elaboradas seriam de caráter reivindicativo ao Estado? Ou seja, partiríamos da suposta ausência desse ente para cobrar que suas obrigações fossem cumpridas? A escolha teria dois desdobramentos: reperia a centralidade do Estado (da qual gostaríamos de fugir) e poderíamos fazer uma repetição ou compilado do que uma série de movimentos sociais e população organizada já havia feito.

Por outro lado, negar o Estado e propor soluções autonomistas seria deixar para as elites o órgão centralizador dos recursos da sociedade. Como então superar esse dilema?

A resposta provisória que encontramos, a partir de uma série de experiências que nos antecederam, é a de adotar a política de um pé dentro e um pé fora. Ou seja, estimular que a população das periferias se articule fora do Estado, mantendo autonomia organizativa e territorial, mas a partir dessas experiências disputar

⁵ No dia 31/03/2020 o CEP publicou o documento “23 medidas urgentes para a contenção do Covid-19 nas periferias”. O documento teve longo alcance, sendo publicizado por mídias das periferias. Baseados nesse documento, vereadores protocolaram explicações juntamente ao prefeito da cidade à época. Cabe lembrar também que a partir de articulações entre o CEP e coletivos culturais foi fundada a Frente Popular pela Vida, movimento criado para auxiliar no combate à pandemia na zona leste de São Paulo.

o Estado e radicalizar, por dentro, a distribuição dos recursos produzidos pela sociedade e concentrados pelo Estado.

Factibilidade das propostas: Reforma ou Revolução?

Outro dilema que permeou a pesquisa se relacionou com o grau de factibilidade das propostas. Afinal, o que se pretendia? Propostas radicais e revolucionárias, mas com pouca aderência ao tempo histórico em que estamos imersos ou, por outro lado, propostas factíveis, porém tímidas?

Optou-se então por um nível de propostas que podemos denominar *radicais para nosso tempo histórico*. Algumas delas demandam o Estado, outras a organização popular. Todas apontam para melhoria das condições de vida por meio de transformações estruturais.

Classe, gênero, raça e território

Como premissa, todos os eixos foram incitados, em suas respectivas pesquisas, a empreenderem um olhar atento a quatro formas de opressões: classe, gênero, raça e território, e a pensar como essas opressões incidem nas periferias. Desse modo, essas quatro questões surgiram nos debates e nas propostas de cada um dos eixos da pesquisa.

Pensar o Comum

De acordo com o desenrolar da pesquisa, fomos percebendo que alguns temas surgiam de maneira concomitante na elaboração empreendida por diversos eixos. Talvez o principal deles seja a necessidade de pensar a produção da vida em Comum, incitando nossa imaginação a pensar para além dos limites da propriedade, cânone da sociabilidade capitalista.

A sobrevivência

Essa necessidade de pensar o Comum não é mera pressuposição ideológica nem aderência irrefletida a uma ideia da moda. Vivemos momentos de destruição de pressupostos e das poucas estruturas que garantiam direitos para a classe trabalhadora. A crise da sociedade se expressa de maneira mais intensa nas periferias. As periferias mostram a verdade que o centro esconde. Desse modo, e paulatinamente, observa-se uma corrosão das relações, processo que se coaduna com o aumento da pobreza e da violência. Pensar a sobrevivência

é uma tarefa urgente. Se as formas de sobrevivência forem produzidas de maneira a superarmos a sociabilidade do capital, tanto melhor.

Da pauta de luta à produção da teoria

Como pressuposto, o CEP não pretende ser mais um centro de pesquisa a, a partir de uma curiosidade não sanada, remexer os gostos, as preferências e as formas de pobreza. Alguns intelectuais oriundos de outra classe social e outro local de moradia se locupletaram em considerações sobre as formas de vida nos espaços periféricos. Por vezes, disseram ser deles formulações oriundas das quebradas. Outras vezes, se colocaram na condição de “porta voz”. Esta pesquisa parte de outro lugar, e por isso quer chegar a outras paisagens. Combatemos a postura intelectual extrativista que se apropria dos conhecimentos das periferias, publica artigos a quilômetros de distância, preocupando-se somente com suas carreiras individuais.

Todas e todos os participantes desta pesquisa são nascidos e criados em periferias urbanas. Somos uma geração que já não necessita de mediadores. Como a nossa experiência de vida já sanou uma certa curiosidade, nossa principal preocupação é a melhoria das condições de vida. Por isso, não perguntamos ao pobre o que ele come ou como toma suas decisões políticas, mas, fundamentalmente, perguntamos o que ele precisa, porque nós também precisamos.

Para nós, a universidade deve estar a serviço do povo. Desse modo, esta pesquisa pretende ter uma incidência prática na realidade das periferias, auxiliando suas moradoras e seus moradores a pensarem futuros. Da pauta de luta, pretendemos fazer teoria, e em uma relação dialética com a prática, incidir em nosso tempo histórico.

Somos uma periferia que já passou da fase do ressentimento. Agora estamos na fase da proposição. Nossos aprendizados vêm de longe: dos quilombos e das fábricas; das associações de moradores e dos ônibus lotados; das greves e das cadeias; das rodas de samba e da música nordestina; dos Clubes de Mães e da Luta Contra a Carestia. Do movimento popular e da classe trabalhadora. O que nos interessa é a necessária reinvenção das quebradas. Para honrar quem nos antecedeu, estamos dispostas a cumprir a tarefa histórica que nos foi legada.

Zona Leste, periferia de São Paulo, julho de 2021



EIXO CULTURA

Desafios para a Cultura de Periferia na cidade de São Paulo

Renato Souza de Almeida¹

Marcello Nascimento de Jesus²

Introdução

É sabido que o conceito de “cultura”, em seu sentido antropológico, refere-se de forma abrangente à toda produção humana, ao conjunto de ações e expressões materiais e imateriais de um determinado grupo ou povo. Deste modo, “cultura” envolveria praticamente todas as outras dimensões abordadas nesta pesquisa, como as que tratam das “relações de gênero”, “violência”, “racismo” etc... Porém, o tema da “cultura” aparece aqui em um sentido mais restrito ao campo das produções artístico-culturais e suas relações com a esfera estatal, com as mobilizações da sociedade civil e com as expressões de identidade comunitária.

¹ Doutorando em Ciências Humanas e Sociais pela UFABC, mestre em Ciências Sociais, especialista em juventude no mundo contemporâneo e pesquisador do CEP – Centro de Estudos Periféricos.

² Especialista em “Cidades, Planejamento Urbano e Participação Popular” pela UNIFESP, Licenciado em Geografia pelo IFSP e pesquisador do CEP – Centro de Estudos Periféricos.

Dentre as várias pautas que envolvem a vida nas periferias dos grandes centros urbanos, o tema da produção cultural vem ganhando especial destaque, sobretudo, nas duas últimas décadas. Neste período histórico, a ação cultural dos artistas e coletivos periféricos tem mobilizado políticas públicas de apoio e incentivo; tem gerado novas possibilidades de emprego e renda para diversos profissionais oriundos dessas regiões em diferentes ramos do setor cultural; tem chamado a atenção da grande mídia e da indústria cultural; bem como tem mobilizado politicamente diversos movimentos e despertado reações de grupos antagônicos na sociedade brasileira. Tudo isso coloca o tema da “cultura periférica” ou “cultura de periferia” como algo de acentuada relevância para se compreender a vida nas cidades e seus dilemas.

Há certo consenso entre muitos pesquisadores da produção cultural periférica de que a chamada “cultura de periferia” tem suas origens no movimento hip-hop, que surge no país nos anos 1980, mas que passou a ter visibilidade, sobretudo, na década seguinte.³ Nos anos 1990, a cidade de São Paulo já tinha praticamente a formação geográfica que tem nos dias atuais, com extensas periferias compostas por bairros populares, onde está concentrada a maior parte da classe trabalhadora. No início do novo milênio, houve uma variedade de expressões culturais produzidas por jovens que viviam nas regiões periféricas da cidade e que passaram a ganhar notoriedade para além do hip-hop. Isso ocorreu na literatura, mas também no teatro, nas artes plásticas, no audiovisual, na cultura popular... Uma intensa produção artística passou a ser produzida e a circular pela cidade, relevando uma ampla diversidade cultural e, ao mesmo tempo, características comuns dos perfis dos artistas e coletivos protagonistas, tais como a origem étnico-social e os aspectos dos seus locais de moradia. Com isso, a palavra “periferia” passou a ter novo sentido cultural (e político) para além da sua dimensão geográfica. Periferia passou ser a afirmação de uma identidade forjada por uma condição histórico-social.

A visibilidade dessa produção cultural periférica foi acompanhada por uma ampliação do acesso às diversas políticas públicas que marcaram os governos do Partido dos Trabalhadores entre 2003 e 2016. Naquele período passaram a existir políticas culturais específicas voltadas para esse tipo de

³ PEÇANHA, 2006; ALMEIDA, 2009; D'ANDREA, 2013; LEITE, 2014.

produção artística, e isso contribuiu para sua expansão. O crescimento da “cultura de periferia” veio imbricado com o desenvolvimento da noção de “cidadania cultural”, ancorada nos chamados “direitos culturais”. Esse processo abriu caminho para o fortalecimento de outras expressões culturais (historicamente excluídas) e que não necessariamente estavam restritas ao campo da “produção artística”, como é o caso das “culturas LGBT”, das “culturas negras”, da “cultura surda” etc.

A pesquisa que referencia este artigo procurou compreender quais são as questões atuais que atravessam o tema da “cultura periférica” e as propostas que se desdobram desta conjuntura de fins da segunda década do milênio. Vale ressaltar que, no atual cenário político em que o país se encontra, o conteúdo das produções artísticas das periferias ocupa papel central no debate ideológico que o pensamento conservador vem travando na esfera federal. A denúncia das desigualdades; o confronto ao genocídio da juventude negra; a valorização das identidades LGBT; a crítica à sociedade patriarcal etc. são conteúdos quase que obrigatórios nas produções culturais periféricas. E essas temáticas são as mais combatidas pela chamada “ofensiva conservadora” que o país está vivenciando. Desse modo, esta pesquisa cumpre um importante papel quando se propõe a interpretar esse cenário e apontar caminhos.

As investigações do eixo “cultura” – da pesquisa “Agenda Propositiva das Periferias” – foi realizada durante o segundo semestre de 2019 e a metodologia utilizada se valeu, sobretudo, das produções acadêmicas que tratam do tema da produção cultural da periferia de São Paulo nas duas últimas décadas e de pesquisas de opinião que abordaram o tema da cultura e lazer nessas regiões da cidade.⁴ Do mesmo modo, fizemos uso de entrevistas com questionário semiestruturado com algumas lideranças do movimento cultural⁵; análise de sites oficiais das três esferas de governo; leitura de

4 Como é possível observar, a pesquisa de campo foi realizada antes do período da pandemia do novo coronavírus. Por isso, o presente artigo não dará conta de abordar os impactos que a pandemia provocou nas produções e articulações culturais. Nas considerações finais apontamos alguns elementos e desafios que essa nova realidade vem desenhando nas periferias, mas trata-se de impressões gerais dos autores e não dos resultados da referida pesquisa. Ademais, a escrita deste artigo ocorre no momento de maior pico da pandemia no país – em março de 2021 – e suas consequências e impactos ainda estão por se sentir.

5 Um dos entrevistados para esta pesquisa foi o nosso grande Mestre Soró, da Comunidade Cultural Quilombaque, de Perus, que veio a falecer um mês após nos conceder a entrevista. Muito das reflexões do presente artigo está inspirado nas palavras e ensinamentos desse guerreiro quilombola, a quem prestamos toda nossa homenagem e reverência. Saravá, Mestre Soró!

materiais produzidos por coletivos e redes de articulação e mobilização que atuam nas periferias; e, por fim, contou com o olhar militante e periférico dos próprios pesquisadores.

Relação entre as políticas culturais e a cultura periférica na cidade

As políticas culturais contribuíram bastante para o desenvolvimento da chamada “cultura periférica” em São Paulo. Obviamente, muito antes de existirem políticas públicas de cultura chegando nas periferias, já havia muita produção cultural acontecendo nesses lugares, seja por meio das expressões da cultura popular que chegaram pelas mãos dos inúmeros migrantes, seja por meio das ressignificações da indústria cultural realizadas por jovens de estilos variados como os punks ou o hip-hop. Porém, à medida em que os artistas e coletivos de periferia passaram a acessar de forma regular recursos de fundos públicos por meio de editais e determinados serviços de formação artística oferecidos por equipamentos culturais, isso possibilitou uma significativa ampliação da produção cultural periférica nas mais diferentes linguagens.

Historicamente, no Brasil, o financiamento das ações culturais acontecia sobretudo por meio da iniciativa privada e sempre estava vinculado a determinados interesses das empresas em busca de ampliar seus lucros. A Lei Rouanet de 1991, uma lei de incentivo fiscal para as empresas, é sintomática dessa mentalidade da cultura ser vista como “um bom negócio”. Essa concepção ainda é bastante forte no país. Mas, nas duas últimas décadas, ela passou a conviver com o fortalecimento da noção de cidadania cultural. A Lei Cultura Viva de 2014 e a valorização e reconhecimento dos Pontos de Cultura que ela garante é expressão desse outro tipo de concepção. A lei foi criada depois de 10 anos de existência do Programa Cultura Viva que fomentou diversos coletivos, comunidades e ações representativas da diversidade cultural do país. O Programa inaugura um caminho de políticas públicas na área da cultura que procura valorizar as ações culturais não mais por seu “produto final” (um espetáculo, um show...), mas principalmente pelo “processo” de criação e produção cultural. A vivência cotidiana e a relação comunitária de uma dada expressão cultural passam a ser consideradas mais importantes

do que os “eventos” que ela venha ou não organizar.

As políticas culturais contribuíram para criar certa ideia de que “cultura” deve ser vista como um “direito”, tal e qual ocorre com o olhar que se tem, por exemplo, para as áreas da saúde e educação no imaginário social. No entanto, a concepção de uma “cidadania cultural” é algo bastante novo na sociedade brasileira e ainda está em processo de afirmação. O Ministério da Cultura – MinC – foi criado no período da redemocratização, em 1985, mas só em 2003, sob a gestão de Gilberto Gil, passou por uma reestruturação com representações regionais e incorporou secretarias. O fortalecimento e manutenção do Ministério da Cultura entre 2003 e 2016 é emblemático desse período em que cultura passa a ser compreendida como um “direito”. A sua extinção no atual governo também é sintomática do seu oposto.⁶

Em São Paulo, em processo paralelo ao que acontecia no governo federal, duas políticas públicas criadas em 2003 produziram um significativo impacto nas produções culturais das periferias da cidade. Uma delas é a rede de Centros de Educação Unificados (CEUs) e a outra é o Programa para a Valorização de Iniciativas Culturais (Programa VAI). Antes dos CEUs, as casas de cultura, criadas na gestão Luiza Erundina (1989-1992), já existiam e apoiavam a ação cultural na periferia. No entanto, após a criação dos CEUs, que chamaram atenção pela quantidade de unidades nos extremos da cidade e pela qualidade de suas instalações, a ação cultural na periferia recebeu um forte impulso. Do mesmo modo, o Programa VAI, criado em 2003, através de um projeto de lei do então vereador Nabil Bonduki, foi importante para fomentar a ação dos coletivos juvenis. Essa política pública da Secretaria Municipal de Cultura – SMC – foi analisada em diversas pesquisas acadêmicas (ALMEIDA, 2009; ABREU, 2010; PEREIRA, 2010; MAIA, 2014) que constatavam que o recurso vindo do Programa era fundamental para fazer com que centenas de coletivos da cidade pudessem realizar suas ações de forma mais estruturada, conquistando respeito e reconhecimento da comunidade onde a intervenção acontecia.

A partir do início da gestão Haddad, em 2013, como forma de dar conta

6 O Ministério da Cultura deixou de existir no primeiro ato do governo Bolsonaro ainda em janeiro de 2019. O antigo MinC se transformou na Secretaria Especial da Cultura a princípio vinculada ao novo Ministério da Cidadania. Atualmente, a Secretaria foi transferida para o Ministério do Turismo. Ao transformar de “ministério” em “secretaria”, a “cultura” perde (ou diminui significativamente) o seu status político e, ao localizá-la na pasta do turismo, o atual governo revela a concepção que vai orientar suas políticas.

da ampliação da demanda por políticas culturais voltadas para as periferias, a Secretaria Municipal de Cultura criou a área de Cidadania Cultural que, na prática, era uma ampliação da pequena equipe que realizava a gestão do Programa VAI até 2012. O Programa passou por uma reformulação na sua lei de criação de 2003 e estabeleceu a modalidade VAI 2, direcionada para ações mais consolidadas na cidade, com histórico de atuação. A modalidade VAI 1 permaneceu direcionada para iniciativas de jovens. Além dessa ampliação do VAI, a área de Cidadania, no mesmo ano, por meio de um convênio com o governo federal, lançou a Rede Municipal de Pontos de Cultura, por meio do Programa Cultura Viva.⁷

Naqueles idos de 2013, ano das grandes jornadas e manifestações de rua no Brasil, o movimento cultural em São Paulo deu um grande salto no que se refere à sua organização política, articulando, inicialmente, o Fórum de Cultura da ZL e, na sequência, o Movimento Cultural das Periferias (MCP), reunindo coletividades de outras regiões da cidade.⁸ A maioria desses grupos teve acesso ao VAI e a outros programas (como o “Vocacional”, que acontecia nos CEUs) e, a partir desse ano, intensificaram a luta por ampliação de políticas culturais voltadas para as periferias. De forma bastante organizada, o movimento participou ativamente do processo da 3ª Conferência Municipal de Cultura, das discussões sobre orçamento público, das audiências que tinham a cultura por pauta etc., pressionando os poderes executivo e legislativo. Dentre as pautas que o MCP apresentava, as principais giravam em torno da criação de uma “lei de fomento à periferia”⁹; da “retomada da gestão das casas de cultura pela SMC”, que se encontravam bastante sucateadas sob o comando das subprefeituras locais; e, da “regularização das

7 Outro programa que passou a existir sob a responsabilidade da área de Cidadania Cultural foi o Programa Agente Comunitário de Cultura. O programa garantia o fornecimento de bolsa para artistas e ativistas culturais da cidade. Foi criado a partir de uma proposta chamada “Bolsa Cultura”, apresentada por coletivos culturais e pesquisadores da USP Leste.

8 Até esse período, há experiências pontuais e locais de articulação de coletivos, como é o caso da “Rede Livre Leste”, “Cultura ZL”, “IMCITA”, “Movimento Cultural dos Guaianás” etc. Do mesmo modo, já havia diálogos entre experiências comuns na cidade, como os coletivos periféricos que acessaram a Lei de Fomento ao Teatro (como era o caso do grupo Dolores Boca Aberta, o Engenho Teatral, a Brava, o Pombas Urbanas e o Buraco do Oráculo) ou de ações que aconteciam em espaços públicos e sofriam assédio das subprefeituras para encerrarem suas atividades (como o Cine Campinho, Cicas, Quilombaque, Sacolão das Artes, Reação Arte e Cultura, Barracão do Alma e outros).

9 Como resultado dessa luta, por meio da Lei 16.496/16, foi instituído o Programa de Fomento à Cultura da Periferia que, ainda no ano de 2016, contou com sua primeira edição.

ocupações culturais de espaços públicos”, desejo (e necessidade) de muitos coletivos que geriam esses espaços.

Ainda sob a gestão Haddad, o movimento hip-hop (que muitos consideravam não ter mais força política, por sua relativa perda de visibilidade com a explosão do funk na cidade) passou a ter um conjunto de políticas públicas que contribuíram para reforçar novamente a cena no município. Por meio de um amplo diálogo com o movimento, a “Semana do hip-hop” (que acontecia desde 2004) se transformou, a partir de 2015, em “Mês do Hip Hop”, se tornando um dos principais eventos culturais da cidade. De modo semelhante, foram implementadas as “Casas de Hip-hop” nas regiões leste e sul.¹⁰ Do mesmo modo, o polêmico funk também contou com políticas específicas nesse período. O estilo, que havia se tornado a expressão artístico-musical preferida da juventude periférica no final da primeira década do milênio¹¹, ainda sofria (e sofre!) bastante preconceito por parte do poder público. Somente a partir de 2013 é que o estilo passou a contar com um palco na Virada Cultural e a receber maior atenção de setores do poder público, para além da repressão policial. Foram realizadas iniciativas do governo municipal para estabelecer diálogos com essa expressão cultural com projetos tais como a “Cadeira elétrica do Funk” ou o “Território Funk”.

Muito do que foi apontado acima em relação às políticas culturais direcionadas para a produção cultural periférica corresponde ao período entre 2013 e 2016. Os dois anos são emblemáticos quando nos reportamos às transformações políticas no Brasil dos últimos tempos. O ano de 2013 ficou conhecido pelas grandes manifestações de rua de uma geração jovem que exigia ampliação de direitos e se defrontava com a institucionalidade estabelecida. E o ano de 2016 é quando acontece um golpe institucional no país e a chamada “era das políticas públicas”, implementada pelo Partido dos Trabalhadores, se enfraquece junto com o partido na cidade e no país. Entre 2016 e 2020 muita coisa se transformou na conjuntura política, econômica e cultural do país. O ajuste fiscal iniciado por Dilma Rousseff em 2015 se acentuou bastante com Temer e com o atual governo Bolsonaro. As políticas

¹⁰ O Plano Municipal de Cultural aponta para a implementação de casas de hip-hop também na região Noroeste e no centro.

¹¹ Uma evidência dessa “preferência juvenil” é o sucesso do canal de funk do Youtube do produtor e empresário KondZilla. O canal é um dos mais acessados no mundo e em 2019 lançou a série Sintonia da Netflix.

de redução dos direitos dos trabalhadores por meio das contrarreformas, a extinção do Ministério da Cultura e a ampliação do conservadorismo apontam para um cenário nada favorável ao avanço da cidadania cultural.

Neste contexto, uma questão que se colocou para a pesquisa foi a necessidade de analisar se as políticas culturais estavam de fato passando por uma redução objetiva (de programas e recursos) ou se ainda não era possível observar uma retração de fato. Como o foco da pesquisa esteve mais direcionado para a realidade da cidade de São Paulo, as considerações estão limitadas ao contexto paulistano. Assim, desde o governo Dória, em 2017, é possível perceber uma redução dos recursos das políticas culturais. A nova gestão iniciou com o anúncio de um congelamento de 47% do orçamento da SMC. Isso provocou diversas manifestações e ao longo daquele ano o recurso foi sendo liberado. Aliás, os protestos do movimento cultural no início da gestão Dória eram sintomáticos do processo de fortalecimento que teve nos anos anteriores.

No entanto, com os passar dos anos, o orçamento foi sendo restabelecido e os editais (que ficaram bastante tumultuados na fase inicial da desastrosa gestão de André Sturm como secretário da cultura) foram retornando à sua normalidade burocrática. As casas de cultura permaneceram com programação regular; o movimento hip-hop manteve suas atividades; o VAI e o Fomento à Periferia lançaram seus editais etc. Então, nada mudou? Ao contrário! A alteração mais visível e estrutural se deu na condução da política. Conectada com o clima autoritário que está presente no país atualmente, a gestão municipal promoveu perseguição a grupos que lideraram protestos, excluindo projetos selecionados por comissões.¹² O movimento hip-hop teve diversas lideranças sendo “cooptadas” pelo governo e a condução da política excluiu a participação e o diálogo com os artistas e grupos, segundo um dos entrevistados da pesquisa.¹³ Houve produções artísticas, como é o caso de uma pintura realizada pelo Todyone (grafiteiro de Guaianases), que foram censuradas pela administração pública por conta de seu conteúdo de crítica ao governo municipal. A Supervisão de Cidadania Cultural foi substituída

¹² Isso se tornou público com o resultado do Programa VAI em seleção realizada em 2017: https://www.redebrasilatual.com.br/cultura/2017/05/secretaria-da-cultura-de-doria-interferiu-no-resultado-do-programa-vai-acusam-julgadores/aqui_fica_sublinhado_mesmo?

¹³ Rapper entrevistado exclusivamente para esta pesquisa no dia 03 de outubro de 2019.

pela Supervisão de Pluralidade Cultural, revelando uma significativa mudança do ponto de vista das concepções teóricas que orientam as políticas. A ideia de uma “pluralidade cultural” pode acabar, por vezes, reforçando o já conhecido mito da “democracia racial”.

Na avaliação geral dos últimos três anos, em relação ao orçamento e aos programas não há cortes estruturais, mas há um processo de “desidratação permanente”, conforme foi anunciado pelos ativistas entrevistados. Em São Paulo, as políticas públicas não têm grandes relações de dependência com o governo federal, mas acredita-se que no período de médio e longo prazo o endurecimento e os cortes tendem a ser mais radicais.

Uma questão que se coloca para os pesquisadores e ativistas da cultura é: qual será o impacto desses cortes e restrições na produção cultural periférica, tendo em vista que o seu desenvolvimento esteve bastante vinculado à execução das políticas públicas? Ou seja, como se dará a produção da arte periférica num contexto pós-políticas públicas do país?

Com a pandemia no novo coronavírus, a SMC tentou manter os editais e criou outros que pudessem contemplar a realização de *lives*. De certa forma, isso contribuiu para que muitos artistas e coletivos conseguissem seguir nos seus trabalhos e pudessem acessar alguma renda para garantir a sobrevivência nestes tempos difíceis. No entanto, os impactos da pandemia em toda a produção cultural da cidade ainda estão para ser observados. A importante lei Aldir Blanc – auxílio emergencial de âmbito federal voltado especificamente para o setor cultural – aprovada a partir de uma intensa pressão de organizações e movimentos culturais e de setores progressistas do poder legislativo, contribuiu para que muitos coletivos e artistas pudessem garantir um mínimo de recurso, mas o seu acesso ainda ficou limitado para aqueles com maiores habilidades no trato com a burocracia. A lei suscitou em diversos movimentos culturais uma antiga reivindicação do “bolsa cultura”, do qual o debate fez gerar o Programa Agente Comunitário de Cultura, como apontado acima. Ou seja, a pandemia fez emergir a necessidade de políticas culturais que pudessem garantir a vida material dos artistas, grupos e produtores culturais.

Produção artística e o trabalho na cultura

Com a visibilidade que muitos artistas e coletivos culturais periféricos alcançaram nos últimos tempos, essa produção artística tem possibilitado que algumas pessoas possam “sobreviver de arte”; ou seja, consigam ganhar o básico do seu sustento por meio da criação artística que realiza ou de atividades de apoio e articulação dessa produção.

O período mais intenso de ampliação das políticas culturais para as periferias da cidade de São Paulo, que, nas análises desta pesquisa, aconteceram sobretudo entre 2013 e 2016, criou certa sensação e expectativa de que era possível vislumbrar viver da criação, produção e/ou fruição artística na cidade. Os diversos programas criados nesse período, as bolsas, a contratação de arte-educadores para os equipamentos culturais nas periferias, a contratação de apresentações artísticas de muitos coletivos no circuito de programação da SMC etc. possibilitaram certa circulação de recursos entre os artistas e coletivos que despertou e aguçou o desejo de se “viver da cultura”. Uma das políticas públicas que não foi criada nesse período, mas avançou consideravelmente, foi o programa Jovem Monitor Cultural¹⁴. Os jovens recebiam uma bolsa e realizavam uma formação por meio de atividades práticas desenvolvidas no interior dos departamentos e serviços da Secretaria de Cultura. Muitos jovens periféricos que experimentaram o programa passaram a vislumbrar essa possibilidade.

As várias unidades do SESC na cidade e outros centros e espaços culturais privados passaram a fazer uso dessa mão-de-obra que se formou nos programas ou no próprio fazer artístico periférico. No entanto, já em 2017, com os atrasos no lançamento dos editais e o contingenciamento de recursos de diversos programas, somado ao desemprego estrutural do país, muitos trabalhadores viram seu sonho de “trampar na cultura” se distanciar. Não poucos artistas e ativistas tiveram que voltar ao mercado de trabalho formal, se aventurar em um “bico” ou se “autoempregar” em algum aplicativo.

Para dar conta dessas condições (e contradições) materiais concretas, alguns coletivos têm se empolgado com a ideia de um “empreendedorismo cultural” ou “periférico”. Fundações empresariais têm financiado encontros

¹⁴ Até 2013 o Programa estava restrito ao Centro Cultural da Juventude (CCJ). Depois, ampliou para todos os equipamentos e departamentos da Secretaria Municipal de Cultura.

com o tema do empreendedorismo na periferia como forma de estimular o surgimento de pequenos negócios que possam “vender a marca periferia”.¹⁵ Livia De Tommasi (2018), analisando as favelas do Rio de Janeiro, aponta que esse estímulo ao empreendedorismo já ocorria desde o governo Lula, mesmo com a economia em franco crescimento. Essa mentalidade teria sido estimulada por meio do acesso ao crédito e de medidas como a criação do MEI – Micro Empreendedor Individual. Em São Paulo, talvez por ter um conjunto mais amplo de políticas culturais direcionadas aos jovens periféricos (Programa VAI, Fomento à Cultura de Periferia, Jovem Monitor Cultural etc.), sobretudo na zona leste, o discurso do empreendedorismo tem ficado mais encorpado nos últimos anos. A pesquisa não deu conta de uma investigação mais aprofundada, mas há sinais de que na zona sul o discurso e prática do “empreendedorismo periférico” já acontece há mais tempo do que nas demais regiões da cidade.

Periferia é território em disputa. (...) nos últimos anos, houve um estímulo cada vez maior às raízes bandeirantes do hipercapitalismo paulistano travestido de empreendedorismo periférico e moldando sujeitos neoliberais. (D’ANDREA, 2020, p. 55).

Na entrevista realizada com os ativistas Dede e o mestre Soró (ambos da Comunidade Cultural Quilombaque)¹⁶, eles comentaram que um conceito que utilizam muito lá pela região de Perus é o da “SeVirologia”. “Se você tem, você faz, se você não tem, você faz do mesmo jeito. Você se vira”. O artista periférico é aquele que “se vira nos 30”. Ou seja, dá um jeito de buscar a sobrevivência de algum modo. Eles rechaçaram qualquer debate teórico em torno do tema do “empreendedorismo”, afirmando que são formas de buscar a sobrevivência que as camadas populares sempre fizeram. A forma como se nomeia consideraram um debate inócuo. De todo modo, mesmo com ou sem o apoio direto das políticas culturais, o trabalho na cultura sempre contou com uma alta dose de precarização. As relações trabalhistas sempre foram frágeis, caracterizadas por uma acentuada “pejetização”, recheada de

¹⁵ Sobre o assunto, sugere-se a seguinte reportagem <https://gife.org.br/projeto-negocios-de-impacto-periferico-fomenta-empendedorismo-na-base/>

¹⁶ Entrevista realizada exclusivamente para esta pesquisa em 02 de outubro de 2018.

“recibos de ajudas de custos” e marcada pela “sobrevivência por projetos”. Aliás, essas características comuns das precárias relações de empregabilidade (encontradas rotineiramente na ação cultural periférica) vêm pautando as contrarreformas do trabalho formal no país.

Na pesquisa sobre as ações empreendedoras de alguns grupos ou ativistas, percebe-se a ausência de uma prática historicamente marcante nas camadas populares que são as cooperativas ou outras formas de buscar caminhos por meio da solidariedade e ação coletivas. Por vezes, os caminhos encontrados do “empreender” têm um peso no indivíduo bastante acentuado que a coletividade acaba não sendo pensada também como uma possibilidade de “saída”. A ação do trabalho focada no indivíduo (independentemente se ele se percebe ou não “patrão” de si) cria uma dificuldade bastante útil para o sistema que é a falta de uma identidade de “classe”. Ao não se perceber como pertencente à “classe trabalhadora” o/a trabalhador/a tem dificuldade de se engajar em lutas mais coletivas.

Neste aspecto, a pesquisa suscitou algumas perguntas que requerem respostas coletivas e maiores investigações e estudos: Em relação à produção cultural periférica, como é desenvolvida a identidade do “trabalhador” da cultura? O “artista” se vê como aquele que tem “um dom natural e excepcional” ou entende o seu processo criativo como uma forma de trabalho que deve receber remuneração, que está envolvido em determinadas relações, que deve acionar direitos etc.? Como voltar a pensar formas coletivas de autogestão que promovam geração de renda para os trabalhadores da cultura?

A pesquisa também suscitou reflexão sobre outro aspecto que diz respeito mais estritamente à produção artística propriamente dita. De um modo geral, é sabido que o conteúdo ético que compõe a maioria das produções de arte periférica gira em torno da denúncia da realidade em que se está inserido, da crítica às desigualdades raciais e de gênero, do combate aos genocídios etc. Porém, uma questão que se desponta, sobretudo neste contexto de maior radicalização da luta de classes no país, é: há algum projeto de sociedade que vem sendo transmitido e anunciado na arte periférica? Há alguma possibilidade desse tipo de arte ser portadora de um projeto mais amplo e radical de transformação societária?

Força e dilemas do movimento cultural

Os movimentos culturais nas periferias da cidade já existiam muito antes da chegada das políticas culturais. Aliás, em grande parte, o que ocorre é que, por causa do movimento organizado pressionando o poder público, é que as políticas públicas vão sendo gestadas. Com a ação cultural isso não foi diferente.

Há registros de que, pelo menos desde o fim da década de 1970, havia movimentos culturais fortemente organizados nas periferias, como é o caso do MPA – Movimento Popular de Arte – de São Miguel Paulista. Ou o movimento Vento Leste, na região da Patriarca e Penha. Do mesmo modo, nas décadas de 1980 e 1990 também era possível encontrar nos bairros populares grupos e bandas organizados em torno do movimento punk ou nas posses de hip-hop.

Com a visibilidade alcançada pelo movimento hip-hop, na década de 1990, e a ampla identificação que este estilo musical causava na maioria dos jovens periféricos daquela geração, a produção cultural das periferias da cidade de São Paulo ganhou um impressionante destaque em todo o país. Na esteira do impacto causado pelo hip-hop, no começo do novo milênio surgiram escritores, poetas e romancistas oriundos das periferias que passaram a ganhar notoriedade pelas suas obras, como é o caso de Sergio Vaz, Allan da Rosa, Ferréz, Sacolinha etc.

A partir de então, a produção cultural das periferias passou a dominar a cena artística e criativa da cidade e, por consequência, chamou a atenção do poder público para a necessidade de investimentos e apoios. O Programa VAI é resultado desse processo, tal qual a criação dos CEUs. E, na medida em que a ação cultural nas periferias ia se ampliando, os coletivos passavam a se organizar para exigir mais políticas públicas e recursos. Ao longo da primeira década do milênio e, sobretudo, na virada para a segunda década, várias experiências de movimentos culturais de bairro surgiram, como ocorreu em Guaianases, Itaquera, Cidade Tiradentes, M'Boi, Campo Limpo, Ermelino Matarazzo, Perus, Vila Medeiros, Cidade Ademar, Pirituba, Parrelheiros... Esse processo, na cidade de São Paulo, alcançou um momento muito especial entre os anos de 2013 e 2017, quando o movimento passou a se organizar em toda a cidade. A elaboração e aprovação da lei que cria

o Programa de Fomento à Cultura de Periferia, em 2016, e o processo de revitalização das Casas de Cultura que passou a ocorrer no mesmo ano são exemplos da força alcançada pelo movimento neste período.

No entanto, dentre os entrevistados para a pesquisa, houve certo consenso de que a partir de 2017 o movimento cultural deu uma enfraquecida e passava por um conjunto de dilemas e fragmentações. A gestão Dória no município e a truculência do secretário André Sturm provocaram uma reação radical do movimento no primeiro semestre daquele ano, mas tão logo houve um recuo. Nas palavras do mestre Soró, “(...) o movimento [cultural] era muito imaturo para fazer um enfrentamento de frente, que a nova conjuntura impôs”. Segundo essa análise de Soró, o movimento cultural ganhou musculatura num período de maior expansão das políticas públicas dos governos petistas municipal e federal. A pressão realizada pelo movimento se dava sobretudo por canais criados pelo próprio poder público, como audiências, conferências, conselhos etc. Na medida em que esses canais foram bloqueados pela nova gestão, o movimento teria ficado perdido quanto à sua estratégia de luta. Porém, há que se considerar que não é só o movimento cultural periférico que se vê “imaturo” para fazer os enfrentamentos necessários neste novo contexto, mas mesmo os históricos movimentos sociais também parecem estar “perdidos” diante do nível de radicalização e autoritarismo que vem ganhando força nos setores mais conservadores da sociedade brasileira.

Por outro lado, do ponto de vista simbólico, o conteúdo da produção artística periférica posiciona o movimento no centro dos conflitos culturais que tomam conta do país atualmente. O debate sobre questões raciais, relações de gênero, diversidade sexual, direitos humanos, a crítica à violência policial, as formas alternativas de pensar a vida para além de qualquer padronização religiosa ou eurocêntrica etc... Tudo isso são conteúdos fundamentais da produção cultural e das bandeiras de luta do movimento periférico. E exatamente esses temas estão na ordem do dia da “ofensiva conservadora”. Ou seja, o movimento de periferia está no centro da “guerra cultural”¹⁷ que se estabelece no Brasil atualmente. No entanto, como todos

17 James Hunter [*Culture wars: the struggle to define America*] cria o termo “guerras culturais” para se referir ao embate entre “progressistas” e “conservadores” sobre temas de diversidade sexual, controle de armas, legalização das drogas e do aborto que ganharam força na década de 1990 nos Estados Unidos.

os demais movimentos de caráter progressista, o movimento cultural está com dificuldades de articulação para romper a fragmentação imposta pelo atual cenário político. Esse incômodo parece ser geral, mas a sua atuação carrega um importante e singular força. Um dos exemplos da contradição desse contexto histórico que estamos vivendo é a eleição, em pleno avanço do conservadorismo, de uma candidatura coletiva do movimento negro para a Câmara Municipal de São Paulo da “Elaine do Quilombo Periférico”. Elaine Mineiro, que “puxou” a chapa coletiva do Quilombo é uma jovem mulher negra, moradora da Cidade Tiradentes, no extremo da zona leste, e uma das principais lideranças do movimento cultural de periferia.

As chamadas “pautas identitárias” ganharam bastante força no interior do movimento cultural de periferia, sobretudo, a partir da segunda década do milênio. Essa parece ser, aliás, uma experiência geracional vivida pelos jovens desse contexto histórico, para além dos artistas e ativistas culturais periféricos. Temas como “representatividade”, “cotas”, “equidade”, “diferenças”, “diversidade”, “violência de gênero” e “ideologia de gênero” são temas comuns evocados a todo momento pelos meios de comunicação, pelos debates políticos, pelas acaloradas conversas em família. Do ponto de vista da luta política dos movimentos sociais, o debate sobre “interseccionalidade” vem ganhando cada vez mais espaço e os entrecruzamentos (intersecções) das opressões de gênero, raça e classe são a todo tempo discutidos e debatidos no interior das organizações. Citando a forma como Kimberlé Crenshaw cria e compreende a noção de interseccionalidade, Carla Akotirene (2019, p. 35) afirma:

“Desde então, o termo demarca o paradigma teórico e metodológico da tradição feminista negra, promovendo intervenções políticas e letramentos jurídicos sobre quais condições estruturais o racismo, sexismo e violências correlatas se sobrepõem, discriminam e criam encargos singulares às mulheres negras (...).”

Por vezes, a emergência dessas questões no debate político desemboca em avaliações de atitudes e posturas pessoais (machistas e racistas) que acabam por esquentar os ânimos e promovendo rupturas nos mais diferentes movimentos sociais. Isso também ocorre com o movimento cultural. Segundo

Rancière (2018), o desentendimento é parte intrínseca da política, e “(...) política é conflito, é não-identitário, é trazer à tona outras perspectivas contra hegemônicas, contra a dominação, olhando o próprio movimento do real, do cotidiano”. Talvez o momento atual dos movimentos (sociais/culturais) esteja na fase de realinhamento para tomada de uma nova consciência ampliada e complexa, na qual raça, gênero e classe sejam fundamentos essenciais para a configuração de uma nova esquerda.

No entanto, vale apontar que para conseguir se organizar é preciso se entender, no sentido de se criar uma cumplicidade entre si, uma coletividade, para se ter uma unidade de classe e de identificação numa mesma luta. Isso porque as opressões de raça, gênero e classe são instrumentos de dominação, pois exploram, segregam e fragmentam os indivíduos. E as periferias são o *locus* onde este sistema desigual se expressa com maior força. Se o conflito é inevitável, a saída para romper com a dominação é coletiva.

Outra questão que amplia o leque de dilemas vividos pelo movimento cultural na atualidade e apareceu bastante nas entrevistas diz respeito à materialidade da vida dos artistas e ativistas culturais. O trabalho, como elemento central para a sobrevivência, é um ponto crucial para a organização da vida daqueles que atuam no movimento. Na medida em que os ativistas e artistas passam a ter que encontrar outra forma de garantir a sobrevivência, fora do trabalho cultural, as articulações do movimento vão se enfraquecendo. Assim, o acesso à renda e a possibilidade de se afirmar como “trabalhador da cultura” é fundamental para possibilitar maior engajamento e fortalecimento da luta do/no movimento.

Há um reconhecimento, de um modo geral, da importância das políticas públicas e do papel do Estado por parte do movimento cultural. Esse mesmo Estado que comete violência contra nosso povo e que gerencia as desigualdades em favor do Capital é visto como algo que é necessário disputar, cobrar e transformar. A pesquisa apontou o reconhecimento da importância das políticas culturais para as periferias que, mesmo com suas limitações, é necessário ampliar o acesso e a fruição dos bens culturais, com garantias em lei e com mecanismos de participação e monitoramento popular. Contrariando, portanto, ideias de que “a” periferia teria se tornado “liberal”, como se ventilou na mídia e em algumas pesquisas nos últimos anos.

Considerações finais e proposições iniciais

Como já foi apontado na introdução deste artigo, a realização da pesquisa de campo se deu no segundo semestre de 2019, antes do período da pandemia do novo coronavírus. Com isso, muitos dos desafios apontados precisam ser atualizados nos próximos anos, na medida em que ficam mais explícitos os impactos e consequências da pandemia para as manifestações culturais periféricas.

O combate ao vírus impôs um conjunto de restrições que alteraram diretamente o fazer cultural nas periferias. Com exceção da realização de alguns bailes funks (duramente criminalizados) que tentaram driblar as medidas de isolamento social, de um modo geral, as ações dos coletivos culturais de periferia respeitaram as medidas restritivas. Desde o carnaval de 2020, as atividades artísticas desses coletivos “migraram” quase que totalmente para o mundo digital, por meio de *lives* e encontros *on line*. A rua, lugar por excelência da produção cultural periférica, esteve praticamente vazia de intervenção artística por mais de um ano. As rodas das manifestações da cultura popular, os saraus e até mesmo as peças de teatro tentaram, por meio da fria relação com a tela do computador, manter viva a força e a beleza que as caracterizam. Muitas mestras e mestres, artistas e ativistas da cultura periférica tiveram suas vidas ceifadas pelo vírus. Diversos coletivos substituíram suas ações culturais pela arrecadação e entrega de cestas básicas para suas comunidades assoladas pela fome e pelo desemprego, além do luto.

Tudo isso, obviamente, vai produzir (e já está produzindo) um efeito pesado na criação artística e cultural das periferias de todo o país. Difícil imaginar o que será a cultura periférica pós-pandemia. Agora, em meio ao pico da segunda onda de contaminação do vírus no país, é impossível fazer quaisquer projeções. Há um desejo dos autores deste artigo de que ocorra uma forte “explosão” de sociabilidade após o fim da pandemia! Que as pessoas tenham muita saudade dos abraços e sonhos coletivos e que tenham consciência de que poderão realizá-los. E que a arte de periferia seja portadora de uma “promessa de felicidade” para o nosso povo, anunciando a construção do Grande Quilombo em todo o país. Mas até que isso aconteça, é necessário cuidar da saúde corporal e mental das nossas comunidades com vacina, comida e esperança.

Uma agenda propositiva de CULTURA para as periferias

A pesquisa “Agenda Propositiva das Periferias” é fruto do trabalho comprometido do CEP – Centro de Estudos Periféricos. Por isso, ela não teve por objetivo realizar tão somente um diagnóstico da realidade social/cultural das periferias, mas procurou apontar caminhos e propostas concretas a partir das análises suscitadas no seu percurso. Desse modo, abaixo estão apresentadas as cinco propostas elaboradas a partir das reflexões do “eixo cultura”, discutidas com as pesquisadoras e pesquisadores do CEP e com lideranças do movimento cultural periférico por meio de *lives* públicas, durante o ano de 2020:

1. Luta dos Movimentos Culturais

A emergência das pautas identitárias, ao mesmo tempo que provocou enfrentamento direto à atual “ofensiva conservadora” no país, expôs uma série de contradições no interior dos movimentos sociais, gerando conflitos ao se constatar práticas machistas, homofóbicas e racistas em sua militância. Esses conflitos são necessários para que as desigualdades sejam combatidas, porém, acabaram por gerar certas fragmentações e desmobilizações na organização cotidiana dos movimentos. Nesse sentido, uma proposta que foi apontada no desenvolvimento da pesquisa é a da necessidade de se contribuir para que os movimentos encontrem um caminho para superar a fragmentação da luta política e voltem a ter força de mobilização junto aos coletivos dos territórios e na cidade. É importante acolher as contradições como aprimoramento dos processos culturais.

2. Políticas Culturais

As políticas culturais no país sofreram duro impacto com a ascensão da extrema direita ao governo federal que, além de reduzir significativamente seus recursos, alterou totalmente a orientação de fortalecimento da cidadania cultural que elas possuíam. Em São Paulo, de um modo geral, as políticas culturais se mantiveram, mas sofreram grande desidratação tanto no volume de seus recursos como nos processos de gestão que as orientam. Desse modo, uma proposta que foi apontada na pesquisa é retomar a disputa pelo orçamento da cidade voltado para a produção cultural periférica, acompa-

nhando a execução das políticas. Uma sugestão que apareceu foi de se pensar a criação de um observatório de políticas públicas da cultura, coordenado pelo movimento cultural, em parceria com outras instituições (como o CEP, por exemplo), com monitoramento do orçamento e sua execução.

3. Trabalho Cultural e Sobrevivência

A ação cultural só pode ser produzida na medida em que a materialidade da vida dos artistas e ativistas culturais esteja minimamente garantida. Porém, sabemos que as falácias neoliberais, que professam o discurso do “empreendedorismo”, querem reforçar a equivocada ideia de que o trabalho é fruto de ação individual e dos méritos pessoais. O trabalho social é sempre coletivo, sendo o principal responsável por produzir toda a riqueza de uma sociedade. Para se contrapor à ideologia neoliberal, é necessário criar espaços de reflexão sobre autogestão coletiva e os dilemas do mundo do trabalho na área da cultura, bem como fortalecer as políticas públicas para que possam contribuir de forma mais efetiva com a geração de renda dos ativistas culturais.

4. Redes de Articulação Local

No processo de articulação local é fundamental fomentar debates dos mais variados assuntos para romper as “bolhas” e abrir novas formas de participação popular, com pautas integradas à comunidade envolvida. Para tal, o encontro “olho no olho” é fundamental. Há um processo de aprendizado e entendimento nesses encontros que nenhuma atividade *on line* substitui. Se reconhecer no outro, com as qualidades e imperfeições, se faz necessário para o aprimoramento da luta. Uma coisa é certa: não dá para agir só pela razão, mas com afeto! Nesse sentido, uma proposta apontada é a de se realizar diferentes formas de encontros entre os coletivos culturais e outras instituições que fazem ação cultural nas quebradas, tais como igrejas, escolas, movimento de moradia, saúde, estabelecendo diálogos e produzindo disputas de narrativas com o pensamento conservador.

5. Produção Artística

A ação prática produz teoria e faz refletir sobre a realidade que nos cerca e sobre a nossa própria condição de existência. Intensificar essas ações po-

tencializa a interação entre as coletividades e a população, trazendo à tona o olhar sobre o território e o pensar/agir a partir dele. E esses processos podem apontar para transformações mais estruturais de todo um sistema desigual que organiza nossa sociedade. Assim, uma proposta que emergiu dos diálogos foi organizar encontros e mostras culturais independentes para que os artistas e coletivos reflitam sobre quais projetos societários estão presentes em suas produções artísticas.

Referências bibliográficas

ABREU, James L. *Cultura e Política: o caso do Programa VAI em São Paulo*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). São Paulo: PUC-SP, 2010.

AKOTIRENE, Carla. *Interseccionalidade* (Feminismos Plurais). São Paulo: Pólen, 2019.

ALMEIDA, Renato S. *Juventude e Participação – novas formas de atuação juvenil na cidade de São Paulo*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). São Paulo: PUC-SP, 2009.

D' ANDREA, Tiaraju Pablo. *A formação dos sujeitos periféricos: cultura e política na periferia de São Paulo*. Tese (Doutorado em Sociologia). São Paulo: USP, 2013.

_____. *40 Ideias de Periferia*. São Paulo: Editora Dandara, 2020.

FÓRUM DE CULTURA DA ZONA LESTE. *Nenhum passo atrás!* São Paulo, 2019.

LEITE, Eleilson. *Mesmo céu, mesmo CEP: produção literária na cidade de São Paulo*. Dissertação (Mestrado em Estudos Culturais). São Paulo: USP, 2014.

JESUS, Marcello N. de. *Produção Cultural Periférica: Percepções e Perspectivas*. TCC (Especialização em Cidades, Planejamento e Participação Popular). São Paulo: UNIFESP, 2020.

MAIA, Harika. *Grupos, redes e manifestações: a emergência dos agrupamentos juvenis nas periferias de São Paulo*. Dissertação (Mestrado em Antropologia). São Paulo: PUC, 2014.

NASCIMENTO, Erica N. *Literatura marginal: os escritores da periferia entram em cena*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). São Paulo: USP, 2006.

OLIVEIRA, Lucas Amaral. *Experiências estéticas em movimento: produção literária nas periferias paulistanas*. Tese (Doutorado em Sociologia). São Paulo: USP, 2018.

PEREIRA, Alexandre B. *A maior zoeira: experiências juvenis na periferia de São Paulo*. Tese (Doutorado em Antropologia). São Paulo: USP, 2010.

RAIMUNDO, Sílvia. *Território, Cultura e Política: Movimento cultural das periferias, Resistência e cidade desejada*. Tese (Doutorado em Geografia). São Paulo: USP, 2017.

RANCIERE, Jacques. *O descentendimento: política e filosofia*. Tradução de Ângela Leite Lopes. São Paulo: Editora 34, 2018 (2ª Edição).

TOMMASI, M. Livia. *Empreendedorismo e ativismo cultural nas periferias brasileiras*. H-ermes. Journal of Communication. 13 (2018), 167-196. Disponível em < <http://siba-ese.unisalento.it> >



EIXO GÊNERO

Mulheres periféricas: lutas comuns, frentes diversas

Nataly Ramos¹

Sheyla Melo²

Shisleni de Oliveira-Macedo³

Quando surgiu a possibilidade de desenvolver essa pesquisa, ficamos responsáveis por ouvir as demandas das mulheres. Saímos para encontrar com as que sabíamos que estavam agitando e organizando as *quebradas* da cidade. Ouvimos também as mulheres que estão distantes tanto de espaços de militância, quanto dos serviços que atendem a população. Foi uma experiência realmente potente!

As mulheres que encontramos, engajadas ou não em movimentos sociais, fazem mais do que podemos relatar neste trabalho. Constroem na prática relações solidárias e de companheirismo, fortalecem outras mulheres e suas

¹ Assistente Social Formada pela PUC-SP e moradora do Jardim Julieta, Zona Norte de São Paulo. Militante feminista antirracista e a anticapitalista.

² Moradora da Zona Leste de São Paulo. Anarquista, feminista, nordestina, poeta e rapper. Formada em pedagogia pela Faculdade Sumaré. Pós-graduada em Jornalismo pela Faculdade Cásper Líbero. Especialista em Educomunicação pelo Cala-boca já morreu LabArt/USP. Atua em coletivos culturais. Correspondente de Guaianases e Cidade Tiradentes pela Agência Mural de Jornalistas das Periferias.

³ Cientista social formada pela PUC-SP, com mestrado pela Universidade Paris 8 e pela USP. Tradutora no Coletivo Sycorax. Moradora do Itaim Paulista, feminista antirracista e anticapitalista.

famílias, compartilham através da luta a esperança de outros futuros possíveis.

Neste texto, tentamos dar conta das ideias surgidas desses encontros, compiladas a partir de entrevistas semiestruturadas e organizadas em temas, que cobrem demandas relacionadas à vida nas periferias de forma ampla. Com isto, nos vinculamos a uma tradição dos movimentos de mulheres periféricas, engajadas em uma multiplicidade de movimentos sociais e pensando a luta de maneira vasta, em prol de toda a comunidade e não de maneira segmentar ou hierarquizada (Correia, 2015).

O movimento de mulheres periféricas já era interseccional antes mesmo de se reconhecer como feminismo. Os Clubes de Mães, ligados às Comunidades Eclesiais de Base e à Teologia da Libertação, foram fundamentais na luta por educação, tanto na implantação de escolas, quanto na instituição das aulas noturnas, para que as pessoas que trabalham, jovens e adultas pudessem terminar os estudos, em particular dos anos 1970 aos 1990. Estas lutas foram essenciais para que as gerações hoje entre 25-40 anos pudessem almejar um dia chegar ao ensino superior e, por exemplo, ter por profissão a produção de trabalhos como os que se leem neste livro.

No Movimento Custo de Vida, nascido nos Clubes de Mães na Zona Sul, as mulheres organizaram uma pesquisa com duas mil famílias, entre 1974 e 1975, foram às ruas para levantar dados sobre a renda de cada família e suas despesas. Este material foi organizado para mostrar a discrepância entre os baixos ganhos da população e o alto custo dos alimentos e pressionar o Estado a congelar os preços dos itens de primeira necessidade (Azevedo; Barletta, 2011; Monteiro, 2017). O Movimento Custo de Vida foi um dos grandes movimentos populares que ajudaram a levar a ditadura civil-militar para o fim (Martinelli, 2019).

Observamos que a participação das mulheres seja mais frequentemente reconhecida nos movimentos por saúde e creche, que teriam ligação mais evidente com a vida doméstica e a maternidade, sem que haja o mesmo reconhecimento em outros segmentos, nos quais sua participação é, em geral, invisibilizada. No entanto, percebemos o quanto as mulheres, em particular as mães, têm se constituído historicamente como importantes sujeitos políticos nas periferias, seja nos Clubes de Mães de décadas anteriores, seja nos movimentos de mães contra o genocídio, atualmente.

Há mais de 30 anos os engajamentos das mulheres nas periferias vêm

entendendo a urgência de lutar em muitas frentes ao mesmo tempo. A prática da batalha cotidiana as fez entender a profunda interrelação entre os múltiplos eixos de opressão e criar grupos que pudessem lidar com o classismo e o racismo do movimento feminista, assim como com o sexismo do movimento negro e da esquerda em geral (González, 2018).

As mulheres são as maiores responsáveis pelo trabalho de reprodução social, que diz respeito ao conjunto de atividades, comportamentos, emoções e responsabilidades necessárias para a manutenção e reprodução da vida. No caso das mulheres pobres, elas são muitas vezes responsáveis por estas funções em suas casas e nas casas onde trabalham. Os trabalhos de cuidado e limpeza, ao serem entendidos como trabalho “improdutivo” e confinados ao ambiente privado, mesmo quando feitos em troca de salário, sofrem com a imensa desvalorização social e econômica. Não é à toa que as empregadas domésticas sejam uma categoria com tantas dificuldades para garantir seus direitos trabalhistas⁴.

A desvalorização do trabalho de reprodução social gera impactos diretos na vida das mulheres, seja na precarização de suas vidas, e na das pessoas sob seus cuidados, seja pela sobrecarga de trabalho ao qual são submetidas. Não apenas por esse motivo, as mulheres nas periferias têm sido a linha de frente de movimentos de luta por serviços públicos de saúde, educação e assistência social.

A apropriação do trabalho de reprodução pelo capitalismo aprofunda a extração de mais valia da classe trabalhadora: “a questão da reprodução [deve ser] compreendida como o complexo de atividades e relações por meio das quais nossa vida e nosso trabalho são reconstituídos diariamente” (Federici, 2019, p. 20). Quando as mulheres trabalham fora de casa, uma parte desse trabalho de reprodução da vida recai normalmente sobre outras mulheres que, no caso das mulheres pobres, é em geral uma avó, irmã, tia, filha ou mesmo uma vizinha. Quando não têm essa rede de apoio, as mulheres

⁴ “Foi (...) na década de 1970 que o trabalho doméstico foi reconhecido como profissão. Originalmente excluído da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) de 1943, foi apenas por meio da Lei 5.859 de 1972 que a atividade passou a ser definida e regulamentada (...). Na década seguinte, com a promulgação da Constituição Federal de 1988, embora pela primeira vez os trabalhadores domésticos garantissem direitos como décimo terceiro, salário mínimo e licença-maternidade, o texto excluía esse grupo profissional dos demais direitos assegurados aos trabalhadores brasileiros, como fundo de garantia, seguro-desemprego e regulamentação da jornada de trabalho” (Macedo, 2015: 314).

podem ficar completamente desamparadas de suporte para o cuidado com as crianças ou acabam reproduzindo a lógica na qual crianças maiores e adolescentes cuidam das menores, inserindo desde cedo as meninas, em sua maioria, na execução das funções de cuidado e manutenção do lar. Nas periferias, um grande número de famílias é de mães solteiras ou separadas e suas crianças. Estas famílias muitas vezes vão viver perto ou junto a uma avó, para ter alguma ajuda no trabalho de cuidado⁵.

Serviços de coletivização desse trabalho, como creches, espaços de atividades para crianças e jovens, escolas com profissionais e estrutura para atender crianças, jovens e adultos com deficiência, com transporte que facilite a ida pra escola e para atividades de contraturno, restaurantes populares que funcionem todos os dias da semana e para as três refeições em todos os bairros, são políticas que ajudariam a diminuir a carga de trabalho das mulheres e redistribuiriam à sociedade o trabalho de manutenção da vida. Esta diminuição possibilitaria que elas pudessem se dedicar à sua própria educação e formação profissional, ao trabalho, às artes, ou à política. Por outro lado, a redução da carga horária de trabalho, a descentralização das vagas de emprego, uma política sólida de redistribuição de renda e uma melhor política de transporte fariam com que elas pudessem ter mais tempo para se dedicar ao trabalho de cuidado, quando e se assim o desejarem.

Metodologia

Neste eixo, a pesquisa se baseou principalmente em pesquisa bibliográfica e entrevistas com mulheres que moram ou trabalham nas periferias de São Paulo. Foram realizadas 21 entrevistas semiestruturadas, individuais ou coletivas, em formato de conversa ou em roda, com um total de 35 mulheres, no segundo semestre de 2019. Essas mulheres foram convidadas de acordo com a sua inserção nos territórios, seja enquanto militantes ou trabalhadoras de serviços que atendem mulheres jovens e adultas. Foram também convidadas moradoras que não estavam inseridas em movimentos sociais, nem tão pouco eram trabalhadoras dos serviços. A intenção era ter um

⁵ Vimos essa realidade se aprofundar durante a pandemia, como uma das facetas do impossível isolamento social das populações precarizadas. Com escolas e creches fechadas, muitas mulheres tiveram que contar integralmente com sua rede de apoio ou pagar uma ajuda de custo a outras mulheres para ter quem cuidasse das crianças enquanto elas trabalhavam e enfrentavam horas de transporte lotado.

espectro relativamente amplo de mulheres ouvidas e construir um extenso entendimento das questões que as preocupam e de possibilidades de ação, nas diferentes regiões periféricas da cidade.

Nas entrevistas individuais era perguntado um pouco da história de vida de cada mulher e a relação dessas histórias com o território, movimento, grupo ou coletivo ao qual pertencia, se fosse o caso. Nesta publicação, optamos por não colocar o nome das mulheres, apenas o de seus grupos, para não individualizar posicionamentos políticos e opiniões, mas, sobretudo com o intuito de proteger a privacidade de nossas interlocutoras no atual contexto ultraconservador.

As mulheres e coletivos entrevistados são majoritariamente da Zona Leste (Itaim Paulista, Guaianases, Lajeado e Cidade Tiradentes), mas também houve participação de mulheres de coletivos e organizações com atuação em outras regiões da cidade de São Paulo. Foram entrevistadas integrantes ou frequentadoras dos seguintes coletivos e organizações: Ação Educativa; Amparar – Associação de familiares e amigos de presos/as; Associação de Bairro Parque Lagoa Rica; Casa Ser Dorinha; CCA – Centro da Criança e do Adolescente; Centros de Defesa e Convivência da Mulher Casa Viviane dos Santos e Helena Vitória; CPDOC – Centro de Pesquisa e Documentação Histórica Guaianás e Região; Coletivo Feminista Juntas na Luta; ITTC – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania; MOVA – Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos; MCP – Movimento Cultural das Periferias, do MST – Movimento de Trabalhadores e Trabalhadoras Sem Terra; Roda Terapêutica das Pretas;

Levantamento Por Temas

Durante as conversas realizadas para a pesquisa, surgiram temas de maneira recorrente, então os organizamos em tópicos, apresentados de maneira resumida neste item.

Violência, Segurança Pública e desencarceramento

Neste tópico, propostas interessantes surgiram, inclusive entre mulheres não ligadas a movimentos sociais, como a ideia de uma ronda feita pelos próprios moradores, para evitar o abuso causado pelos policiais e garantir

a segurança da comunidade. Entre as ativistas e trabalhadoras dos serviços, propostas como a desmilitarização da polícia, fim da letalidade policial e da valoração probatória do depoimento policial se destacaram.

Outro destaque foi o encarceramento em massa, que, segundo algumas entrevistadas, teria objetivo contrário ao de ressocialização da pessoa que infringiu a lei, ou mesmo da reparação do crime, material ou emocionalmente. O encarceramento serviria apenas para o controle social, a punição e a exclusão de uma parcela da sociedade, sendo tal punição estendida às suas famílias. A campanha Fim da Revista Vexatória contém denúncias de violência institucional, psicológica e sexual, principalmente contra as mulheres, que são maioria entre visitantes.⁶

A pesquisa Mulheres Sem Prisão mostra que há um julgamento moral quando a mulher está em conflito com a lei. Há uma dupla punição, na atuação da polícia, no contato com a justiça criminal e na situação de encarceramento.⁷ Além disso, a punição é estendida à família da mulher presa, com restrição de visita íntima de pessoas não casadas, perda da guarda de suas crianças e desrespeito ao Marco Legal da Primeira Infância⁸.

O estudo Maternidade sem Prisão, publicado pelo ITTC (2019), revela um aumento de mulheres encarceradas e inúmeros relatos de violações de direitos, em particular nas dimensões de saúde sexual, reprodutiva e de maternidade. Violência que atinge inclusive as jovens em medida socioeducativa de privação de liberdade, nas unidades da Fundação Casa⁹. Em ambos os casos, as gestantes ou com crianças recém-nascidas não possuem espaços apropriados, tendo que contar com doações para itens básicos como absorventes e fraldas. A dificuldade de acesso a visitas gera a frequente quebra de vínculos com companheiros e familiares, submetendo as mulheres gestantes e em puerpério a situações particularmente precárias, violentas, colocando em risco sua saúde e de suas crianças.

Segundo o relatório do Infopen (2017), os principais motivos de encarceramento feminino no Brasil são tráfico de drogas (59,98%) e roubo (12,90%). Iniciativas como a Agenda Municipal para a Justiça Criminal, do ITTC (2017),

6 Ver: <http://www.fimdarevistavexatoria.org.br/>

7 Ver: <http://mulheresemprisao.org.br/>

8 Ver: ITTC, 2019; e também: <http://itcc.org.br/itcc-explica-marco-legal-primeira-infancia/>.

9 Ver: <http://itcc.org.br/tortura-fundacao-casa/>; e também: <https://ponte.org/meninas-espancadas/>

apontam que o efetivo acesso a direitos básicos como saúde, moradia e emprego teriam o potencial de diminuir crimes, em particular o envolvimento com o tráfico de drogas. A maioria das mulheres presas por tráfico são negras e pobres, moradoras de bairros periféricos, portavam pouca quantidade de drogas, não portavam armas e estavam sozinhas.

A criminalização das drogas não impede seu uso nem comércio, mas moraliza, causando medo e constrangimento às pessoas usuárias, que contam com poucos programas de acolhimento e tratamento. Ademais, há uso de drogas ilícitas em territórios de classe média e alta, no entanto, é apenas em territórios periféricos que se morre por conta da atuação truculenta da polícia. A “guerra às drogas” é, na verdade, uma guerra contra determinados corpos, racialmente marcados, em territórios especificamente delimitados.

Assim, a descriminalização das drogas em conjunto com o investimento no tratamento livre e consciente do uso abusivo, com metodologias de redução de danos, apoio psicológico e socioassistencial, aparecem nas entrevistas. Além disso, aparecem o desenvolvimento de políticas de combate à discriminação a pessoas egressas do sistema prisional e familiares, a revogação de leis ou medidas que as impeçam de exercer seus direitos políticos, prestar concursos públicos, concorrer a determinadas vagas de empregos e exercer profissões autônomas. Propõe-se igualmente que órgãos municipais ofereçam vagas de prestação de serviços como alternativas penais, fora do horário comercial e aos finais de semana e a criação de programas de trabalho para pessoas presas, egressas ou em processo de reabilitação do uso excessivo de drogas.

O investimento em formações para quem trabalha nos serviços públicos sobre as particularidades do atendimento às pessoas submetidas à justiça criminal, pautando a atuação em rede e a não discriminação, juntamente com uma articulação entre a rede socioassistencial e o sistema judiciário. Em particular, ampliação das políticas para mulheres no âmbito municipal para que incluam atendimentos de saúde, socioassistencial, de educação e acesso aos direitos às mulheres em situação de prisão e egressas.

Em relação à violência de gênero, é dever do Estado promover não somente a responsabilização do autor ou autora da violência, mas promover políticas públicas de prevenção e reeducação que assegurem às mulheres uma vida sem violência. Contudo, há cada vez menos políticas públicas de acolhi-

mento institucional de mulheres e pessoas LGBTQIA+ vítimas de violência, políticas de promoção de equidade de gêneros, além de tentativa de coagir e impedir a discussão de gênero e sexualidade nas escolas, diminuindo as possibilidades de um trabalho de prevenção à violência de gênero, como já previsto na legislação. Enfim, é fundamental que o judiciário abandone práticas fundamentadas na moral conservadora

Meio ambiente, espaços públicos, de cultura e de lazer

Espaços públicos conservados, com boa iluminação, que ofereçam atividades esportivas e de lazer, em particular atividades desenvolvidas em grupos, propiciem ambientes seguros, saudáveis e de formação de vínculos, beneficiariam a comunidade como um todo.

Centros de práticas esportivas, que ofereçam alimentação equilibrada e contem com profissionais que acompanhem os diferentes grupos etários com atividades formativas e criativas, poderiam promover a saúde física e mental da comunidade de maneira ampla. Eles evitariam que as pessoas deixassem de praticar qualquer atividade física por falta de lugar adequado, por falta de companhia, por medo de assaltos ou de violência sexual. Some-se a isso a falta de estrutura e de espaços que estimulem a produção artística em diversas linguagens e em particular de manifestações de cultura popular.

Para as interlocutoras, o “fluxo” - os bailes auto-organizados na rua, com música alta e a aglomeração de jovens - são um gerador de conflitos, mas elas entendem, igualmente, que faltam espaços para que jovens possam socializar e se divertir. O fortalecimento de laços dentro da comunidade aparece como um matizador dessas relações de conflito, como agregador e construtor de possibilidades de combate à violência cotidiana. A horta comunitária apareceu como uma possibilidade autônoma para tornar esses espaços mais conviviais.

Trabalho, emprego e geração de renda

A redução da desigualdade econômica de gênero leva à redução da pobreza em geral. As mulheres costumam compartilhar suas rendas com suas famílias e investir em pequenos negócios, promovendo o desenvolvimento da economia local da comunidade.

Sendo as mulheres 92% das beneficiárias do programa Bolsa Família, o

acesso a uma fonte de renda própria abre a possibilidade de despender mais tempo no trabalho reprodutivo, de livrar-se de empregos extremamente precários, tornar-se independente dos maridos e sair de relações violentas, estimulando uma maior autonomia. Ainda que o programa tenda a reforçar papéis sociais de gênero, ele possibilitou que as mulheres acessassem mais amplamente o sistema de saúde, garantido um avanço no controle sobre sua própria vida reprodutiva (Bartholo, 2016).

Nas entrevistas, observamos a necessidade de serviços de coletivização do trabalho de reprodução social, como creches com horários estendidos, nas universidades e grandes polos de empregos; restaurantes populares e lavanderias comunitárias, para aliviar o trabalho das mulheres no ambiente doméstico, e para que deixem de ser responsabilizadas e punidas pela falta ou por problemas no trabalho de reprodução da vida.

O aperfeiçoamento e a reformulação das concessões de programas de geração de renda para mulheres no campo e cidade, o retorno do crédito para mulheres agricultoras, a compra de alimentos sem agrotóxicos pelo Estado, provenientes da agricultura familiar, para o abastecimento dos serviços públicos e a simplificação da abertura de cooperativas são algumas das interessantes propostas levantadas pelas mulheres ouvidas por nós durante a pesquisa.

Educação

Tanto a educação infantil, quanto a educação básica são algumas das atividades consideradas “femininas”, e, por consequência, áreas majoritariamente ocupadas por profissionais mulheres. Não por acaso esse é o setor da educação com os mais baixos salários e que passa por processos de terceirização mais intensos. Em toda a rede pública é urgente a melhoria das condições de trabalho e das condições estruturais dos equipamentos escolares, melhores salários e acompanhamento psicossocial aos alunos e profissionais da educação. Planos de carreira que estimulem a formação continuada e renovem os interesses de profissionais dessa área são também urgentes.

Propomos atualização de métodos e equipamentos de aprendizagem, o abandono de práticas discriminatórias, punitivistas e excludentes, e a adoção de projetos de mediação de conflitos e inclusão, envolvendo a comunidade,

salientando a importância da mesma no processo de formação.

Escolas como os Centros Educacionais Unificados - CEUs, com menos estudantes por sala, projetos educativos amplos, incluindo aulas de música, artes plásticas, teatro, informática e esportes. As mulheres ficam mais tranquilas para suas outras atividades quando sabem que suas crianças estão ocupadas em atividades de contraturno escolar e sabendo que esse é um espaço que também elas podem utilizar e em que podem criar vínculos.

Tratar de temas como violência doméstica, gênero e sexualidade nas escolas, não apenas age na prevenção, inclusive do abuso sexual e da pedofilia, como dá um sentido ainda maior ao ambiente escolar, educando a partir de questões práticas do cotidiano, que muitas vezes são silenciadas pelas famílias. O lar é palco de grande parte dos abusos sexuais e de violência contra crianças e jovens LGBTQIA+. Uma escola com o suporte adequado poderia ser um local de proteção e de buscar ajuda.¹⁰

No ensino superior, mesmo as mulheres sendo maioria nas universidades, faltam creches com horários estendidos nas faculdades, residências estudantis melhor estruturadas, apoio psicológico e espaços de acolhimento para denúncias de assédio sexual e moral. Tendo em vista os índices de adoecimento psíquico, sobretudo na pós-graduação, práticas e políticas para prevenir e tornar esse ambiente menos tóxico são urgentes, não apenas para as mulheres, mas para toda a comunidade acadêmica. Ademais, a pouca oferta de universidades públicas em territórios periféricos e a estrutura altamente precarizada das atualmente existentes fazem com que muitas pessoas tenham que enfrentar deslocamentos diários de três ou quatro horas de transporte para se formar e, por exaustão, tendam a abandonar ou atrasar os estudos.

A abertura de universidades com cursos nas áreas da saúde nas regiões periféricas ampliaria as opções de carreira para jovens dessas regiões. Dada a dificuldade em manter profissionais da medicina, sobretudo especialistas, nas periferias, é fundamental a criação de hospitais-escola abertos às comunidades desses bairros, de maneira a formar médicas(os) que permaneçam nas periferias e ampliem a oferta de serviços de saúde especializados, desafogando

¹⁰ Efetivamente, as denúncias caíram desde o fechamento das escolas: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2020/09/10/denuncias-de-violencia-contra-criancas-e-adolescentes-caem-12percent-no-brasil-durante-a-pandemia.ghtml>

assim os serviços já existentes. Ademais, é inadmissível que os postos mais altos da carreira médica mantenham seu elitismo, excluindo a população negra e de baixa renda, enquanto posições mais ligadas ao cuidado, como a enfermagem, auxiliar de enfermagem e cuidadoras, sejam ocupadas por um grande número de mulheres negras precarizadas, forçadas a se formar em instituições privadas, expondo-se mais uma vez o racismo estrutural da sociedade brasileira.

Moradia

A moradia é fundamental para a autonomia, pois permite que as mulheres tenham condições de sair de um relacionamento violento e garante certa estabilidade, evitando despejos por conta de conflitos familiares, proprietários ou vizinhos. Sem um lugar para ir, é praticamente impossível se afastar de um agressor. Além disso, trata-se de uma forma de garantir que as mães não percam a guarda de suas crianças: ouvimos diversos relatos de que a intervenção do Conselho Tutelar diante de condições precárias de moradia é o abrigo das crianças.

É necessário pleitear a redistribuição de terras, a reforma agrária popular, regulamentar a ocupação e implementar o aluguel social em edifícios que não cumprem sua função social. Concentrados principalmente na região central de São Paulo, em bairros abastecidos de serviços públicos e empregos, essas moradias atenderiam às diversas demandas dessa população. No outro sentido, retomar a história dos bairros, as lutas pela construção de casas, equipamentos públicos e espaços de lazer aparece como mobilizador da comunidade a pensar o bairro não só como um aglomerado de casas, mas um lugar que precisa ser planejado a partir das necessidades de quem o habita.

Participação Popular

Não tivemos dificuldade em encontrar mulheres que pudessem conversar conosco em nome de diversos movimentos sociais. Ainda que muitas mulheres estejam mobilizadas e atuantes na atividade política, e a participação busque desnaturalizar a violência de gênero e fortalecer as mulheres, a sobrecarga de trabalho e o machismo estrutural dificultam sua participação em espaços de poder e decisão. As mulheres são numerosas em várias organizações, movimentos e associações, todavia as coordenações são

compostas em sua maioria por homens. Em muitas situações, mulheres deixam os movimentos por conta de casos de violência, pelo silenciamento de suas pautas ou por conta do excesso de tarefas, acumulando emprego, trabalho de cuidado e militância.

É urgente tornar centrais as questões de sexualidade, gênero e raça para inibir e combater a violência e deslegitimação das mulheres, criar condições e ações práticas que assegurem sua participação equânime em todos os espaços políticos. Proporcionar a responsabilização coletiva dos serviços de limpeza e cuidado, com a implementação de cirandas, para também ter sempre quem se ocupe das crianças durante atividades de mobilização política é fundamental. Além disso, é necessário garantir proteção e segurança nos espaços de trabalho e atuação política, incluindo nos deslocamentos entre esses espaços. Promover encontros de troca de ideias sobre a luta das mulheres para todos os públicos, publicizar as conquistas e embates que a força política vem causando e lutar pela ampliação do financiamento para candidaturas de mulheres são algumas das propostas e debates levantados pelas interlocutoras desta pesquisa.

Em tempos de ataques ultraconservadores contra as democracias e, particularmente, aos corpos das mulheres, da população LGBTQIA+ e da juventude negra, é necessário recordar a luta por um projeto democrático horizontalizado, que tenha como perspectiva a emancipação humana, visando a participação política como possibilidade de construção de novos valores e princípios de uma outra sociedade.

Saúde e Educação Sexual

O conceito de saúde, estado de bem-estar físico, mental e qualidade de vida, vem sendo distorcido para o de ausência de doenças ou, em se tratando de saúde mental, para a ausência do sentir. Essas distorções aumentam o uso de medicamentos, beneficiando a indústria farmacêutica e a mercantilização da saúde, reforçam práticas de responsabilização pela condição de doente, a exclusão e controle dos corpos. Resgatar o conceito de bem-estar físico e mental significa olhar o contexto social de inserção da população, condições de moradia, saneamento básico, alimentação e trabalho.

O Programa de Atenção Integral de Saúde da Mulher - PAISM representa uma conquista do movimento feminista que, ao inovar no conceito de aten-

ção integral, deixando de olhar e tratar os órgãos isoladamente, produziu diversos protocolos que orientam a prática profissional de profissionais da saúde. Esse programa possibilitou o acesso ao aborto legal, seguro e gratuito em casos de abuso sexual ou risco à saúde da gestante e redução da mortalidade materna. No entanto, para garantir sua efetividade, são necessários espaços de cuidado integral às mulheres, que pensem sua saúde em todas as fases da vida, suas diferenças sociais, de orientação sexual e raciais. Esses espaços devem oferecer atendimentos voltados ao conhecimento do próprio corpo, ciclos e autonomia feminina e devem estar aptos a acolher as crianças enquanto as mães são atendidas. É fundamental que as profissionais estejam preparadas para acolher mulheres e homens trans, para que possam fazer acompanhamento hormonal, de saúde psicológica, sexual e reprodutiva respeitoso e livre de violência.

É urgente valorizar e facilitar o acesso a programas como o Planejamento Familiar, Plano Nacional de Saúde Integral da Mulher, da População Negra e Indígena, que pensam projetos e campanhas voltadas para a reparação de populações historicamente violentadas. Também é importante retomar o projeto de Saúde na Escola, para acolher e orientar jovens que têm dificuldade de ir a consultas médicas de ginecologia e urologia.

Urgente é também descriminalizar o aborto, para que as mulheres possam decidir se querem e quando serem mães e investir em pesquisa de métodos contraceptivos masculinos, para que essa responsabilidade deixe de ser unicamente atribuída às mulheres. É fundamental a garantia de um planejamento familiar consciente e responsável que ofereça orientação sobre cirurgias de esterilização, tanto para mulheres, quanto para homens, bem como o acesso a tratamentos de fertilização, inclusive para casais homossexuais.

Por fim, os programas de saúde mental precisam ser mais amplos do que apenas o encaminhamento para a medicação. É necessário reconhecer o fundamento sociopolítico do sofrimento psíquico e oferecer acompanhamento terapêutico qualificado.

Afeto revolucionário

As mulheres nos apontam o afeto e o cuidado como elementos importantíssimos para continuar existindo. Espaços de encontros, autocuidado, acompanhamento psicológico e de partilhas aparecem como indispensáveis.

O processo de entrevista da pesquisa, como um lugar de escuta e de interesse sobre a condição de vida e as ideias das mulheres, foi sentido como algo importante e empoderador.

O afeto apareceu fortemente quando falávamos sobre as propostas atuais de tratar de problemas com o uso excessivo de drogas, que se baseiam na violência da exclusão, da internação compulsória e do afastamento da sociedade. No entanto, mesmo as nossas interlocutoras não inseridas nos serviços de atendimento a mulheres ou espaços de militância apontavam para o que as pesquisas também apontam: a criação de vínculos, espaços de compartilhamento, ressignificação dos traumas através da produção de arte e cultura são o melhor tipo de tratamento.¹¹

AS CINCO PROPOSTAS PRINCIPAIS DO EIXO GÊNERO

A partir das reflexões construídas no levantamento dos temas, elaboramos as seguintes propostas para as periferias:

1. Comunas da Terra



¹¹ O neurocientista Carl Hart, da Universidade Columbia, nos Estados Unidos, tem opinião semelhante. Para o pesquisador, além da criação de vínculos, fatores como a precariedade levam ao uso excessivo de drogas. Ver: CARL, Hart. Um novo olhar sobre as drogas. Dráuzio Varella/UOL. s/d. Entrevista concedida a Dráuzio Varella. Disponível em: <https://drauziovarella.uol.com.br/videos/entrevistas-em-video/um-novo-olhar-sobre-as-drogas-carl-hart/>. Acesso em 24/11/2019.

Comunas da Terra são experiências de assentamento rurais próximas às metrópoles. Espaços menores de terra, que unem produção de alimentos agroecológicos de forma cooperada. Eles unem atividades formativas, culturais e luta por acesso a políticas públicas.

As Comunas resolvem a falta de moradia e insegurança alimentar, permitindo a subsistência da família, com o que foi produzido na terra, e a comercialização do excedente gerando renda. Promovem a criação de outra relação entre espaços rurais e urbanos, propondo a diminuição das suas distâncias, o que reduz os custos e os tempos de deslocamento dos alimentos e, de outro modo, propondo às pessoas que vivem na cidade uma experiência com a produção de alimentos, um processo educativo que impulsiona a alimentação saudável e uma relação respeitosa com o meio ambiente. Mais que isso, as Comunas são uma alternativa ao inchaço massacrante dos grandes centros urbanos e ao êxodo rural, pelo qual passaram grande parte das gerações periféricas mais velhas. São ainda espaços de participação popular, com as decisões, demandas e trabalhos decididos coletivamente.

Em sua maioria, a terra nas comunas está no nome da mulher, o que lhe assegura moradia se houver abandono do marido ou violência doméstica. Em algumas comunas os agressores são expulsos pela própria comunidade. Nesse contexto, um projeto educativo, combinado a um programa de mediação de conflitos e de justiça restaurativa, também poderia ser desenvolvido nas Comunas, para ter uma resolução mais de longo prazo para violência doméstica e outros conflitos.

Para que as mulheres possam participar de todas as ações é organizada uma ciranda: um espaço acolhedor para as crianças, com atividades que dialoguem com as lutas e ações vividas por toda Comuna.

As dificuldades são garantir políticas públicas nesses territórios, ou até mesmo manter as que já existem, como as escolas agrícolas.

2. Geração de Renda



São as mulheres que cuidam o tempo todo da reprodução da vida de todas as pessoas ao redor, trabalham no lar e fora dele, em empregos formais, informais ou em pequenos serviços. Elas necessitam de trabalhos que proporcionem estabilidade financeira e permitam que tenham tempo para poder cuidar de si mesmas. No caso de situações de violência doméstica, nas quais as mulheres não possuem autonomia financeira, torna-se muito mais difícil achar uma saída.

As cooperativas e associações foram apontadas como uma maneira de encaminhar esta questão, de permitir que as mulheres possam compartilhar saberes, produzir, escolher minimamente suas profissões e se organizar para atender suas demandas. Programas de distribuição de renda, como o Renda Mínima ou uma versão ampliada do Bolsa Família, podem ajudar tanto a investir em sua autonomia profissional, quanto na abertura de cooperativas. Podem também servir para sanar emergências mais imediatas, além de serem políticas fundamentais de combate à pobreza.

É fundamental garantir que essas mulheres estejam suficientemente assistidas financeiramente também quando não podem trabalhar, seja

em caso de doença, durante a gravidez e puerpério, na velhice ou mesmo quando escolhem - é importante garantir a possibilidade de escolher assumir essa função - abandonar suas atividades para se dedicar a pessoas que necessitem de seu cuidado em tempo integral, de cuidados paliativos ou para acompanhá-las em seu leito de morte.

Para as mulheres, pensar estratégias de geração de renda é fundamental, mas não nos moldes da exploração extrema, do endividamento e do desamparo, como colocado pelo sistema capitalista, mas sim pela autogestão, horizontalidade, autocuidado e sem centralização de renda e poder.

3. Espaços de convivência e de saúde



Nas entrevistas ficou evidente que quanto mais sozinhas, confinadas no ambiente doméstico, ou de trabalho, mais as mulheres adoecem e têm menos possibilidade de desnaturalizar a situação de violência e exploração. Juntas, trocam experiências, e assim repensam as próprias vidas. Essas experiências seriam estimuladas com a multiplicação de serviços como o CDCM - Centros de Convivência da Mulher, Rodas Terapêuticas, espaços de prática esportiva, Hortas Comunitárias, praças, espaços de produção e fruição cultural.

É necessária a multiplicação de espaços que tenham um olhar integral sobre a saúde das mulheres, compreendam a diversidade de sexualidade,

raças, etnias, classe social, território e idade, de acolhimento das demandas de saúde que propiciem o conhecimento sobre os próprios corpos, ciclos, autocuidado e autonomia. Além disso, esse seria também o espaço para as experiências de Rodas Terapêuticas, que trabalhem com o sofrimento psíquico de maneira politizada e coletiva, entendendo o quanto a raiz de muitos problemas de saúde mental estão ligados às diversas formas de opressão, como a precarização da vida, o racismo e o sexismo.

Os espaços de convivência e saúde poderiam promover saúde sexual e reprodutiva baseados no conceito de Justiça Reprodutiva, que oferece uma visão ampla sobre os direitos reprodutivos, direitos humanos e justiça social, reconhecendo a precariedade do acesso a saúde reprodutiva como parte das desigualdades estruturais. O conceito de justiça reprodutiva reivindica a garantia do direito de ser mãe, sem sofrer violência sobre si e suas crianças, e também o de decidir não ser mãe, sem ser criminalizada por isso. Ele aponta a necessidade de ofertar poder e recursos, ou seja, as condições para tomar conscientes sobre seus corpos, sexualidade, reprodução e do exercício da maternidade, englobando a luta contra o genocídio da juventude negra.

É necessária também a divulgação e acesso aos Planos Nacionais de Saúde Integral de populações historicamente violentadas, como mulheres, LGBTQIA+, pessoas negras, indígenas e pessoas com deficiência, entre outras. Planos de ações, para formação e sensibilização de profissionais de saúde, prevenção de violências institucionais, hospitalares e obstétricas e efetivação de medidas de reparação.

Por fim, entendemos esse item como um conjunto de propostas pelo fortalecimento do Sistema Único de Saúde – que mostrou sua importância fundamental durante a pandemia de coronavírus – e pela formação de melhores profissionais de saúde, de maneira multidisciplinar e integrada. Apontamos que é necessário defender a estatização do sistema de proteção às mulheres, dando estabilidade às trabalhadoras, acesso à formação em todos os níveis e garantindo um atendimento de melhor qualidade às usuárias.

4. Resolução de conflitos, drogas e sistema prisional



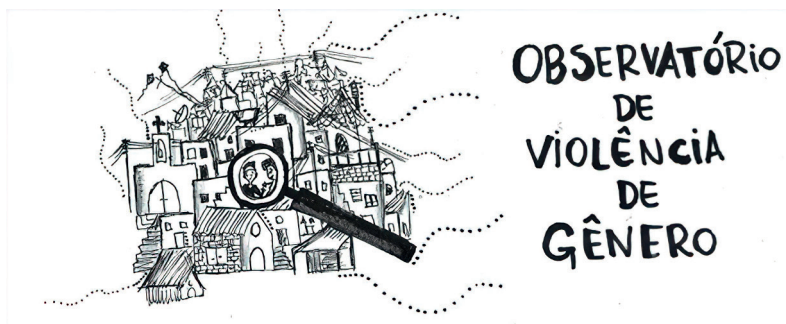
As Casas de Conselho, proposta desenvolvida pelo Eixo Participação Popular, são espaços de sociabilidade que permitem a criação de vínculos e laços sociais. Ao analisar as propostas para resolução de conflitos e drogas, imaginamos que esses espaços, além do estímulo à participação nas atividades da comunidade, à formação e à participação política, seriam excelentes lugares para resolver problemas contando com o apoio mútuo e a solidariedade. Dessa maneira, situações de conflitos poderiam ser resolvidas em coletivo - como em alguns casos de violência doméstica, mas não apenas -, sem a necessidade de judicializar todas as relações e com a possibilidade de se imaginar algum tipo de reparação, quando possível, e de retratação que não passe pela vingança e exclusão social, como é hoje feito pela política de encarceramento.

Também lá poderão acontecer grupos terapêuticos de saúde mental e o tratamento do uso abusivo de drogas. Espaços de acolhimento e grupos terapêuticos precisam estar acessíveis e disponíveis para o acompanhamento de redução de danos e projetos educacionais. A descriminalização das drogas, por si só, diminuiria o número de prisões e recolocaria a questão como um problema de saúde pública, demandando tratamento sem violências. Os grupos terapêuticos e o fortalecimento de vínculo entre a família e a comunidade permitem a essas pessoas a possibilidade de vivenciar encontros culturais, que contribuiriam ao seu tratamento, além de possibilitar, no caso das mães, a tranquilidade de ver filhos e filhas desenvolverem habilidades e ressocializar.

Dentro desta reflexão, do impacto de uma política de drogas sobre o sistema carcerário, cabe também pensar a importância do fim das violências contra as famílias de pessoas presas, sem as quais não há ressocialização possível. Não podem mais ser tolerados abusos institucionais - como a burocracia instável e infundável do cadastro de visitas e a internação em cidades muito distantes de suas famílias.

Por fim, com o fortalecimento das Casas de Conselho também espera-se que saiam delas propostas de soluções autônomas dos problemas do bairro, mutirões para a limpeza e revitalização dos espaços e assembleias para mediações de conflitos, assim como apoio aos familiares de pessoas presas e vítimas de violência.

5. Observatório de Violência de Gênero



A criação de um Observatório da Violência de Gênero nas Periferias, inspirado no Observatório da Violência de Gênero no Amazonas¹², é um debate que vem se construindo há algum tempo dentro do movimento feminista periférico. Sua criação, além de mapear o número de feminicídios e violências domésticas e sua distribuição em bairros periféricos, permitiria também a elaboração de protocolos de atenção, melhoraria a eficácia de uma atuação em rede com diversos serviços e oferecia material para a elaboração de novas políticas públicas de garantia de uma vida plena e livre de violência. Ademais, o projeto visa desenvolver mecanismos para a compreensão do impacto da atuação dos serviços nos territórios, do contato das mulheres com outras mulheres e com as atividades desenvolvidas nos CDCMs. Ele buscaria entender as peculiaridades da violência sobre mulheres negras,

¹² Sobre o assunto, sugere-se acessar o site <https://ovgam.wordpress.com/>.

pobres e periféricas e como ela se cruza com outros processos sociais.

O Observatório pode contribuir com a garantia do direito ao acesso à informação, e pode também qualificar e solidificar a rede de enfrentamento, formada pela sociedade civil organizada e comunidade em geral. Esse espaço pode atuar na formação de multiplicadoras com base nos treinamentos, oficinas, palestras e rodas de conversa. Além disso, os dados e materiais informativos produzidos pelo Observatório serão de acesso público e disponíveis gratuitamente para a sociedade, em particular agentes sociais engajadas/os no enfrentamento à violência de gênero, tais como agentes do Estado, pesquisadoras/es, movimentos sociais e pessoas afetadas pela violência de gênero.

Neste observatório independente, seria possível cruzar o número de notificações compulsórias, como as do SUS, com o número de atendimentos realizados nos CDCMs e as ocorrências registradas pela polícia. Dessa maneira, seria possível produzir instrumental de trabalho, aperfeiçoar atendimentos, produzir dados, agendas propositivas, combater a desinformação e evitar a peregrinação das mulheres de um serviço a outro. Poderia ser ainda um espaço de formação de multiplicadoras, que estariam habilitadas a atuar como educadoras em projetos de prevenção à violência em parceria com diversas instituições. O trabalho das multiplicadoras tem o potencial de informar, prevenir, inibir e combater a violência.

Um observatório desenvolvido em conexão com os campos de conhecimento como Direito, Políticas Públicas, Serviço Social, Saúde Pública, Estatística, Arquivologia e, mais especificamente, Estudos de Gênero e Violência, trabalhando em conjunto com as Promotoras Legais Populares¹³ e o Projeto Maria Maria¹⁴, desenvolvidos pelo IBCRIM (Instituto Brasileiro de Ciências Criminais) e pela União de Mulheres de São Paulo.

Esse projeto poderia também incluir a violência contra LGBTQIA+ dentro dos territórios e desenvolver políticas de acolhimento, em parceria com projetos já existentes, como o Transcidadania¹⁵, da Prefeitura Municipal de São Paulo.

¹³ Ver: <http://promotoraslegaispopulares.org.br/>

¹⁴ Ver: https://www.ibccrim.org.br/acoes_maria_maria

¹⁵ Ver: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/direitos_humanos/lgbti/programas_e_projetos/index.php

Considerações Finais

Nos aventuramos nas histórias das entrevistadas já conhecendo alguns de seus passos, algumas pelo que lemos em livros e teses, ouvimos em filmes, palestras, oficinas e reuniões; outras por serem vizinhas, familiares, mulheres que conhecemos desde a infância, ou por atuarem em movimentos, próximos de onde moramos.

Essas mulheres não são nossos “objetos de estudo”, são o que nós somos, são feitas daquilo que também nos compõe. Vivenciamos o que é ser militante nas periferias, perdemos horas nos deslocamentos, sofremos as mesmas dores, e as ouvimos com o mesmo brilho nos olhos de esperança que essas propostas um dia sejam realidade.

Ouvimos histórias de vida que se misturam com importantes movimentos de resistência, fortalecimento e ações políticas coletivas, que abrem caminhos para que mulheres como nós possam continuar marchando. Foi uma experiência inspiradora, potente e formativa.

Este trabalho coletivo é uma experiência de utopia para que a periferia deixe de ser um lugar de faltas, o lugar de onde uma grande parcela da população sai apertada nos transportes para servir nos empregos do centro. É um exercício de construção de outras narrativas sobre nós, de formação de pesquisadoras/es e de intelectuais, engajadas/os com as pessoas que constituem seus territórios. É também um esforço em ampliar a visibilidade para a enormidade de trabalho desenvolvido nesses lugares por trabalhadoras de diversas posições.

Gostaríamos de ter podido iniciar a divulgação da nossa pesquisa com um encontro entre as entrevistadas, um espaço de articulação e compartilhamento das diversas experiências, o que infelizmente não foi possível devido à pandemia do coronavírus.

Ao invés disso, fizemos um encontro pela internet¹⁶ em que tivemos a presença de três participantes da pesquisa, que contaram um pouco de suas trajetórias e de suas ações para amenizar o crescente empobrecimento e adoecimento das periferias. Quando estávamos fazendo esta pesquisa, e mesmo antes, estávamos prestando atenção na vastidão do universo de desigualdades que vai deixando a gente dolorida, quando não endurecida, pelo enfileiramento

¹⁶ Vídeo disponível em: https://youtu.be/gio_zM1wAc4

de histórias de pobreza e violência. Cada história com suas particularidades, mas todas envolvidas num enredamento infinito de desamparos.

Não foi o coronavírus que trouxe o apocalipse para a porta das nossas casas, o apocalipse já estava aí! A violência estava já nos atormentando, a falta de perspectivas também. Esperamos que o porvir implique na construção de um mundo menos desigual para todas as pessoas. Um mundo no qual as mães possam criar suas crianças sem medo de que sejam mortas em casa ou no caminho da escola, com um pacote de pipoca nas mãos. Sem medo de que sofram com a fome e sem que as únicas escolhas possíveis sejam entre a igreja e o crime. Que as mulheres possam escolher ser ou não ser mães. Um mundo sem convivência com o medo. Para que, assim, a gente possa construir futuros realmente pós-apocalípticos. É na destruição do antigo normal que as mulheres com quem nós conversamos estavam e continuam envolvidas até os cabelos!

Referências

ANISTIA INTERNACIONAL. “Brasil lidera número de assassinatos de diversos grupos de pessoas em 2017, aponta Anistia Internacional em novo relatório”. Anistia Internacional Brasil. 21 de fevereiro de 2018.

ARAMÁ COMUNICAÇÕES. *Um povo de luta: Movimento de Saúde da Zona Leste*. Documentário. Canal Futura e Aramá Comunicações, color: 15 min, Brasil, 2013. Disponível em: <https://youtu.be/Zeo-Gl2SHjs>.

AZEVEDO, Jô; BARLETTA, Jacy. “O CEDEM e os documentos dos clubes de mães da região Sul (SP)”. *Cadernos Cedem*, Marília, v. 2, n. 2, p. 133-146, 2011.

BARTHOLLO, Leticia. “Bolsa Família e relações de gênero: o que indicam as pesquisas nacionais”. *Policy Research Brief* 55, International Policy Centre for Inclusive Growth, 2016.

CADERNOS DO CEDI. *O Caminho da Escola – Luta Popular pela Escola Pública*, São Paulo, v. 15, 1986.

CORREIA, Ana Paula de Santana. *Mulheres da periferia em movimento: um estudo sobre outras trajetórias do feminismo*. Orient. José Carlos Gomes da Silva. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – ELFCH/Unifesp, Guarulhos, 2015.

FEDERICI, Silvia. *O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista*. Editora Elefante: São Paulo, 2019.

FRANCO, Luiza. “Batalhão da PM denunciado por Marielle é o que mais mata no Rio”. Folha de S.Paulo. 15 de março de 2018.

GEP-URPLAN/REDE MULHER. “Que história é essa?”. *Clube de Mães e grupos de mulheres de São Paulo*, n. 3, out. 1985.

GONZALEZ, Lélia. *Primavera para as rosas negras*. São Paulo: Diáspora Africana, 2018.

INFOPEN. “Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias – Mulheres”. Ministério da Justiça e da Segurança Pública Departamento Penitenciário Nacional. Brasília, 2018.

ITTC – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania. “Agenda municipal para justiça criminal – Propostas de políticas municipais”. São Paulo, 2017.

ITTC – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania. “Maternidade sem Prisão – Aplicação do Marco Legal da Primeira Infância para o desencarceramento de mulheres”. São Paulo, 2019.

LIMA, Livia. “Pesquisadoras das periferias sugerem coletividade para mulheres”. *Nós, mulheres da periferia*. 23 de setembro de 2020. Podcast.

MACEDO, Renata Guedes Mourão. “Trabalhadoras e Consumidoras: transformações do emprego doméstico na sociedade brasileira”. *Política & Trabalho* – Revista de Ciências Sociais, 2015.

MARTINELLI, Flávia. “Maior movimento feminino contra ditadura veio de clube de mães da periferia”. *Blog Mulherias* – Universa. 30 de março de 2019.

MESQUITA, Lígia. “Os últimos momentos de Marielle Franco antes de ser morta com quatro tiros na cabeça”. BBC Brasil. 15 de março de 2018.

MIELLI, Renata. “A morte de Marielle Franco: o discurso de ódio e a desinformação”. Midia Ninja. 15 de março de 2019.

MONTEIRO, Thiago Nunes. *Como pode um povo vivo viver nesta carestia: o Movimento do Custo de Vida em São Paulo (1973-1982)*. Humanitas-Fapesp: São Paulo, 2017.

MOREIRA, Jéssica; LIMA, Livia; OLIVEIRA, Semayat. “Série Na Periferia da Saúde” – série de reportagens. *Nós, Mulheres da Periferia*. São Paulo, 2020. Podcast.

RAIMUNDO, Sílvia L. “Salve Quebradas! Defendendo O Óbvio: A Lei De Fomento A Cultura Das Periferias”. XV SIMPURB – Simpósio Nacional de Geografia Urbana. Salvador, 2017.

REDE NOSSA SÃO PAULO. Mapa da desigualdade. São Paulo, 2019.

SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena*. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

VIEZZER, Moema. *O problema não está na mulher*. São Paulo: Cortez, 1989.



EIXO HABITAÇÃO

A permanência do problema habitacional nas cidades brasileiras: proposições para a habitação socialmente necessária

Anderson Kazuo Nakano¹

Carolina Alvim de Oliveira Freitas²

Jhonatan Wandrey Andrade Souto³

Introdução

Diante das precárias condições de moradia dos trabalhadores e das trabalhadoras que persistem nas cidades brasileiras, faz-se necessário analisar criticamente os termos e a colocação do problema da habitação popular que norteiam a formulação e implementação das políticas habitacionais. O presente texto discute criticamente a colocação desse problema a partir do déficit habitacional visto como um termo que interessa mais ao complexo industrial da construção no Brasil e menos à efetivação do direito à moradia como um meio fundamental para as garantias democráticas de participação política da população trabalhadora, pobre, negra e periférica na definição dos rumos da vida urbana.

¹ Arquiteto urbanista e demógrafo, professor do Instituto das Cidades do Campus Zona Leste (em implantação) da Universidade Federal de São Paulo.

² Mestre e Doutoranda da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo.

³ Graduando em Ciências Sociais pela Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Paulo.

Em que pese a importância vital do direito à moradia na definição das condições de vida individual e coletiva das pessoas, verifica-se a permanência de destituições, violações, ausências, limites, insuficiências e inadequações na efetivação desse direito, principalmente dentre os trabalhadores de baixa renda que vivem majoritariamente em bairros periféricos das grandes cidades brasileiras.

Nos artigos escritos no século XIX e reunidos no livro *Sobre a Questão da Moradia*, Friedrich Engels (2015) enunciou esse problema diante do crescimento das cidades industriais europeias onde a classe trabalhadora vivia em condições urbanas e habitacionais extremamente precárias. Diante do crescimento urbano e populacional, o problema habitacional foi enunciado a partir da “escassez da moradia”.

De modo certo, Engels insere o problema habitacional como parte das transformações imobiliárias da urbanização capitalista nas quais

Os trabalhadores são empurrados do centro das cidades para a periferia, as moradias dos trabalhadores e, de modo geral, as moradias menores se tornam raras e caras e muitas vezes nem podem ser adquiridas, porque nessas condições a indústria da construção civil, para a qual as moradias mais caras representam um campo de especulação muito mais atrativo, apenas excepcionalmente construirá moradias para trabalhadores. (ENGELS, 2015, p. 40).

Com essa afirmação ainda válida na atualidade, Engels relaciona o problema da escassez da moradia para os trabalhadores com a obtenção de ganhos especulativos por parte de investidores privados. Ele percebe que a escassez de moradia para os trabalhadores é algo permanente na sociedade burguesa e na urbanização capitalista. Portanto, para resolver o problema de moradia dos trabalhadores, assume posicionamentos anticapitalistas. Para ele,

[...] não é a solução da questão da moradia que leva simultaneamente à solução da questão social, mas é pela solução da questão social, isto é, pela abolição do modo de produção capitalista que se viabiliza concomitantemente a solução da questão da moradia (Ibidem, p. 80).

No Brasil e em outros países do mundo, o problema habitacional da classe trabalhadora agravou-se com a urbanização capitalista periférica produzida ao

longo do século XX. A despeito das iniciativas habitacionais implementados a partir da década de 1930 (como a Fundação da Casa Popular e Institutos de Aposentadoria e Pensão), voltadas principalmente para a provisão da “casa própria”, jamais se conseguiu resolver esse problema colocado em termos quantitativos e baseado na ideia de escassez e déficit habitacional.

Segundo Morado e Braga (2009, p. 100), na década de 1920 colocava-se o problema habitacional dos imigrantes e ex-escravos pobres que viviam em cidades como Rio de Janeiro e São Paulo, dentre outras, como uma “crise quantitativa”. Nesse sentido, a habitação era “apresentada publicamente como uma deficiência numérica que deve e pode ser mensurada e igualmente revertida” (Ibidem, p. 100). A essa abordagem quantitativa agregou-se a abordagem sanitaria cujas “soluções higiênico-econômicas significaram a resposta universalizada para a casa popular” (Ibidem, p. 102).

Na década de 1960, período marcado pelas mudanças produzidas pelas transições demográficas e rural-urbana, acompanhadas pela expansão das grandes cidades e pelo crescimento econômico impulsionado pelo nacional-desenvolvimentismo baseado na industrialização, surgem várias estimativas do déficit habitacional no Brasil. Morado e Braga (2009) mencionam cinco versões diferentes e afirmam que equívocos permaneciam, pois

Enquanto arquitetos, técnicos e setores públicos promoveram os princípios de economia, racionalidade, standardização e a introdução de novos materiais e tipologias, *as relações sócio-econômicas e a capacidade aquisitiva, bem como os hábitos e práticas culturais dos trabalhadores foram ignorados*. A solução habitacional foi reduzida ao espaço de morar genérico, repetitivo e mínimo (25 a 50 m²) em uma lógica de produção lucrativa para os investidores privados viabilizada pela simplificação, rapidez e barateamento dos processos de projeto e construção. A industrialização da construção caminhou lado a lado com a solução para o déficit habitacional (MORADO; BRAGA, p. 103-104, grifo nosso).

Essa crítica continua válida, pois, a despeito das propostas sanitaristas e higienistas para a produção da casa popular; dos diferentes cálculos do déficit habitacional; da ampliação da construção civil e do mercado de incorporação imobiliária; da adoção de técnicas econômicas, racionais e padronizadas para

acelerar e baratear os processos de elaboração de projetos e de produção habitacional, o problema habitacional da classe trabalhadora permaneceu sem solução nas cidades brasileiras antes e durante a vigência do Sistema Financeiro da Habitação (SFH) e do Banco Nacional da Habitação (BNH) entre meados da década de 1960 e da década de 1980.

Em 1964, logo no início da ditadura militar no Brasil, os primeiros governos autoritários criaram o BNH que, em 1967, passou a administrar grandes quantidades de recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) utilizados no SFH. O BNH funcionou até 1986 e teve a missão de, supostamente, promover a construção e a aquisição da casa própria destinada às camadas sociais de menor renda com vistas a resolver aquele problema da habitação popular nas cidades brasileiras. Porém, isso não foi feito e, portanto, esse problema persistiu e continua a persistir atualmente. Bolaffi (1982) argumenta que a forma de colocação desse problema com base na ideia de déficit habitacional torna-o um falso problema por conta dos aspectos ideológicos nele presentes.

Nesse argumento, o autor se inspirou no pensamento de Florestan Fernandes para discutir “o problema e o falso problema” da habitação popular, partindo do pressuposto de que “a natureza dos problemas que a nação formula para si mesma, ou pelo menos a importância e a prioridade que lhes atribui, varia em função da estratégia daqueles que em cada momento constituem o poder e detêm a capacidade de decisão” (Bolaffi, 1982, p. 39). Ele esclarece que, nesse processo, “a ideologia mascara os problemas do real e os substitui pelos falsos problemas” e afirma ainda que “formulam-se problemas que não se pretende, não se espera e nem seria possível resolver, para legitimar o poder e para justificar medidas destinadas a satisfazer outros propósitos” (Ibidem, loc. cit.).

Utilizou-se a “ideologia da habitação popular” (Ibidem, p. 43) que obscurece o fato de que a produção e distribuição da casa própria serve à conservação e manutenção de apoios políticos das massas populares ao governo autoritário responsável pela implementação de “política econômica anti-inflacionária”. Desse modo, a promoção da casa própria pelo SFH/BNH, fundamentada na provisão da habitação como propriedade privada individualizada, funcionou como mecanismo político-ideológico de descompressão e apaziguamento social.

Ainda no campo da “ideologia da habitação popular”, aquele autor também discute o papel possível da provisão da casa própria como medida keynesiana anticíclica comumente adotada em conjunturas de crise, recessão e depressão econômica. Nesse aspecto, a produção habitacional visa principalmente estimular as indústrias e os mercados de trabalho do setor da construção civil.

Isso fica evidente no fato de que a produção de habitação popular para os trabalhadores de baixa renda no âmbito do SFH e BNH foi minoritária em comparação com os montantes de recursos destinados para a produção de habitação para as camadas de média e alta renda atendidas pelo mercado de incorporação imobiliária. Diante dessa evidência, cabe perguntar, portanto: para que serviram as ações e os recursos investidos e administrados pelo BNH no âmbito do SFH?

A resposta à pergunta é importante porque revela as reais implicações do modo de colocação do problema da habitação popular com base no déficit habitacional que, para Bolaffi (1982, p. 52), é “um conceito totalmente espúrio e destituído de significado, pelo menos quando utilizado numa economia de mercado” como a brasileira. Para aquele autor, “o déficit é um problema falso e mal formulado” (Ibidem, loc. cit.) e isso se revela no fato de que “seis anos após a criação do BNH, toda sua contribuição para atender ou diminuir o déficit que ele se propôs eliminar consistiu em que esse mesmo déficit aumentasse em 76 por cento” (Ibidem, p. 53). Isso porque o BNH e o SFH foram criados para utilizar o conceito do déficit habitacional a fim de justificar uma lógica produtivista empresarial e, com isso, favorecer a concentração de riquezas e a reprodução do capital, em particular dos setores da construção civil e da produção imobiliária.

Curiosamente, a essência daquela afirmação feita em 1975 vale integralmente para a discussão atual a respeito do extinto Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), coordenado pelo governo federal durante o período entre 2009 e 2019. A formulação e implementação do PMCMV também se baseou no conceito de déficit habitacional, o qual, segundo cálculos da Fundação João Pinheiro (FJP), aumentou de 6 milhões de novas unidades habitacionais necessárias em 2009 para 6,3 milhões em 2015. Outra afirmação feita por Bolaffi em relação ao SFH/BNH e que também vale totalmente para o PMCMV está na colocação de que “a orientação que inspirou todas as operações do BNH foi a de transmitir todas as suas funções para a iniciativa

privada” (Ibidem, p. 53). Com isso, esse banco se limitou “a arrecadar os recursos financeiros para em seguida transferi-los a uma variedade de agentes privados intermediários” (Ibidem, p. 53). Essa transferência das operações para agentes privados fez com que o pouco da produção habitacional destinada à classe trabalhadora de menor renda ocorresse em “terrenos inadequados e mal localizados” (Ibidem, p. 54), onde, segundo o autor, foram construídos grandes conjuntos habitacionais cujas unidades foram vendidas a quem não podia pagá-las.

Vale dizer que os recursos financeiros administrados pelo BNH eram arrecadados a partir dos descontos mensais e compulsórios de 8% realizados nos salários de cada trabalhador empregado no mercado formal e com registro na carteira profissional. Esses recursos da classe trabalhadora não foram e continuam não sendo utilizados para resolver o problema da habitação popular, porque as finalidades econômicas nos usos dos recursos continuam sobrepujando as finalidades de interesse social da classe trabalhadora, principalmente as parcelas mais vulneráveis e de menor renda. Com isso, o SFH e BNH funcionaram como um “funil por meio do qual os recursos do FGTS – 74 por cento da receita de 1968 – são drenados para o setor privado, para alimentar o mecanismo da acumulação e da concentração de renda” (Ibidem, p. 54), ou seja, “rendas que fluem da base para o topo da pirâmide da riqueza” (Ibidem, p. 55).

Enquanto o SFH e BNH operavam aquela brutal transferência de renda dos mais pobres aos mais ricos, reforçando a concentração de riquezas econômicas e aprofundando a desigualdade social existente no Brasil, as precárias condições urbanas e habitacionais da classe trabalhadora se reproduziam e continuam a se reproduzir em larga escala nas periferias das maiores cidades do país, em especial da região Sudeste, para onde afluíram grandes contingentes migratórios que foram viver principalmente em bairros periféricos. Ao encaminhar o problema da habitação popular a partir do déficit habitacional, falseando-o, a política habitacional brasileira implementada durante o período da ditadura militar não atendeu às reais necessidades habitacionais da classe trabalhadora de menor renda que, desse modo, buscou e continua a buscar alternativas de moradia em loteamentos, ocupações e bairros periféricos onde predominam as “autoconstruções”, isto é, as moradias construídas lentamente pelos próprios moradores. As produções dos

espaços urbanos periféricos e das “autoconstruções” foram utilizadas como insumos básicos nas interpretações sobre a urbanização brasileira elaboradas nas décadas de 1970 e 1980. Em linhas gerais, tais interpretações viam nos espaços urbanos periféricos as contradições do capitalismo brasileiro dependente que, na época, estruturava-se a partir de modelo desigual e concentrador de riquezas baseado, dentre outros elementos, na “modernização conservadora” e no nacional-desenvolvimentismo industrial.

Diante das mudanças ocorridas no capitalismo brasileiro a partir da década de 1980, mais evidentes nas décadas de 2000 e 2010 com os avanços da globalização, do neoliberalismo e da financeirização que introduz novos agentes e processos de produção e apropriação dos espaços urbanos e habitacionais contemporâneos, como se coloca o problema habitacional dos trabalhadores e setores populares da sociedade que vivem nas cidades brasileiras, principalmente em suas áreas periféricas? Ou seja, quais são os termos de enunciação do problema habitacional, que permanece não resolvido, no atual contexto do capitalismo periférico brasileiro inserido no capitalismo globalizado, neoliberal e financeirizado da atualidade? A seção seguinte aborda essas perguntas a partir de um debate bibliográfico com trabalhos recentes sobre o problema habitacional dos trabalhadores.

O Problema da Habitação na Urbanização Capitalista Neoliberal e Financeirizada

No esforço de propor e discutir parâmetros adequados para o problema habitacional da classe trabalhadora nas cidades brasileiras contemporâneas, há a necessidade de expor criticamente a gestação da economia dos falsos problemas habitacionais no contexto atual da acumulação capitalista globalizada, neoliberal e financeirizada. Importa, sobretudo, compreender os níveis e particularidades nas alianças formadas entre o capital, o trabalho e o Estado na etapa atual da acumulação capitalista.

A habitação se complexifica como mercadoria na própria medida em que as metrópoles contemporâneas também se complexificam como meios de valorização do capital (Harvey, 2012). Na promoção de propriedade de capital ou ativo financeiro, sobretudo como um *complexo industrial-financeiro* (Pereira, 2018), a produção capitalista da habitação, nesta fase contemporânea

de acumulação, esgarça os limites materiais da contradição entre valor de troca e valor de uso.

A reprodução descompassada entre valor de troca (representação do dinheiro) e o valor de uso (materializado no monopólio de uma parcela de terra no planeta) (Marx, 1984, p. 129), implica que a ampliação da produção da mercadoria habitacional confronta imediatamente a realização do direito universal de morar com dignidade pelo conjunto do proletariado urbano, sobretudo nas metrópoles.

A acumulação patrimonial (Aglietta, 1988) revelada pelas dinâmicas de produção das metrópoles contemporâneas, sua forma por excelência na renda imobiliária, expressa, num outro nível de contradição, a tensão entre o capital produtivo (construção de espaço cujo valor de uso é material e finito) e sua subordinação à lógica da capitalização, ou seja, de uma ficção de valorização que é alheia à produção e que se rege pela lei da propriedade privada (valor de troca infinito). A dominância do capital financeiro implica novos sujeitos e desenhos no processo de produção e as relações entre Estado e mercado são transformadas.

Se, na década de 1980, a recessão econômica paralisa os planos do BNH e das políticas de financiamento habitacional, em seguida, nos anos 1990, a abertura do sistema bancário conforme acordos com o FMI e o Banco Mundial alcançam, com centralidade, a reativação do setor imobiliário. Esta se dá, entre outros aspectos, por meio da ampliação da participação do capital financeiro através da criação de novos produtos e títulos de capitais, além da instituição da regra jurídica da alienação fiduciária (por meio da lei federal 9.514/1997), modalidade de venda de habitações que garante a retenção da propriedade pelo credor enquanto não há quitação integral da dívida (Rolnik, 2015, p. 288). Em combinação, há, no mesmo período, uma dinamização nos movimentos de fusões, aquisições e centralização geral do setor da incorporação imobiliária (Fix, 2011).

A política habitacional do governo Fernando Henrique Cardoso deslocou o foco da produção de novas unidades para o financiamento do mutuário final, através das cartas de crédito individuais. A Caixa Econômica Federal, instituição herdeira do extinto BNH, criou o Programa Social de Habitação (PSH), leiloando subsídios aos estados para financiar a construção de moradias durante a década de 1990. Na perspectiva desse Programa, o problema

da habitação seguia tendo como conclusão a necessidade de produção de novas unidades para as menores faixas salariais, mas diversifica a política, na medida em que passa a enfatizar também o consumo mediante novas linhas de financiamento ao consumidor final para a aquisição da casa própria.

Mas são as experiências de governo do Partido dos Trabalhadores (PT), a partir de 2003, que alteram o curso da política consolidada até então, num novo momento de acumulação capitalista no Brasil. No início do primeiro governo Lula, a política nacional de desenvolvimento urbano do recém criado Ministério das Cidades – sob a direção de intelectuais e técnicos que figuraram nas experiências de gestões municipais do PT desde a década anterior – objetivava aumentar os recursos disponíveis no Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE) para crédito e consequente aquecimento do mercado imobiliário.

As primeiras Conferências Nacionais das Cidades, a eleição do Conselho Nacional das Cidades, a Política Nacional de Habitação aprovada pelo Ministério das Cidades em 2004 e a posterior instituição de um Sistema e Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS/FNHIS) pavimentaram a ampliação da disponibilidade de recursos para o atendimento habitacional da população de baixa renda, repassados aos estados e municípios para a execução de programas⁴. Segundo Rolnik (2015), mencionando a pesquisa de Shimbo (2012),

Desde 2003, o governo operou para ampliar os valores de financiamento habitacional contratados pelo sistema FGTS-SBPE, ou seja, o Subsistema de Habitação de Mercado. Naquele ano, o valor total contratado era de aproximadamente 5 bilhões de reais. Em 2008, na metade do segundo governo Lula, esse valor excedeu 40 bilhões de reais. (SHIMBO apud ROLNIK, 2015, p. 298).

Pelo menos desde a posse de Guido Mantega em 2006 como Ministro da Fazenda, a orientação neodesenvolvimentista de reformas por meio de um pacto conservador, de concertação neoliberal (SINGER, 2012), ganha força por meio das estratégias de incentivo ao consumo das famílias pobres e trabalhadoras e pela valorização real do salário mínimo. Esta orientação

⁴ Vale dizer que o processo inicial de construção do SNHIS e FNHIS foi abortado com a implementação avassaladora do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) a partir do início de 2009.

política resultou na consecução e configuração do PMCMV em 2008⁵, ano em que o mundo passou pela crise imobiliária-financeira originária dos Estados Unidos. Na perspectiva desse Programa, o problema habitacional dos trabalhadores continua a ser definido e pautado pela noção de déficit habitacional.

Por um lado, a partir do PMCMV o setor econômico da construção viveu uma verdadeira reestruturação; por outro, a política induziu a reconstituição da figura do trabalhador consumidor da casa própria, distinta daquele do projeto autoritário de outrora, mas sem dúvida inculcada ideologicamente pelo projeto lulista, seja pela organização da demanda habitacional da população pobre ou vivendo abaixo da linha da pobreza, nas primeiras faixas de subsídio do PMCMV, seja na transformação representacional do trabalhador em indivíduo de classe média (Singer, 2012).

A valorização real do salário mínimo no período e a expansão do subsídio público para produção e consumo, a partir do crescimento dos fundos para-estatais, pavimentou a criação de um novo mercado, nomeado “segmento econômico”, que ampliou o campo de atuação de grandes construtoras e incorporadoras nesses anos 2000 (Botelho, 2007; Rufino, 2017; Shimbo, 2012; Volochko, 2011), intensificando a produção imobiliária nas periferias metropolitanas (Shimbo; Rufino, 2016).

Os empreendimentos privados habitacionais de grande escala, alavancados pela política de emissão de crédito para o setor, permitiram níveis inéditos de extração de renda imobiliária pelas empresas, que se apropriam da diferença entre o preço da terra no momento da aquisição e a renda potencial atribuída às novas localizações produzidas pelas obras públicas de infraestrutura e pelo próprio mercado imobiliário, nessas novas imbricações que modificaram o espaço das periferias urbanas.

O domínio das finanças agudiza um padrão de urbanização neoliberal que se aprofundou a partir de um novo ciclo de provisão habitacional, produto de uma imbricação público-privada que ganha novos contornos desde os anos 2000 e interfere na vida social urbana em geral, com centralidades e

⁵ A formulação do PMCMV ocorreu em 2008 e seu lançamento pelo então presidente Lula se deu no início de 2009, durante o Fórum Social Mundial realizado em Belém, PA. Essa formulação ocorreu sob a coordenação da Casa Civil, cuja titular da pasta era Dilma Rousseff, em estreita articulação com as maiores empresas de incorporação imobiliária do país.

localizações, novos modos ideológicos de morar geralmente associados à forma condomínio, novas fragmentações do espaço, que criam diferenciações e hierarquias espaciais. Essas segregações nada mais refletem do que processos espoliativos renovados de violência, seja por meio do aumento de remoções compulsórias pela pressão da propriedade e da valorização imobiliária, seja por meio do endividamento em massa, quando a política financeirizada é “integrar pelo consumo”. Mas, além dessa visão global, metodologicamente, a compreensão das transformações habitacionais no Brasil contemporâneo exige também a mirada do “neoliberalismo desde abaixo”, conforme elaboração de Veronica Gago (2018), que envolve os setores populares da sociedade que vivem em conjuntos habitacionais em bairros periféricos.

A Solução Habitacional Inadequada do PMCMV: Os Hábitos de Moradia no Residencial Esplanada, em Guarulhos - SP

No ano de 2020 realizou-se um estudo de caso no Residencial Esplanada, empreendimento do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) construído no bairro dos Pimentas, periferia de Guarulhos, na Região Metropolitana de São Paulo. Esse empreendimento foi destinado a pessoas com renda familiar mensal de até 3 salários mínimos (Faixa 1) removidas de áreas próximas ao aeroporto internacional de Cumbica. Essas pessoas vivem no Residencial Esplanada, em um condomínio formado por 13 (treze) torres, totalizando 500 (quinhentas) unidades habitacionais em um terreno de 20.000 m² (Secretaria de Habitação – Prefeitura de Guarulhos). O empreendimento foi entregue em 31 de agosto de 2013 para 500 famílias.

No estudo de caso sobre os hábitos e modos de moradia expressos nos usos e apropriações dos espaços domésticos e de uso comum do Esplanada, levou-se em conta os objetivos e pressupostos do PMCMV. De um lado, caracterizou-se o espaço físico do Esplanada como sua localização, entorno, áreas comuns, plantas dos apartamentos, dentre outros elementos, de outro lado, observou-se aquilo que se refere aos hábitos, práticas, formas e modos de morar e de se relacionar socialmente dos moradores daqueles espaços.

Foi possível observar que existe um descompasso entre produção e apro-

priação habitacional, ou seja, entre as perspectivas do programa habitacional e da população atendida no Residencial Esplanada. Trata-se de um descompasso entre a uniformidade e rigidez da configuração espacial do Residencial Esplanada e a diversidade e mutabilidade dos atos cotidianos de “morar”.

A observação participante foi realizada durante onze meses, do período de março de 2020 até fevereiro de 2021, como parte da pesquisa realizada por um dos autores deste texto⁶. Durante a realização da pesquisa, um sentimento comum observado entre os moradores era o de que, apesar de terem sido beneficiados com o empreendimento, não havia uma satisfação com o condomínio, e que, caso tivessem a possibilidade de escolher, fariam muitas escolhas diferentes. Isso se efetivou em alguns casos de beneficiários que alugaram seu apartamento e voltaram para o lugar de origem. Muitos moradores dizem atualmente que não vão embora pela falta da possibilidade de conseguirem outro lugar para morar:

Me lembro que no dia que cheguei, enquanto descarregava caixas no estacionamento, uma senhora veio conversar comigo perguntando sobre a chegada e disse “semana que vem também estou de mudança, estou indo embora”. No dia em que eu fui embora, novamente carregando caixas para o caminhão, uma outra senhora que observava a tudo disse com um sorriso no rosto: “Parabéns! Indo embora desse lugar! Quem sabe um dia chega minha vez!”. (SOUTO, 2021).

Para ilustrar a situação dramática do cotidiano no Esplanada, que de acordo com os moradores “cada dia nesse lugar é uma novidade”, certa madrugada houve um incêndio em um dos apartamentos. Os bombeiros chegaram após o fogo já ter sido controlado pelos próprios moradores. Não foi grave, porém muitos acordaram e saíram de suas casas, uns por conta da fumaça, outros para ver e ajudar. De acordo com a memória coletiva do Esplanada, já houve cinco situações em que foram necessários os serviços dos Bombeiros. Três dias antes do incêndio, o condomínio estava sem água e, por conta do incêndio, o gás foi cortado. A situação durou mais dois dias.

⁶ Trata-se da pesquisa realizada por Jhonatan Wandrey Andrade Souto, intitulada “O Processo de Produção e Apropriação Habitacional em um Empreendimento do Programa Minha Casa Minha Vida: O Caso do Residencial Esplanada em Guarulhos, SP”. Durante a realização da pesquisa empírica, o pesquisador morou no Residencial Esplanada.

Nesse contexto, uma moradora exclamou “Ontem eu ia morrer queimada, hoje vou morrer de fome”.

As problemáticas no condomínio envolvem o mal funcionamento da infraestrutura, como as interrupções no abastecimento de água. Durante o verão é possível ter água apenas durante duas a três horas por dia. Há também os espaços internos dos apartamentos, que exigem criatividade por parte dos moradores para nele se adaptar com seus hábitos de morar e arranjos familiares. Isso nos leva a pensar nas práticas cotidianas que geram barulhos excessivos e altos relacionados com as atividades e brigas entre os moradores. Esses barulhos acabam se espalhando para os apartamentos vizinhos por causa da acústica ruim.

A comunidade em si não se vê como tal. As famílias realocadas no Esplanada foram assentadas nos blocos de acordo com a área da qual foram removidas com a intenção de manter e favorecer os vínculos existentes. Isso funcionou, porém gerou também uma não-identificação com as pessoas oriundas de outras áreas. Dentro do próprio espaço a unidade se dissipa, pois há uma diferenciação entre “nós e eles”. A possibilidade de uma vida em comunidade, de práticas cotidianas de ajuda mútua reduz-se, muitas vezes, ao próprio bloco onde moram pares com a mesma origem e trajetória.

Ao adentrar o Esplanada, é possível enxergar comércios localizados nos apartamentos do térreo. Há mercadinhos, padarias, lanchonetes e botecos. O comércio no térreo funciona de forma peculiar, pois está instalado na sala de estar do “morador comerciante” que realiza seu negócio com o “morador cliente” através da janela aberta para o estacionamento. Existem grades nas janelas. Há também alguns degraus de madeira que ficam do lado de fora para que o “morador-cliente” consiga alcançar suas compras entregues através da janela.

Há também outras formas de comércios realizados por pessoas que vendem produtos em seus apartamentos nos andares superiores como, por exemplo, serviços de fotocópias e comércio de “tabacaria”. Nesses casos, a venda é realizada através da porta. Também há outros serviços que são realizados nas residências, como manicure, pedicure, *design* de sobrancelhas, massagem e tratamento dos pés. E há comércio de marmitas, quitutes, doces e sopas. Tudo é vendido principalmente por meio do grupo de *WhatsApp* com moradores do condomínio. A criadora do grupo foi a dona de uma vendinha e

é através dele que ela avisa seus clientes que “acabou de sair pão quentinho”. No grupo ocorre venda, troca e doação de alimentos, eletrodomésticos, eletrônicos, móveis etc.

Os comércios “informais” existem, pois a forma pela qual vivem essas populações está permeada por necessidades não contempladas pela formalização do projeto habitacional. A necessidade dos comércios é de mão dupla: diz respeito à situação econômica dos moradores e também mostra a necessidade de consumo de bens e serviços em locais próximos à moradia e com melhor custo-benefício. De acordo com a Fundação SEADE, a taxa de desemprego em Guarulhos na última pesquisa realizada em 2016 era de 18,6%⁷ (Souto, 2021).

Outro problema muito relevante verificado no Residencial Esplanada é, do ponto de vista das necessidades e arranjos familiares dos moradores, o tamanho exíguo do apartamento e a distribuição inadequada dos seus cômodos. A tipologia dos apartamentos possui 49 m² de área interna repartida entre quatro cômodos, sendo sala, cozinha, dois quartos e um banheiro. Esse modelo de planta é formulado para a chamada família nuclear formada por “casal com filhos”. Trata-se de uma idealização padronizada da “família brasileira”.. Esse modelo habitacional é formulado também segundo a dinâmica produtivista e mercadológica de produção em grande escala.

No Esplanada, de acordo com observações e falas dos próprios habitantes, a média de moradores por apartamento é de 8 a 12 pessoas. Isso faz com que todos os cômodos tenham que ser adaptados ao cotidiano familiar dos moradores no qual os quartos são compartilhados, a sala de estar tende a ser utilizada como quarto, o hall de entrada passa a ser utilizado para guardar coisas, a cozinha serve como lavanderia etc. Todos os espaços internos do apartamento precisam ser utilizados. A partir disso, outras problemáticas surgem: a sensação de “sufocamento” devido ao pouco espaço dentro de casa utilizado para o convívio familiar, as atividades de lazer e os afazeres domésticos. Surge também certa falta de privacidade, devido ao compartilhamento constante de todos os cômodos.

Portanto, a máxima utilização das áreas externas, semipúblicas e de uso

⁷ SEADE. Consulta realizada no dia 19/10/2020. Link: <https://www.seade.gov.br/produtos/boletim-ped/taxa-de-desemprego-passou-de-174-em-julho-para-172-em-agosto/#:~:text=Taxa%20de%20desemprego%20passa%20de,Mogi%20das%20Cruzes%20e%20outros>

comum do condomínio resulta dos problemas existentes nos espaços internos dos apartamentos. Tais áreas têm, por sua vez, suas próprias problemáticas. Nos casos das áreas de lazer do Esplanada, nota-se que foram produzidas nos espaços residuais localizados nas beiradas do terreno que “sobraram” com a implantação dos prédios de apartamentos. Nessas áreas de lazer foram construídas quatro quadras de esportes e um parquinho para crianças. Duas dessas quadras deixaram de existir como tal. As condições de conservação estão decadentes, sendo necessários reparos, manutenções e pinturas. Apenas uma das quadras é utilizada e dificilmente é possível ver crianças no parquinho. Na inexistência de uma praça ou um espaço semelhante, o estacionamento é o lugar mais utilizado por todos os moradores para as atividades de lazer, convívio e sociabilidade.

O estacionamento localiza-se junto à rua interna do condomínio que fica entre as duas fileiras de prédios de apartamentos. É nesse espaço que as crianças brincam, os jovens ficam em rodas conversando, às vezes bebendo, fumando e ouvindo música, as senhoras levam bancos e cadeiras de dentro de casa e sentam-se na beirada da rua entre os carros e jogam conversa fora. Nos finais de semana é comum ver grelhas assando churrasco entre os carros com o capô aberto tocando música, enquanto as pessoas comem em cadeiras ao redor. Esse é o espaço semipúblico com o uso pontual transformado por todos em espaço de lazer. Se o apartamento é relativamente pequeno para o número de moradores, é o estacionamento que abriga essas pessoas durante grande parte do dia. O estacionamento tornou-se a grande sala de estar do condomínio.

Porém, existem problemas relacionados a esse uso coletivo do estacionamento. Frequentemente as pessoas que moram no térreo reclamam das crianças gritando em suas janelas, pois o estacionamento está justamente entre os apartamentos. Em casos piores a reclamação é de crianças jogando coisas para dentro dos apartamentos térreos ou urinando nas janelas. As reclamações por conta do barulho são extremamente comuns também, mas isso inclui todos os andares. Durante a noite, sobretudo aos finais de semana, as pessoas ficam no estacionamento conversando, bebendo e festejando. Isso gera sons e ruídos extremamente altos, dificultando e impossibilitando a concentração para a realização de alguma tarefa ou para dormir, por exemplo.

Enfim, a uniformidade e inadequação dos espaços domésticos e de uso comum do Residencial Esplanada, projetados e construídos segundo a lógica industrial, está em conflito e contradição com a diversidade de necessidades, hábitos, formas, práticas e modos de uso e apropriação desses espaços por parte dos seus moradores. Trata-se de um conflito entre, de um lado, a lógica de produção da habitação pautada pelo raciocínio quantitativista presente na noção de déficit habitacional e, de outro lado, a lógica cotidiana de apropriação social, familiar e individual dos espaços habitacionais que operam adaptações e mudanças de funções.

As famílias realocadas no Esplanada foram removidas de suas antigas moradias por estarem em área de risco, serem precárias e viverem em coabitação. As famílias que vivem nessas duas últimas condições são incluídas nos cálculos do déficit habitacional. Porém, após a construção do empreendimento e o reassentamento das famílias no Esplanada, a realidade que constatamos é a de que, por conta dos arranjos familiares, a situação é de coabitação e de *adensamento excessivo*, em domicílios alugados quanto próprios⁸. Isso faz com que, mesmo beneficiadas pelo PMCMV, parte dos moradores do Residencial Esplanada continuam sendo computáveis nos cálculos do déficit habitacional. Assim, é necessário pensar o problema da habitação na perspectiva dos beneficiários de programas habitacionais, observando suas práticas de morar, e não a partir da lógica quantitativista e produtivista do déficit habitacional.

Agenda Propositiva das Periferias

Neste texto, discutimos a persistência do problema habitacional na urbanização capitalista que, nos argumentos de Friedrich Engels (2015) elaborados no século XIX, apresentou-se como a “escassez de moradia” produzida pelos processos especulativos fundiários-imobiliários em prejuízo da satisfação das necessidades habitacionais da classe trabalhadora. Discutimos também que, no Brasil do século XX, o problema habitacional adquire formulação quantitativa e coloca-se em termos de déficit habitacional. A construção

⁸ No cálculo do déficit habitacional no Brasil referente ao ano de 2015 (quando os investimentos do PMCMV começaram a diminuir significativamente), considerou-se como *adensamento excessivo* os domicílios alugados com número médio de moradores superior a três pessoas por dormitório (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2018, p. 24).

histórica dessa formulação percorre o processo acelerado de crescimento das cidades brasileiras em estreita articulação com a expansão do capitalismo industrial periférico ocorrido a partir da década de 1930. Na virada do século XX para o século XXI o problema habitacional brasileiro continua a ser formulado nos termos do déficit habitacional, porém sob o domínio das finanças. Nesse contexto em que a financeirização da moradia se aprofunda, a maior parte da classe trabalhadora tem suas necessidades habitacionais atendidas inadequada e precariamente, tanto nos empreendimentos produzidos pelo PMCMV, quanto nas “autoconstruções” implantadas em terrenos de loteamentos e ocupações periféricas. Isso fica evidente no estudo de caso sobre o Residencial Esplanada, empreendimento produzido com recursos do PMCMV em bairro da periferia de Guarulhos, município da Região Metropolitana de São Paulo. Nesse estudo de caso analisou-se o descompasso e a incompatibilidade entre a uniformidade das tipologias habitacionais repetidas nos prédios de apartamentos e a diversidade de arranjos familiares dos moradores. Apesar da rigidez e baixa qualidade arquitetônica e urbanística desses prédios de apartamentos, os moradores usam e se apropriam dos seus espaços segundo a diversidade de suas necessidades socioeconômicas, culturas e hábitos de moradia.

Após a apresentação dos argumentos relativos a esses pontos, cabe-nos encerrar este texto com a apresentação de um breve conjunto de propostas para uma agenda habitacional periférica. Essas propostas consistem:

- Na redefinição das “necessidades habitacionais” para além do déficit habitacional;
- Na implementação de assessoria técnica em larga escala para a “autoconstrução” de moradias periféricas da classe trabalhadora;
- Na regulação do mercado de aluguéis;
- Na autogestão habitacional;
- Na provisão de terras urbanas adequadas e;
- Na aplicação efetiva dos instrumentos urbanísticos para a efetivação da função social da propriedade.

1. Com a **redefinição das “necessidades habitacionais” para além do déficit habitacional** propõe-se colocá-las na perspectiva de quem vive no centro da discussão sobre a moradia, considerando o conjunto de saberes e práticas populares na história da produção da habitação popular no Brasil pensada a partir da: (i) localização dos terrenos urbanos ocupados pela moradia, a partir dos quais se pode acessar a todos os sistemas de serviços, equipamentos e infraestruturas urbanas básicas; (ii) adequação dos atendimentos habitacionais às relações entre os modos, formas e hábitos de morar e de viver em diversos e dinâmicos contextos, culturas e arranjos familiares; (iii) inserção de espaços econômicos nos espaços domésticos; e (iv) melhoria nas condições de mobilidade e de acessibilidade nos deslocamentos (ou permanência) espaciais entre o morar e trabalhar.

2. Com a **implementação de assessoria técnica em larga escala para a “autoconstrução” de moradias periféricas da classe trabalhadora** considera-se que, como visto, a “autoconstrução” está presente em ocupações de terras públicas ou privadas ociosas, bem como em lotes inseridos em loteamentos regulares, irregulares ou clandestinos, dentre outras formas de acesso à terra utilizada pelos membros cada vez mais vulneráveis da classe trabalhadora de menor renda. Em muitas cidades brasileiras, as “autoconstruções” representam mais da metade das moradias ocupadas por aqueles que não conseguem acessar terras urbanas e moradias dignas por meio de políticas públicas de habitação e muito menos por meio da provisão habitacional produzida pelos agentes do mercado habitacional privado. Desse modo, propõe-se inserir apoios e assessorias técnicas nos processos de “autoconstrução” das moradias populares de modo a promover o encontro, a troca e o intercâmbio de saberes e experiências na construção dos “territórios usados” de vida da classe trabalhadora de baixa renda.

3. Com a **regulação do mercado de aluguéis** considera-se que os aumentos dos preços da terra e dos imóveis, bem como dos aluguéis residenciais, são responsáveis diretos pelos processos permanentes de expulsão da população pobre e trabalhadora das localizações bem equipadas e infraestruturadas da metrópole. Assim, propomos a elaboração de programas públicos de aluguel vitalício de baixo custo articulados com mecanismos de regulação

dos mercados privados de locação residencial, de modo a garantir a habitação socialmente necessária a quem precisa, sem recair na contradição já apontada sobre a produção em escala da “casa própria” (propriedade privada) que serve ideologicamente para a manutenção de poderes políticos e econômicos de grupos privilegiados.

4. Com a **autogestão Habitacional** nos referenciamos no acúmulo histórico dos movimentos sociais que lutam pela moradia, propomos a implementação em larga escala do modelo de autogestão da produção habitacional para a classe trabalhadora baseada na autonomia dos agrupamentos populares organizados.

5. Com a **provisão de terras urbanas adequadas** queremos priorizar a organização de um banco de terras públicas bem localizadas a serem destinadas à moradia para a classe trabalhadora cada vez mais vulnerável e com menores rendimentos. Nesse sentido, propõe-se a adoção de estratégias para a aquisição de terras a serem urbanizadas e disponibilizadas para a implementação: (i) da autogestão habitacional; (ii) das ofertas de serviços habitacionais de interesse social baseados em outros regimes de propriedade habitacional que não a exclusividade da propriedade privada individualizada de imóveis residenciais; (iii) da oferta de serviços habitacionais de interesse social articulados com medidas que visem maior equilíbrio ambiental baseados na utilização de iniciativas relacionadas, por exemplo, com a permacultura, sistemas sustentáveis de saneamento básico, fontes renováveis de energia etc.

6. Por fim, com a **aplicação efetiva dos instrumentos urbanísticos para a efetivação da função social da propriedade** propõe-se a elaboração de um desenho institucional que confira aos conselhos participativos poderes de deliberação sobre o aproveitamento de imóveis ociosos para a provisão habitacional destinada à classe trabalhadora de baixa renda, em especial em áreas urbanas centrais, para aproveitamento de edifícios vazios, efetivando as disposições legais de Parcelamento, Edificação ou Utilização Compulsórios (PEUC), IPTU Progressivo no Tempo e Desapropriação com Pagamentos em Títulos da Dívida Pública.

Com essas propostas, finalizamos este texto tendo em mente o desafio de colocar a moradia não somente como um problema quantitativo submetido à lógica da produção capitalista e empresarial de mercadorias, mas como solução vista a partir das formas, modos, hábitos e culturas do morar da classe trabalhadora periférica. Mais do que meros números faltantes, as moradias precisam ser vistas como territórios com condições para a realização de existências plenas de cidadania, autonomia, liberdade e desenvolvimento humano.

Referências Bibliográficas

AALBERS, M. “The real estate/financial complex”. Palestra. São Paulo: FAU/USP, 2015.

AGLIETTA. *Le capitalisme de demain*. Paris: Fondation Saint-Simon, 1998.

ARANTES, Pedro; FIX, Mariana. Como o governo Lula pretende resolver o problema da habitação. Alguns comentários sobre o pacote habitacional Minha Casa, Minha Vida. 30/07/2009. Disponível em: http://www.unmp.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=297:como-o-governo-lula-pretende-resolver-o-problema-da-habitacao&catid=40:materias-sobre-politica-de-habitacao&Itemid=68.

BARAVELLI, J. E. *Trabalho e tecnologia no programa MCMV*. Tese de Doutorado. São Paulo, FAUUSP, 2014.

BONDUKI, Nabil. *Habitação & autogestão – construindo territórios de utopia*. Rio de Janeiro: FASE – Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional, 1992.

BOTELHO, Adriano. *O urbano em fragmentos*. São Paulo: Annablume, 2007.

CARDOSO, Adauto; et al. “A implementação do Programa Minha Casa Minha Vida na Região Metropolitana do Rio de Janeiro: agentes, processos e contradições”. In: SANTOAMORE, Caio; SHIMBO; Lúcia Zanin; RUFINO, Maria Beatriz Cruz. *Minha Casa... E a cidade? – avaliação do programa Minha Casa Minha Vida em seis estados brasileiros*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015, p. 73-102.

ENGELS, Friedrich. *Sobre a questão da moradia*. São Paulo: Boitempo, 2015.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. *Déficit Habitacional no Brasil 2015*. Belo Horizonte: FJP, 2018.

FIX, Mariana. *Financeirização e transformações recentes no circuito imobiliário no Brasil*. Tese de Doutorado – Instituto de Economia da UNICAMP. Campinas, 2011.

GAGO, Verónica. *A razão neoliberal: economias barrocas e pragmática popular*. São Paulo: Editora Elefante, 2018.

HARVEY, David. *Cidades Rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana*. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

JARAMILLO, Samuel. “Las formas de producción de espacio construido-

en Bogotá”. In: Pradilla, E. (org.) *Ensayos sobre el problema de lavivienda en México*. Cidade do México: Latina UNAM, 1982, p. 149-212.

LENCIONI, Sandra. “Metrópole e sua lógica capitalista atual face ao regime de acumulação patrimonial”. *Revista Mercator*, Fortaleza, v. 14, n. 4, p. 149-158, 2015. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.4215/RM2015.1404.0011>> DOI: 10.4215/RM2015.1404.0011.

MARX, Karl. *O Capital*. Crítica da Economia Política. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

MELLO, Marcus A. B. C. de. “Classe, burocracia e intermediação de interesses na formação da política de habitação”. *Espaço e Debates*, n. 24, ano VIII, 1988, p. 76.

PEREIRA, Paulo César Xavier (org.). *Imediato, global e total na produção do espaço: a financeirização da cidade de São Paulo no século XXI*. São Paulo: FAUUSP, 2018.

ROLNIK, Raquel. *A cidade e a lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo*. Studio Nobel: FAPESP. São Paulo, 1997.

ROLNIK, Raquel. *Guerra dos lugares*. São Paulo: Boitempo, 2015.

ROLNIK, Raquel. “O Programa Minha Casa Minha Vida nas regiões metropolitanas de São Paulo e Campinas: aspectos socioespaciais e segregação”. *Cad. Metrop.*, São Paulo, v.17, n.33, pp.127-154, maio 2015.

ROYER, Luciana. *Financeirização da política habitacional: limites e perspectivas*. São Paulo: Annablume, 2014.

RUFINO, Maria Beatriz Cruz; SHIMBO, Lúcia Zanin. *Financeirização e condominialização: um olhar sobre as transformações na produção e na propriedade da habitação no Brasil*. In: Congreso Internacional CONTESTED CITIES. Madrid, 2016. Disponível em: <<http://contested-cities.net/working-papers/wp-content/uploads/sites/8/2016/07/WPCC-162518-RufinoShimbo-FinancializationCondoBuildingTrends.pdf>>.

RUFINO, Maria Beatriz Cruz. “Financeirização do Imobiliário e transformações na produção do espaço”. In: Alvaro Ferreira; João Rua; Regina Celia de Mattos. (Org.). *O espaço e a metropolização: cotidiano e ação*. 1ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2017, v. 1, p. 213-240.

SANFELICI, Daniel. “Financeirização e a produção do espaço urbano no Brasil: uma contribuição ao debate”. *EURE* (Santiago), Santiago, v. 39, n. 118, p. 27-46, set. 2013. Disponível em: <<https://scielo.conicyt.cl/scielo>.

php?script=sci_arttext&pid=So250-71612013000300002&lng=es&nrm=iso>.

SARAIVA, Camila. *A periferia consolidada em São Paulo: categoria e realidade em construção*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: Instituto de Planejamento Urbano e Regional do Rio de Janeiro, 2008.

SINGER, André. *Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador*. São Paulo: Cia. das Letras, 2012.

SHIMBO, Lúcia Zanin. *Habitação social de mercado: a confluência entre Estado, empresas construtoras e capital financeiro*. C/Arte: Belo Horizonte, 2012.

SOUTO, Jhonatan. “O Processo de Produção e Apropriação Habitacional em um Empreendimento do Programa Minha Casa Minha Vida: O Caso do Residencial Esplanada em Guarulhos, SP”. Relatório de pesquisa (mimeo), 2021.

VOLOCHKO, Danilo. *Novos Espaços e Cotidianos Desiguais nas Periferias da Metrópole*. Tese de Doutorado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2011.



EIXO PARTICIPACÃO POPULAR

A urgência de organizar as periferias em tempos de crises

Tiaraju D'Andrea¹

Arisleni Santos²

Brenda da Silva³

Denise Bergamo⁴

Felipe Duarte⁵

Introdução

O principal intuito deste artigo é o de *buscar e discutir formas por meio das quais a população mais pobre possa incidir mais diretamente nas decisões políticas para o todo da sociedade*. Desse modo, o texto está dividido em dois planos: de um lado, a *macro política institucional*, ou aquilo que o italiano Antônio Gramsci conceituou *política pequena*. Neste plano pensa-se criticamente a democracia burguesa e o sistema eleitoral, baseados em uma dada forma de

1 Professor da Universidade Federal de São Paulo/Campus Zona Leste. Coordenador do Centro de Estudos Periféricos. Músico e morador da zona leste.

2 Estudante de Iniciação Científica. Graduanda em Pedagogia no Campus Guarulhos da Unifesp.

3 Educadora Popular, formada em Serviço Social pela Unifesp, Mestre em Ciências pelo Programa de Pós-Graduação em Mudança Social e Participação Política da USP e mestranda no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Políticas Sociais na Unifesp.

4 Graduada em Serviço Social. Especialista em “Cidades, Planejamento Urbano e Participação Popular” pela Unifesp/Campus Zona Leste.

5 Estudante de Iniciação Científica. Graduando em Ciências Econômicas no Campus Osasco da Unifesp.

escolha dos representantes políticos. Discorre-se brevemente neste texto sobre possibilidades e limites desse formato de governo no atual tempo histórico. Um segundo plano de entendimento sobre o que seria participação popular baseou-se na compreensão de formas de organização popular hoje existentes nos bairros de periferia, e de que maneira essas organizações interagem com a macropolítica. Por fim, o texto apresenta propostas que apontam para o aumento da participação popular na política, priorizando processos locais e no espaço.

Procedimentos de pesquisa

A pesquisa foi realizada durante o ano de 2019. Durante a fase de pesquisa bibliográfica estudamos a literatura sobre quilombos no Brasil; experiências latino-americanas de organização popular nos bairros; e reforma política no Brasil. Também contamos com levantamento de dados e mapas e realizamos entrevistas com dez moradores dos distritos do Capão Redondo e do Jardim Ângela a fim de entender suas percepções com relação às possibilidades e dificuldades da participação política. Também foram entrevistadas três lideranças importantes da zona leste de São Paulo: Douglas Belchior, morador de Poá, liderança do Movimento Negro e militante do PSOL; Juliana Cardoso, Moradora da zona leste, militante de movimentos sociais e vereadora pelo PT e Padre Ticão, liderança histórica da zona leste. A experiência das pesquisadoras e dos pesquisadores em seus locais de moradia também foram importantes para a pesquisa e para as propostas formuladas.

1. A política institucional

A crise da representação no mundo

Atualmente, e em nível mundial, verifica-se uma crise na forma como as sociedades escolhem seus representantes. Esta crise expressa o declínio do modelo burguês estruturado no pós-guerra, fundamentalmente pelas potências mundiais saídas vitoriosas naquele conflito: Europa e Estados Unidos. A crise do modelo burguês de representação se coaduna com a crise do capitalismo e do paradigma fordista, baseados na sociedade salarial. Nesse ambiente de sociedades em corrosão, em que sociedades salariais e democracias como formuladas há algumas décadas parecem ruir, observam-se duas

forças que se antagonizam: de um lado, trabalhadores, pobres, periféricos, feministas, indígenas, LGBTQIA+, sem-terras, dentre outros, lutam para ampliar os horizontes e aprofundar uma democracia que, no seu formato burguês, nunca os representou na totalidade. Por outro lado, setores da direita, grandes empresários, fascistas, dentre outros grupos, tecem críticas ao “sistema”, atacando as poucas conquistas que as populações desfavorecidas conquistaram nas últimas décadas. Em síntese, a maioria das populações das sociedades ocidentais não acredita mais no formato hegemônico de eleições. Desse modo, votam em candidatos humorísticos e pitorescos; em candidatos com discurso antissistêmico; anulam seus votos ou deixam em branco. Já existe até uma cátedra em algumas universidades intitulada *sociologia da abstenção*, dado o aumento desse fenômeno.

Baseando-se em um marcado discurso antissistêmico, pôde-se observar nos últimos anos a chegada ao poder, via eleições, de candidatos de extrema-direita. Criticando o sistema, esses candidatos tomaram os postos de poder desse mesmo sistema que criticavam. Nesse sentido, os casos mais emblemáticos ocorridos entre as grandes potências foram as eleições de Donald Trump, nos Estados Unidos, e de Emmanuel Macron, na França. Fazendo parte do mesmo processo histórico, a captura pela extrema-direita do discurso antissistêmico ajudou a produzir democracias de baixa voltagem, quase ditaduras, em países como a Hungria e a Turquia.

Historicamente, as grandes potências ocidentais exportaram seus modelos de democracia e de escolhas de representantes para muitas partes do mundo. No que tange à América Latina, a democracia burguesa foi imposta com o intuito de garantir os privilégios econômicos das elites locais e do capital estrangeiro. Quando esse modelo foi questionado por governantes eleitos por meio do voto ou por ditaduras nacionalistas, a contraofensiva das elites locais e do capital internacional agiu buscando derrubar presidentes e tornando o continente em um dos campeões em golpes militares no mundo. Para as grandes potências, democracia boa era aquela que elegia seus líderes.

Crise da democracia no Brasil: qual democracia?

Contemporaneamente, muito se discute uma crise da democracia no Brasil. Se observado o fenômeno pelo prisma de democracia burguesa aqui implementada, de fato ela vem sendo desmontada por setores neoliberais

e setores fascistas instalados no poder. Caminha-se a passos largos para uma democracia burguesa de baixíssima voltagem, porta de entrada de uma ditadura.

No entanto, nunca houve no Brasil uma democracia plena. A democracia burguesa hoje em crise, mesmo quando razoavelmente instituída no período da Nova República (1985-2016), deixou de fora extensas parcelas da população brasileira. Afinal, como acreditar em uma democracia desde sempre criminalizadora de grevistas, movimentos sociais e favelados? Ou como acreditar numa democracia que alocou historicamente recursos públicos de maneira desigual entre territórios da cidade? Ou na democracia na qual os “representantes” não eram mais do que meros fantoches de empresas que lhes pagam as campanhas?

Essas foram algumas das expressões do legado escravista, colonial e da ditadura militar herdada pelo presente histórico brasileiro. A existência de poderosas elites locais, aliadas a potências colonizadoras e ao poder do capital (estrangeiro e nacional), impediu que a democracia de fato se radicalizasse no Brasil. Os pactos realizados no fim da ditadura militar colocaram limites objetivos à nossa democracia burguesa: permitiu-se o voto universal, mas as estruturas econômicas permaneceram intocadas.

A democracia burguesa vigente entre 1989 e 2016 permitiu que candidatos não necessariamente alinhados com as elites nacionais e internacionais ganhassem eleições presidenciais no Brasil. Os casos mais emblemáticos foram as eleições de Luís Inácio Lula de Silva, em 2002 e 2006; e de Dilma Rousseff, em 2010 e 2014. No entanto, nos quatro mandatos levados a cabo por esses dois nomes, seus governos foram tolhidos e cerceados por uma série de estruturas político-econômicas. O próprio fato de ocuparem esses cargos era resultado de pactos anteriormente firmados. No entanto, há que se ressaltar os inúmeros equívocos políticos cometidos por essas gestões, dentre os quais a não priorização da organização popular; as alianças com setores da direita; a incapacidade de levar adiante reformas estruturais e um plano desenvolvimentista que penalizou setores desfavorecidos da sociedade. Todavia, é de se notar que esses governos foram responsáveis por uma série de avanços em áreas sociais e por uma relativa melhora na economia.

O ano de 2013 representou o fim do pacto da Nova República. Uma encruzilhada de descontentamentos ganhou as ruas do Brasil. Por um lado, setores

da elite e da direita incomodados com a maior participação de setores historicamente desfavorecidos da sociedade. Por outro lado, parte desses setores desfavorecidos estava descontente com os limites de seus avanços. Nesse choque de interesses, o projeto de governo de centro-esquerda começou a ruir junto com o sistema político-econômico que estava gerindo. Por essa circunstância, esquerda e centro-esquerda passaram a defender os ganhos históricos dos desfavorecidos contra o avanço dilapidador do fascismo. Ao defenderem essas estruturas, estavam também defendendo o *establishment*. A direita se aproveitou da confusão ideológica e tomou para ela a bandeira antissistêmico. Do encontro entre neoliberalismo econômico e fascismo político, vivemos o tempo da tempestade perfeita: crise ambiental, crise política, crise econômica e crise social.

A necessidade de uma reforma política

Um dos componentes das Jornadas de Junho de 2013 foi a já propalada crise do sistema político. Milhões de pessoas foram às ruas de todo o país também levantando a bandeira da necessidade de uma reforma política.

Naquele momento, uma série de organizações de esquerda se uniram ao redor da campanha por uma Constituinte Exclusiva. Uma das maiores críticas feita por estes setores mirava a forma como são eleitos nossos representantes institucionais em âmbito municipal, estadual e federal. No âmbito executivo e no âmbito legislativo, a grande maioria dos representantes são oriundos de setores da elite econômica, tendo suas campanhas financiadas por esses grupos. Tal distorção na representação tem como decorrência que o Estado governe atendendo aos interesses dos mais bem favorecidos economicamente, em uma espécie de tautologia: quem paga leva, e quem leva governa para quem pagou.

Ainda que esta campanha não tenha conseguido alcançar seus objetivos, ela pautou por um tempo a discussão pública. Três entrevistados pela pesquisa, participantes de movimentos sociais, pontuaram a necessidade de uma Reforma Política. Padre Ticão e Juliana Cardoso defenderam o voto distrital. Juliana Cardoso denunciou a sub-representação das mulheres e Douglas Belchior sub-representação do negro nas esferas decisórias de poder.

Outro dado interessante de notar foi o surgimento nos últimos anos de movimentos suprapartidários que financiam candidaturas em diferentes

legendas. Esses movimentos pregam a necessidade de uma nova política e fornecem plataformas comuns a todos os candidatos de suas bases. Com esse discurso, também ONGs e empresas nacionais e internacionais passaram a atuar mais fortemente no financiamento de plataformas e candidaturas.

A presença de novos e novíssimos agentes financiadores é um componente do paulatino aumento da presença de candidatos eleitos oriundos da direita. Ao se fazer um balanço dos resultados das eleições de 2014, 2016 e 2018, pode-se observar um aumento da presença desse espectro ideológico nas casas legislativas e no executivo em todo o país. Esse aumento se deu em paralelo ao aumento das abstenções, dos brancos e nulos. Ou seja, a desilusão com o sistema e com as eleições foi capitalizada pela direita de um lado, e pela descrença, de outro. Ao fazer a salvaguarda do *establishment*, a esquerda perdeu espaço.

Dado esse cenário de crescimento de forças de direita e fascistas dentro do Estado, a política repressora aos setores mais vulneráveis aumentou. O referido processo tem por decorrência uma situação importante de ser notada: as candidaturas de moradoras e moradores das periferias, utilizando o adjetivo *periférico*, nas eleições municipais de 2020.

No caso de mulheres negras das periferias, disputar o Estado por meio do voto não foi apenas uma questão de escolha, mas uma questão de necessidade. Esse setor social sabe que a possibilidade de morrer aumenta quando os aparatos de poder estão nas mãos da extrema-direita.

2. A política local

A política local e a organização nos bairros;

O olhar empreendido pela pesquisa que este artigo apresenta foi dialético. De um lado, operou uma crítica ao capitalismo e às suas formas de representação. De outro, buscou compreender formas engendradas nos territórios que aprofundam e propiciam a participação de distintos agentes sociais: mulheres e homens, pretos e brancos pobres, idosos e jovens, que em suas ações cotidianas buscam respostas materiais e subjetivas, ampliando formas e modos do fazer político. Não se quer aqui cair nos perigos do localismo. O objetivo principal é estimular a participação política nos territórios para, a partir da união dos territórios em objetivos comuns, pressionar a macropolítica.

Foram dois os tipos de bibliografia utilizadas nesta busca, e sempre utilizando-se do método de *leitura interessada* (quando se busca extrair do texto aquilo que faz sentido para nosso tempo-espaço atual). O primeiro tipo de literatura é aquela que trata da organização social dos Quilombos no Brasil. Nesse âmbito, os Quilombos aos quais a pesquisa se ateve com maior ênfase foram o Quilombo do Quariterê, liderado por Tereza de Benguela e que já possuía uma experiência de parlamento e decisões coletivas, e o Quilombo dos Palmares. Sobre o tema, o autor mais lido foi Clóvis Moura.

Outro tipo de literatura bastante consultada pela pesquisa buscou entender formas organizativas no território em diversas partes do mundo. Desse modo, foram estudadas a experiência Zapatista, no México; o Buen Vivir, na Bolívia; os Comitês de Defesa da Revolução, em Cuba; o programa Barrio Adentro e as Comunas, na Venezuela; o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, do Brasil; os Panteras Negras, nos Estados Unidos; e a Comuna de Paris, na França, dentre outros.

Convida-se aqui a leitora e o leitor que empreendam um estudo sistemático sobre os Quilombos no Brasil e sobre as experiências de organização popular listadas. Enquanto moradoras e moradores das periferias, temos muito que aprender.

A partir deste ponto o texto discorrerá sobre três formas de organização em bairros periféricos: associações de moradores; coletivos culturais e redes de solidariedade.

Associações de moradores na periferia sul de São Paulo;

As associações de bairro escolhidas para estudo pela pesquisa foram Chácara Santa Maria, Jardim Guarujá, Jardim São Bento e Jardim Comercial, todas localizadas em bairros periféricos da zona sul da cidade de São Paulo. Historicamente, essas associações foram escolhidas pela população para serem canais de diálogo de suas demandas com o Estado. Mesmo em um contexto de descrédito na política institucional, é notável a presença de partidos políticos nas associações, tanto de direita como de esquerda.

Em princípio, constata-se que as associações são instrumentalizadas como

currais eleitorais. Porém, a partir de uma *análise processual*⁶, observa-se que na compreensão das associações não é útil fechar o diálogo com o legislativo e o executivo, uma vez que as periferias são as que mais precisam da estrutura do Estado.

Por vezes, essa decisão nem chega a ser uma escolha, pois a organização comunitária é efêmera e as demandas quando chegam às associações de moradores, quase sempre são oriundas de calamidades. Como exemplo, pode-se citar a questão do abastecimento de água no Jardim Guarujá. Este bairro viveu sob o regime de rodízio de água por muitos anos, e a mobilização da comunidade só se deu após um grande período sem água. Também se pode lembrar de episódios recentes de arrastões cotidianos nos pontos de ônibus pela madrugada e início da manhã. A maioria das vítimas eram trabalhadores. O fato levou novamente à mobilização dos moradores para que a Polícia Militar fizesse a guarda nos pontos de ônibus. Desse modo, observa-se que são demandas imediatas do cotidiano que levam os moradores desses bairros à mobilização. Logo, a mobilização finda quando “solucionado” o problema. Ao que parece, os participantes não querem fazer a grande política. As questões são imediatas e a prática é imediatista.

Em que pese uma maior proporção de mulheres nas atividades sociais das associações, as presidências das mesmas são ocupadas por figuras masculinas. Associado a uma histórica herança de premissas judaico-cristãs, hoje nas periferias as igrejas neopentecostais ganharam capilaridade. Desse modo, há uma mistura entre valores familiares e políticos que, dito de outro modo, é a mescla entre o público e o privado. Líderes religiosos são também vistos como líderes de uma grande família que atua de maneira política. Nesse cenário, a crescente presença feminina na política é tolhida por parâmetros conservadores.

À substancial importância das igrejas neopentecostais nas periferias soma-se a sub-representação das mulheres na política institucional. Essa questão também surge nas discussões propostas pelo eixo Gênero. Logo, ao que parece, na contemporaneidade existem dois vetores em rota de colisão: uma

⁶ *Análise processual* é uma técnica de pesquisa operacionalizada pela vivência de longo prazo no território. Tal técnica consiste na percepção de modificações no espaço ao longo do tempo e, na maioria das vezes, só pode ser operacionalizada pelos próprios moradores. O nome da técnica se deve ao fato de basear-se em processos históricos. Essa técnica se contrapõe ao clássico *trabalho de campo*, circunscrito a um determinado período de tempo.

maior organização do movimento feminista em todos os setores sociais e um aumento do pensamento conservador, que restitui ao homem, na figura paternalista do pastor, o poder e o mando político-espiritual.

Se as associações de moradores e as sociedades amigos de bairro foram a forma hegemônica de organização entre as décadas de 1940 e 1960, nos últimos 25 anos pode-se observar o surgimento de organizações centradas na produção artística: trata-se dos coletivos culturais. Essa forma de organização se solidificou como uma resposta ao contexto genocida da década de 1990. A arte e a cultura foram uma forma de recriar os laços de sociabilidade e fortalecer um tecido social esgarçado. A partir dos anos 2000 esses coletivos passaram a receber apoio governamental, fazendo-os aumentar em número e transformando-os em uma das mais ativas formas de participação da juventude (Silva, 2019; D'Andrea, 2020). Os coletivos variam em suas premissas e na intensidade de relação com a comunidade do bairro. No entanto, um processo geral que acometeu a grande maioria dos coletivos foi a diminuição dos recursos oriundos tanto de esferas públicas quanto privadas nos últimos anos. Esse fato teve como decorrência a diminuição da capacidade de incidência nos bairros por parte destas organizações.

Com a crise instalada pela pandemia do Coronavírus a partir de 2020, uma onda de auxílio e ajuda mútua se instalou, levadas a cabo por redes de solidariedade. Essas redes foram operacionalizadas por um sem fim de organizações: associações de moradores, coletivos culturais, escolas de samba, times de futebol de várzea, igrejas católicas, igrejas evangélicas, centros espíritas, centros de umbanda, centros de candomblé, comerciantes, sindicatos, movimentos sem-teto, movimento sem-terra, movimento negro etc. Essas redes de solidariedade mostram a vitalidade organizativa das quebradas. No entanto, sem auxílio estatal, não conseguem perdurar no tempo. Pelo fato de a pandemia durar muito tempo, a *análise processual* revelou que com o tempo essas redes foram enfraquecendo e se fragilizando.

3. Entraves para a participação política nos bairros populares

O neoliberalismo e a precarização da vida como inibidores da participação política

A atual crise econômica levou milhares de brasileiros ao cenário da fome. Para além dos indicadores, a pesquisa pôde presenciar como o desmonte das políticas públicas, o desemprego estrutural e a deterioração da situação econômica do país incidiram diretamente nas condições de vida da população das periferias. Em qualquer evento organizado pelas associações ou por igrejas, os organizadores distribuem comida.

Outros indicadores da piora nas condições de vida é o aumento de pessoas morando nas ruas nos bairros das periferias e buscando comida nos lixos das casas. Também aumentou o número de favelas e de ocupações irregulares. Houve também aumento considerável do trabalho informal, expresso nos ambulantes que circulam nos ônibus/lotações; nos semáforos dos bairros; nas garagens que ofertam serviços, revestidos da lógica neoliberal do empreendedorismo.

Em diversas conversas com moradoras e moradores das periferias, e a partir da experiência das pesquisadoras e dos pesquisadores, pode-se fazer uma pequena listagem de impeditivos para a participação política.

- **Cansaço e falta de tempo**

Uma das questões sempre presente é a da falta de tempo para as reuniões. Ao chegarem cansados de sua jornada de trabalho (jornada esta que inclui o trabalho em si e os longos deslocamentos pela cidade), a moradora e o morador do bairro afirmam que já não possuem energia para participar de reuniões políticas. Ao cansaço, soma-se a necessidade de dar conta das tarefas de reprodução da vida, como cuidar da casa e dos filhos. Esse sobretrabalho no domicílio incide principalmente nas mulheres.

- **Falta de dinheiro**

A falta de dinheiro também foi um dos elementos que surgiu como determinante para a impossibilidade de participação política dos setores mais empobrecidos da população. Por vezes, a moradora ou o morador não possui

recursos para pagar uma passagem de ônibus ou o lanche até o local da reunião. Em outras situações, a falta de dinheiro incide na impossibilidade de comparecer a reuniões políticas pelo fato de, no horário da reunião, as pessoas priorizarem alguma atividade que gere renda para si ou para a família.

- **Hermetismo da linguagem política;**

Outra questão elencada como impeditivo para a participação dos mais pobres em atividades políticas é o hermetismo da linguagem utilizada em reuniões e atividades políticas. Este hermetismo impede o acesso de muitas pessoas e incide na decisão de cada uma delas de participar. Desse modo, a participação acaba se reduzindo ao mínimo, ou a discussões que buscam soluções para problemas prementes da vida cotidiana.

A fragilidade dos laços de solidariedade como inibidores da participação popular

Nos últimos anos, algumas mudanças na sociabilidade das populações das periferias também incidiram na capacidade de organização política de moradoras e moradores. Seguem na sequência dois desses fenômenos:

- **Violência e ideologia da segurança;**

Quando se analisa os dados de homicídios, as décadas de 1980 e 1990 foram muito mais violentas que as décadas de 2000 e 2010. No entanto, o discurso da violência e da segurança opera hoje com muito mais eficácia do que naquelas décadas. Esse discurso, baseado fundamentalmente no medo, tem produzido individualismo e isolamento. As grades foram edificadas, os muros subiram, as crianças brincam menos na rua e os adultos por vezes evitam a convivência coletiva. A penetração da ideologia da segurança também dificulta a organização coletiva e popular.

- **Redes Sociais;**

O advento das redes sociais também causou impacto na sociabilidade periférica. Além de induzir a um estilo de vida segundo o qual a ostentação é emulada, dada a facilidade na veiculação, as redes também induzem a

comportamentos mais individualistas. As interações que ocorrem mediadas por celulares ou computadores diminuem o contato direto entre as pessoas e modificam a apreensão que as pessoas fazem da realidade. Ao produzirem a diminuição do contato, as redes incidem naquilo que praticamente define *periferia*: a relação entre as pessoas.

Propostas para a participação popular

A partir da pesquisa e de uma série de reflexões, seguem abaixo as propostas formuladas para melhorar a participação popular e a organização política nos territórios periféricos.

Antes de propriamente apresentar as propostas formuladas, propomos duas *premissas conceituais*, que funcionam tanto como *premissas* ou objetivos a serem alcançados como *conceitos* que orientam nossa ação.

Duas premissas conceituais

1) Bem Estar Geral;

Esta premissa conceitual leva em consideração a necessidade de *todas* as pessoas moradoras de um determinado território estarem bem e felizes. Para tanto, suas necessidades materiais e subjetivas devem estar sanadas. Cabe lembrar que, em um dado território, a felicidade e necessidade de cada um(a) deve ser responsabilidade de *todos*. O *Bem Estar Geral* pressupõe um cuidado coletivo.

2) Equidade Radical;

Equidade radical é uma premissa que pressupõe o debate aprofundado sobre machismo, racismo, competição e consumismo na periferia, visando a superação dessas questões. Para tanto, deve-se ressaltar como estas incidem na vida cotidiana das pessoas. A superação do machismo, do racismo, da competição e do consumismo existentes no seio da classe trabalhadora habitante das periferias tenderá a reforçar a luta dessa classe contra a dominação empreendida pela burguesia. Deve-se ressaltar que essas questões são próprias do capitalismo, sistema cujo funcionamento pressupõe e estimula a existência dessas práticas.

Após a apresentação destas duas premissas conceituais, seguem na sequência as propostas formuladas pelo Eixo Participação Popular.

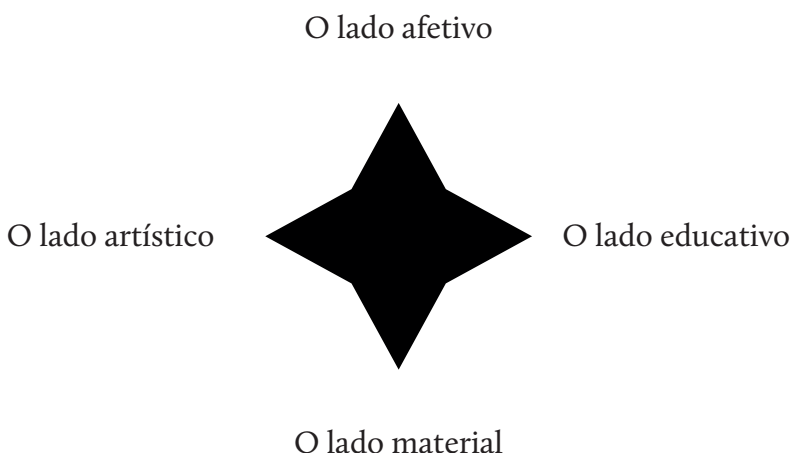
I - Casas de conselhos em todos os bairros;

Casa de Conselho era o nome dado pelo Quilombo dos Palmares à casa onde se decidiam as principais questões relacionadas à vida em coletivo, sejam essas questões relacionadas à produção material ou relacionadas às táticas militares. A nomenclatura aqui utilizada se inspira nos Quilombos, uma vez que este artigo tem a firme convicção de que a periferia é a continuidade e a versão atualizada dos Quilombos. Além dos Quilombos brasileiros, as Casas de Conselho aqui propostas se inspiram também na experiência dos CDRs cubanos, das Comunas Venezuelanas, do Buen Vivir das comunidades autóctonas na Bolívia e dos caracóis zapatistas no México.

Assim sendo, as Casas de Conselhos propostas para as periferias teriam a missão de juntar pessoas, organizar as periferias e contribuir na reconstrução de laços sociais neste momento histórico de fragilização dos mesmos. Por premissa, em um primeiro momento, as Casas de Conselhos incentivariam a sociabilidade. A médio prazo, esses espaços visariam fortalecer a população local com relação aos destinos e à produção de suas próprias vidas.

As Casas de Conselho possuem quatro premissas (lados): o lado material, o lado educativo, o lado artístico e o lado afetivo.

Os quatro lados são representados por uma estrela de quatro pontas:



O lado material

O lado material é a base sem a qual as pessoas não sobrevivem. Dessa forma, a ponta basilar da estrela é prover alimentação para os moradores de um determinado bairro. Aqui este artigo se inspira nas experiências dos Panteras Negras, dos Estados Unidos, que ofereciam cafés da manhã comunitários, e na experiência dos Comedores Populares, nas periferias argentinas, dentre outras. Oferecer comida é um ato de afeto, de partilha, de fortalecimento dos laços. Há ainda um dado da cultura brasileira, no qual os encontros se organizam ao redor da questão alimentar. Em locais pobres essa partilha ganha ainda mais relevância, fundamentalmente em um tempo histórico no qual a fome voltou a ameaçar parte da população.

O lado educativo

O lado educativo prevê uma série de atividades que aprofundem o conhecimento da população sobre as estruturas que conformam a realidade que a cerca a partir da problematização da própria realidade. Neste âmbito, formação política e educação popular se imbricam em um mesmo processo, por meio de cursos, debates e discussões sobre a realidade social. Para apoiar o lado educativo, esta pesquisa propõe suportes metodológicos como criação de bibliotecas comunitárias, cineclubes e círculos de leitura.

O lado artístico

A arte e a cultura têm cumprido papéis fundamentais para a população periférica nas últimas décadas. Sua capacidade de refinar sensibilidades e possibilitar a imaginação deve ser explorada da maneira mais ampla possível. Propõe-se aqui o incentivo a diversas formas artísticas, tais como blocos carnavalescos, saraus, slams, grupos de teatro, grupos de dança, sempre com ênfase nos conteúdos e nas formas próprias de caráter popular e afroindígena.

O lado afetivo

Sem afeto não há conexão possível. Pessoas não se reúnem e nem perduram em um espaço se o elemento afeto não estiver presente. Pessoas necessitam acolhimento, laços, relações e espaços que produzam bem-estar. Em contextos de pobreza e violência, onde as relações tendem a estar esgarçadas, o afeto é revolucionário. Em um mundo cada vez mais competitivo e individualista,

o afeto é revolucionário. Cabe lembrar que um dos fatores do sucesso dos evangélicos é sua capacidade de acolhimento. E que dois fatores dos problemas da esquerda são a ênfase na racionalidade e as relações competitivas em seu interior.

II - A organização popular nos bairros como forma de romper o hermetismo da política institucional;

Propor organização popular nos bairros é necessariamente cair em um dilema: como fazer proposições para o local sem perder a dimensão do global? Sabemos que as instâncias decisórias que incidem de maneira macro na sociedade não se encontram nos bairros populares, pelo contrário, se encontram bem longe deles. A partir dessa constatação, como fazer para não cair no *localismo*? Como organizar a quebrada sem que uma visão particularista impeça a visão da totalidade?

A resposta que este artigo propõe é a de que a organização da população em nível local deve ser feita para melhorar as condições de vida na quebrada e organizar a quebrada para incidir na macropolítica. Neste âmbito, sugerimos a atuação em rede e em comum de várias quebradas organizadas a partir de sua população local, fazendo sempre a conexão entre os problemas cotidianos e prementes do bairro com decisões da macropolítica.

III. A reconstrução dos laços sociais nas quebradas;

Para esta proposta, a principal tarefa neste momento é combater o individualismo, a competição e o esgarçamento do tecido social nos territórios periféricos. Dado o contexto já apontado de fragilidade dos laços sociais na contemporaneidade periférica, faz-se necessário urgentemente pensar e planejar formas de reconstrução desses laços. Desse modo, o primeiro passo para uma revolução social profunda ocorre na edificação e na fortaleza da sociabilidade como potência emancipatória.

No âmbito da reconstrução dos laços sociais, a periferia tem muito que aprender com a experiência dos Quilombos, que mantinham relações com grupos não beneficiados pelo sistema escravista, tais como bandoleiros e guerrilheiros. Esses grupos eram informantes dos aquilombados. Outros grupos com quem os quilombos mantinham relação eram pequenos proprietários, agricultores, comerciantes e mascates. Os Quilombos também acolhiam

elementos igualmente oprimidos na sociedade escravista, tais como fugitivos do serviço militar, criminosos, indígenas, brancos pobres, mestiços e negros livres marginalizados.

Quando se referencia na organização dos Quilombos no Brasil, a periferia organizada precisa estar em constante conversa com os demais grupos oprimidos, como indígenas, refugiados, LGBTQIA+, mulheres, MTST, MST, movimento negro, movimento feminista negro e comunidades rurais (sem desconsiderar a presença desses elementos na quebrada, mas sim pensando nesses grupos enquanto polo de luta/resistência) como tática de União para pensar nas estratégias de luta dos oprimidos. É necessário também que a periferia se compreenda como classe trabalhadora e se organize enquanto tal.

IV – A produção do comum em comum;

Laços de solidariedade e sociabilidade são potencialidades dos territórios periféricos. Por uma série de fatores históricos e conjunturais, essas potencialidades estão latentes. É preciso voltar ao comum, tanto por um princípio político-filosófico quanto por uma necessidade imperiosa ditada pelos tempos de crise em que vivemos. Há a possibilidade de a violência e a pobreza aumentarem nos próximos anos. Desse modo, assim como o reforço dos laços sociais, é imperioso a população possuir os meios de produção da vida em seus âmbitos político e econômico. Padre Ticão, relevante liderança comunitária e entrevistado para este artigo, foi quem mais enfatizou necessidade da periferia se autossustentar. Propõe-se aqui a produção em comum da alimentação e das decisões políticas.

Assembleias permanentes

Propomos que em cada bairro se formem assembleias permanentes dedicadas à discussão dos problemas do bairro e dos problemas do mundo. A junção de pessoas, o debate, a informação e a proposição devem ser emulados.

Hortas comunitárias

A experiência das hortas comunitárias é antiga em solo brasileiro. Da tradição indígena temos sólidos exemplos. Outro referencial foram os Quilombos. Sua base econômica consistia na agricultura policultora, opondo-se ao sistema latifundiário escravista por meio do uso útil de roçados. A produção também

aumentava extraordinariamente por meio da abundância da mão-de-obra, do trabalho cooperativo e da solidariedade. Na década de 1980 muitas hortas comunitárias foram incentivadas pelas Comunidades Eclesiais de Base nos bairros populares. Na contemporaneidade já existe uma rede sólida de agricultura urbana localizada nas periferias. A proposta deste eixo é o incentivo à criação de um número cada vez maior dessas experiências. Os ganhos podem ser muitos. De um lado, incentiva-se a produção de alimentação de qualidade em um tempo de encarecimento e envenenamento da comida. Por outro lado, toda experiência coletiva é válida e deve ser incentivada em um tempo de cada vez maior individualismo e competição. Por fim, sugere-se o incentivo à formação de redes de cooperativas de hortas comunitárias que produzam em rede e ofertem alimento barato a população.

V. As sedes do poder devem se localizar onde moram os mais pobres;

Em paralelo à organização local, ao discutir participação popular também se pretendeu aprofundar a discussão sobre quais as melhores proposições no que tange à forma como a sociedade brasileira escolhe seus representantes. Muito se leu e se debateu, mas nenhuma proposta nos convenceu inteiramente. Também não se pretende apresentar propostas que pensem em reformar o sistema, ainda que se saiba que propostas sem factibilidade não produzem aderência. Isso posto, este artigo, ao pensar política institucional, pretende começar a discussão por meio de uma questão estrutural pouco debatida: a localização das sedes do poder.

O pensador francês Michel Foucault, em seu livro *Segurança, Território e População*, já apontava que uma das premissas do urbanismo francês era salvar as sedes do poder, deixando-as o mais longe possível das “hor-das de pobres e andarilhos”. Parece que no Brasil essa premissa foi levada ao paroxismo. Todas as sedes do poder, pensadas como os locais onde se tomam as decisões, estão consideravelmente afastadas dos locais onde habitam as classes populares. Esse artifício tem por objetivo deixar os mais pobres o mais distante possível dos locais onde se tomam as principais decisões e que irão incidir na totalidade da sociedade.

O principal exemplo disso é a localização de Brasília, situada no planalto central e bastante distante das principais capitais brasileiras, local onde se

concentram os mais pobres e a maior parte da classe trabalhadora. A própria decisão de construir a cidade nesse local já tinha como objetivo maior afastar as sedes do poder do Rio de Janeiro, antiga capital do país e local onde o povo contracenava com o poder. No caso estrito da cidade de São Paulo a dinâmica se repete. O Palácio dos Bandeirantes, sede do poder estadual, se localiza no bairro do Morumbi, ladeado de mansões e bem distante das periferias, local de moradia dos mais pobres. A sede do poder municipal se encontra no centro histórico da cidade, mas até poucos anos atrás se localizava no Parque do Ibirapuera, também localizado na região sudoeste, onde habitam os mais ricos.

Se no âmbito do poder político é evidente como a localização das sedes políticas favorece uma classe social, no âmbito dos poderes ideológicos a dinâmica não é diferente. Universidades como a USP e a PUC, emissoras como a Rede Globo, dentre outras sedes detentoras da produção e legitimação das ideias, se localizam também na região sudoeste, protegidas e guardadas pelas elites que produzem as ideias disseminadas por esses meios. As sedes do poder financeiro se encontram nas avenidas Paulista e Berrini, obedecendo a mesma lógica. A localização da Bolsa de Valores no centro de São Paulo é a exceção que confirma a regra.

A localização das sedes do poder se relaciona diretamente com a classe social que detém o poder. Expressão de uma verdadeira geopolítica urbana, as sedes do poder estão localizadas em áreas nobres e existem para serem expressão das classes sociais que habitam esses bairros. Desse modo, impede ou dificulta que os mais pobres interajam com o poder político, dadas as distâncias, a dificuldade de locomoção e o tempo do deslocamento.

Este artigo propõe a mudança da localização das sedes do poder político como forma de possibilitar a participação popular.

VI. Por uma Reforma Política;

O atual sistema político brasileiro é fruto de uma sociedade conservadora e escravocrata que por séculos hegemonizou as relações em nosso país. Nesse modelo, latifundiários, coronéis e, posteriormente, empresários e rentistas monopolizam as estruturas de poder. Séculos de resistências e organizações populares fizeram com que a população mais pobre e trabalhadora, mulheres e negros conseguissem algum avanço. No entanto, a estrutura ainda é bastante desigual. Mais recentemente, a constituição de 1988 abrigou em seu seio as

demandas de diversos grupos sociais, mas manteve uma série de acordos realizados na transição da ditadura para a democracia e que tiveram por objetivo manter intactas as formas de representação política.

Desse modo, esta pesquisa propõe uma reforma política baseada em pelo menos quatro pontos fundamentais:

a) Enfrentar a imposição dos sistemas econômicos;

Atualmente a eleição para cargos legislativos (e executivos também) é um negócio em que empresas privadas “investem” em um determinado candidato. Não há democracia que resista ao sistema econômico, e a resultante dessa lógica é uma sobrerrepresentação de empresários nos legislativos e nos executivos de todo o país. Propomos financiamentos públicos de campanha com equidade de distribuição de recursos e um teto para esses gastos.

b) Combater o oportunismo eleitoral;

O atual sistema político, calcado em figuras e não em programas, estimula o personalismo e a criação de partidos de aluguel. Também estimula a criação de currais eleitorais e práticas fisiológicas como as observadas no famoso *centrão*. Mais do que um setor no espectro político, o *centrão* é uma prática política baseada na extorsão e nos próprios interesses

c) Enfrentar a sub-representação;

Em todos os cargos do executivo e do legislativo brasileiro há uma sobrerrepresentação de elites locais, ricos e de classe média, moradores de áreas privilegiadas, empresários, brancos, homens, na sua maioria mais velhos. Há que se instituir mecanismos para a representação de setores da população sub-representados, adequando essa presença ao tamanho de tais populações na sociedade. Desse modo, aumentaria consideravelmente o número de mulheres, negros, indígenas, jovens, trabalhadores, pobres, periféricos, LGBTQIA+, dentre outros grupos.

d) Fortalecer a democracia direta;

Estimular a organização popular e a organização de assembleias nos bairros e nos locais de trabalho e facilitar os mecanismos de convocação de plebiscitos e referendos por parte da população.

Referências bibliográficas

ALENCAR, Chico. *Nossos Sonhos Cabem na Política?* Coleção Cadernos do Povo. Fundação Lauro Campos e Marielle Franco/Editora Lince: Campinas, 2019

AUGUSTI, Waldir Aparecido. *Movimento Pro Mandatos Coletivos Comunitários – Zona Leste – São Paulo – SP.*

D’ANDREA, Tiaraju. “Contribuições para a definição dos conceitos periferia e sujeitas e sujeitos periféricos”. *Revista Novos Estudos Cebrap*. São Paulo, n 116, 2020.

DARDOT, Pierre & LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2016.

_____. *Comum: ensaio sobre a revolução no século XXI*. São Paulo: Boitempo, 2017.

FOUCAULT, Michel. *Segurança, Território e População*. Resumo dos Cursos do Collège de France. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.

IBÁÑEZ, Alfonso. *Utopías y emancipaciones desde nuestra América*. San José, Costa Rica: DEI, 2010.

IPDM. *Cartilha Para o Poder Popular*. 1 edição. Itaquera/São Paulo. Agosto, 2019.

LÓPEZ Y RIVAS, Gilberto. *Autonomías. Democracia o contrainsurgencia*. Era, México, 2004.

MANOEL, Jones & LANDI, Gabriel (Orgs.). *Raça, Classe, Revolução: a luta pelo poder popular nos Estados Unidos*. São Paulo: Autonomia Literária, 2020.

MARTORANO, Luciano Cavini. *Conselhos e democracia: em busca da socialização e da participação*. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

MARX, Karl. *La Commune de Paris*. Paris: Le Temps de Cerises, 2002.

MAZZEO, Miguel; ACHA, Omar. *Reflexiones sobre el poder popular*. Buenos Aires: Editorial El Colectivo, 2007

MIGUEL, Luis Felipe. *O colapso da democracia no Brasil: da constituição ao golpe de 2016*. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, Expressão Popular, 2019.

MOURA, Clóvis. *Rebeliões da senzala: quilombos, insurreições, guerrilhas*. São Paulo: Anita Garibaldi coedição com a Fundação Mauricio Grabois, 2014.

NOVAES, Henrique T. *O retorno do caracol à sua concha: alienação e desalienação em associações de trabalhadores*. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

PLENÁRIA NACIONAL DOS MOVIMENTOS SOCIAIS. “Plebiscito Popular: por uma constituinte exclusiva soberana do sistema político”. São Paulo: CUT, 2014.

RIBAS, Luiz Otávio. *Constituinte exclusiva: um outro sistema político é possível*. São Paulo: Expressão Popular, 2014.

ROCHA, Camila; SOLANO, Esther. *As direitas nas redes e nas ruas: a crise política no Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

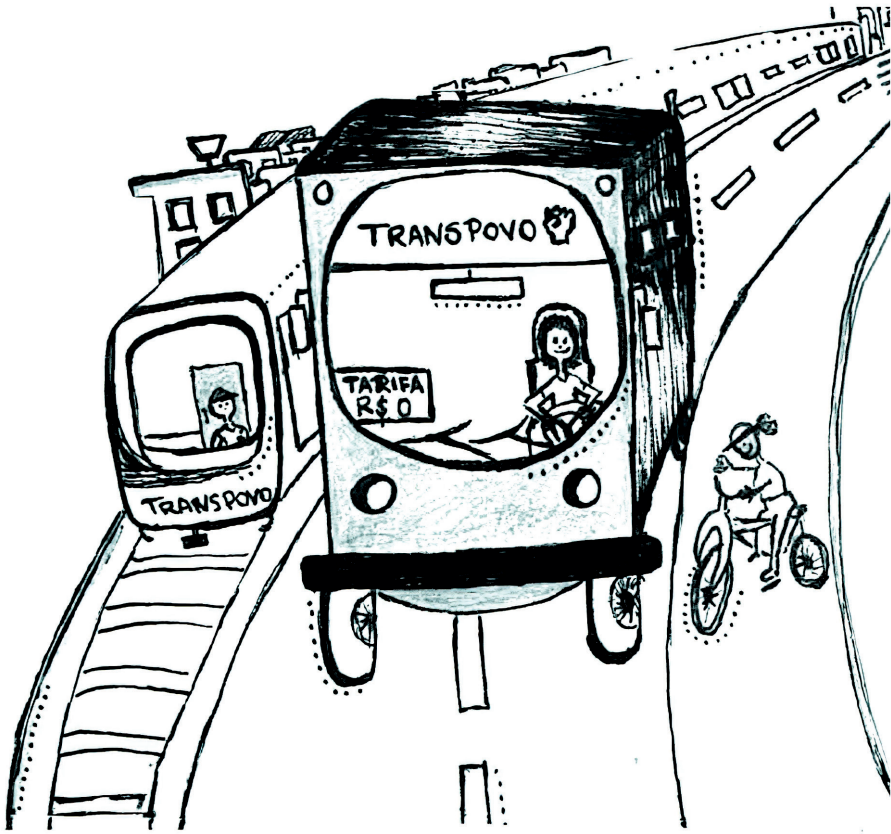
SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em casa: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SILVA, Brenda. “*Faz isso por nós, faz essa por nós*”: reflexões sobre a periferia como sistema cultural e a universidade pública contemporânea. Dissertação de Mestrado em Mudança Social e Participação Política. EACH/USP, 2019.

THOMPSON, Edward. *Tradicón, Revuelta y Consciencia de Clase*. Estudios sobre la crisis de la sociedad pré-industrial. Barcelona: Editorial Crítica, 1992.

ZIBECHI, Raúl. *Territorios em resistênciã: cartografia política de las periferias urbanas latinoamericanas*. Buenos Aires: La Vaca Editorial, 2008.

_____. “La emancipación como producción de vínculos”. In: *Los desafíos de las emancipaciones em um contexto militarizado*. Ceceña, Ana Esther. CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. 2006. p. 12



EIXO TRANSPORTE

Transporte e mobilidade na periferia de São Paulo: uma condição socioespacial da desigualdade urbana

Sandro Barbosa de Oliveira¹

Introdução

A periferia de São Paulo nas últimas décadas esteve presente no imaginário social pela imagem de pobreza, precariedade, carência, violência e vulnerabilidade. No entanto, no final da década de 1970 “novos” personagens que viviam nessas quebradas entraram em cena na luta por moradia, creche, escola, transporte e infraestrutura nesses bairros resultantes de assentamentos precários, conjuntos habitacionais, autoconstrução e mutirões.² Na década de 2000, por intermédio dos movimentos de cultura, esses agentes se lançaram na condição de *sujeitas e sujeitos periféricos*³ para transformar sua realidade social após apropriação, percepção e ressignificação da periferia na condição de sujeitos políticos e culturais, que passaram a ter orgulho e potência na luta contra o cenário de desemprego, pobreza e

¹ Pesquisador do CEP, Eixo Transporte. Doutor em Sociologia pelo Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas.

² Ver Eder Sader (1988).

³ Ver Tiarajú Pablo D'Andrea (2013).

falta de perspectivas decorrentes das políticas neoliberais. Nesse contexto, as condições e os custos do transporte coletivo não aparecem como pautas de reivindicações permanentes dos movimentos sociais organizados no lugar, o que exigiu compreender sua importância na vida dos que vivem na periferia da cidade.

Tanto o transporte coletivo como o crescente transporte individual se converteram nas últimas décadas em mediadores fundamentais entre os momentos de produção e reprodução social da vida de quem habita a metrópole de São Paulo. Além das jornadas de trabalho e dos estudos que trabalhadores formais, informais e estudantes das periferias necessitam encarar cotidianamente, eles dispendem e são consumidos por um tempo de deslocamento que não é considerado como fator de desigualdade social nesse cotidiano vivido. Esse tempo de deslocamento representa mais que o dado numérico da Pesquisa Origem-Destino do Metrô de São Paulo (OD). Ele significa parte do tecido da vida dessas pessoas que encara longos deslocamentos para ir e voltar de casa ao trabalho, escola ou universidades todos os dias úteis dessas atividades distribuídas e concentradas desigualmente no espaço urbano produzido que também é um espaço segregado e dividido.

O transporte coletivo em São Paulo é um dos mais caros do mundo e é mais precário nas periferias, onde vive a maioria dos trabalhadores de baixa renda que já lidam com as condições precárias de trabalho e moradia. Por isso, a Pesquisa *Agenda Propositiva das Periferias*, por meio do Eixo Transporte, procurou compreender a importância do transporte no cotidiano para entender as desigualdades que imperam na sociedade, uma vez que a mobilidade urbana tem sido precária e o tempo de deslocamento maior nas periferias. A pergunta orientadora foi: quais as condições espaciais que determinam as condições de vida de quem habita as periferias por meio do transporte e das desigualdades urbanas?

Para realizar a pesquisa utilizamos como método de investigação a bibliografia sobre os estudos urbanos e periféricos; entrevistas em grupos focais e questionários para análise qualitativa das vivências no transporte; e análise quantitativa dos deslocamentos a partir da OD de 2017. Para análise socioespacial nos baseamos em mapas produzidos de cada periferia com base na OD, com o objetivo de espacializar os deslocamentos e visualizar os diferentes padrões entre os territórios das periferias, subúrbios e centro

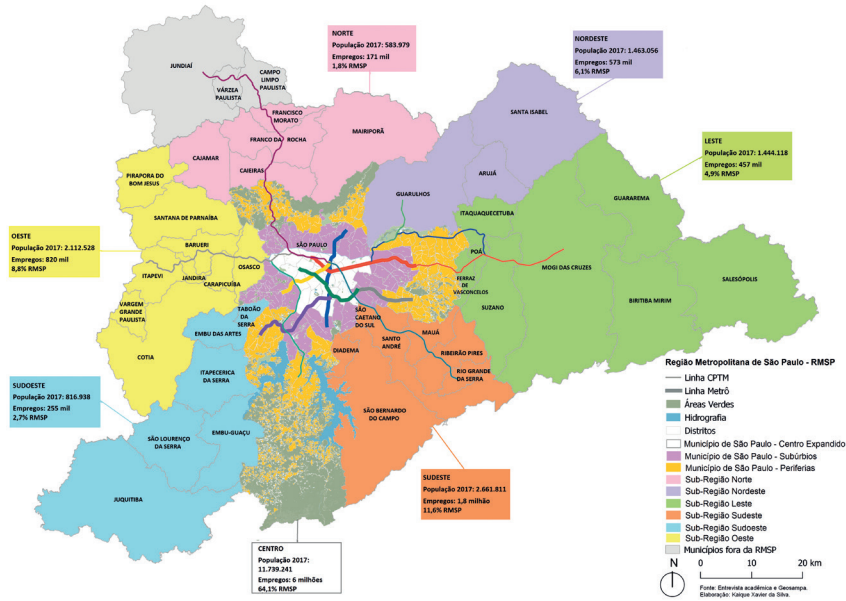
expandido, a fim de evidenciar essa desigualdade urbana.

Esses padrões de deslocamento advêm da formação socioespacial brasileira que tem sido dependente e periférica no modo de produção capitalista, e resultou numa tríplice segregação: socioespacial, étnico-racial e urbana, que predomina na metrópole por meio da separação entre localizações de moradia e empregos de trabalhadores periféricos. A divisão em classes sociais é característica de sociedades em que predomina o processo de acumulação do capital, expandida ao espaço urbano que é produto do longo processo de urbanização que se converteu em produtor de desigualdades e dominação de classes pelo controle do tempo de deslocamento de trabalhadores. Esse tempo, que não é visto como fator de desigualdade social, tem sido diferente para indivíduos de classes sociais distintas que habitam espaços diferenciados da metrópole e reproduzem modos de vidas de acordo com a classe que pertencem. Para muitos, os espaços que habitam e trabalham não são escolhas, mas condição de diferenciação de classe no processo social de consciência.

Definindo os espaços e a análise

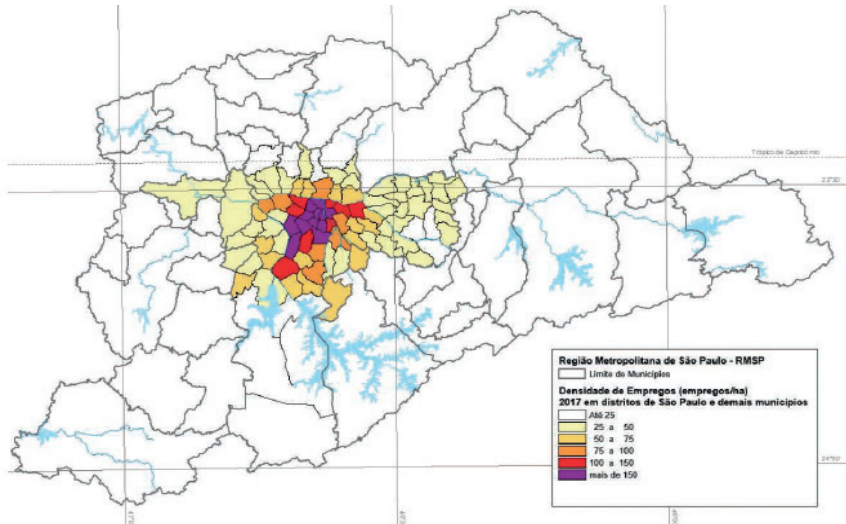
O aspecto da realidade do qual designamos por *condição socioespacial* refere-se ao espaço como parte da condição de vida e das desigualdades urbanas enfrentadas por indivíduos de diferentes classes sociais, e se verifica nos longos tempos de deslocamentos por parte de trabalhadores precários que realizam trabalhos manuais e longas jornadas de trabalho. Para apreender tal desigualdade, analisamos as relações, contradições sociais e partimos da caracterização por meio de mapas e dados da OD. Na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), território desse estudo, verificamos as seguintes características:

Figura 1: RMSP – Periferias, Subúrbios, Centro Expandido do Município de São Paulo e Sub-Regiões da Metrôpole – População e Emprego – 2017.



Fonte: Elaboração própria. Metrô-Pesquisa OD 2017.

Figura 2: RMSP – Concentração e Densidade de Emprego – 2017.



Fonte: Metrô-Pesquisa OD 2017.

Como se vê na figura 1⁴, o município de São Paulo concentrava em 2017 mais da metade da população da RMSP com 11,7 milhões de habitantes e 64,1% dos empregos, o que provoca longos deslocamentos internos e das demais sub-regiões para as localidades desses empregos. A Sub-Região Sudeste vem em seguida com 2,6 milhões de habitantes e é responsável por 11,6% dos empregos, depois a Sub-Região Oeste com 2,1 milhões de habitantes e 8,8% dos empregos.

Percebemos três características da segregação urbana apontadas por Villaça (2012)⁵, mas também a maior concentração de empregos tanto dos mais pobres como dos mais ricos no quadrante sudoeste⁶ da metrópole, que lhe transformou em localização privilegiada do setor terciário (serviço e comércio) e centralidade urbana da economia na metrópole. A desigualdade na distribuição e concentração dos empregos por distritos ou área é um dos fatores responsáveis pelos massivos deslocamentos diários de trabalhadores de suas habitações, nas periferias, aos locais de trabalho nessa localização.

Por isso, a exposição dos resultados desse estudo inicia com abordagem da tríplice segregação socioespacial, étnico-racial e urbana para caracterizar, compreender e explicar as desigualdades sociais a partir da relação periferia-centro e de suas condições de transporte e mobilidade precária. Socioespacial refere-se à segregação que se materializa ao nível do bairro e distrito numa escala do lugar, mas como expressão do movimento geral das contradições da circulação do capital e separação entre classes. Diferentes classes podem até ocupar o mesmo território, como é o caso do bairro de Paraisópolis, mas jamais o mesmo espaço que está segregado e separado por classe. Étnico-racial se assemelha a socioespacial pelo aspecto de os trabalhadores mais explorados de baixa renda que habitam as periferias estarem representados em maioria pela população negra (pretos e pardos) que constitui a classe trabalhadora. E urbana refere-se à segregação em

4 A Figura 1 foi inspirada no mapa produzido pelo Movimento Cultural das Periferias no que tange ao município de São Paulo. Esse mapa embasou a Lei de Fomento à Cultura das Periferias (Lei 16.496/2016).

5 “1) *Com os aspectos políticos*: por meio da legislação urbanística, da atuação do Estado, especialmente sobre o sistema de transportes [...]; 2) *Com os aspectos econômicos*: especialmente por meio do mercado da terra, da formação dos preços da terra e pela atividade imobiliária; 3) *Com processos ideológicos*, por meio dos quais a classe dominante produz e difunde ideias que visam esconder os processos reais de produção do espaço urbano desigual [...]” (Villaça, 2012: p. 59).

6 O Quadrante sudoeste de São Paulo, onde se concentra a maior parte da pequena-burguesia, da classe média e da burguesia, vai desde a Avenida Paulista a Santo Amaro, dos Jardins até o Morumbi.

escala ampla como expressão da segregação socioespacial e étnico-racial: ela se verifica no nível da diferenciação entre áreas da cidade e da metrópole como expressão de um padrão de urbanização desigual. Para explicitar tais diferenças no âmbito urbano, a figura 1 reúne a representação das categorias de periferia, subúrbio e centro expandido, definidas a seguir.

Nos territórios periféricos espalhados pela metrópole de São Paulo, entendemos que eles se caracterizam pela distância em relação ao centro e pela maior concentração de trabalhadores de baixa renda, habitações auto-construídas e transporte precário. A Prefeitura de São Paulo definiu a área do centro expandido que abarca uma área com mais de 190 km², com alto padrão de verticalização e valorização imobiliária, concentração das classes de mais alta renda, empregos e veículos motorizados. Denomina-se como subúrbio a área intermediária entre a área central-sudoeste e a periferia, sendo ele composto por bairros mais antigos e com padrões urbanísticos com maior regulação (D'Andrea, 2020, p. 28).

Subúrbio é um termo que designava bairros distantes do centro e quase sempre caracterizados pelas estações de trem e via férrea, presença de indústrias, proximidade da divisa da cidade com o rural e loteamentos regidos por legislação. Tiarajú D'Andrea (2020) se referenciou na categoria subúrbio dos estudos de José de Souza Martins (1992; 2001), que analisou sua origem no século XVIII e como ele foi definido por moradores sujeitos dessa espacialidade, além de comparações entre subúrbios paulistano e parisiense. Esse resgate foi importante para ressignificar o conceito no processo de transformação urbana recente, ao diferenciar territórios que são vistos por parte da população e estudiosos como sendo parte das periferias, quando na realidade são subúrbios. Para Martins, subúrbio referia-se à atual região do ABC Paulista, povoado por moradores de fazendas e bairros rurais, ligados à dinâmica cotidiana da cidade de São Paulo, mas em vias de urbanização.

Definidas as questões geográficas, passemos às questões sociológicas do estudo. Realizamos entrevistas por meio de grupos focais⁷ com trabalhadores e trabalhadoras de determinadas categorias profissionais de trabalho, com

7 Realizamos quatro grupos focais no Conjunto José Bonifácio com três mulheres diaristas; na Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, na Praça da Sé, com onze mulheres auxiliares de limpeza; no canteiro de obras Alexios Jafet, no Jaraguá, da Associação dos Trabalhadores Sem Terra da Zona Oeste, com cinco pessoas (quatro homens e uma mulher); na sede do Sintratel (Sindicato dos Trabalhadores do Telemarketing de São Paulo) na Santa Cecília com cinco homens; e no Jardim Conceição em Osasco com sete mulheres.

o objetivo de partir de suas condições de vida cotidianas concretas e aprender as contradições, estratégias e o espaço vivido nesse ir e vir diário do trabalho e sua relação com a periferia e a cidade. Entrevistamos pessoas de categorias de trabalho precário e que empregam trabalhadores com escolaridade média e baixa: 1) diaristas; 2) domésticas; 3) auxiliares de limpeza; 4) teleoperadores; 5) pedreiros e ajudantes de pedreiros; e dez questionários para pessoas com ensino superior: 6) professores; 7) pesquisadores; 8) técnicos diversos. Consideramos essas categorias representativas da população periférica que se vira para trabalhar e reproduzir a existência de si e de sua família como condição de vida.

Na exposição dessa pesquisa, nos referenciamos nas noções de espaço, cotidiano e urbano para desvendar algumas percepções de trabalhadores/as que vivenciam o cotidiano do transporte coletivo e do tempo de deslocamento a partir da periferia. Para ampliar a definição de periferia no sentido dado pelo processo de urbanização desigual que impera na sociedade, propomos uma interpretação que considere a *condição socioespacial* a partir da infraestrutura viária de transporte, do tempo de deslocamento socialmente determinado e do cotidiano da mobilidade perversa vivido por quem reside na periferia como mais uma camada da desigualdade urbana e das condições de vida de seus habitantes.

Transporte e deslocamento: uma condição socioespacial de vida na periferia

A história da metrópole paulistana foi mediada por uma série de relações que contribuíram para sua forma urbana. Elas foram intensificadas com a inauguração da ferrovia, em 1867, com a expansão dos subúrbios-estações, e no século XX, com o sucateamento das ferrovias e pela opção das elites pelo rodoviarismo, fato que contribuiu para a expansão das periferias. Sua urbanização promoveu a produção de espaços diferenciados por classe, étnico-racial e território, além de áreas da metrópole de acordo com a produção e a circulação no regime de acumulação de capital que resultou em segregação urbana conduzida pelas classes dominantes. Em seu desenvolvimento, a urbanização resultou na área habitada por grande parte da classe trabalhadora denominada por periferia e no padrão desigual de assentamentos precários e autoconstruídos, ou planejados pelo Estado

como conjuntos habitacionais que proliferaram em territórios distantes do centro urbano da metrópole.

As periferias são resultado de características da vida urbana de reunião, encontro e aglomeração em contradição com segregação, separação e dominação por meio do espaço, ao indicar que as relações vividas e percebidas por seus habitantes permitem encontrar o sentido da urbanização e a lógica dessas relações. Nesse sentido, o processo socioespacial das periferias em São Paulo pode ser entendido como elemento de formação da classe trabalhadora periférica que, diferentemente das classes e camadas médias e dominantes, vai constituir um modo de vida distinto mediante a *condição socioespacial*. Essa condição, caracterizada por diferentes condições de vida na metrópole, evidencia que a formação de diferentes classes sociais perpassa os locais de habitação e trabalho e suas diferentes condições de produção e circulação. Diante disso, a apropriação e o fazer-se da classe mostram a importância da experiência vivida no espaço que é resultado de relações na reprodução da existência, da qual entendemos como periférica.

A partir desse momento, ao longo do artigo, e considerando as desigualdades urbanas, apresentamos alguns relatos do estudo de caso de experiências vividas no transporte por trabalhadores/as, que mostram a lógica dessa desigualdade mediante o que designamos por cotidiano da mobilidade perversa. O caso de dona Benedita de Oliveira, mãe e avó, mulher negra e periférica, aposentada e trabalhadora diarista, é bem característico do problema social que abordaremos aqui, pois em seu relato disse: “na semana, eu trabalho terça no Belém, quarta no Tatuapé e quinta em Moema”, o que mostra uma mobilidade variável ao trabalho. Ela mora na Cohab 2 Itaquera, e mesmo aposentada precisava trabalhar para complementar a renda, por receber um salário mínimo de aposentadoria insuficiente para as necessidades de sua família. Ela se aposentou em uma creche onde trabalhou na cozinha, e foi trabalhar como diarista por ser um trabalho flexível, porém, precário e sem direitos, mas com tempo para realizar outras necessidades e não ficar prisioneira de jornadas de trabalho rígidas. Sua filha, Márcia de Oliveira, relatou:

Eu trabalhei em fábrica, quando eu casei cuidava de criança, vendi pano de prato, fazia faxina, já fiz de tudo nessa vida. [...] Quando eu era jovem, eu

morava na Vila Formosa e eu sempre trabalhei perto de casa. Comecei na fábrica com quinze anos, perto de casa. Eu já trabalhava antes, com nove anos, em casa de família. (Márcia de Oliveira, grupo focal, 2018).

Quando da entrevista, Marcia era diarista e realizava trabalhos domésticos de limpeza há oito anos no Parque São Domingos e cinco anos na Lapa na Zona Oeste, e vivia há 20 anos no distrito de José Bonifácio na periferia leste. Atravessava a cidade três vezes por semana e utilizava transporte coletivo num percurso de duas horas e quarentas minutos de ida e volta. A Márcia é negra, mãe sozinha de duas filhas e avó, pelas quais trabalhava para ajudá-las nos estudos e reprodução de suas vidas. Márcia é o tipo de mulher trabalhadora que está na base da pirâmide social: mulher, negra, pobre. Três determinações inter-relacionais articulam sua condição de vida: gênero, raça e classe, ao estar numa condição socioespacial distinta de suas patroas brancas e de classe média.

Ângela Davis (2016, p. 17) mostrou a inter-relação entre questões de gênero, raça e classe ao abordar a condição da mulher negra nos Estados Unidos, ao dizer que as mulheres negras sempre trabalharam mais fora de casa do que suas irmãs brancas, ao reproduzir um padrão estabelecido durante o início da escravidão e, na condição de escravas, eram trabalhadoras domésticas – cozinheiras, arrumadeiras ou mammy na casa-grande. Davis mostra como as relações de classes são mediadas por relações de gênero e étnico-raciais e são estruturais, ao evidenciar que a condição da mulher negra⁸ precisa ser base de qualquer análise para transformar radical a sociedade, e que, em decorrência do “legado da escravidão”, está relacionada aos trabalhos de reprodução: doméstico, cuidadora, limpeza etc. Ainda que retrate a realidade estadunidense, o texto de Davis permite analisar algumas semelhanças com a situação brasileira.

Não por acaso que Márcia de Oliveira, filha de Benedita, reproduziu a condição de vida da mãe inclusive nessas atividades de trabalho. Isso não quer dizer que não haja mulheres negras ocupando outras posições no processo de produção e reprodução, mas as que ocupam tais posições de trabalhos reprodutivos se mostram como confirmação de uma “regra” que também é um “legado da escravidão” no Brasil. Márcia relatou ainda seu cotidiano

⁸ Estas questões estão melhor desenvolvidas nos artigos dos Eixos Gênero e Violência, presentes neste livro.

de deslocamentos e horários para chegar ao trabalho:

Eu trabalho numa casa três vezes na semana: segunda, quarta e sexta. Eu saio daqui cinco horas da manhã, pego o trem, desço na Luz. Na Luz pego o Morato (trem sentido a Estação Francisco Morato) e desço na Lapa. Na Lapa eu espero o ônibus e desço na Anhanguera (rodovia), ali no Parque São Domingos. [...] Mas eu acho rápido, porque eu saio daqui cinco horas, pego o trem cinco e 10 minutos, cinco e pouco, e quando dá seis horas e vinte minutos eu já estou lá. Quinze para as seis eu estou na Lapa. Aí eu espero o ônibus que passa seis horas e cinco minutos. Ou senão eu pego qualquer ônibus, desço na Anhanguera e vou a pé. Eu gosto de andar. (Márcia de Oliveira, grupo focal, 2018).

A rapidez relatada por Márcia relacionava-se ao fato de ela morar perto da Estação José Bonifácio da CPTM⁹, o que lhe permitia chegar ao centro em cerca de 30 minutos, algo que antes da inauguração era de 1 hora e 30 minutos. O transporte metroferroviário permite maior acessibilidade e rapidez, mas não resolve em si o problema da mobilidade urbana, pois ela está determinada pela segregação urbana entre locais de moradia e emprego de parte da classe trabalhadora periférica. Outro aspecto era que Márcia tinha que sair de casa às 5 horas da madrugada para chegar 6 horas e 20 minutos no emprego e trabalhava até as 16 horas. Esse tipo de trabalho de reprodução relaciona-se às tarefas de limpeza e preparação do café da manhã para patroas, patrões e suas famílias.

Outro caso semelhante foi o das trabalhadoras da limpeza na empresa Top Service, que reunia 88 funcionárias entre encarregadas e auxiliares de limpeza que chegavam às 6 horas da manhã no trabalho, antes que os demais trabalhadores. Das onze mulheres entrevistadas na empresa de limpeza, oito eram negras e moradoras da periferia de São Paulo e representam a maioria das trabalhadoras de limpeza como resultado de um processo social, histórico e desigual que pesa mais sobre as mulheres negras trabalhadoras.

O caso da Ismênia dos Santos, moradora do distrito do Itaim Paulista, periferia leste, que trabalhava pela empresa de limpeza na Praça da Sé, mostra isso: “Para vir é mais rápido porque não tem trânsito, né? Então

⁹ Companhia Paulista de Trens Metropolitanos. Estação inaugurada em 2000.

demoro 1 hora, 1 hora e 20 minutos. Mas para ir é um carma, o negócio é feio. [...] Porque eu demoro quase 3 horas para ir embora”. Para ir e voltar do trabalho a Ismênia utilizava ônibus do Jardim Camargo Velho, onde morava há 14 anos, e atravessava a Zona Leste para chegar até a Praça da Sé. Na volta à tarde, fazia o mesmo trajeto em mais tempo. No relato da encarregada Adriana dos Santos, ficou mais explícita essa condição:

Porque na madrugada Sandro é tranquilo na vinda. Mas na volta, horário de pico, se gasta duas e meia ou três horas. [...] Geralmente cinco e meia a gente já está por aqui. Quer dizer, você pega um ônibus dez para as quatro da manhã, você consegue chegar aqui em uma hora. À tarde não, você demora mais. O mais rápido é uma hora e meia. (Adriana dos Santos, grupo focal, 2018).

As experiências relatadas mostram as dificuldades de deslocamentos que remetem a organização do sistema de transporte na metrópole paulistana, caracterizado a seguir. O tipo de transporte (ônibus, micro-ônibus, trem e metrô) e a infraestrutura urbana remete a *condição socioespacial* que está dada pelos sistemas viários de transportes produzidos socialmente, mas não revela em si os processos ocultos dessa condição que tem relação direta com a tríplice segregação socioespacial, étnico-racial e urbana na metrópole.

No município de São Paulo havia, em 2018, cerca de 14.500 ônibus e micro-ônibus que operavam em 50 Linhas Estruturais e 101 Linhas Locais, por meio de 32 empresas privadas concessionadas¹⁰ geridas pela SPTrans. O Metrô¹¹ de São Paulo e a CPTM¹² constituem o sistema metroferroviário da metrópole. Eles transportaram em média, 3,7 milhões de passageiros por dia em 2018¹³. A rede metroviária possuía seis linhas com 89 estações e chegou, em 2020, a 103,8 quilômetros, incluindo 11,6 quilômetros da Linha 15 Prata – Monotrilho. Quatro linhas são operadas pelo Metrô e duas pela empresa privada CCR, todas elas somente na cidade de São Paulo. Por sua vez, a CPTM era responsável pela operação de sete linhas, num total de 273 quilômetros de ferrovia e 94 estações, e atendia a 22 municípios, sendo 19

10 A SPTrans, criada em 1995, faz a gestão e fiscalização do transporte coletivo por ônibus.

11 A Companhia do Metropolitano de São Paulo foi fundada em 1968 e entrou em operação em 1974.

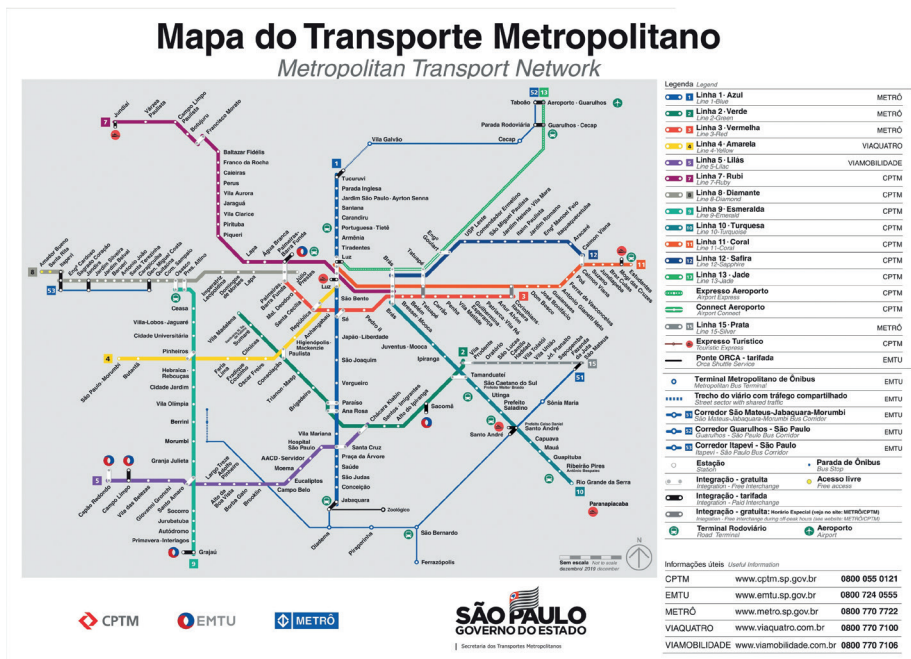
12 A CPTM foi criada em 1992, após fusão de outras companhias.

13 Metrô de SP. Indicadores de Demanda, Fevereiro de 2019.

deles na metrópole paulista, transportando 2,8 milhões de passageiros por dia. Desde sua criação, a CPTM atende os subcentros nas periferias e subúrbios e promove a ligação com o centro da metrópole. Por fim, a EMTU¹⁴ fazia a gestão e fiscalização do sistema metropolitano em um universo de 43 empresas concessionadas, de 547 linhas e uma frota 4.355 ônibus. Não computamos a frota de ônibus dos demais 38 municípios da RMSP.

Diante dessa condição, um dos problemas fundamentais em São Paulo relaciona-se ao transporte cotidiano de trabalhadores, que podemos ver no mapa e na análise a seguir.

Figura 3: Sistema do Transporte Metropolitano de São Paulo – 2020



Fonte: Secretaria dos Transportes Metropolitanos do Governo do Estado de São Paulo.

Há entendimento entre estudiosos do urbano que o desenvolvimento do capitalismo exige um sistema de transportes de massa com referência à mobilidade urbana e rapidez dos habitantes. Porém, as contradições do capitalismo periférico têm se mostrado avessas a tais premissas técnicas sob

¹⁴ Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos.

a realidade de intensa segregação socioespacial, longos e precários deslocamentos, densidade e concentração urbana da força de trabalho nas periferias. Com o crescimento populacional, resultado da aglomeração promovida pela concentração do capital em São Paulo e diante da imensidão de sua RMSP composta por 39 municípios, ocorreu uma expansão da segregação urbana que nos separa. O crescimento vertiginoso da metrópole com a industrialização pesada na década de 1950 e a *urbanização rodoviarista* originada do tripé industrial automotivo, petrolífero e construção civil evidenciou que tal urbanização é produto-produtor da expansão capitalista baseada na relação produção-circulação e de desigualdades sociais, urbanas e espaciais.

Tabela 1: Dados Globais RMSP: Evolução População, Viagens e Frotas de Veículos.

VARIÁVEIS	1967	1977	1987	1997	2007	2017
População (milhares de habitantes)	7.097	10.276	14.248	16.792	19.535	20.822
Total de Viagens (milhares/dia)	-	21.304	29.400	31.432	38.094	42.007
Viagens Motorizadas (milhares/dia)	7.187	15.263	18.642	20.458	25.167	28.280
Frota de Autos (milhares)	493	1.392	2.014	3.092	3.601	4.223
Índice de Mobilidade Total (*)	-	2,07	2,06	1,87	1,95	2,02
Índice de Mobilidade Motorizada (**)	1,01	1,49	1,31	1,22	1,29	1,36
Taxa de Motorização (***)	70	135	141	184	184	212
Empregos (milhares)	-	3.758	5.647	6.959	9.066	9.367
Matrículas Escolares (milhares)	1.088	2.506	3.676	5.011	5.251	5.487

Fonte: Metrô-Pesquisas OD 1967/1977/1987/1997/2007/2017.

* Índice de Mobilidade Total: Número de viagens totais por habitante

** Índice de Mobilidade Motorizada: Número de viagens motorizadas por habitante

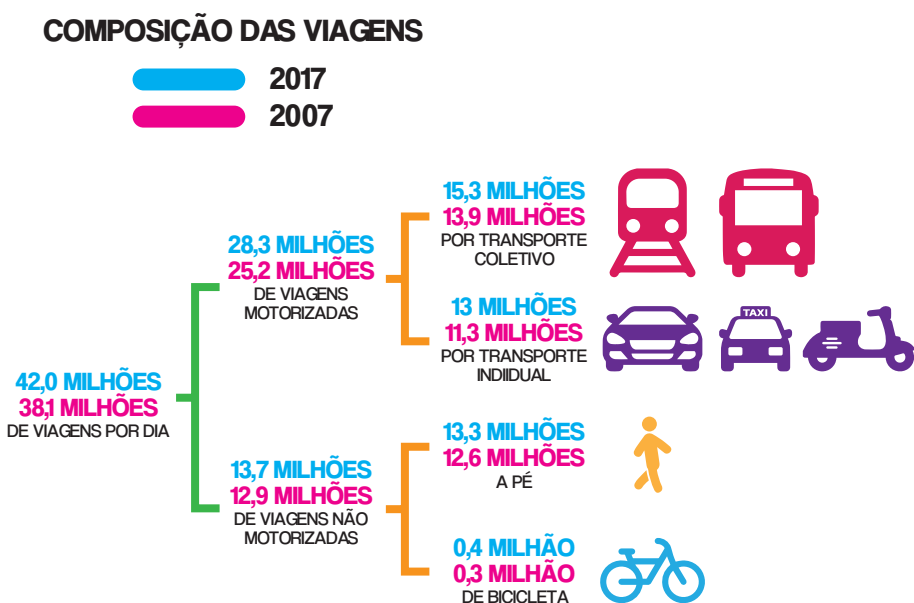
*** Taxa de Motorização: Número de automóveis particulares por 1.000 habitantes

Na tabela 1 vemos o crescimento da população da RMSP desde 1967 até 2017. Em termos históricos, esse intervalo representa um curto período. De 7,09 milhões em 1967, a população cresceu para 20,8 milhões em 2017, e essa imensa aglomeração não pode ser vista com naturalidade. O processo de urbanização representa concentração, expansão e configuração de

forças produtivas sociais desenvolvidas a partir das relações de produção por meio da aglomeração urbana, que, no caso desse estudo, se verifica no desenvolvimento dos sistemas viários de transporte para a produção dessa quantidade de 42 milhões de viagens diárias indicada pela OD, mas com diversas desigualdades.

A evolução e a composição das viagens diárias por modo permitem observar a distribuição nesse montante de 42 milhões de viagens/dia:

Figura 4: Distribuição Modal das Viagens Internas – Metrópole de São Paulo – 2017

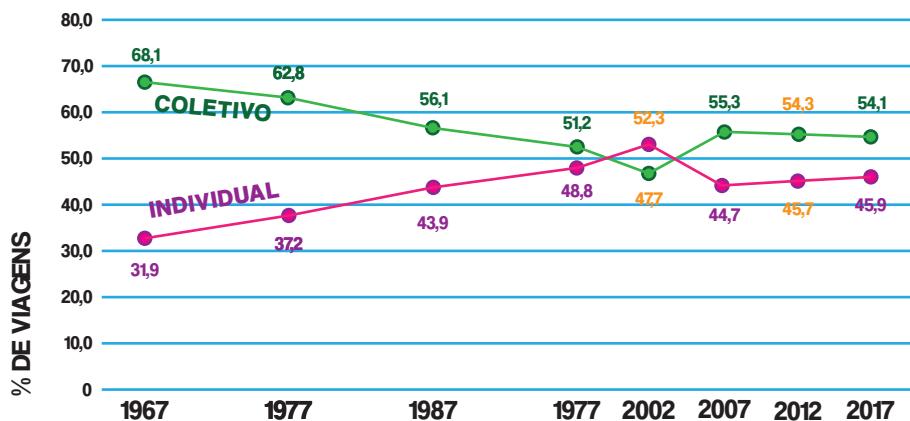


Fonte: Metrô-Pesquisa OD 2017.

A distribuição modal evidencia que o transporte coletivo (ônibus, metrô e trem) foi o mais utilizado pela população trabalhadora com 15,3 milhões de viagens diárias, e preponderou em 2017 em relação ao transporte individual (automóvel, taxi, motocicleta) com 13,0 milhões e ao modo a pé com 13,3 milhões. O transporte coletivo mais utilizado foi o ônibus com 8,6 milhões de viagens diárias, evidenciando o predomínio da *urbanização rodoviária*

se a relacionarmos ao transporte individual. A disputa entre transporte coletivo e transporte individual fica patente no gráfico a seguir:

Figura 5: Divisão Modal das Viagens Motorizadas – RMSP 1967 a 2017



Fonte: Metrô-Pesquisa OD 2017.

Em 1968 essa medição foi iniciada pela OD do Metrô, e o gráfico mostra a disputa entre os modos coletivo e individual, pois quando o individual subiu, o coletivo caiu, o que evidencia uma relação direta com os investimentos públicos do Estado em priorizar um ou outro modo. Em 2002, pela primeira vez o individual ultrapassou o coletivo, que retomou crescimento em 2007, com a retomada de investimentos do Governo do Estado de São Paulo (GOVESP) na expansão do Metrô e da CPTM.

O crescimento do transporte individual resultou do longo processo de sucateamento das ferrovias, aposentadoria dos bondes e precarização do transporte coletivo, que perdeu espaço para o transporte individual, resultado da *urbanização rodoviária* e dependência econômica, opção das elites pela inserção subordinada ao capitalismo internacional. Esse crescimento relacionou-se às crises e impasses do capitalismo que facilitou a acumulação do capital e abriu novos caminhos para a valorização desenfreada, encontrando na produção capitalista do espaço, analisada por David Harvey (2006; 2014), o estágio superior de acumulação, que requer organização geográfica específica para realização desses ciclos.

A desigualdade na distribuição de empregos privados e públicos, equipamentos como escolas, hospitais, creches, cultura etc., indica um problema profundo nessa urbe. Para apreender essa problemática é importante entender que trabalhadores habitantes da periferia de São Paulo e RMSP vivem uma *condição socioespacial* diferente de outras classes sociais que se caracteriza pelos seguintes aspectos:

- a) Distância das habitações nas periferias em relação aos centros geográfico da cidade e da metrópole, onde se concentram os empregos (urbano);
- b) Tempo de deslocamento no cotidiano da mobilidade perversa (espaço);
- c) Espaço percebido no transporte (solidariedade, conflitos, precariedade) (cotidiano).

O transporte tornou-se meio de acumulação e espoliação urbana de empresas privadas: o custo tem sido maior ao trabalhador que necessita do transporte. Em tempos de cidades globais como miragem do desenvolvimento, observamos na metrópole paulistana o global com entraves locais mediados pela tríplice segregação. Por isso, as linhas de ônibus estão organizadas para levar os trabalhadores aos postos de trabalho e seguem a lógica radial-concêntrica, com poucas linhas que fazem o trajeto entre os bairros. Portanto, os sistemas viários de transportes são responsáveis também pela produção da segregação urbana existente na metrópole, mediante os deslocamentos entre localizações produzidas socialmente e segregadas pelas relações de classes reproduzidas espacialmente, ao reforçar espaços diferenciados e a *condição socioespacial* da classe trabalhadora periférica.

Espaços vividos e percebidos nos tempos de deslocamentos periféricos

Os espaços vividos e percebidos¹⁵ por trabalhadores periféricos mostram uma lógica oriunda das necessidades e estratégias de reprodução e deslocamentos que se contrapõem à lógica do espaço concebido por planejadores de transporte e do urbano, que pensam a circulação de modo abstrato e quantitativo sem às vezes considerar a qualidade e as múltiplas necessidades

¹⁵ Henri Lefebvre (2000) trabalha com uma tríade. Espaço percebido (*l'espace perçu*) é a prática espacial onde se descobre o espaço percebido, decifrando-o na realidade cotidiana; o espaço vivido (*l'espace vécu*) se refere ao espaço das representações, dos habitantes e usuários que se apropriam do espaço pelas imagens e símbolos que acompanham; e o espaço concebido (*l'espace conçu*) diz respeito às representações do espaço por acadêmicos, cientistas, planejadores, urbanistas e tecnocratas.

dos indivíduos nesses deslocamentos. As condições desses deslocamentos resultam de determinações econômicas (mercados de terra, trabalho e transporte), políticas (legislação urbanística e planejamento de transporte) e ideológicas (ocultação da lógica de acumulação e divisão das classes) já apontadas por Villaça (2012).

As condições de deslocamento, como parte da *condição socioespacial*, relacionam-se diretamente à segregação urbana e se entrelaçam com a tríade trabalho, moradia e mobilidade precária de parte da classe trabalhadora. Como a maioria dos trabalhadores dispendem mais de uma hora nos deslocamentos, as experiências vividas no transporte são diversas e importantes para o entendimento do que é viver na periferia. Retomando os relatos, o caso de Natalina da Silva, que morava na Cohab 2 Itaquera e trabalhava no Jabaquara, subúrbio sul, e no município de São Bernardo do Campo, mostra tais experiências:

Outro dia eu peguei esse trem aqui e tinha uma jovem grávida dentro. Chegou a hora do parto dela. No trem. Ela começou a passar mal, passar mal mesmo, sabe, aí pegaram e tocaram aquele negócio pro trem parar, mas o trem não pára, né, só vai parar na próxima. [...] Aí fizeram uma roda lá, eu estava vindo para cá e não deu para ver. Fizeram uma roda lá, e a mulher lá tendo dor no chão lá, um monte de gente. [...] Teve o bebê lá. Nasceu! Aí quando desceu, desceu lá no Tatuapé. [...] Aí eu cheguei na minha irmã toda feliz. Conte para minha irmã que disse: “nossa, que coisa legal”. Falei “coitada da mulher, ficou toda constrangida”. (Natalina da Silva, grupo focal, 2018).

Natalina da Silva relatou um acontecimento bonito que decorreu de uma jovem mãe dar luz ao seu filho, mas também um problema a partir da *condição socioespacial*. A moça estava sozinha quando sua bolsa estourou. Como muitas mulheres periféricas moram distantes de hospitais-maternidade que estão desigualmente distribuídos no território urbano, elas precisam se deslocar de transporte coletivo para chegar ao seu destino. Como as distâncias são longas, ainda que o trem permita diminuir o tempo de deslocamento se comparado ao ônibus, isso não impediu a jovem grávida de entrar em trabalho de parto em pleno transporte.

Esse tempo de deslocamento acima da média para acessar equipamentos

de saúde, emprego, educação e outros serviços, se contrapõe ao que é recomendado por especialistas, de acordo com os quais a mobilidade cotidiana precisa ser no máximo de quarenta e cinco minutos. O que vemos é o avesso: o cotidiano da mobilidade perversa, que incide sobre corpos, mentes e corações dessas trabalhadoras manuais e domésticas, pois elas se deslocam entre uma e duas horas só para ir ao trabalho, e depois para voltar às vezes levam mais tempo devido ao horário de pico. O tempo de deslocamento tornou-se extensão da jornada de trabalho, e não permite que essas mulheres façam outras atividades. Ao chegarem à moradia, elas são tomadas pela reprodução de si e da família, como mostrou a pesquisa do Eixo Gênero.

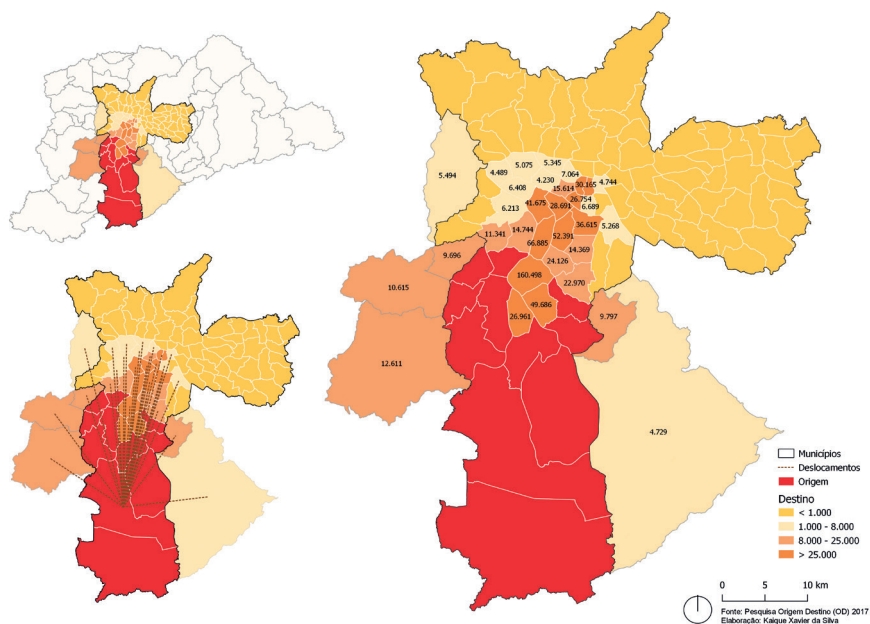
As experiências de deslocamentos de trabalhadores/as mostram como há uma *condição socioespacial* de reprodução que constitui a formação da classe trabalhadora e seu modo de vida na periferia. A condição espacial de morar longe do trabalho em determinada localização, desprovida de rede ampla de transportes, expressa a condição de quem vive nas periferias onde deveria haver mais estações de metrô e outros modais, já que mediante a inauguração da expansão da Linha 15 Prata do Metrô até São Mateus a periferia adquiriu mais 5 estações em 2019, totalizando apenas 10 estações em um universo de 89 estações. Isso determina o tempo de deslocamento para quem vive nas periferias. Os relatos de entrevistados sobre dificuldades e situações no transporte mostram tal condição:

Sofria muito mais quando morava na região Leste e dependia da Linha 12-Safira da CPTM. Hoje moro na região sul e estou do lado da Linha 2-Verde do Metrô, com fácil acesso à CPTM da linha Brás – Rio Grande da Serra, e também ao terminal de ônibus e o Fura-Fila. (Allan Cunha, questionário, 2019). Todas as dificuldades! A questão é que, pessoalmente, a pior parte do meu dia é a minha locomoção. Eu não consigo fazer nada sem me locomover pelo menos 1 hora e usar um ônibus e um metrô. Eu posso listar alguma das coisas que mais me deixam exausta: 1) *superlotação*: eu moro no extremo leste e sou dependente da linha Coral da CPTM e da linha Vermelha do Metrô, uma das linhas mais lotadas da cidade. Não importa o horário do dia, é sempre cheio e desconfortável. Quando eu saio mais cedo, antes das 8h, é o pior horário. Muitas vezes não dá pra entrar, e quando da pra atender, é de faltar o ar. Não é exagero. Você realmente fica espremido. [...]; 2) *falhas e anormalidade*:

muitas vezes existem problemas de funcionamento. Em pleno horário de pico, o trem para, desliga o ar condicionado, fica um calor insuportável, não especificam qual o problema e nunca existe uma previsão de funcionamento; 3) *funcionamento limitado*: reformas e obras inconclusivas, infinitas. Aos finais de semana, o que deveria ser um momento de lazer se torna uma exaustão; os trens podem ter um funcionamento diferenciado: estações fechadas, vias reduzidas, maior tempo de parada. (Gabriela Nogueira, questionário, 2019). Se transporte público fosse bom, ninguém andava de carro. Aqui não é bom. Transporte público de São Paulo e do Brasil de maneira geral não é bom. Por isso que uma pessoa que compra um carro e anda sozinha, por mais que ela esteja pagando caro na gasolina, mas ela está sentada ali no conforto do carro dela, escutando a música dela e indo pra casa dela. Sem poder ser encoxada, sem poder ter confusão dentro do vagão ou por banco, sem ter alguém gritando e vendendo coisa. (José Pires, grupo focal, 2018).

As dificuldades e situações são diversas, mas podem ser agrupadas em certas categorias, como: localização, lotação, distância, tempo de deslocamento, funcionamento do transporte e conflitos para embarcar. Os depoimentos evidenciam as dificuldades de trabalhadores/as da periferia no uso do transporte coletivo, sempre lotado, com problemas técnicos e desconfortáveis. Destacamos dois aspectos levantados por José Pires: o crescimento de trabalhadores de baixa renda da periferia que adquiriram automóveis e a precariedade da infraestrutura nos extremos da cidade no que tange ao transporte coletivo.

Com efeito, a importância das experiências relatadas toma outra dimensão quando relacionadas à análise dos dados da OD, especializados em nossa pesquisa para evidenciar o deslocamento pendular casa-trabalho. O mapa a seguir mostra o fluxo:



Fonte: Elaboração própria: Mapa Kaique Xavier, dados agrupados OD 2017 Sandro Oliveira.

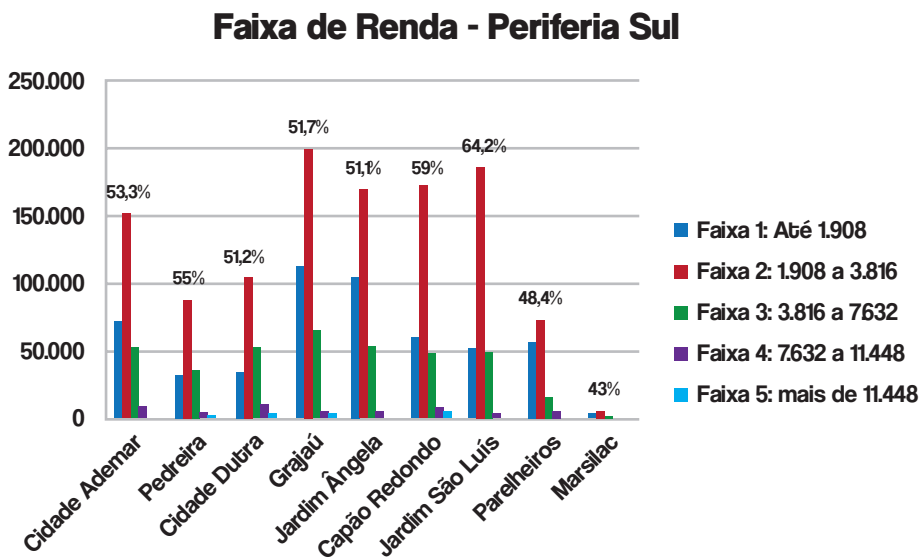
A figura 6 mostra o fluxo massivo de deslocamentos externos de transporte coletivo da periferia sul para distritos do quadrante sudoeste. Para quem se desloca a partir desse território está em meio às 799 mil viagens externas diárias¹⁶ por modo coletivo, evidenciando que tais deslocamentos expressam o cotidiano da mobilidade perversa. Os deslocamentos iam para localizações no subúrbio sul e centro expandido como Santo Amaro (160.498), Itaim Bibi

16 O número de viagens internas por modo coletivo da periferia sul foi de 802 mil. Somadas às viagens externas, elas totalizavam 1,6 milhões. As 1,6 milhões de viagens por modo coletivo somadas às 866 mil por modo individual totalizavam 2,4 milhões de viagens diárias. O modo coletivo na periferia sul representa o dobro do modo individual.

(66.885), Moema (52.391), Campo Grande (49.686), Pinheiros (41.675), Vila Mariana (36.615) e Centro (30.165). O teleoperador José Pires era parte dos 147 mil deslocamentos externos diários dos que habitam o Jardim Ângela e precisavam se deslocar para trabalho, estudo e/ou outra atividade ao centro expandido.

A periferia sul, cantada em ritmo de poesia pelos Racionais MC's, que nomeou as quebradas e tratou com respeito “cada lugar, um lugar, cada lugar, uma lei”, é um território em que as dificuldades de habitar e se deslocar são grandes e vividas na pele no cotidiano da população. A figura a seguir mostra a distribuição das faixas de renda por residência:

Figura 7: Faixa de Renda Familiar por Zona de Residência – Periferia Sul – 2017



Fonte: Elaboração própria. Metrô-Pesquisa OD 2017.

Na periferia sul as faixas 1 e 2 representam baixíssima e baixa renda, que somadas totalizam 1,6 milhão de habitantes que viviam com até 4 salários mínimos¹⁷, representando cerca de 79,5% da população. Esse dado mostra como a periferia é o lugar de trabalhadores de baixa renda explorados no trabalho e espoliados nas condições de moradia e transporte. Destaque para

¹⁷ A referência do salário mínimo é do ano de 2018.

Parelheiros, que sobe a 85,9%, Jardim Ângela 82,7%, Jardim São Luís 81,8%, Grajaú 80,8% e Capão Redondo 79,5%.

Na periferia leste, onde o sol nasce e a esperança floresce, há semelhanças com a periferia sul. Foram 788 mil¹⁸ deslocamentos externos por modo coletivo da periferia leste para localizações de empregos no centro expandido, subúrbio leste e quadrante sudoeste. Nesse território registramos no mapa a seguir trinta principais deslocamentos para: Tatuapé (72.166), Centro (69.737), Penha (32.499), Brás (30.851), Mooca (27.026), Belém (24.407), Vila Mariana (23.723), Município de Santo André (20.986) e Município de Guarulhos (17.308). E na Figura 9 as faixas de renda, sendo que as faixas 1 e 2 somadas totalizam 1,8 milhão de habitantes com até 4 salários mínimos, o que representava 78,5% da população, evidenciando alta concentração de baixa renda. Em relação aos distritos no gráfico, Lajeado sobe a média para 89,3% nessas faixas; São Rafael 87,5%; Itaim Paulista 86,3%; José Bonifácio 81,3%; Cidade Tiradentes 80,3%; e Itaquera cai para 74,5%; Guaianases 73%; Jardim Helena 73%; Iguatemi 73%; e São Mateus 63,6%.

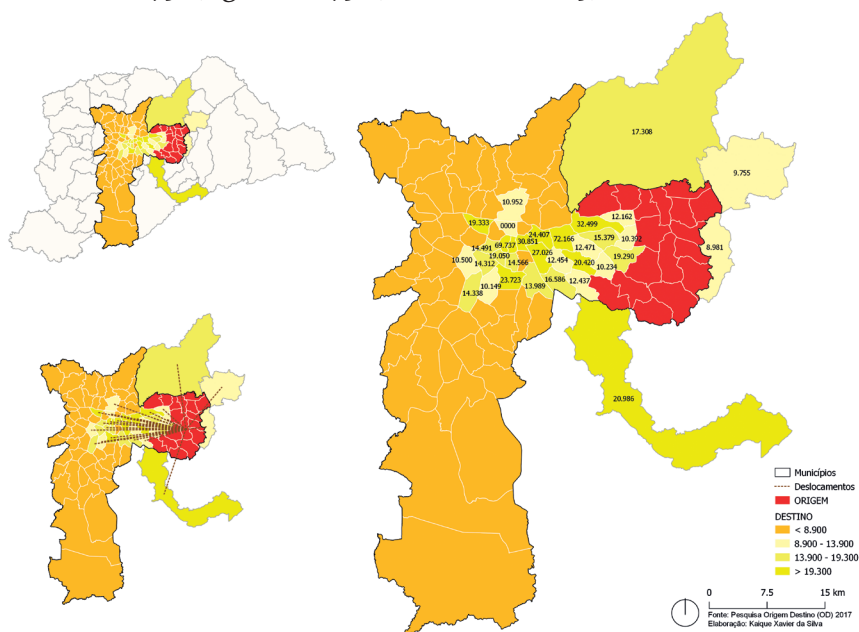


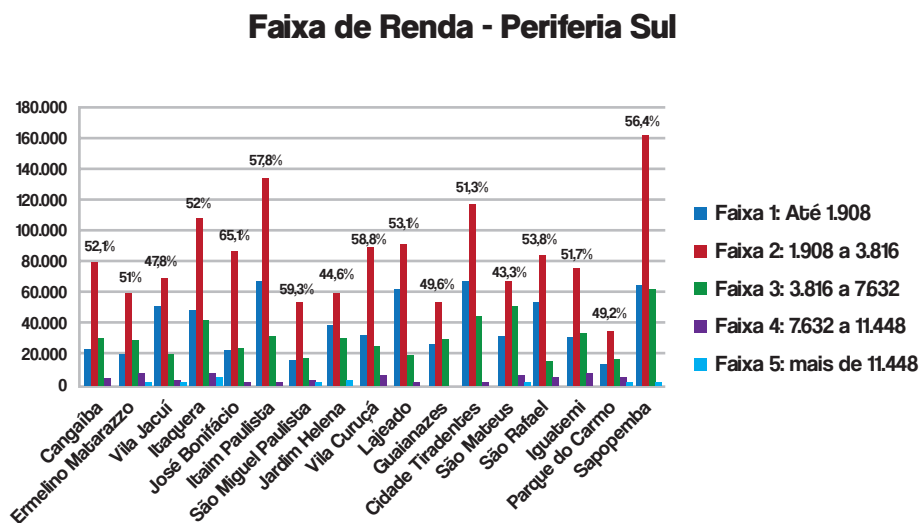
Figura 8: Deslocamentos Externos Por Modo Coletivo – Periferia Leste

– 2017

¹⁸ Periferia leste: viagens internas modo coletivo foram 797 mil, e somadas às externas totalizavam 1,5 milhões. Estas, somadas às 1,01 milhão do modo individual totalizavam 2,5 milhões de viagens diárias.

Fonte: Elaboração própria: Mapa Kaique Xavier, dados agrupados OD 2017 Sandro Oliveira.

Figura 9: Faixa de Renda Familiar por Zona de Residência – Periferia Leste – 2017



Fonte: Elaboração própria. Metrô-Pesquisa OD 2017.

Com isso, fica perceptível a semelhança entre periferia sul e periferia leste, tal como cantou o rap GOG de que “periferia é periferia em qualquer lugar”, sendo que também “o mundo é diferente da ponte pra cá”, como cantou os Racionais MC’s. Os deslocamentos externos na periferia sul chegaram a 799 mil viagens diárias enquanto que na periferia leste 788 mil.

A necessidade de viagens diárias entre moradia e trabalho-educação resulta no tempo de deslocamento socialmente determinado pela tríplice segregação do urbano, como *condição socioespacial* que se desdobra para o cotidiano da mobilidade perversa imposto para maior parte da classe trabalhadora das periferias, que precisa se deslocar diariamente por longas distâncias, sob as condições precárias de transporte, assédio sobre as mulheres e arcando com os custos que não deveria ser dos trabalhadores, nem de estudantes que adquiriam o passe livre estudantil, nem de idosos entre 60 e 64 anos que tiveram suprimido o direito à gratuidade em fevereiro de 2021 pela Prefeitura de São Paulo e o GOVESP.

Portanto, a desigualdade urbana entre as áreas das periferias leste e sul, se

comparadas ao centro expandido¹⁹, é resultado do processo de urbanização em que produção e reprodução do espaço se fizeram na lógica capitalista, que desenvolveu espaços diferenciados entre as classes não apenas por renda, mas por bairros, distritos e áreas oriundas da tríplice segregação. A periferia segue sangrando, sofrendo e agonizando nos deslocamentos diários, e tais condições de transporte e mobilidade caracterizam esse mundo diferente da ponte pra cá pela *condição socioespacial* da classe trabalhadora periférica, além de mostrarem, para aqueles que negam a existência das classes sociais, que a formação das classes perpassa a segregação urbana e o tempo de deslocamento que se tornou espaço vivido-percebido e permite experiências de solidariedade e contribui no fazer-se da classe trabalhadora não apenas na circulação ao trabalho, mas no tecido da vida das relações espaço-tempo, tal como no bonito e paradoxal relato vivido no transporte:

Uma vez eu acordei com um bolo no meu colo e todo mundo cantando parabéns pra mim dentro do ônibus. Eu acordei assustada e vi um bolo, refrigerante e tudo. [...] Outro dia tinha um monte de bexiga! Aí eu falei “é aniversário de quem? Do cobrador!”. *Aí todo mundo levou alguma coisa e um monte de bexiga.* (Vera Santos da Silva, grupo focal, 2019).

Propostas para o Transporte

Diante dos problemas resultantes da *condição socioespacial* e segregação urbana vivida pela classe trabalhadora e relatos de entrevistados/as que habitam as periferias e circulam na metrópole, pensamos em seis propostas para a melhoria da mobilidade urbana:

I - Redução da jornada de trabalho sem redução de salário: para amenizar a superlotação do transporte coletivo em horários de picos e criar alternativas de horários para diversas categorias de trabalho, a redução da jornada sem redução de salário para 6 horas diárias permitiria criar empregos e horários diferentes de deslocamento. Isso diminuiria a superlotação e o assédio sexual sob as mulheres.

II - Tarifa Zero e/ou Passe Livre para o trabalhador: quem não circula pela cidade não se apropria da riqueza produzida socialmente e distribuída desigualmente. A adoção da tarifa zero garantiria o transporte como direito

¹⁹ A comparação entre periferias, subúrbios e centro expandido verifica-se na tese de Sandro Oliveira (2020).

social e diminuiria o congestionamento, ao exigir investimentos públicos na ampliação dos sistemas metroferroviário e ônibus por meio de políticas públicas que prevejam o transporte coletivo sem cobrança direta.

III - Reestatização do sistema de transporte coletivo de ônibus: a existência da CMTC e da EMTU mostram que foi possível o Estado operar, prover qualidade e ampliar o sistema de transporte, e que ele pode se contrapor às políticas neoliberais. Reestatizar o sistema de ônibus é urgente para desenvolver o urbano e garantir direito à circulação.

VI - Novas linhas de ônibus e linhas circulares na periferia: mais linhas e ônibus nas periferias que façam o roteiro bairro-bairro e linhas circulares. A experiência de linhas circulares gratuitas nos anos 1980 e 1990 em Cidade Tiradentes evidenciaram que é possível retomar essa política e ampliar para todas as periferias da metrópole.

V - Ampliação de linhas do Metrô e da CPTM para toda a Periferia: o GOVESP e a PREFSP precisam fazer parcerias para investir na ampliação das linhas de Metrô e CPTM para todas as periferias. O sistema metroferroviário é o mais rápido, eficiente e permite maior acessibilidade a diversos pontos da metrópole.

VI - Política de emprego e potencialização de centralidades na periferia: é preciso haver políticas de governos para criar polos de desenvolvimentos nas periferias, tal como a ideia que não vingou do pólo Jacu Pêssego na periferia leste. Descentralizar a concentração de empregos e universidades ao distribuí-las pelo território são alternativas para diminuir os deslocamentos massivos. USP e UNIFESP na periferia leste são exemplos dessa descentralização.

Referências Bibliográficas

CARLOS, Ana Fani Alessandri. *A condição espacial*. São Paulo: Contexto, 2018.

D'ANDREA, Tiarajú Pablo. *A formação dos sujeitos periféricos: Cultura e Política na periferia de São Paulo*. São Paulo: FFLCH USP, Tese de Doutorado, 2013.

_____. “Contribuições para a definição dos conceitos *Periferia e Sujeitos e Sujeitos periféricos*”. In: *Revista Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, v.39, n.01, pp.19-36, 2020.

DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.

FIX, Mariana. *São Paulo cidade global: Fundamentos financeiros de uma miragem*. São Paulo: Boitempo, 2007.

HARVEY, David. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2ª Ed., 2006.

_____. *O novo imperialismo*. São Paulo: Boitempo, 2014.

KOWARICK, Lúcio. *A espoliação urbana*. São Paulo: Paz e Terra, 1979.

LEFEBVRE, Henri. *La production de l'espace*. 4ª éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000.

_____. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

MARICATO, Ermínia. *Para entender a crise urbana*. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

MARINI, Ruy Mauro. *Dialética da dependência*. Petrópolis: Vozes, 2000.

MARQUES, Eduardo. (Org). *As políticas do urbano em São Paulo*. São Paulo: Editora Unesp; Centro de Estudos da Metrópole, 2018.

MARTINS, José de Souza. *Subúrbio – Vida cotidiana e história no subúrbio da Cidade de São Paulo*. São Caetano do Sul: Hucitec, 1992.

_____. “Depoimento – José de Souza Martins”. In: *Espaço & Debates*, Revista de Estudos Regionais e Urbanos, ano XVII, n° 42, p. 75-84, 2001.

MARX, Karl. *O capital: Crítica da economia política*. Livro I. São Paulo: Boitempo, 2013.

OLIVEIRA, Sandro Barbosa de. *A condição socioespacial da classe trabalhadora: Transporte e cotidiano da mobilidade perversa na metrópole de São Paulo*. Campinas: IFCH UNICAMP, Tese de Doutorado, 2020.

SADER, Eder. *Quando novos personagens entram em cena: Experiências,*

falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo 1970-80, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.

SANTINI, Daniel. *Passage Livre: As possibilidades da tarifa zero contra a distopia da uberização*. São Paulo: Autonomia Literária / Fundação Rosa Luxemburgo, 2019.

SILVA, Ricardo Barbosa da. *Mobilidade precária na metrópole de São Paulo*. São Paulo: Annablume, 2016.

THOMPSON, Edward Palmer. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1997.

VASCONCELLOS, Eduardo Alcântara de. *Políticas de Transporte no Brasil: A construção da mobilidade excludente*. São Paulo: Manoele, 2014.

VILLAÇA, Flávio. *Reflexões sobre as cidades brasileiras*. São Paulo: Studio Nobel, 2012.



EIXO EDUCAÇÃO

Escola Pública como entrecruzamento de saberes e conhecimento: propostas para valorização da Educação na periferia da cidade de São Paulo

Sílvia Lopes Raimundo¹

Adriana Santiago Rosa Dantas²

Bárbara Souza Lima³

Marina Gonçalves de Oliveira⁴

Introdução

Como abordar a temática “educação na periferia”? Esta pergunta norteou nossas escolhas teóricas e metodológicas para discutir um tema amplo que necessitava de alguns recortes. Primeiramente, reconhecemos que “educação” reporta a uma infinidade de possibilidades, pois ela pode ser realizada em todos os setores sociais, tanto público quanto privado, cujos exemplos podem ser vistos na educação formal, popular, informal e não formal (Brandão, 1981).

Por sua vez, a periferia paulistana remete a um histórico de lutas sociais. Por isso, elegemos como recorte uma dessas lutas, a saber, a reivindicação da escola pública por parte de seus moradores e moradoras. Em São Paulo,

¹ Professora do Instituto das Cidades – Universidade Federal de São Paulo (Unifesp).

² Pós-doutoranda em Educação – Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Bolsista Fapesp (Processo 2019/09919-3).

³ Estudante de Pedagogia – Unifesp.

⁴ Estudante de Ciências Sociais – Unifesp.

destacamos que desde a década de 1950, movimentos populares protagonizaram a luta por escolas na periferia, não apenas lutando pelo ensino noturno, mas também pelo ensino secundário (atual ensino médio), ainda muito elitista naquele período. Essa reivindicação se materializou pela implantação de equipamentos educacionais nas periferias de São Paulo (Sposito, 2002)⁵. A demanda por educação pública e gratuita acompanhou a chegada de migrantes nordestinos e nortistas, muitos analfabetos ou pouco escolarizados (Fontes, 2008), que se instalavam nas periferias de forma precária em um complexo processo de espoliação urbana (Kowarick, 1993).

Outro fato a considerar sobre a escolha da escola pública como o mote da discussão é que as matrículas do ensino básico estão majoritariamente nessa dependência administrativa, segundo o Censo Escolar (INEP, 2019). Este é outro argumento que justifica a nossa escolha, pois se trata de 76,19% dos alunos, portanto, a maioria estudantil do município de São Paulo.

Recentemente, o projeto de reorganização escolar por parte dos gestores do Estado de São Paulo, que visava o fechamento de escolas públicas em 2015, fomentou mais um exemplo de mobilização, dessa vez dos próprios estudantes, a favor da educação pública. Naquela ocasião, a mobilização proporcionou uma educação política no interior das escolas ocupadas, dizendo para a sociedade que a escola pública é um equipamento caro para seus usuários (Catini; Mello, 2016).

Desse modo, quando elegemos a escola pública como o objeto de nossas proposições, estamos lutando por direitos adquiridos, historicamente ameaçados ao longo das décadas. O apelo é que não se desista da educação pública e gratuita como uma conquista do povo brasileiro.

O objetivo geral da investigação foi apresentar proposições para uma agenda na periferia sobre educação pública. Para tanto, ouvimos trabalhadores e especialistas no assunto, chegando em cinco propostas. Este artigo está dividido em três partes, além desta introdução. Na primeira, apresentamos o percurso metodológico adotado na pesquisa; em seguida, as cinco proposições e as considerações finais.

⁵ Há de se considerar ainda as lutas realizadas por diferentes associações, sindicatos, fóruns e movimentos de professores desde a década de 1970, ver Gohn (2019).

1. Percurso Metodológico

A metodologia utilizada foi a pesquisa qualitativa, de escuta não exaustiva, que consistiu em duas etapas. Primeiramente, utilizou-se um formulário de resposta online; depois foram realizadas entrevistas com especialistas. Por isso, admitimos que não se trata de uma pesquisa generalista, muito menos de caráter estatístico, mas que pode contribuir para algumas reflexões e proposições. Foram enviados 30 formulários online, com 26 devolutivas: 18 professores; 2 coordenadores; 2 agentes escolares; 1 diretor; 1 vice-diretora; 1 secretária de escola; 1 estudante de ensino médio. Os formulários não respondidos correspondem aos enviados para terceirizados (2), para estudante (1) e para secretária (1). A maioria das respostas de professores se deve à rede de contatos das pesquisadoras e pela dificuldade de acessar os outros trabalhadores e estudantes em tempo de pandemia. Os respondentes correspondem a 10 escolas estaduais (38,5%) e 16 escolas municipais (61,5%). Destas, 13 são da Zona Leste, 6 da Zona Norte, 4 da Zona Oeste e 3 da Zona Sul.

A investigação foi realizada no primeiro semestre de 2020, período no qual o mundo foi marcado por um fato histórico sem precedentes na nossa geração: a pandemia pelo novo coronavírus, o SARS-Cov-2. Esse contexto limitou o levantamento de dados, especialmente no que diz respeito à escuta dos estudantes.

Em um segundo momento, realizamos quatro entrevistas remotas com especialistas com duração média de uma hora e meia. A escolha dos depoentes teve como critério a origem periférica e atuação na linha de frente da educação pública. Os nomes foram ocultados pela norma de sigilo ético para a pesquisa.

O primeiro entrevistado é geógrafo, mestre e doutor em Geografia pela Universidade de São Paulo (USP). Docente no curso de Geografia da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Seu interesse pela educação vem desde sua adolescência vivida na periferia de Guarulhos a partir da militância em grêmio estudantil e, mais tarde, no centro acadêmico da geografia durante os anos da graduação. Como docente lecionou em cursinhos populares, na educação básica e no ensino superior privado e público.

A segunda entrevistada é pedagoga, graduada também em Gestão de

Políticas Públicas, mestre em Filosofia pela (USP) e doutoranda em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). É coordenadora pedagógica da Rede Municipal de Ensino de São Paulo. Já atuou na Divisão Pedagógica da Diretoria Regional de Educação Penha - Núcleo Educação Infantil, desempenhando a função de formar professores, coordenadores pedagógicos, diretores de escolas e supervisores escolares. Atualmente, é Assistente Técnica de Educação no Núcleo Técnico de Currículo da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo. Além disso, ela tem experiência na área da educação atuando principalmente com currículo, educação infantil, ensino fundamental, formação de professores e avaliação escolar.

A terceira entrevistada é graduada em Pedagogia pela Universidade Mackenzie. É especialista em educação étnico-racial e cultura hip-hop pela mesma universidade. Defensora do livre brincar, fez pós-graduação em Educação Empreendedora na Infância, a qual se propõe a reflexões que vão para além do conteúdo que é ensinado. Também é pós-graduada em História da Arte Africana, pela USP. Esta formação foi realizada pensando na implementação da lei nº 10.639 nas escolas. Como educadora popular, foi fundadora do núcleo de pesquisa Afromack, grupo influente na luta pelas cotas raciais. Em seu relato disse que a educação a escolheu, pois entrou na faculdade para cursar Tradução e Intérprete e saiu pedagoga. Atualmente é gestora pedagógica em uma escola da Rede Municipal de Ensino de São Paulo.

A quarta entrevistada é licenciada em Letras e Geografia. Atualmente faz mestrado em Educação na Unicamp. Atuou como professora em escola pública de 2003 a 2014 na periferia leste de São Paulo. Logo após esse período, assumiu a direção de uma escola municipal de ensino fundamental em Itaquera, onde ajudou a formular um sistema educacional baseado em projetos. A escola onde atua ganhou o prêmio Paulo Freire de Qualidade de Ensino Municipal oferecido pela Secretaria Municipal de São Paulo.

Dentre as perguntas realizadas no formulário, destacamos as duas abertas que também foram feitas aos entrevistados: 1. Que sugestões você daria para a escola melhorar? 2. Se você fosse prefeito(a) ou governador(a) ou presidente(a), o que mudaria na educação pública? Elencamos as categorias das respostas mais recorrentes conforme o quadro a seguir:

Quadro 1: Respostas do formulário

1. Melhorias para a Escola	2. Mudanças na Educação
Mais segurança pública/ronda escolar/policiamento	Carreira docente no Estado
Participação responsáveis/comunidade	Concurso para coordenador
Gestão participativa/democrática	Construção de escolas
Participação do conselho escolar na decisão das verbas recebidas	Remuneração docente
Diminuição dos alunos por sala de aula	Formação continuada docente
Investimento em recursos tecnológicos/internet	Dedicação exclusiva a uma escola
Investimento em infraestrutura física	Participação democrática (alunos, professores, comunidade)
Investimento em infraestrutura didática	Apoio emocional aos docentes
Investimento na melhora da merenda	Diminuição de estudantes por sala de aula
Transporte gratuito	Aprimorar a infraestrutura física
Políticas públicas de alimentação para famílias (leite)	Melhora da merenda
Políticas culturais (visitas fora da escola)	Educação Integral
	Programas sociais
	Investimento em tecnologia

A partir da análise das respostas dos formulários e das entrevistas, chegamos na formulação das cinco proposições para educação na periferia:

1. Defesa do direito à educação pública, gratuita e de qualidade que considere as necessidades da periferia;

2. Investimento territorializado e contínuo para criação e manutenção de espaços pedagógicos como laboratórios de informática, artes e ciências, biblioteca, brinquedoteca, quadras e pátios etc;

3. Valorização do magistério e do(a) docente como trabalhador(a) concursado(a) com aumento do piso salarial, melhorias da condição de trabalho e jornada digna;

4. Construção coletiva do Projeto Político-Pedagógico a partir de diálogo permanente com a comunidade;

5. Distribuição de equipamentos digitais como tablets e/ou computadores como material didático entregue pela escola para cada estudante e continuidade da política pública “Wifi Livre” em toda a periferia, como apoio ao ensino presencial.

2.As cinco proposições para a escola pública na periferia

É importante reiterar que compreendemos a importância da escola pública como espaço privilegiado da realização da educação como direito. A educação que promova uma consciência crítica em prol de uma mudança social conforme Freire (2007). Daniel Cara (2019, p. 26) defende um conceito de educação como “apropriação de cultura [...] de tudo aquilo que o ser humano criou e cria para além da natureza”, como idiomas, linguagens, representações, valores, religiões, artes, ciências e o poder; enfim “expressões vivas da história de um povo”. Por sua vez, cultura compreendida como parte fundamental da condição humana, feito por toda sociedade, como preconizou Williams (1969).

2.1. Defesa do direito à educação pública, gratuita e de qualidade que considere as necessidades da periferia

O direito à educação pública na periferia deve ser defendido considerando as especificidades do território. Os distritos periféricos, além das diferenças econômicas, têm a questão racial envolvida, conforme a crítica de Oliveira (2013) que pontua a não utilização do fator raça nas análises. Conforme Carril (2006), as periferias e favelas são os novos quilombos nos quais os negros buscam sobreviver em busca da sua cidadania. A vinda dos migrantes para São Paulo, majoritariamente negra, recompôs a demografia, aumentando o número de negros que buscavam novos rumos na cidade que se expandia no século XX (Fontes, 2008; Rolnik, 1989). Por isso, destacamos a relevância de associar escola pública ao fator raça, agregando-a ao território no qual os negros majoritariamente estão inseridos. Estudos quantitativos demonstraram que os negros estão super-representados nas escolas públicas em contraposição aos brancos nas escolas privadas, refletindo nos melhores postos de trabalhos para estes últimos no novo milênio (Menezes Filho; Kirschbaum, 2015, p. 123). Dito de outra forma, ao se sobrepor “educação pública” e “periferia”, estamos considerando o racismo estrutural (Almeida, 2018; Hasenbalg, 2005) que opera na sociedade brasileira.

De forma geral, as desigualdades sociais da pandemia do Covid 19 no Brasil corroboram com antigos estudos, que tem demonstrado desde o

século passado que tais desigualdades são raciais (Hasenbalg, 2005;). No que tange à educação formal, as desigualdades sociorraciais podem ser associadas à separação entre escola pública e privada. E a divisão entre essas duas dependências também representa a desigualdade econômica, social e racial brasileira (Dantas, 2018).

Na pandemia a discrepância se acentuou, visto que estudantes de escola privada se adaptaram à nova conjuntura com aulas remotas devido ao suporte material, tanto das escolas quanto dos responsáveis pelos estudantes. Por outro lado, a situação da educação pública evidenciou a falta de recursos, principalmente da grande parte dos alunos e das alunas, que não tinham computadores, celulares e internet para enfrentar a nova realidade. Dentre os atores que estão na escola pública, podemos salientar a fragilidade material na qual as professoras, os professores, as gestoras, os gestores tiveram que lidar para enfrentar os desafios educacionais.

Do outro lado da dicotomia ensino-aprendizagem, encontram-se os estudantes da rede pública com suas realidades específicas, muitas vezes negligenciadas pela administração pública ao propor soluções parecidas ao dos setores privados, que não condizem com a realidade dos setores públicos. Diante desse cenário e das contribuições dos dados levantados na pesquisa, chegamos a esta primeira proposição.

2.2 Investimento territorializado e contínuo para criação e manutenção de espaços pedagógicos como laboratórios de informática, artes e ciências, biblioteca, brinquedoteca, quadras e pátios etc.

A literatura sobre o tema destaca a importância de se criar formas distintas de distribuição dos recursos para educação (Giroto, 2016; Torres et al., 2008), fato respaldado pelos dados levantados. A produção desigual do território urbano, marcada pela segregação socioespacial e pelas diferenças na distribuição dos equipamentos públicos de uso coletivo, corrobora para a construção de uma cidade injusta.

Em relação à escola pública, muitas vezes ela é o único equipamento público do distrito. O investimento territorializado é concebido como uma solução próxima aos fundamentos que foram usados para a elaboração da Lei de Fomento à Cultura da Periferia. A lei criada em 2016 consistiu na primeira

política pública que distribui recursos com base nas diferenças territoriais, posto que a maioria da população, que recebe os menores salários, mora nas periferias de São Paulo, sofrendo com as distâncias e a dificuldade de mobilidade. Os recursos para área cultural consideravam essas questões materiais (Raimundo, 2019).

O cenário pandêmico apontou ainda para a centralidade do equipamento educacional como uma base importante para a educação dos mais vulneráveis. Sabia-se da importância social da escola pública no que se refere às políticas públicas de permanência que se concretizam na alimentação, transporte, material didático etc. Contudo, a pandemia também demonstrou que a escola pública é o lócus para estudantes sem suporte material em suas casas, possibilitando o acesso a equipamentos que auxiliam no conhecimento como livros, computadores, dentre outros.

Essa concepção da centralidade da escola pública para a comunidade que vive na periferia está relacionada com os dados levantados nesta pesquisa. Há uma dimensão importante da escola pública, segundo Giroto (2016, p. 1123), que pode ser compreendida como o “enraizamento territorial”, que significa a relação dos sujeitos do entorno com o equipamento público como parte do território e toda implicação subjetiva, histórica e social que tal relação carrega. O autor defende que as políticas públicas referentes à educação precisam considerar o espaço no qual a escola está inserida, pois, do contrário, políticas generalistas não reconhecerão as diferenças do território e suas desigualdades sociais.

As escolas municipais e estaduais de São Paulo se diferem ainda nos recursos disponíveis. Torres et al. (2008) identificaram que os estabelecimentos dos municípios são melhor equipados em relação aos estaduais. Há também o componente geográfico, isto é, a separação entre centro e periferia, que difere internamente as escolas públicas. As escolas periféricas são mais vulneráveis do que as escolas nos espaços centrais, mesmo sendo da mesma dependência administrativa. Por isso, os autores destacam que as escolas das periferias, das favelas, enfim, de lugares com alta concentração de pobreza, precisam de políticas educacionais diferenciadas para sanar as desigualdades entre os equipamentos. Eles apontam ainda para a necessidade de incentivar os professores, do ponto de vista material e simbólico, no que tange a essas desigualdades que se espraiam no território. Esses dois pontos - discrimi-

nação positiva em relação ao território e formação docente - surgiram entre as demandas dos pesquisados:

(...) é preciso resgatar a escola como um elemento que integra uma comunidade. E essa comunidade, ela produz a gente sabe disso, as formas de educação. A comunidade produz. Tem cursinhos, como eu já disse, tem trabalho realizado por mulheres, trabalhos de vários segmentos que lidam com educação, tem atividade no campo da cultura né [...] E essa produção cultural, ela fica fora muitas vezes da escola, né, muitas vezes é o primo, é o irmão da pessoa que tá produzindo cultura, a própria pessoa tá ali dentro da escola, então eu acho que a escola, o Estado ele estratifica a escola, né; ele segrega a escola da sua comunidade, para poder administrar a escola. A nossa tarefa é inverter. A nossa tarefa é tirar a escola e os sujeitos que pertencem à escola dessa estrutura vertical, hierárquica, integrá-la na comunidade e aprofundar a democracia e a autonomia das escolas (Entrevistado 1).

2.3. Valorização do magistério e do(a) docente como trabalhador(a) concursado(a) com aumento do piso salarial, melhorias da condição de trabalho e jornada digna

A valorização docente é outro ponto crucial para uma educação pública de qualidade. O trabalho do educador exige a consciência de que é necessária uma formação constante, que acontece a partir da crítica permanente sobre a prática pedagógica e profissional, da pesquisa realizada para a prática em sala de aula e na reflexão e trocas com os outros profissionais da educação.

De forma geral, o Estado de São Paulo é quem mais emprega professores no Brasil. Na rede estadual há um grande número de professores atuando a partir de contratos temporários e eventuais, nos quais não é requerida a formação adequada, além de obrigar docentes a ministrarem disciplinas nas quais não são especialistas. Não há um mecanismo legal que obrigue a rede estadual a promover concursos públicos como acontece nas escolas municipais da capital, que obriga o certame quando o déficit chega a 5%. Analisando esse indicador e associando ao desempenho dos estudantes, verificou-se que o “[...] bom desempenho dos estudantes está fortemente associado às condições de trabalho de professores e diretores” (Basilio, Al-

meida, 2018, p.15). Isso implica que a condição de trabalho é um fator que se soma na discussão da qualidade de ensino público.

Em 2015, quase 60% dos professores da rede estadual eram concursados, incluindo o Professor de Educação Básica I (PEB I), ministrando os anos iniciais do Ensino Fundamental I, e o Professor de Educação Básica II (PEB II), docentes especialistas que ministram diferentes disciplinas no Ensino Fundamental II. No período do estudo de Basilio e Almeida (2018) havia três tipos de contratos para os professores não concursados. O primeiro denominado de “contrato substituto estável”, a categoria F, extinto em 2007, mas ainda tinha professores atuantes que se encaixavam nele e tinham benefícios semelhantes ao do funcionalismo. O segundo é “contratos temporários por tempo determinado (CTDs)”, nos quais o docente fica vinculado à escola por tempo estabelecido, respeitando o período de afastamento para não gerar vínculo empregatício. Por fim, há o vínculo eventual, o mais precário de todos, pois não há vínculo empregatício nem previdenciário; o professor substitui a ausência de docentes em diferentes disciplinas, sem saber ao certo a remuneração, pois esta depende do número de aulas dadas. Para os dois últimos contratos não é necessária a formação própria para docentes, a licenciatura.

Sobre a prefeitura, os professores de ensino fundamental podem exercer dois tipos de jornadas de trabalho. A primeira é a *Jornada Básica do Docente* (JBD), que consiste em 25 horas de trabalho com estudantes e 5 horas-atividades. Destas cinco, duas horas podem ser realizadas em local de livre escolha, enquanto as outras três devem ser obrigatoriamente cumpridas na escola. A segunda é a *Jornada Especial Integral de Formação* (JEIF), sendo 25 horas-aula e 15 horas-aula adicionais. Nessa jornada, quatro horas são realizadas em local de livre escolha e onze devem obrigatoriamente ser cumpridas na escola. (Costa, 2019, p. 70). Como há jornada mínima para os concursados, as condições de trabalho são melhores do que dos professores da rede estadual.

Visto que a rede estadual corresponde à maioria das matrículas, é necessário adequar as condições de trabalho do docente visando a qualidade do ensino que resultará em melhor desempenho para os estudantes. Diante disso, nos questionamos: como o Estado mais rico da nação permite tamanha fragilidade de condições de trabalho para seus funcionários? Como pode

investir tão pouco recursos, ou mais grave ainda, como pode se organizar para distribuir menos verbas para a educação pública? Por isso é urgente a mobilização em prol de mudanças legais para que a situação do Estado se modifique em vista da valorização do docente como trabalhador concursado. Se, por um lado, os professores da prefeitura estão em uma situação melhor que da rede estadual, faz-se necessária a vigilância dos direitos adquiridos que estão sendo ameaçados nos últimos tempos. Assim, defender os direitos dos educadores/educandos também inclui a luta por melhores condições de trabalho, justificando a terceira proposição.

2.4. Construção coletiva do Projeto Político-Pedagógico a partir de diálogo permanente com a comunidade

Como já foi exposto, a escola constitui-se em um espaço institucional de apropriação de cultura, historicamente vista como um “lugar de entrecruzamento do projeto coletivo da sociedade com os projetos existenciais de alunos e professores” (Martins, 1998, p. 55), extremamente importante para a formação das novas gerações. Para efetivar esse propósito, profissionais que lá atuam como funcionários efetivos e terceirizados, professores e gestores devem se articular com os pais e os estudantes, bem como com outras pessoas, grupos, coletivos e instituições próximas para refletir sobre qual educação aspiram e planejar os objetivos, as ações e estratégias para sua realização (Guedes et al., 2017). O trabalho coletivo requer o estabelecimento de vínculo que, por sua vez, exija a superação dos obstáculos impostos pelo Estado e promova a conexão entre os sujeitos e a escola, “reconstruindo ‘território da escola’, com princípios de horizontalidade, autonomia e democracia” (Entrevistado 1). Uma reconexão que se associa à “função política e social na formação da cidadania” (Vieira apud Guedes et al., 2017, p. 583) e promoção e garantia de direitos.

O debate sobre a importância da elaboração de um Projeto Político-Pedagógico na escola fortaleceu-se a partir das discussões realizadas sobre direitos e cidadania. Durante a década de 1980, os debates que precederam a promulgação da Constituição de 1988 envolveram vários setores da sociedade, como associações, sindicatos, movimentos sociais e academia, buscando ampliar a função social da escola. Todavia, apesar de ter sido um período marcado pela experiência política de a sociedade desejar e lutar por uma

sociedade mais justa, podemos relativizar o conceito de cidadania e dizer que no Brasil “há cidadania e cidadania” (Santos, 2007), pois “Nos países subdesenvolvidos, de um modo geral, há cidadãos de classes diversas; há os que são mais cidadãos, os que são menos cidadãos e os que nem mesmo ainda o são” (Santos, 2007, p. 24).

Com os processos históricos e concomitantes caracterizados pelas “migrações desenraizadoras” e “urbanização galopante” e “concentradoras a expansão do consumo de massa, o crescimento econômico delirante, a concentração da mídia escrita, falada e televisionada, a degradação das escolas, a instalação de um regime repressivo”, houve a substituição de uma filosofia de vida por outra que “entroniza o egoísmo como lei superior”, possibilitando formar-se no lugar do cidadão, o consumidor que aceita ser chamado de usuário (Santos, 2007, p. 24). Nessa conjuntura a cidadania coexiste, contraditoriamente, com as desigualdades. Os direitos são reconhecidos como naturais; porém, pelas relações de poder e exploração, seu exercício não é assegurado ao cidadão (Martins, 1998, p. 51). Portanto, muitos brasileiros experimentam a vivência de cidadania incompleta, advinda das relações sociais, dos conflitos entre as classes sociais, das lutas e reivindicações, baseados em conhecimentos e experiências desenvolvidas e aprendidas, tanto no cotidiano como em atividades educativas na práxis educativa progressista, como destacamos a seguir:

Uma das tarefas mais importantes da prática educativo-crítica é propiciar as condições em que os educandos em suas relações uns com os outros e todos com o professor ou com a professora ensaiam a experiência profunda de assumir-se. Assumir-se como ser social e histórico, como ser pensante, comunicante, transformador, criador, realizador de sonhos, capaz de ter raiva porque capaz de amar. Assumir-se como sujeito porque capaz de reconhecer-se como objeto. (FREIRE, 1997, p. 46).

Essa construção envolve pelo menos dois processos relacionados à consciência: um primeiro, de formação de consciência individual e coletiva, e um segundo, de reconhecimento de que esse processo envolve obrigatoriamente direitos e deveres. Assim, o papel da comunidade é organizar-se para criar intencionalmente instrumentos fundamentais da cidadania dentro das

escolas, pois a educação como *práxis* “representa decidido investimento na construção da cidadania” (Martins, 1998, p. 55). Apesar de sabermos que a “educação acontece como uma expressão da nossa prática social do dia a dia, dentro da família, nos espaços políticos, dentro das igrejas” (Entrevistado 1), e em sérios projetos de educação popular organizada por movimentos sociais e culturais, a escola continua sendo o “lugar, por excelência, onde o processo de construção do conhecimento se dá de forma sistematizada” (Martins, 1998, p. 55). Apesar de sofrer influências impostas pelas condições próprias do mundo neoliberal, ainda deve ser privilegiada como espaço para a realização de ações pedagógicas para a reflexão sobre direitos, democracia e cidadania.

A elaboração do Projeto Político-Pedagógico de forma coletiva é, por princípio, implantar uma proposta na perspectiva fundamentada na democracia, na diversidade e na cidadania. Essa proposta de gestão democrática no ensino público, prevista no inciso VIII do art. 3º da Lei nº 9.394/96, possibilita que todos participem dos processos de reflexão, debate e planejamento sobre a educação que desejam para sua comunidade (Guedes et al., 2017).

A construção democrática, adotando estratégias que promovam sua participação na gestão da escola, implica o desenvolvimento de processos que favoreçam a atuação igualitária dos sujeitos nas decisões e em sua formação, no que se refere não só aos conteúdos, mas também à vivência de valores democráticos, do respeito às diferenças e da aceitação do outro (Guedes et al., 2017). Nesse transcurso a ideia de transferência ou depósito de conhecimento devem ser abandonados e substituídos por posturas e valores que levem à valorização do estudante como protagonista no processo de ensino-aprendizagem, do envolvimento da comunidade e dos ideais democráticos.

Como já temos experiências de formação através de projetos de educação popular, há um conjunto de conhecimento, práticas e repertórios feito de baixo para cima extremamente preciosos. Por isso, seria muito importante que o Estado, docentes e gestores valorizassem mais a participação democrática, aceitando que não há forma de fazer uma educação autônoma que não seja coletiva. Isto é, superar a gestão democrática fechada em instrumentos, muitas vezes usados de forma burocrática, a partir de indicadores relevantes, que não consideram os valores da chamada “comunidade de aprendizado” (hooks, 2017), sem escuta, sem entusiasmo e sem alegria.

Nesse processo de transformar a escola em um espaço que acolha pessoas e ideias, projetos e utopias, é necessário ampliar o diálogo para além da participação orientada pelos instrumentos existentes, como no conselho e na Associação de Pais e Mestres.

25. Distribuição de equipamentos digitais como tablets e/ou computadores como material didático entregue pela escola para cada estudante e continuidade da política pública “Wifi Livre” em toda a periferia, como apoio ao ensino presencial.

Os equipamentos digitais e a internet são fundamentais, não somente para o momento atual que atravessamos de pandemia, mas para acompanhar as aulas presenciais. A tecnologia abre infinitas possibilidades para os estudantes ampliarem os conhecimentos em uma sociedade cada vez mais digital, possibilitando pesquisar com autonomia. Podemos observar que as tecnologias têm o poder de transformar e criar novos rumos para o ensino e a aprendizagem da educação. Nessa perspectiva, ela possibilita criar e transmitir um conhecimento adquirido na formação do sujeito. Sobre tecnologias, há três tipos de efeitos:

Em primeiro lugar, [elas] alteram a estrutura de interesses, o que tem consequências importantes na avaliação do que se considera prioritário, importante, fundamental ou obsoleto e também na configuração das relações de poder. Em segundo lugar, mudam o caráter dos símbolos, quando o primeiro ser humano começou a realizar operações comparativamente simples [...], passou a mudar a estrutura psicológica do processo de memória, ampliando-a para além das dimensões biológicas do sistema nervoso humano. [...] Em terceiro lugar, modificam a natureza da comunidade. Neste momento, para um grande número de indivíduos, esta área pode ser o ciberespaço, a totalidade do mundo conhecido e do virtual. (Sancho; Hernandez, 2006, p. 16).

Os autores mostram que os indivíduos que já têm acesso a essas tecnologias não demonstram dificuldade como aqueles que não costumam usá-las, e involuntariamente, estes sentirão a necessidade de se apropriar delas, mais cedo ou mais tarde.

Um ponto a destacar é que o uso da tecnologia precisa vir com apoio dos

docentes, visto que na parte de segurança da informação o país ainda deixa a desejar, e cabe ao Estado a responsabilidade de implementar a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), lei nº13.709/2018, cuja sanção foi adiada para agosto de 2021. A lei garante que o usuário da internet saiba para onde estão indo seus dados e para o que estão sendo usados. Com essa sanção, os pais e a escola teriam um controle maior sobre quais sites e redes sociais são mais seguras para o estudante navegar.

É importante salientar que as atividades diárias presenciais são de suma importância para o aprendizado e formação na educação básica, e as tecnologias não substituem essa experiência. Nas periferias, a escola como um equipamento físico, lugar de encontro e ensino-aprendizagem, da diversão e do entusiasmo, de criação de redes de solidariedade, ainda é de extrema importância para a educação como apropriação de cultura e construção dos sujeitos emancipados. Experiências de ONGs na periferia têm comprovado a importância do letramento digital para os jovens (Alana, 2020).

Acompanhando a distribuição dos equipamentos digitais, é preciso a expansão do Programa Wifi Livre⁶ para que o acesso chegue em áreas periféricas. Na atualidade, o programa contempla apenas 300 pontos da capital e os equipamentos públicos de cultura, estes não sendo contemplados nas áreas mais afastadas, como é o caso das periferias.

Sobre esse assunto, a Entrevistada 3 destacou a dificuldade sentida pelos professores das escolas públicas em realizar suas atividades com os estudantes que não têm equipamentos e/ou acesso à internet. Conforme seu relato, a orientação dada pela Secretaria Municipal se mostrou descontextualizada com a realidade, demonstrando a desconexão entre o plano que vem de cima e a realidade na escola:

(...) a gente fez um pouco diferente da [sala de aula virtual], pensando nessa perspectiva mesmo de para além do que a instituição impõe, porque foi isso que aconteceu. Nessa questão da pandemia, a gente não participou de nenhuma organização curricular. A gente recebeu um documento desconhecido por nós que é esse 'Trilha de aprendizagem', um documento totalmente desconexo do nosso Projeto Político Pedagógico. Desconexo também do Currículo da Cidade, que apesar de termos várias críticas, ainda é um material conhecido

6 Programa iniciado na gestão de Fernando Haddad (2013-2017) que disponibilizou internet gratuita.

[...]. Então, a gente fez um movimento um pouco diferente [das orientações da Secretaria Municipal de Educação]. A gente usa o recurso das redes sociais [...]. Enviamos também atividades físicas, impressas. Os professores mandam para os alunos, via redes sociais, alguns vídeos e material para aqueles alunos que têm mais dificuldade, isso tudo clandestinamente, porque tecnicamente a gente não poderia fazer isso. Mas, também não é proibido fazer isso. Então, a gente criou alguns mecanismos para alcançar esses alunos, porque a nossa preocupação gira em torno da relação de aprendizagem. Antes da pandemia, estávamos no movimento recuperar o direito à cidade. E quando a pandemia chegou, a prefeitura aproveitou o momento para impor. Mas, ainda que demonstrem a educação que querem, a gente tem resistido. Os pais têm ido na escola buscar esses materiais, organizados com especialistas, especialmente para alunos que têm deficiência (Entrevistada 3).

O meio técnico científico-informacional, o espaço geográfico produzido a partir do desenvolvimento tecnológico para a produção e para a informação, traz avanços fundamentais para estabelecer redes de solidariedade entre as grandes empresas e ligar simultaneamente os lugares, com vistas ao desenvolvimento econômico. Há a criação de uma tecnosfera, “uma natureza crescentemente artificializada, marcada pela presença de grandes objetos geográficos, idealizados e construídos pelo homem” (Santos, 1994, p. 127). Contudo, parte desse avanço, ainda que residual, chega para o uso cotidiano de boa parte da população em forma de computadores domésticos, tablets e smartphones, entre outros equipamentos. Apesar de ínfimo, comparado ao desenvolvimento e aperfeiçoamento alcançados pelas grandes corporações, o acesso de estratos da sociedade às tecnologias possibilita não somente estudo e pesquisa como também a construção de uma contra narrativa (Santos, 2000).

Por conta desse acesso, e de outras circunstâncias, adolescentes e jovens moradores das periferias e estudantes das escolas públicas têm criado, no campo da cultura e da comunicação, projetos com narrativas produzidas no e a partir do lugar onde vivem. Tal movimento acontece à revelia da escola e muitas vezes a partir da rua e das relações estabelecidas por dentro de diferentes coletividades que trabalham com formação e educação popular. O acesso digital mais efetivo, feito o quanto antes a partir da alfabetização

tecnológica realizada dentro da escola, pode potencializar controle de tempo e proporcionar condições para o surgimento de protagonismo dos estudantes para tais produções dentro e fora da escola.

O computador [internet] é o instrumento de medida e, ao mesmo tempo, o controlador do uso do tempo. Essa multiplicação do tempo é, na verdade, potencial, porque, de fato, cada autor - pessoa, empresa, instituição, lugar - utiliza diferentemente tais possibilidades e realiza diferentemente a velocidade do mundo. (SANTOS, 1994, p. 34).

A distribuição de equipamentos e o acesso a Wi Fi gratuito para os estudantes das escolas públicas possibilita não somente condições de controle do tempo, mas consequentemente de ampliar o horizonte geográfico, conhecer o lugar e o mundo, e fazer a relação entre essas duas escalas. Não disponibilizar, é limitar os espaços de atuação não somente dos estudantes, mas também do adulto que teve esses direitos negados.

3. Considerações finais:

A educação pública é um direito conquistado que contempla a maioria dos estudantes do município de São Paulo, especialmente aqueles que moram na periferia. A defesa da qualidade dessa educação passa pelo entendimento que o lugar onde as escolas estão inseridas interfere no processo de ensino-aprendizagem. Assim, acreditamos que é necessário repensar as condições materiais e simbólicas desses equipamentos.

É preciso ainda valorizar a prática docente e os recursos necessários para que os profissionais da educação possam exercer sua função com dignidade. Credita-se a isso uma carreira docente que busque colocar os trabalhadores da educação em boas condições para o exercício do magistério, com salários justos, tempo para formação e preparação de aulas e de materiais didáticos e remuneração de atividades extra-sala.

Por sua vez, a comunidade no entorno de cada escola pública pode contribuir significativamente para a construção dessa educação justa e de qualidade, formando escolas a partir da elaboração participativa de projetos políticos-pedagógicos, instrumentos fundamentais para uma construção coletiva que prima pela formação dos indivíduos baseada nos direitos hu-

manos e na cidadania. Trata-se de um processo indispensável para superarmos a lógica de produção espacial que constrói equipamentos e projetos de menor qualidade nas periferias. A luta por uma educação de qualidade também qualifica o espaço.

Em tempos de pandemia provocada pela Covid-19, tornou-se mais evidente o quanto os estudantes moradores das periferias vivem cotidianamente a exclusão dos meios digitais. Nesses espaços, onde há uma sobreposição de ausência, também falta ou inexistente acesso a equipamentos eletrônicos e às redes de internet, capazes de permitir amplo acesso à diversidade de materiais e conteúdos existentes e disponíveis de forma digital. Essa realidade consiste em ferramentas pedagógicas fundamentais para estudo e pesquisa, especialmente durante a pandemia e seu consequente distanciamento social, por isso a proposta da distribuição de equipamentos digitais. Contudo, é importante salientar que tal proposição não deve ser confundida com a defesa da educação à distância, pois cremos que a conjuntura também tem demonstrado a importância do convívio social e do movimento do corpo para o aprendizado e desenvolvimento das crianças e adolescentes. O que se impõe é a possibilidade de os estudantes das periferias aproveitarem das benesses desse conjunto tecnológico, formado por tablets/computadores e acesso à internet.

No mundo que sofre as ingerências do neoliberalismo, todas as instâncias da sociedade são convocadas a colaborar para a consolidação da sua lógica econômica, incluindo as escolas de educação básica, direcionadas pelo pragmatismo que impõe conteúdos, práticas e o objetivo quase que único de preparar para o ingresso na universidade ou no mundo do trabalho. A educação, como a cidadania, é mutilada pelo mercado (Santos, 2000) e o saber filosófico, a cada reforma feita na educação, torna-se cada vez mais restrito a poucos (Silveira, 2002).

A criação e consolidação de ideologias neoliberais permitem que os recursos possam ser utilizados para impor certa consciência do mundo e ocultar outras, criar senso e dominar a chamada opinião popular (Silveira, p.34), qualificando assim o período técnico-científico-informacional a partir da fábula da modernidade (Santos, 2000), um meio no qual as perversidades causadas pelas mudanças estruturais não são percebidas efetivamente pela população, envolvida propositalmente pelos supostos benefícios do período,

de um certo “encantamento com os instrumentos e resultados da ação global nos países, nas regiões” (Silveira, 2002, p. 35). Porém, ainda que exista uma força para legitimar e consolidar o pensamento único, é possível perceber sinais de outro período convivendo simultaneamente com esse dominado pelos preceitos do neoliberalismo. Um período no qual os de baixo buscam, a partir do convívio e das experiências no lugar, novas perspectivas para construção de ações contra racionalidades (Santos, 2000).

Nesse contexto, marcado de “tensões e paradoxos, possibilidades e limitações, perversidades e esperanças, negações e superações” (Silveira, 2002, p.34), o nomeado período técnico científico e informacional tem seguido permeado por sinais do Período Popular da História (Santos, 2000), quando a perversidade provocada pelos projetos neoliberais e a esperança vinda de diferentes movimentos periféricos marcam as crises e os conflitos, os avanços e as superações. Apesar dos projetos que objetivam destruir as escolas e as universidades públicas, o Sistema Único de Saúde (SUS) e dos projetos da automação e do desemprego estrutural, da flexibilização das leis trabalhistas, entre outras perdas e retrocessos, há um contínuo desmascaramento desses projetos da modernidade. Em diversos lugares do mundo e no Brasil, inclusive em centros urbanos como São Paulo, há um campo fértil para o surgimento de projetos e ações elaboradas pela população historicamente mais explorada e segregada nas periferias.

E nesse sentido, e em conjunto com outras organizações coletivas, a escola pública e as práticas pedagógicas, pensadas e planejadas por dentro de um projeto político-pedagógico, e realizadas em espaços pedagógicos equipados e bem mantidos, por docentes que trabalham em condições justas, podem realizar-se como espaços privilegiados para o pleno desenvolvimento da consciência de cidadania, do lugar de pertencimento e do significado desse no mundo. A possibilidade de enredarmos laços de solidariedade e consolidarmos a escola pública como espaço de entrecruzamento de saberes e conhecimento, e, de certa forma, abriremos caminhos para a construção de projetos educativos mais inclusivos e capazes de acolher a diversidade e dialogar com todos de forma democrática, permitirá refletir e decidir sobre o que a comunidade envolvida na escola quer ensinar/aprender.

4. Referências bibliográficas

ALANA. “Infância e tecnologia em tempos de pandemia”. São Paulo, 2020. In: *Mapa da Desigualdade*. São Paulo: Rede Nossa São Paulo, 2020. Disponível em: <<https://alana.org.br/infancia-e-tecnologia-em-tempos-de-pandemia/>>. Acesso em: 20 ago 2020.

ALMEIDA, S. *O que é racismo estrutural*. Belo Horizonte: Letramento, 2018.

BASILIO, J. R.; ALMEIDA, A. M. F. “Contratos de trabalho de professores e resultados escolares”. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 23, e230049, 2018.

BRANDÃO, C. R. *O que é educação*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

CARA, D. “Contra a barbárie, o direito à cidade”. In: CÁSSIO, Fernando. *Educação contra a barbárie: por escolas democráticas e pela liberdade de ensinar*. São Paulo: Boitempo, 2019. p. 25-32.

CARRIL, L. *Quilombo, favela e periferia: a longa busca da cidadania*. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2006.

CATINI, C. R.; MELLO, G. M. C. “Escolas de Luta, Educação Política”. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 37, n. 137, p. 1177-1202, Dec. 2016.

COSTA, V. A. *Os novos indicadores educacionais brasileiros: um estudo sobre a Rede Municipal de Ensino de São Paulo*. 2019. Dissertação (Mestrado em Estudos Culturais) - Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

DANTAS, A. S. R. *As escolas privadas da periferia de São Paulo: uma análise desde a colonialidade do poder à brasileira*. 2018. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

FREIRE, P. *A pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

_____. *Educação e Mudança*. 30a. Ed. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2007.

GIROTTO, E. D. “A dimensão espacial da escola pública: leituras sobre a reorganização da rede estadual de São Paulo”. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 37, n. 137, p. 1121-1141, Dezembro, 2016.

GOHN, M. G. “Movimentos sociais e educação no Brasil”. In: MEDEIROS, Jonas et al. (org). *Ocupar e resistir: movimentos de ocupação de escolas pelo Brasil (2015 - 2016)*. São Paulo: Editora 34/FAPESP, 2019. p. 37-52.

GUEDES, J. et al. “Projeto político-pedagógico na perspectiva da educação

em direitos humanos: um ensaio teórico”. *Rev. Bras. Estud. Pedagog.* [online]. 2017, vol.98, n.250, pp. 580-595. ISSN 2176-6681. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S2176-66812017000300580&script=sci_abstract&tlng=pt Acesso em: 15 de agosto de 2020.

HASENBALG, C. *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*. 2^a. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ. 2005.

hooks, b. *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*. São Paulo: Martins Fontes, 2019.

INEP. Censo Escolar 2019. Governo Federal. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-escolar>. Acesso 26 Fev. 2021

KOWARICK, L. *A espoliação urbana*. 2^a ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

MARTINS, R. B. “Educação para cidadania: o projeto político-pedagógico como elemento articulador”. In VEIGA, I. P. A.; RESENDE, L. M. G. (org). *Escola: espaço do projeto político-pedagógico*. Campinas: Papirus, 1998.

MENEZES FILHO, N. KIRSCHBAUM, C. “Educação e desigualdades no Brasil”. In: ARRETCHE, M. (Org). *Trajetórias das desigualdades: como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos*. São Paulo: Editora Unesp; CEM, 2015. p. 109-132.

OLIVEIRA, R. J. “Interfaces entre as desigualdades urbanas e as desigualdades raciais no Brasil: observações sobre o Rio de Janeiro e São Paulo”. In: _____. (org.) *A cidade e o negro no Brasil: cidadania e território*. 2^a. ed. São Paulo, Alameda, 2013. pp. 43-94.

RAIMUNDO, S. L. “A lei de fomento à cultura das periferias: práticas de luta e obviedades de uma cidade em xeque”. In: *Fórum de Cultura da Zona Leste: Nenhum passo atrás!* São Paulo: Fórum de Cultura da Zona Leste, 2019.

ROLNIK, R. “Territórios Negros nas Cidades Brasileiras (etnicidade e cidade em São Paulo e Rio de Janeiro)”. *Revista de Estudos Afro-Asiáticos*, Universidade Cândido Mendes, n. 17. p. 29-41, set., 1989.

SANCHO, J. M.; HERNANDEZ, F. *Tecnologias para transformar a educação*. Porto Alegre: Artmed, 2006.

SANTOS, M. *Técnica espaço tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional*. São Paulo: Hucitec, 1994.

_____. *O espaço do cidadão*. São Paulo: Edusp, 2007.

_____. *Por Uma Outra Globalização: Do pensamento único à consciência*

universal. São Paulo: Editora Record. 2000.

SILVEIRA, M. L. “Da educação mutilada à Constituição da Cidadania”. In: MAGNONI JUNIOR et al. (org). *Escola pública e sociedade*. Bauru: Atual/Saraiva, 2002. p. 34-37.

SPOSITO, M. *O povo vai à escola: a luta popular pela expansão do ensino público em São Paulo*. 4ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

TORRES, et al. “Educação na periferia de São Paulo: ou como pensar as desigualdades educacionais?” In: RIBEIRO, L. C. Q.; KAZTMAN, R. (orgs.) *A Cidade contra a Escola? Segregação urbana e desigualdades educacionais em grandes cidades da América Latina*. 2008, p. 59-90.

WILLIAMS, R. *Cultura e sociedade: 1780-1950*. São Paulo: Editora Nacional, 1969.



EIXO INFÂNCIAS

Infâncias periféricas de ontem, de hoje e de amanhã

Washington Douglas Nunes Lira¹

Harika Maia²

*Às primas Emily Victoria da Silva, 4 anos e
Rebecca Beatriz Rodrigues Santos, 7 anos,
Rio de Janeiro/RJ, 2020,
e a Gustavo Cruz Xavier, 14 anos,
São Paulo/SP, 2019, vítimas da violência policial.*

*Esta pesquisa está dedicada à memória de todas as crianças e adolescentes
mortos em decorrência da violência urbana e à luta de movimentos que defen-
dem o direito à infância e à adolescência,
como as Mães de Maio.*

¹ Estudante de Pedagogia da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) e pesquisador em iniciação científica pelo CEP/UNIFESP.

² Bacharel e mestre em Ciências Sociais pela PUC-SP, especialista em infância e juventude pela CLACSO, pesquisadora do CEP/UNIFESP e diretora de projetos da Rede Conhecimento Social.

Apresentação da pesquisa

Para elaborar propostas que incidam na melhoria das condições de vida das crianças nas periferias da cidade, a equipe partiu de leituras da constituição da categoria “infância” e da análise de como a condição social interfere nas possibilidades de vivê-la plenamente. Desde então, percebemos que seria necessário caminhar sempre na interface com os outros eixos desta pesquisa, constituindo um olhar integrativo, interseccional e plural sobre as infâncias. Na prática, isso quer dizer que, além de saber da própria criança, também devemos levar em consideração a condição dos responsáveis por ela; da moradia; da rua e do bairro onde moram; dos serviços públicos disponíveis (saneamento, coleta de lixo e transporte); das possibilidades de ir e vir em segurança; de espaços públicos para brincadeiras e socialização; da educação e saúde sua e dos seus; da efetivação da rede de proteção etc.

Ao não coadunar com a cultura adultocêntrica do silenciamento, uma das premissas iniciais era a escuta das crianças, saber o que tinham a dizer sobre a vida na periferia. Contudo, por conta das reviravoltas que a pandemia do COVID-19 trouxe, a equipe teve que redesenhar sua proposta. Observações etnográficas e entrevistas em profundidade foram substituídas por estratégias de trabalho à distância e online.

Mantiveram-se as entrevistas com mães, pais, profissionais e militantes que atuam na área da infância, mas também se recorreu à equipe de pesquisadores que, formada por *sujeitos periféricos* (D’Andrea, 2020), pôde explorar essa condição como um lugar próprio de produção de conhecimento, percorrendo suas trajetórias pessoais e a de crianças do convívio doméstico para trabalhar as infâncias vividas. Afinal, “só quem é de lá, sabe o que acontece”.

Outra abordagem foi a consulta de processos de escuta às crianças produzidos por terceiros. Entre os materiais consultados estão as fotografias que elas mesmas registraram do que gostavam ou não nos seus lugares de convivência³ e as propostas produzidas na última Conferência Municipal das Crianças e dos Adolescentes de São Paulo (2018) e no Plano Municipal de Políticas para as Mulheres (2016), que permitiram compreender as de-

³ O material faz parte da produção das oficinas do Olhar das Crianças, promovidas pela Rede Conhecimento Social. Para conhecer a metodologia, acessar www.conhecimentosocial.org/ e www.observaprimeirainfancia.org.br/pagina/54/olhar-das-criancas (galeria de fotos).

mandas históricas que se perpetuam até os dias de hoje.

A intensidade do momento pandêmico proporcionou um espaço metodológico interessante: expôs e acentuou fragilidades e potencialidades históricas que tiveram que ser encaradas por todos em um mesmo instante, mas de lugares diferentes. Na pandemia as crianças tiveram que ficar recolhidas ao ambiente doméstico, convivendo com seus responsáveis, na maioria das vezes, de forma quase ininterrupta, transferindo todas as suas atividades sociais e seus cuidados para a família e sua rede de apoio, que também foi fragilizada.

1.1 Infâncias periféricas de ontem: a criança em perigo e a criança “perigosa”

Quando começaram os processos de exclusão e marginalização das infâncias periféricas? Em algum momento essa condição foi diferente?

Para o Estado brasileiro o tema da infância foi inicialmente tratado a partir da “criança em perigo e da criança perigosa”, apoiando-se no pressuposto do cuidado à criança infratora ou sob condição de abandono e pobreza extrema. O Código Penal de 1890, por exemplo, estabelecia que qualquer pessoa acima dos 9 anos responderia legalmente por seus atos e seria penalizada com a internação em reformatórios ou casas de correção. Essas ações tinham como público a criança pobre, principalmente filhos de escravos nascidos sob a lei do ventre-livre, e o principal objetivo era reprimir qualquer possibilidade de infração às leis e ao pacto social da época, que pregava a manutenção do status quo.

A concepção política da infância na virada do século XIX para XX, como escreve Prout (2010), passa pela “identificação estratégica da criança como um ponto de intervenção e investimento para o futuro”, configurando um promissor projeto político ao país. É nessa esteira que a infância se torna objeto de estudos em diferentes áreas do saber (pedagogia, psicologia, medicina, sociologia etc.) que investigavam como elas se desenvolviam, se comportavam e como discipliná-las. Afinal, quando “bem orientadas”, tornam-se os trabalhadores e cidadãos desejados socialmente.

No processo de orientação e planificação da infância, em 1979, há a aprovação do Código de Menores, baseado na Política Nacional do Bem-Estar do Menor (Lei n. 4.513/1964), na qual o Estado define como objeto de in-

tervenção política as crianças em situação de vulnerabilidade, instaurando assim o paradigma da “doutrina da situação irregular”. De acordo com o Art. 2º do referido Código,

considera-se em situação irregular o menor: I – privado de condições essenciais à sua subsistência, saúde e instrução obrigatória, ainda que eventualmente, em razão de: a) falta, ação ou omissão dos pais ou responsáveis; b) manifesta impossibilidade dos pais ou responsáveis para provê-los; II – vítima de maus-tratos ou castigos imoderados impostos pelos pais ou responsável; III – em perigo moral devido a: a) encontrar-se, de modo habitual, em ambiente contrário aos bons costumes; b) exploração em atividade contrária aos bons costumes; IV – privado de representação ou assistência legal, pela falta eventual dos pais ou responsável; V – com desvio de conduta, em virtude de grave estado de inadaptação familiar ou comunitária; VI – autor de infração penal.

De acordo com Leite (2003), não havia diferenciação entre o menor abandonado e o menor infrator (“delinquente”), que, estando em situação irregular, recebiam as mesmas medidas punitivas: internação na FUNABEM e na FEBEM. Tratava-se da exposição, criminalização e violência contra a família pobre, que em muitos casos tinha dificuldade de manter a alimentação na mesa, garantir a educação das crianças (sem creches e escolas no bairro) ou condições sanitárias básicas.

Foi nesse caldo político-cultural que nos anos 1970 emergiram na cidade de São Paulo movimentos sociais das classes populares vinculados às Comunidades Eclesiais de Base, por meio dos quais famílias de bairros suburbanos e/ou periféricos tinham nas igrejas católicas espaços para se reunirem, se verem enquanto grupo social e desenvolverem atividades coletivas como alfabetização de adultos, cursos profissionalizantes, festas e rezas, assim como discutir problemas da comunidade e pensar conjuntamente em alternativas a eles (Sader, 1988). É nesse período que surgem o Clube de Mães na zona sul e o Movimento de Saúde na zona leste, por exemplo. O primeiro vem como resposta à iniciativa das mulheres do Lions Club que costumavam ir às igrejas dos bairros mais pobres periodicamente para “dar aula de bordado, de culinária, de higiene, de educação”, como diria uma das fundadoras

do movimento, Odette, em entrevista a Sader (Ibidem). Já o Movimento de Saúde da zona leste teve como principal agenda mobilizadora a falta de equipamento de saúde no bairro de São Mateus e Itaquera, a princípio, como relatam duas lideranças da época:

(...) então a gente via ali que era um bairro enorme e não tinha nenhum centro de saúde, não tinha hospital, não tinha nada. (...) Então a gente partiu para uma pesquisa no bairro e vimos que as mães pegavam até dois ônibus para vacinar uma criança. E a gente percebia que as mães deixavam até de levar o filho pra vacinar, que era o básico, porque não dava (...). (SADER, 1988: 263).
(...) As crianças morrendo, muitos doentes e sem atendimento médico. Até dinheiro a gente dava pras mães levarem as crianças no pronto-socorro do Tatuapé, que era o mais perto que tinha, sabe? Ou no centro de saúde da Vila Ré, que também é muito longe do Jardim Nordeste (...). (SADER, 1988, 265).

Nesses grupos as mulheres encontravam espaços de trocas entre elas, traçando estratégias de sobrevivência e de fortalecimento social com respaldo institucional da igreja e de seus agentes. Do compartilhamento do sentimento de grupo, das reflexões sobre o papel da mulher na sociedade e as injustiças ao povo pobre, foi possível reunir e organizar as pautas dessas mulheres e mães que viviam a rotina do bairro e da casa, que sentiam as principais vulnerabilidades da vida em território periférico e que eram as responsáveis por dar conta de sustentar, na prática, essa vida - seja perdendo dia de trabalho para levar filho em posto de saúde, seja pegando água do poço mais próximo ou driblando a falta de linhas de ônibus, de luz, de creche etc.

Foi na década de 1980 que a cidade assistiu a um crescimento vertiginoso da população “favelada”. Se em 1973, 1% da população morava em áreas de favela, em 1987 esse número sobe para 9% (Prefeitura Municipal de São Paulo *apud* Saraiva e Marques, 2011). Há uma massificação e marginalização da pobreza na cidade, com grande visibilidade às crianças e aos adolescentes em situação de rua, violência estatal e extrema pobreza. Nesse processo, movimentos sociais pró-infância também cresceram e se fortaleceram, exigindo do Estado – em processo de redemocratização – maior participação, controle social e responsabilização pelos cuidados e proteção dessa população mais vulnerável e dependente.

Como resultado das mobilizações polifônicas e alinhada a marcos legais internacionais, a nova Constituição Federal (1988) reconheceu a criança e o adolescente como sujeitos sociais e políticos, um segmento com direitos e cuidados especiais cujos responsáveis pela atenção ao cumprimento são o Estado, a família e a sociedade civil. A Constituição reconheceu a universalização dos direitos humanos a todas as crianças e adolescentes, sem discriminação, e abriu caminho para a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069 de 1990). Não há como negar que o ECA foi um divisor de águas no que tange às infâncias. Quem foi criança ou adolescente na década de 1990 com certeza se lembra de campanhas nas escolas, nos postos de saúde ou na grande mídia falando dos direitos que toda criança e adolescente passariam a ter.

1.2 Algumas considerações sobre o desenvolvimento biopsicossocial e o sujeito integral

No Brasil, a “infância” vai do pré-natal aos 11 anos completos. Nesse período, há incontáveis processos de desenvolvimento biológico, psicológico, social, educacional etc. Para melhor compreensão sobre as demandas das crianças, costuma-se dividir esse momento em três importantes fases:

- a) Intrauterina ou pré-natal: o desenvolvimento do feto na barriga da mãe já estabelece uma série de vínculos embrionários fundamentais para sustentar a vida, como o reconhecimento de vozes, interação e estabelecimento de relação afetiva, nutrição e formação física e neural;
- b) Primeira infância: i) primeiríssima infância (0 a 3 anos), quando há um complexo desenvolvimento a partir dos contextos e das relações afetivas. Aos poucos o bebê começa a se referenciar no mundo, reconhecer seus cuidadores, se expressar, desmamar, andar e criar formas menos dependentes de sobrevivência; ii) primeira infância (4 a 6 anos), quando há o desenvolvimento do autocuidado: aprendem a se vestirem sozinhas, comer sem ajuda, usar o banheiro e, se estimuladas, começam o processo de alfabetização. Passam a abstrair a realidade e representá-la, brincam de “faz de conta” e constroem ricos repertórios imagéticos

c) Segunda infância (7 a 11 anos): caracterizada por uma maior socialização e ampliação da rede de pessoas que interagem com a criança, criação de critérios mais complexos para distinções, análises e valoração moral (se algo é bom ou mal, quais são as regras etc.). Momento propício ao letramento e à construção de pensamentos lógicos.

A criança depende de estímulos externos e relações afetivas de qualidade para desenvolver as habilidades próprias do período, tão sensíveis e fundamentais para toda a vida. Há uma sorte de eventos e oportunidades que só ocorrerão nesses primeiros anos e, por isso, devem ser garantidos os meios para que aconteçam de forma adequada.

2. Propostas para as infâncias periféricas: o vivido e o desejado

Dentre as diferentes fontes analisadas⁴, chama a atenção a importância que todas dão ao cuidado às crianças, à presença ativa e afetiva dos responsáveis, à urgência de oferecer assistência aos adultos cuidadores e a importância do sentimento de pertencimento promovido pelo conhecimento e valorização da história e da cultura, como bem nos resumem os entrevistados:

Pra desenvolver plenamente uma criança, ela não pode estar preocupada no brincar, tem que se sentir segura porque sabe que está sendo olhada, está sendo cuidada por adultos em todos os lugares que ela frequenta. Se ela for ao parque ela é cuidada, se ela tá em casa ela é cuidada. (professora entrevistada).

“Adultos [devem ser] bem amparados para poder amparar”. (conselheiro tutelar entrevistado).

Com esse conjunto de perspectivas, o Eixo Infância da pesquisa Agenda Propositiva das Periferias elaborou seis propostas. São elas:

⁴ Conferência Municipal da Criança e do Adolescente, Plano Municipal de Política para as Mulheres, entrevistas com cuidadores e profissionais da área e os registros do “Olhar das Crianças”.

1ª - Espaços Multieducacionais Populares de Qualidade Social

A relação de estudantes e professores aparece de forma conflituosa especialmente a partir da segunda infância, quando começam os enfrentamentos e a necessidade de ensinar limites e regras de convivência. Casos de bullying, racismo e agressões (de ambos os lados) são comuns nas salas de aula e, ainda que sejam situações mediáveis, professores apresentam dificuldades de lidar com elas. Para o professor Kabengele Munanga (2005), a educação deve abranger também o conhecimento e a valorização da diversidade étnico racial, cultural e de identidade de gênero que compõem os territórios em que essas crianças já vivem, o que

não significa transformá-las em conteúdos escolares ou temas transversais, mas ter a sensibilidade para perceber como esses processos constituintes da nossa formação humana se manifestam na nossa vida e no próprio cotidiano escolar. (MUNANGA, 2005, p. 147).

Reforça-se assim a importância de a escola não ser apenas promotora de conteúdos especializados, mas também desenvolvedora de capacidades socioemocionais para além, muito além, daquelas capacidades estruturadas pelo sistema capitalista. É preciso que as crianças se desenvolvam no sentido da autonomia, criatividade, capacidade de obter conhecimento crítico etc. Como aponta Coelho,

Abafar o corpo tão desejoso de prazer e sentido é urgente no modelo de ensinagem massiva. Então, para ensinar sem desejo do estudante, é preciso adestrar os vetores, os afetos, as percepções, as sensibilidades. Para ensinar, na perspectiva unicamente escolarizada e institucional, se faz necessária a anestesia. Ausência de estesia. Anestesia da autonomia, do reconhecimento do outro enquanto sujeito potente. Em especial, quando falamos sobre a educação de crianças pequenas, é importante considerar que a especificidades e a complexidade das culturas infantis são desconsideradas por estarem subordinadas a uma visão adultocêntrica que as anula enquanto indivíduos. (COELHO, 2017, p. 17).

Porém, de acordo com a professora entrevistada, nesse modelo de trabalho falta ao professor “tempo”. Tempo na sala de aula para poder escutar as

crianças, atender suas demandas, inclusive daquelas que apresentam necessidades especiais, mediar conflitos etc. Falta tempo também fora da sala de aula para organizar sua prática, desenvolver projetos complementares na escola e abrir espaços de conversa com as famílias. Para essa docente, nem todas as escolas estão preparadas para ouvir as famílias, “porque a família muitas vezes traz demandas que a escola não dá conta, então ela prefere nem ouvir e isso é um problema”. Faz-se importante trazer a família não só para falar do filho, mas também para discutir coletivamente sobre qual escola se quer e como agir conjuntamente, numa perspectiva de educação integrada em rede e articulada ao seu entorno.

Quando há esse tempo e espaço qualificado para o cuidado das relações e abertura para novas formas de integração, gera-se impactos a longo prazo, como a sensação de pertencimento à escola e de cidadania dos sujeitos envolvidos, que passam a ser escutados, considerados e participantes dessa comunidade que tem memória e que produz novas histórias e sentidos.

Um exemplo de diálogo entre as demandas sociais e as possibilidades de arranjos nos espaços de educação é a necessidade que as mães trazem pela flexibilização do horário de funcionamento de creches e escolas para que possam trabalhar e oferecer melhores condições de vida aos seus filhos. Nesse mesmo sentido, o 1º Plano Municipal de Política para as Mulheres (2017-2020) propõe a possibilidade de essas mulheres ou cuidadores de crianças terem garantidas estruturas de creches nas universidades e faculdades para atendimento da(s) filhas(os) das(os) docentes, discentes e funcionárias(os) durante seu expediente de aulas ou trabalho.

Por outro lado, as crianças criticaram, por meio de fotografias (Olhar das Crianças), a falta de manutenção e adequação dos espaços escolares existentes. Assemelham suas escolas a prisões: com salas lotadas, grades nas portas e janelas, espaço sujo e descuidado. Elas querem um ambiente mais acolhedor, limpo e com relações mais afetivas, um espaço que proporcione uma vivência adequada e de maior liberdade, para fluir toda sua energia e criatividade.

Proposta

Os Espaços Multieducacionais Populares teriam caráter construtivo e integrativo, e seriam voltados não apenas às crianças, mas também à par-

ticipação da comunidade do entorno. Seriam polos de aprendizagem com infraestrutura adequada, profissionais bem remunerados(as) e ferramentas educacionais que estimulem a autonomia das crianças e adolescentes, tornando-os(as) cientes da história do país e do mundo. Esses espaços contariam com participação ativa da família na vivência escolar, tornando possível a emancipação de crianças e jovens periféricas(os) para a construção de um futuro com mais igualdade na prática em termos sociais, culturais, étnico raciais, de gênero, financeiros e, óbvio, educacionais.

Os polos estariam incluídos na vida social do bairro e estariam disponíveis para atender as demandas das famílias, incluindo a oferta de formação em tempo integral. Nesse sentido, “não dá para pensar em escola integral sem pensar em territórios educativos... E daí que mexe com espaços, tempos, currículo, materialidades e interações.”. (Professora entrevistada).

Os Espaços Multieducacionais Populares de Qualidade Social devem:

- a) proteger, dar atenção, garantir alimentação e estímulos para pleno desenvolvimento físico, cognitivo, emocional e social da criança. Junto com a Rede de Proteção, deve promover escutas e encaminhamento das demandas da família e da comunidade para que sejam integradas ao território de fato;
- b) estabelecer a interação do Espaço com os pais e familiares da criança desde o pré-natal. Todas as salas teriam caráter educativo e seriam abertas para convivência comunitária, mesmo as salas da administração. Estender essa interação a outros equipamentos e serviços públicos da região;
- c) garantir acesso pleno de crianças com deficiências físicas e intelectuais a todos os espaços e materiais pedagógicos; promover o aprendizado de línguas desde a educação infantil até a Educação de Jovens e Adultos (EJA), incluindo o atendimento à população imigrante;
- d) garantir a convivência pacífica e respeitosa entre os estudantes e estudante-professor a partir de processos de humanização e interação; estimular a transmissão de saberes tradicionais (locais e não locais) articulados a uma vivência contínua com as tecnologias digitais; promover espaços lúdicos e esportivos diversos como piscinas poliesportivas, parquinho, pista de skate, quadra, sala multiuso, biblioteca e brinquedoteca de qualidades com conteúdo em formato digital e físico; criar espaços para agroecologia e reciclagem com participação da comunidade.
- e) contar com a organização de estudantes e funcionários para a manutenção da limpeza, do cuidado e do uso.

2ª - Moradia adequada e segura

Já não resta dúvidas que a pandemia tornou as fragilidades e as desigualdades sociais ainda mais evidentes. Se por um lado todos os campos da vida de uma pessoa passaram a ocorrer dentro de casa e a responsabilidade pela prevenção ao contágio passou ao âmbito do privado, por outro, muitas pessoas perderam trabalho, diminuíram a renda da casa (especialmente os autônomos) e diversas garantias que tinham em espaços como a escola ou o trabalho (alimentação, energia elétrica, água potável, acesso à internet) ficaram sob sua responsabilidade.

Para as crianças, a principal mudança sentida é a impossibilidade de frequentar a escola, passando todas as suas relações e momentos de aprendizado especializado para dentro de casa. Nesse espaço redescoberto e compartilhado, as crianças estão tendo que estudar (mesmo sem internet e materiais adequados); brincar (sozinhas ou com irmãos/primos, com ou sem quintal); dormir (com a casa ainda ativa, com adultos trabalhando ou estudando no que lhes restam de tempo do dia e sem espaço para todos se acomodarem); exercitar a individualidade e ter momentos sozinhos (em uma casa cheia de pessoas); manter sua higiene e alimentação (mesmo que lhes falte água).

Sobre as condições do bairro, nas oficinas do Olhar das Crianças que ocorreram meses antes da pandemia, crianças registraram o que elas gostavam ou não daquele território. Alguns olhares que trouxeram foram sobre o perigo nos riachos e esgotos céu aberto e de fácil acesso; a dificuldade de transitar nas calçadas cheias de obstáculos e estreitas (apesar de apreciarem o lado lúdico de pularem os degraus e inventarem brincadeiras); muito lixo e entulho em todos os lugares; vulnerabilidade de algumas construções de casas e espaços com brinquedos quebrados, sem qualquer manutenção.

O que elas mostram é que uma cidade apropriada para a convivência com crianças é uma cidade onde todos poderão ter qualidade de vida e uma casa que acolhe as crianças é uma casa segura e afetiva para todos. Para isso acontecer, é preciso enfrentar as desigualdades sociais e as vulnerabilidades a que as famílias estão expostas.

Proposta

Ter um local para morar que não ofereça riscos, onde a criança tenha estabilidade de endereço e se sinta segura e acolhida, com uma referência de lugar que lhe traga conforto e paz. Também é importante um bairro em

que ela e seus familiares possam usufruir dos espaços públicos para lazer, para a cultura e para o esporte. A moradia e o bairro adequados são questões vitais para que a criança possa se desenvolver plenamente.

Para se pensar numa moradia adequada e segura, é importante:

- a) permitir que as famílias possam se estabelecer em moradias dignas e adequadas, sem riscos de enchentes ou desabamentos;
- b) em caso de remoção ou realocação de famílias, garantir que possam escolher bairros próximos para morarem, possibilitando estabilidades importantes para a vida da criança, como a manutenção da rede de apoio familiar, frequência escolar e cuidados de saúde nos mesmos equipamentos;
- c) universalizar serviços de saneamento básico e eletricidade e estabelecer taxas populares ou gratuitas para famílias que não têm condições de arcar com as contas de luz e água;
- d) cuidar dos espaços públicos para que a circulação de crianças e adultos seja segura, com iluminação, pavimentação, poda de gramas e árvores, limpeza, sinalização como faixas de pedestre para trânsito seguro etc.;
- e) criar espaços abertos para brincadeiras e exercícios físicos com e sem equipamentos fixos, com práticas que estimulem seu uso pelas crianças;
- f) estimular e garantir condições para que coletivos e artistas com projetos artístico-culturais e esportivos ocupem as ruas e outros espaços públicos aos finais de semana;
- g) criar espaços comunitários e integrativos para plantio, reciclagem, salas de produção para autônomos, acesso livre à internet, formações em educação ambiental e economia familiar;
- h) promover espaços para convivência intergeracional;

3ª - Fortalecimento das mulheres;

É notável que na sociedade brasileira a responsabilidade pelo cuidado da criança quase que invariavelmente recai para a mãe ou a avó. É comum termos cenário de mães, novas ou não, sem condições de empregabilidade, sobrecarregadas, sem amparo psicológico e responsáveis exclusivas pelo cuidado à criança.

Esse fato foi reiterado por todos os levantamentos realizados na pesquisa. Quando perguntamos às mulheres sobre quais as maiores preocupações e desafios da maternidade periférica, as respostas direcionavam para a pressão social exercida sobre elas. Espera-se dessa mulher “ser uma boa mãe, boa

filha, boa companheira, boa dona de casa, abrir mão de sonhos, dificuldade de ascender social e economicamente”, como retrata a psicóloga entrevistada. Trata-se de uma exigência dificilmente equacionável pela mãe periférica, especialmente quando se tem um contexto repleto de vulnerabilidades.

Em matéria, Levy (2020) noticiou casos de mulheres negras que desistem de ser mães por conta da violência sofrida pela população preta e pobre. Para elas há medo da violência policial, do Estado que mata, da exclusão, do preconceito e do racismo, da violência obstétrica, da negligência do atendimento de saúde e do contínuo abandono dos companheiros.

Em conversas com crianças e outros profissionais também se observam casos crescentes de transtornos mentais e comportamentais de crianças (automutilação, depressão, ansiedade, dificuldades de aprendizagem) que poderiam ser mediados com tratamento adequado e acompanhamento sistemático, mas que, pela falta de serviço oferecido na rede pública ou pela dificuldade de utilizá-lo, se agravam e se tornam cada vez mais prejudiciais para o desenvolvimento da criança e da sua família.

A maternidade periférica traz muita insegurança, situações de desespero de famílias que arrumam seus jeitos de organizarem, mas que não garantem sua segurança, inclusive segurança alimentar, segurança de uma moradia fixa, tranquila. (conselheiro tutelar).

Segundo a psicóloga entrevistada, é comum receber em seu consultório casos de crianças de 4 a 6 anos que apresentam questões psicossociais relacionadas a traumas vividos (tentativa de abuso sexual e violência doméstica), a condições neurológicas adversas, à forma como a mãe viveu o pós-parto e problemas na relação conjugal, com bastante violência psicológica e moral. Todas essas questões acabam desembocando em infâncias turbulentas e maternidades traumáticas. Acrescente-se a isso o fato de muitas mulheres não terem pré-natais que cubram as consultas e exames mínimos que devem ser feitos para garantir uma gestação, parto e bebê saudáveis.

A falta de políticas para prevenção de gravidez na adolescência faz com que muitas meninas (inclusive crianças) se tornem mães precocemente, com risco de contágio por doenças sexualmente transmissíveis, sem direito a interrupção da gestação e sem apoio psicológico. Esse tipo de situação é ainda

mais grave nas regiões periféricas: de acordo com o Mapa da Desigualdade da Primeira Infância (2020), em 2015 o IBGE registrou 17% de partos de mães adolescentes, “onde a maioria delas tem poucos anos de escolaridade, são negras e vivem em regiões menos desenvolvidas economicamente”.

Proposta

Por todas essas questões, é fundamental fortalecer essas mulheres para que possam se desenvolver enquanto seres humanos e cidadãs autônomas, que, só assim, podem oferecer melhores condições de vida para si e para a criança. Para que essa mudança cultural ocorra é preciso:

- a) discutir via campanhas educativas amplas a divisão sexual do trabalho e a necessidade de desnaturalizar “o papel da mulher” dentro de casa, no trabalho, no atendimento público e em qualquer outro ambiente;
- b) incentivar a inserção e continuidade da mulher em atividades produtivas e econômicas com vistas à promoção de autonomia;
- c) criar condições para que mulheres com filhos frequentem a escola/universidade sem prejuízos;
- d) cuidar da saúde da mulher, para além da maternidade;
- e) legalizar o aborto, criar políticas para prevenção à gravidez na adolescência ou indesejada e política de educação sexual para homens e mulheres de todas as idades;
- f) garantir o direito da criança à paternidade responsável e compartilhada;
- g) rediscutir o tempo e a qualidade da licença paternidade para que durante o pré-natal o/a parceiro/a possa acompanhar a gestante nas consultas, compartilhar os cuidados com o bebê mesmo nos primeiros dias, criar laço afetivo desde o nascimento e, ainda, criar condições e dar suporte para o autocuidado da mãe. Em caso de famílias sem a figura paterna, garantir a licença a outra pessoa que possa oferecer suporte à mãe, seja sua companheira, mãe ou sogra;
- h) criar políticas que promovam a saúde mental das famílias;
- i) promover políticas de trabalho de doulas do pré-natal aos primeiros meses da criança.

4ª - Enfrentamento à violência urbana e ocupação segura do espaço público;

Infelizmente estamos acostumados a ver e ouvir em noticiários histórias de crianças e adolescentes periféricos que perderam a vida em operações

policiais, tiroteios e outras tantas formas de violência urbana. Esse estado de violência contínua é um tema bastante associado à vida periférica e, na maioria das vezes, é tratado como se as pessoas que vivem nesse espaço fossem as causadoras dela. Já do ponto de vista dos moradores, a violência é gerada principalmente a partir da ação policial no bairro.

Como relata Raiane Assumpção, professora da UNIFESP, e Débora Maria da Silva, fundadora e coordenadora do Movimento Independente Mães de Maio, (Assumpção; Silva; et al., 2018, p. 136) “a violência é recorrente na sociedade brasileira e de modo especial tem vitimado a população pobre, jovem, negra e da periferia dos centros urbanos, sendo apontado um verdadeiro genocídio desta população”.

Em seu mestrado, Marielle Franco (2014) defende que a segurança pública é parte fundamental da garantia dos direitos sociais e que a militarização da polícia só colabora para práticas violentas e genocidas, em que crianças, adolescentes e jovens são os principais alvos.

Não é o poder armado, violento e bélico do Estado que assegura bases do reforço da segurança, muito pelo contrário, só serve para ampliar a repressão e a dominação de classe. Trata-se principalmente da garantia dos direitos sociais, políticos, econômicos e humanos em todos os aspectos. A desmilitarização da polícia, ainda que não resolva todos esses desafios, é um passo fundamental para que se possa avançar rumo às mudanças tão necessárias, para o Rio de Janeiro e para todo o Brasil. (FRANCO, p. 121-122).

Os pais entrevistados relatam suas preocupações em deixar os filhos brincarem na rua, usarem a praça (mesmo que acompanhados por eles próprios), frequentarem a quadra da escola aos finais de semana etc. Mesmo que reconheçam aquele como um território de afeto e onde constituem uma rede de apoio confiável, na prática eles temem tiroteios, motos e carros passando em alta velocidade na rua, os grupos que usam drogas (e descartam cápsulas, pontas de cigarro ou cachimbo na rua ou na grama), a ronda policial, a falta de iluminação etc. Esse cenário causa uma série de efeitos como o fato de muitas crianças deixarem de circular e conviver no espaço público, gerando uma menor socialização entre os vizinhos e uma limitação das práticas da família para o universo da casa.

Franco (2014) também chamou a atenção para a importância da ocupação dos espaços públicos pela população como elemento-chave para promover sentimentos de coletividade, respeito à diversidade, convivência e, principalmente, para criar espaços mais seguros.

Estar dentro de quatro paredes também não é garantia de proteção. Há muitos casos de violência doméstica (agressões físicas, psicológicas, abusos sexuais) acontecendo na própria casa da criança. Uma reportagem recente do site Outras Palavras faz uma cartografia dos estupros no Brasil e mostra como esses casos alcançaram patamares muito altos em 2019 e que a principal vítima é a criança sob os cuidados dos pais dentro de casa.

[A] cada 100 estupros no Brasil, 63,8 são cometidos contra vulneráveis, que inclui em sua maioria crianças de até 14 anos, segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2019. A situação de pedofilia atingiu um patamar horripilante: mais que a metade das mulheres vítimas de estupro têm menos de 13 anos, idade com maior número de casos, enquanto entre os meninos a idade mais comum é ainda menor, aos 7 anos. (Outras Palavras: 2020).

Tornando ainda mais complexa a situação, o isolamento social por conta da pandemia fez com que famílias inteiras ficassem dentro de casa, todos os dias e por um longo período. Para muitas crianças isso se traduziu em conviver com seu abusador por mais tempo, sem acesso a outras pessoas para denunciar ou cuidar. As escolas eram as principais portas de entrada para a observação e encaminhamento de casos de violência, abandono ou vulnerabilidades das crianças. Com seu fechamento, há uma maior dificuldade de comunicação desses casos: “algumas [crianças] vão para a escola por outras questões que vão além da educação, seja para não ficar em casa e viver ausências ou violências, seja para ter presenças” (Professora entrevistada).

O conselheiro tutelar entrevistado alertou que durante a pandemia houve aumento de atendimentos de crianças vítimas de violências domésticas, particularmente aquelas envolvendo abuso sexual.

Outro dado preocupante que se mostra atual e crescente ao longo da pandemia diz respeito ao trabalho infantil. Reflexo de uma sociedade estruturalmente doente, o trabalho infantil no Brasil decorre de situações em que as crianças estão submetidas a extrema pobreza e aos conflitos do

Estado com suas famílias, vejamos em exemplo de uma criança que Marchi (2013, p. 258) traz em uma pesquisa sobre trabalho infantil:

Edna, 12, está na 4ª série, pedia esmolas com a mãe e a irmã. Os pais perderam a guarda de sua irmã devido ao envolvimento com drogas e à precariedade de sua casa (sem luz e água encanada). Meses após a realização da entrevista, os pais perderam também a guarda de Edna, que foi para um abrigo de menores.

Crianças que estão nessa situação, além de terem seus direitos violados, mesmo após 30 anos da aplicação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), acabam ficando sob a custódia do Estado, perdendo seus vínculos familiares e afetivos e comprometendo sua formação cidadã. São marcas cruéis em corpos de crianças periféricas.

Proposta

Para que a criança possa frequentar o Espaço Multieducativo, tenha uma casa adequada e segura, a mulher possa ir e vir com seu filho, é preciso enfrentar a questão da violência urbana. Para isso é preciso:

- a) Desmilitarização da polícia e integração dela a outras políticas públicas;
- b) “Reformulação” da PM e da GCM para que atuem na promoção à proteção de todos, com respeito às diversidades de raça/cor, idade, religião e território de residência;
- c) Acompanhamento e assistência psicológica a todos os profissionais da segurança pública e privada;
- d) Estabelecimento de políticas multisetoriais antirracistas e antixenofóbicas.

5ª - Passe-livre para crianças e seus/suas responsáveis;

Quando se relaciona transporte à infância, é comum pensar apenas no transporte escolar. Acontece que as crianças circulam pela cidade mais do que se pensa e menos do que gostariam. Transitam para ter atendimento médico, já que nem todos os serviços são oferecidos nos postos de saúde dos bairros, ir à escola, visitar familiares, passear aos finais de semana, fazer compras com seus pais ou resolver questões burocráticas em postos de atendimento das regiões mais centrais. Há, contudo, dificuldades nessa circulação.

As crianças falam da dificuldade de andar de ônibus com suas famílias,

enfrentando filas demoradas nos terminais, tempo de espera no ponto de ônibus, falta de assento preferencial somados aos longos trajetos para chegar ao centro da cidade ou ir a algum atendimento mais especializado em outra zona.

Para visitar um parente ou frequentar espaços culturais e parques, outro desafio: há poucas linhas que fazem o trajeto bairro-bairro. Em uma das entrevistas realizadas, a mãe conta que prefere pegar um *Uber* para ir ao parque com seus filhos do que esperar pelo ônibus que demora a passar e pagar mais caro pelas passagens de todos. Ela também comenta que vai ao parque da cidade ao lado, já que mora numa área limítrofe, e que o transporte intermunicipal é muito mais precário e caro, mesmo que seja para andar poucos quilômetros.

No Olhar das Crianças foi comum os participantes apontarem para os sinais de trânsito como algo importante para eles entenderem como aquele espaço funciona: onde tem faixa de pedestre é mais seguro de atravessar, lugar que tem escrito “escola” no chão significa que tem mais crianças circulando e, por isso, os carros deveriam reduzir a velocidade, os carros não podem estacionar em todos os lugares (muito menos em cima das calçadas), qual o lugar que os ônibus devem parar para pegar passageiro etc.

Proposta

Todo cidadão tem direito à cidade, aos seus serviços, à sua história e identidade. Parte disso só é viável se houver circulação de pessoas. Contudo, muitas famílias não conseguem transitar com os filhos maiores porque não têm dinheiro para custear as passagens, ou porque as linhas de ônibus no seu bairro as desestimulam de querer sair de casa e gastar 4 horas para ir e voltar do centro. Por isso o passe-livre deveria ser um direito de qualquer cidadão. Aqui vamos defendê-lo para uso da criança e seu acompanhante, nos âmbitos municipal, intermunicipal e estadual, pensando que ele pode:

- a) garantir a circulação da família para o cuidado das crianças (levar à escola, ao hospital, ao parque, visitar familiar etc.);
- b) permitir que a criança possa conhecer sua cidade e fazer viagens intermunicipais e estaduais, para que ela, junto aos seus pais, possa ampliar seu

repertório cultural, histórico, identitário e cidadão;
c) Também sugerimos a ampliação do transporte escolar gratuito;

6ª - Efetivação da rede de proteção à infância;

A emergência da efetivação da rede de proteção à infância se torna justificada por todas as deficiências apresentadas nas demais propostas deste eixo. Ela é transversal e basilar: sem a garantia de proteção e sem estabelecimento de serviços e equipamentos públicos de atendimento às crianças e suas famílias, não é possível debater os demais pontos levantados nesta pesquisa.

Ainda que as políticas citadas no ECA tenham como princípio o desenvolvimento da criança em um ambiente seguro e acolhedor, é comum notícias de crianças envolvidas com trabalho infantil ou mesmo sob a custódia do Estado quando sua família não tem condições de cuidá-la, comprometendo assim seus vínculos familiares e afetivos e toda sua formação cidadã. São marcas cruéis em corpos de crianças periféricas, como salientam as pesquisadoras da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e da Universidade Federal da Bahia (UFBA),

O trabalho infantil violenta os direitos sociais determinados na legislação, conforme a Convenção Internacional dos Direitos da Criança, a Constituição Federal e o Estatuto da Criança e do Adolescente. Violenta o direito ao pleno desenvolvimento humano e social ao cercear-lhe as oportunidades para a educação, para a aquisição de capital cultural, para uma inserção social digna no futuro. (NUNES et al., 2010, p. 69).

Esse é só um exemplo da fragilidade das políticas e da Rede de Proteção que deveriam atender a família, a criança e seu contexto de forma integrada. É preciso ter uma rede ativa e funcional que não transfira exclusivamente às famílias a responsabilidade do cuidado e que possa prover suportes mais eficazes no combate às desigualdades sociais.

Proposta

Pensando nisso, propõe-se a efetivação da Rede de Proteção à Infância, com:

a) criação de Observatório da Criança com indicadores, políticas, orientações,

- monitoramento constante e atualização periódica;
- b) desmistificação do papel do Conselheiro Tutelar como um agente punitivo e promoção dos agentes que pertencem à Rede para serem conhecidos pela população em geral;
 - c) integração de protocolos de atendimento;
 - d) garantia de que as escolas, principais agentes no processo de escuta e observação dos cuidados diários às crianças, se articulem ainda mais à Rede e se sintam preparadas para acolher e encaminhar as demandas;
 - e) estabelecimento de canais de comunicação eficazes entre os agentes da Rede e campanhas nas redes sociais e em aplicativos para estimular o conhecimento da Rede e a denúncia anônima de violências e abusos contra crianças;
 - f) formação aos pais para o cuidado compartilhado e responsável.

Considerações Finais

Esta publicação é um marco para o movimento de luta dos moradores e moradoras das periferias brasileiras. Um país com um passado escravocrata genocida, concebia as crianças como “adultos menores”, que muitas vezes eram uma ameaça à sociedade. A “ordem e progresso” de nossa bandeira positivista caiu sobre as crianças periféricas como um fardo: o fardo de “infratores”. Da Lei do Ventre Livre de 1871, passando pelo Código dos Menores de 1927, pela FEBEM e FUNABEM da Ditadura Civil Militar até chegarmos ao Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) de 1990, muita água correu por esse rio, mas as feridas abertas no passado ainda não se fecharam. Apesar das tentativas do Estado Brasileiro em “defender a infância”, sabemos que quando o Estado entra na periferia representado pela Polícia Militar, a consequência para a população periférica geralmente é mais sangue indígena, preto e pobre derramado, e nessa guerra de mais de 500 anos, milhões de crianças foram vítimas do “desenvolvimentismo” europeu e estadunidense.

Sendo assim, levantamos uma reflexão final na qual o professor Milton Santos apresenta o mundo como fábula, como perversidade e como possibilidade. Assim vemos a infância periférica de ontem, de hoje e de amanhã: de ontem como eles querem que a gente acredite: uma fábula; de hoje como realmente é e foi: uma perversidade; e de amanhã, como nossas proposições apresentam: uma possibilidade.

Um salve e é nós!

Referências Bibliográficas

ARIES, Philippe. *História Social da Criança e da Família*. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1981.

ASSUMPÇÃO, Raiane; SILVA, Débora da; FRINHANI, Fernanda; AMADEO, Javier; GOMES, Aline Lúcia; SILVA, Valéria. “A violência de estado e a busca pelo acesso à justiça: uma análise a partir das narrativas dos familiares das vítimas dos crimes de maio de 2006 ocorridos na Baixada Santista, São Paulo”. *Sur Revista Internacional de Direitos Humanos*, [s. l.], v. 15, n. 27, p. 135-152, nov. 2018.

COELHO, Olívia Pires. “As crianças são as verdadeiras anarquistas”: sobre decolonialidade e infâncias. 2017. 105 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

COMITÊ CIENTÍFICO DO NÚCLEO DE CIÊNCIA PELA INFÂNCIA (NCPI). *O impacto do desenvolvimento na primeira infância sobre a aprendizagem: estudo I*. São Paulo: Fundação Maria Cecília Solto Vidigal (FMCSV), 2015.

D'ANDREA, Tiaraju. “Contribuição para a definição dos conceitos *Periferia e Sujeitas e Sujeitos Periféricos*”. In: *Revista Novos Estudos Cebrap*, n 116. Jan-abr, 2020.

FRANCO, Marielle. *UPP – A redução da favela a três letras: uma análise da política de segurança pública do estado do Rio de Janeiro*. 2014. 136 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Administração, Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Turismo da Universidade Federal Fluminense, UFF, Niterói, 2014.

LEVY, Clarissa. “Sonhos negados: violência faz mulheres negras desistirem da maternidade”. Publicado em 05/07/2020. Disponível em: <https://tab.uol.com.br/noticias/redacao/2020/07/05/sonhos-negados-violencia-faz-mulheres-negras-desistirem-da-maternidade.htm>

LEITE, Carla Carvalho. “Da doutrina da situação irregular à doutrina da proteção integral: aspectos históricos e mudanças de paradigmas”. In: *Juizado da Infância e Juventude* / [publicado por] Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, Corregedoria-Geral da Justiça. – n. 1 (nov. 2003). Porto Alegre: Departamento de Artes Gráficas do TJRS, 2003- Porto Alegre. 2003. p. 9-23. Disponível em: <https://jij.tjrs.jus.br/doc/artigos/edicao-05.pdf>

MARCHI, Rita de Cássia. “Trabalho infantil: representações sociais de sua instituição em Blumenau/SC”. *Educar em Revista*, Curitiba, v. 13, n. 47, p. 249-265, mar. 2013.

MICELLI, Mariana Sant'ana. "Por uma visão crítica do direito da criança e do adolescente". In: *Revista Estudos Jurídicos*. UNESP, Franca, A.14 n.20, p. 275 - 288, 2010.

MUNANGA, Kabengele. *Superando o Racismo na Escola*. Brasília: Ministério da Educação, 2005.

NUNES, Taiana da Silva; ALBERTO, Maria de Fátima Pereira; SILVA, Ana Cristina Serafim da; SOUZA, Gabriel Pereira de. "O trabalho infantil na rua". *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, São Paulo, v. 13, n. 1, p. 59-71, out. 2010.

VELOSO, Lucas. "Favelas invisíveis: capital tem mais de 1.728 comunidades que sofrem dificuldades com falta de apoio durante a pandemia no novo Coronavírus". Publicado em 12/05/2020. Disponível em: <https://www.agenciamural.org.br/especiais/favelas-invisiveis-sao-paulo-covid-19/>

VENCESLAU, Igor. "Surpreendente cartografia dos estupros no Brasil". Publicado em 19/08/2020 e disponível em: <https://outraspalavras.net/crise-brasileira/surpreendente-cartografia-dos-estupros-no-brasil/>

PREFEITURA DE SÃO PAULO / SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA. Dos resultados das Conferências Regionais dos Direitos Humanos da Criança e do Adolescente 2018. São Paulo: FGV, 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO / SECRETARIA MUNICIPAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES. 1º Plano Municipal de Políticas para as mulheres (PMPM) 2017-2020. PMSP: 2016.

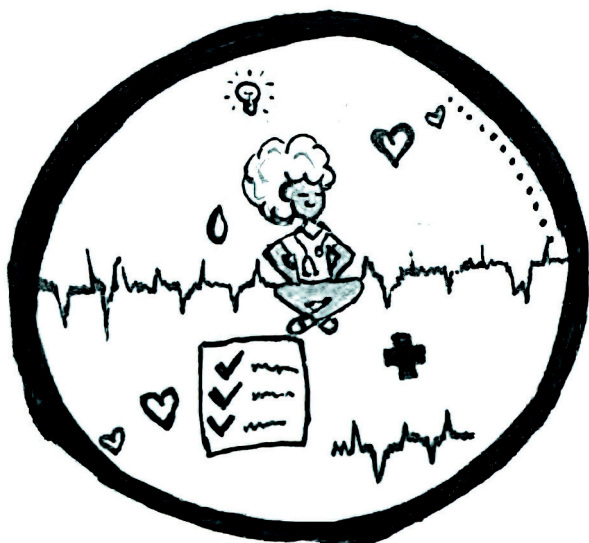
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei nº 8.069 de 13 de Julho de 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8069.htm

PROUT, Allan. "Participação, políticas e as condições da infância em mudança". In: Müller, Fernanda (org). *Infância em perspectiva: políticas, pesquisas e instituições*. São Paulo: Ed. Cortez, 2010, p. 21-41.

REDE NOSSA SÃO PAULO. Mapa da desigualdade da Primeira Infância 2020. Disponível em: https://www.nossasaopaulo.org.br/wp-content/uploads/2020/02/Mapa_PrimeiraInfancia-2020-completo.pdf

SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-1980*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SARAIVA, Camila; MARQUES, Eduardo. "Favelas e periferias nos anos 2000". Kowarick, Lúcio; Marques, Eduardo (orgs). In: *São Paulo: novos percursos e atores*. São Paulo: Editora 34 e Centro de Estudos da Metrópole, 2011, p. 79-104.



EIXO SAÚDE

Educação em saúde, bem-viver e universalização do sistema para sujeitos(as) não universais

Ana Paula Quirino¹

Jéssica Vianna²

Eu acredito no viver.
Eu acredito no espectro
dos dias Beta e do povo Gama.
Eu acredito no brilho do sol.
Em moinhos de vento e cachoeiras,
triciclos e cadeiras de balanço.
E eu acredito que sementes tornam-se brotos.
E brotos tornam-se árvores,
(...)
Eu fui trancafiada pelos injustos.
Algemada pelos intolerantes.

¹ Psicóloga. Especialista em Saúde da Família. Possui vivência em atendimento psicoterápico de adultos e adolescentes no serviço público. Atua no coletivo Roda Terapêutica das Pretas e na Casa de Marias.

² Ativista, educadora, pesquisadora e mestranda no Programa de Pós-graduação em Política Social e Serviço Social da UNIFESP Baixada Santista.

Amordaçada pelos gananciosos.
E, se tem alguma coisa que eu sei,
é que um muro é apenas um muro
e nada além disso.
Ele pode ser posto abaixo.

Assata Shakur

Introdução

Os trechos do poema supracitado elucidam a partir da fala cortante e densa de uma das maiores referências afro norte-americanas na luta pela emancipação do povo negro e anticapitalista: Assata Shakur. Os trechos demonstram uma das mais complexas relações que constituem o ser social e, logo, esse estudo: o território como espaço de poder e exclusão.

Iniciar essa reflexão com as palavras de Shakur tem a intencionalidade de, a partir deste momento, convidar o/a leitor/a desta produção textual a uma conversa em que não se espere muitas respostas, e sim a promoção de diversas inquietações. Aqui, o mundo se produz e reproduz por meio das perguntas e dos “nós”, o que significa que essa discussão não pretende ser cheia de certezas, uma vez que quem escreve estas linhas não pretende fornecer respostas, mas gerar muitas perguntas e provocar particulares reflexões.

Por isso mesmo, é necessário compreender essa escrita a partir do que ela ensina se tratar: da experiência. Assim sendo, ouvir e acolher é uma prática de quem de fato deseja ser partícipe construtor das análises que aqui proporemos, o que já adiantamos não ser uma tarefa fácil, uma vez que o afeto é uma via de comunicação que pode ou não auxiliar no diálogo.

Este artigo faz parte da pesquisa intitulada Agenda Propositiva das Periferias, realizada pelo Centro de Estudos Periféricos, da Unifesp-Zona Leste, em parceria com a Fundação Rosa Luxemburgo e corresponde ao Eixo Saúde. Apresentamos aqui, alguns elementos que identificamos nos percursos destas *trilhas investigativas* que obviamente, não se findaram e/ou se findam aqui, nesse estudo, mas lançam bases para o que há de vir.

Ao nos propormos compor a pesquisa no Eixo Saúde nas periferias, não imaginávamos o quanto seríamos *atravessadas* por ela. Atravessar foi o que mais fizemos, seja do ponto de vista teórico, pessoal ou intelectual. De travessia em travessia compreendemos que nossa barca não poderia atracar em nenhuma certeza, já que o conhecimento é movimento, é ação, e isso

posto, devemos ter a coragem de sermos sempre navegantes.

Assim, procuramos construir uma pesquisa que conseguisse inclusive a difícil façanha de não ficar presa apenas às questões que naquele momento se faziam urgentes. A pandemia causada pela COVID 19 descortinou diversas questões no âmbito social, e apesar de compreendê-la enquanto um aspecto importante de análise, ensinamos não a referenciar como *o todo* da nossa pesquisa.

Nossa grande problemática se debruçou a pensar: será que saúde e vida seriam conceitos intimamente ligados, na perspectiva de moradoras e moradores das periferias? Nossa hipótese era a de que nas periferias havia se estabelecido culturalmente a máxima de que saúde estaria vinculada a processos de morte, e não de vida, já que muitas vezes os(as) sujeitos(as) procuravam os equipamentos de saúde pública apenas em casos graves, com risco de morte, e não para realizar cuidados preventivos.

Essa ausência de realização de cuidados preventivos em saúde estaria ligada à maneira como a periferia enxerga o Estado e suas políticas? A periferia em si, com seu potencial social e criativo, produz saúde? E que tipo de saúde seria essa?

O texto se organiza em três ciclos, que fazem alusão aos ciclos de preparação do solo para o plantio das sementes. No primeiro ciclo “Para arar a terra: entre trilhas e encontros”, apresentamos os parâmetros iniciais de nossa pesquisa, inclusive as mudanças de percurso que fizemos ao longo dela. No segundo ciclo “Gradear, observar e sentir: tabulação e análise de dados”, fazemos uma análise dos dados coletados nos questionários respondidos pelos entrevistados, e uma crítica à relação dos(as) sujeitos(as) participantes da pesquisa e a saúde. E no terceiro e último ciclo “Adubando o debate: as cinco propostas do eixo saúde” apresentamos as cinco propostas de nosso eixo, a partir das questões colocadas pelos(as) entrevistados(as) e nossas análises conjunturais. Assim, demarcamos a que este artigo se propõe: ser uma discussão que aduba e fornece nutrientes para essa terra que precisa ser germinada e cultivada dentro e fora dos espaços acadêmicos, por toda a sociedade.

Cada palavra que compõe este estudo está carregada de afeto e da certeza de que ainda que não tenhamos todas as respostas necessárias. Seguimos na certeza de que nossos passos vêm de longe, e que existem horizontes possíveis nos esperando para serem explorados.

“Para arar a terra” – entre trilhas e encontros

*Eu sei com quem contei
Quando contava a zora
No corredor da morte o clima tenso ainda piora
Um nó nas ideias, intenções poéticas
Um nó na garganta, o peso da palavra estanca
Cuidados com o destino, um mundo descortino
Soltando a língua antes presa no véu palatino
Eu também quero agora
Não só pra futuras gerações
Agora, sim! Temos opções
Quebrando os padrões, saindo dos porões
Dê-me um punhado de palavra e fogo
Faço minhas poções (...)
Ellen Oléria (Afrofuturo, 2016)*

Ao tecer essas linhas, não poderíamos de forma nenhuma ignorar uma das principais premissas basilares para este estudo, que se tratou da *experiência* enquanto objeto de *ação*. Nossos múltiplos olhares construíram e teceram as tramas desta pesquisa a partir da *experiência sentida, vivida, sofrida, chorada*. Permitimos que nossos corpos fossem atravessados pelos impactos do que líamos e ouvíamos; sem expor essa dimensão, nos parece que seguiríamos por uma trilha fria, nos escondendo atrás dos arbustos e das árvores, somente para parecer que essa estrada percorrida foi “neutra”. Decidimos não nos esconder na capa de “pesquisador” e, ousadamente, nos vestimos de “realidade”. E ao permitir que fôssemos parte das incertezas e das dúvidas, novas composições no campo material foram se construindo. Foi assim que este documento se tornou palatável.

Uma das coisas que observamos é que as experiências podem ser narradas/vividas de muitas formas, e não devem ser deslegitimadas uma vez que experiência é ação. Palavra é uma das formas de traduzir o agir. Logo, palavra é movimento e ação (Bondía, 2002 p. 21). Nomear experiências é uma das muitas possibilidades para recriar nossos territórios existenciais e, assim, potencializar nossas existências enquanto “ferramenta de fortalecimento

para o confronto permanente com a realidade social” (Veiga, 2019 p. 247).

O Eixo Saúde se constituiu ao longo dos encontros, das discussões, proposições e análises um eixo bastante complexo, sobretudo porque Saúde se tornou um tema extremamente relevante após a pandemia causada pela COVID 19. A cada nova notícia, determinações legais e mudanças nos índices, ficávamos afoitos, sem ar e angustiados, partilhando essas experiências sentidas e vividas na materialidade das nossas existências.

Assim como a cada morte víamos sendo descortinado o panorama real das desigualdades sociais brasileira, em que invariavelmente o grupo mais atingido era a população negra, e mesmo entre nós, as desigualdades ao lidar com os tantos atravessamentos também acentuavam que não partíamos do mesmo lugar social, e inclusive alguns de nós repensávamos seriamente nossas posições existenciais a partir dessa dinâmica.

Assim sendo, os debates, sempre muito calorosos, atentos e cheios de muita preocupação e indignação, iam dando os contornos e desvelando questões que apesar de difíceis de serem apreendidas e discutidas, precisavam estar em nosso horizonte.

Lidamos com o luto de vidas conhecidas e não conhecidas, ceifadas repentinamente; lidamos com o luto de nossas vidas que já não eram e nem poderiam ser iguais a antes; precisamos lidar com as diferenças que existiam entre nós, e as violências produzidas quando diferenças não são vistas como potências, mas como desigualdade e exclusão; e seguimos lidando com o “retorno” a uma estrada nunca percorrida, na ideia de um disseminado “novo normal”.

Ao olhar para tudo o que construímos até aqui enquanto eixo, é possível afirmar tranquilamente que aqueles que iniciaram esta pesquisa já não são mais os mesmos nesse momento. Por isso, há de se considerar o que dizia o poeta Fernando Pessoa, “navegar é preciso!”, porque é na travessia que a vida se desfaz e se refaz. E Cartola já nos apontava a saída quando cantou: “Deixe-me ir/Preciso andar/Vou por aí a procurar/Sorrir pra não chorar”.

A coragem do caminheiro se faz caminhando. Foi caminhando que encontramos possibilidades, desafios, discordâncias, fizemos acordos em um contínuo movimento de ação. Caminhamos com a sociedade e com a realidade que a constrói, movimentamos nosso pensar. É preciso resgatar essa dimensão para que possamos compreender o quanto as lutas e os movimentos sociais

são componentes extremamente relevantes para a transformação social, e enquanto produtos históricos, permanecem elaborando possibilidades a partir dos limites, refazendo e recriando cenários e contextos sociais.

Para analisá-la, é preciso relevar sua dimensão objetiva, que trata da sua condição material, do lugar que ocupa na produção e como seres humanos estão efetivamente produzindo suas existências inclusive por meio do trabalho na atualidade, e a dimensão subjetiva, que se refere à consciência e à ação política. Em outras palavras, a dialética entre essa forma de “produzir” existências e a consciência que constrói e reconstrói as possibilidades de articulação e luta. A organização social é relevante inclusive porque é por ela que se revelam as contradições do capitalismo contemporâneo, viabilizando a possibilidade de delinear novos projetos de futuro e sociedades.

Dimensão histórica: construção do processo de saúde pública

As classes sociais, a luta de classes e a consciência precisam ser compreendidas de forma articulada entre si, conforme aborda Thompson (1987, p. 10), já que as dimensões objetivas e subjetivas não podem e nem devem ser trabalhadas como distintas ou duais, principalmente para entender a luta social.

A dimensão histórica vai movimentar as classes e alterar sua composição ao longo do tempo a fim de atender as novas (ou não tão novas assim) configurações do capitalismo. Mattos (2019, p. 90) vai dizer que o proletariado, segundo a análise marxista, tem caráter ampliado, já que subscreve os “trabalhadores produtivos, improdutivos, empregados e desempregados, formais e informais, mais ou menos precários (embora a proletarização envolva sempre precarização em algum grau), assalariados regulares ou não”.

Para Antunes (1999, p.105), nenhuma classe social é homogênea. Ao se considerar a historicidade presente no pensamento marxiano, é possível compreender os trabalhadores enquanto diversos, divididos com base em suas habilidades, gênero, raça, etnicidade, religião, ideologia. A diversidade, entretanto, não anula sua base comum, que é exploração da força de trabalho. As formas como as pessoas experienciam a exploração e a anulação de suas identidades particulares, na sociedade capitalista, isto é, no mundo do trabalho que se configura, passa pela classe à qual pertencem.

As classes não se definem somente em detrimento de seu lugar na produção, mas ainda por sua consciência e ação política no movimento de construir-se enquanto classe, se reconhecendo como tal nos processos de luta, isso porque para o pensamento marxiano a consciência é quem expressa as relações humanas, e, por isso, se relaciona com a base material que a gera (Lukács 2007, p. 94).

Dessa forma, compreendemos que as categorias são históricas, e expressam as relações sociais de seu tempo. Entretanto, qual é a relação com a totalidade?

Ao nos debruçarmos nas questões levantadas anteriormente, nos deparamos com uma realidade desafiadora: é preciso repensar o lugar que ocupa a classe em nossas categorias de análises a fim de que possamos melhor compreender o que os sujeitos circunscritos nessa categoria têm a apresentar nesses (novos) contextos sociais.

Portanto, parte-se do pressuposto de que, para discutir a saúde pública em qualquer âmbito, mais do que realizar o levantamento sócio-histórico dos caminhos percorridos pelos movimentos sociais e políticos, é preciso aprofundar e conhecer o movimento dialético social, que incorpora questões relativas ao panorama econômico, político, educacional, habitacional, entre outros, o que significa necessariamente debater o tema de forma a abarcar outras políticas públicas referendadas no Estado, que constitui-se como o ente regulador das mesmas.

O direito à Saúde, previsto pela Constituição Federal, especialmente em seu artigo 196, é garantido a todos, sob o princípio da *universalidade*, enquanto um dever do Estado, mas é sobretudo fruto de uma conquista social, da articulação e movimentação de várias frentes populares, especialmente na década de 1980. Alguns dos movimentos que articularam essa conquista são os movimentos da classe trabalhadora, movimentos negros e os movimentos feministas, que especialmente na década de 1970 e 1980 debateram também em torno de suas especificidades.

A universalidade se constitui como um dos princípios mais importantes, uma vez que fundamenta a saúde enquanto direito de todos e pressupõe que a sua garantia deve ser responsabilidade do Estado. Entretanto, são inúmeras as contradições que se constituem enquanto mecanismo para a negação desse acesso universal, tão expresso nas respostas que obtivemos nos questionários.

Com a Reforma Sanitária e a aprovação da Constituição Federal de 1988, a universalidade ganhou uma dimensão ampla e legal, por garantir a saúde para todas as pessoas sem distinção, e uma dimensão mais restrita e desvelada no campo material/real que expressa objetiva e subjetivamente a negação desse direito, seja pela ausência de equipamentos ou vagas no atendimento em função da crescente demanda, seja pela falta de estrutura e investimento, com poucos recursos ou, ainda, pela baixa qualificação profissional.

Mas do que se trata essa universalidade? Segundo Japiassu e Marcondes (1996, p. 265), “universal é aquilo que se aplica a totalidade”, que “exprime a ideia de extensão completa de um conjunto”. Ou seja, é o ato ou efeito de universalizar, que nesse caso, exprime a intenção que a saúde, além de um direito de todos, seja também aquela que dê conta de atender às demandas manifestas nesse “universo”. Essa concepção é fortemente influenciada pelas experiências universalistas do Estado de bem-estar europeu e se construiu em meio a um contexto de debates democráticos e socialistas, parte do processo de redemocratização brasileira, na década de 1980. O conceito de universalidade foi considerado a partir do “somos todos iguais e assim temos os mesmos direitos”, fomentando então um entendimento de que tal direito poderia ser “resolvido” por acesso territorial, no qual a inserção de equipamentos de saúde resolveria a questão.

No entanto, o que se propõe é que esse Estado leve em conta as especificidades territoriais, étnico-raciais e de gênero.

Entretanto, há de se considerar que a dinâmica universalizante é conduzida por algum Locus Cultural estruturante que para Marimba Ani (1994) é um

(...) logos de uma cultura, no âmbito do qual os seus vários aspectos concordam. É o germe/sememente de desenvolvimento de uma cultura. É a essência cultural, o núcleo ideológico, a matriz de uma entidade cultural que deve ser identificada, a fim de fazer sentido das criações coletivas de seus membros. (ANI, 1994, p. 55).

Para Ferreira e Hamlin (2010, p. 812), a fim de justificar o processo civilizatório, a concepção ocidental relacionou intrinsecamente a natureza e os corpos, sobretudo femininos. Essas representações culturais definem o corpo como o lugar do “outro”, um outro que pode ficar à margem, sob o estigma

da exclusão, e constituirá lugares sociais com o apoio da cultura, dos símbolos e outros códigos pertencentes ao lugar. Assim, pode se compreender que os corpos são constantemente ressignificados e estereotipados, a partir de uma dinâmica profundamente marcada pelo exercício do poder, como afirma Foucault (1977, p. 28):

(...) [a] sujeição não é obtida só pelos instrumentos da violência ou da ideologia; pode muito bem ser direta, física, usar a força contra a força, agir sobre elementos materiais sem, no entanto ser violenta; pode ser calculada, organizada, tecnicamente pensada, pode ser sutil, não fazer uso da violência, não fazer uso das armas nem do terror, e no entanto continuar a ser de ordem física.

É por isso que uma das premissas dessa pesquisa se debruçou em localizar e problematizar a universalidade, uma vez que, esse Lócus Cultural Ocidental estrutura-se na dinâmica de excluir o que é entendido pelo “corpo do(a) Outro(a)” em detrimento de um corpo “Paradigmático”, de onde se parte para pensar o mundo e suas relações. Esse corpo “Paradigmático” é a grande “régua” que mede o mundo e define o que é ser humano, quais direitos devem existir e quem pode acessá-los.

A grande questão é que nesses processos de exclusão o crivo racial, ou o dispositivo de racialidade/biopoder, como denomina a filósofa Sueli Carneiro (2005, p. 40), decide quem deve viver ou morrer. Nesse processo a morte do pensamento, o epistemicídio, é utilizado como uma estratégia para proteger o grupo hegemônico, os pertencentes à elite branca, enquanto a política de morte marginaliza e afeta os condenados à morte, pretas e pretos. Esse mecanismo faz parte de um contrato onde a epistemologia hegemônica controla a produção e a legitimação do conhecimento, definindo inclusive quem pode ou não acessar/produzir os saberes e o que será considerado um saber ou não, assim como a necropolítica (MBEMBE, 2016) controla e administra a política da morte dos corpos negros, como bem pudemos apreender quando dados do SUS revelaram que 61% das vítimas pelo COVID 19 no Brasil eram pessoas negras, sobretudo homens negros.

Embora seja importante definir as opressões que afetam as vidas de mulheres, homens e crianças africanas, também é necessário compreender que as mulheres e os homens africanos têm uma poderosa história de resistência

diante destas formas de opressão. A resistência ao racismo, perpetrados pelos europeus, é parte da herança histórica e cultural e da memória coletiva do povo africano. Talvez essa história traga medo às mentes dos europeus que, como os povos africanos, também possuem uma memória cultural coletiva. (DOVE, 2018 p.175).

Foi assim, e a partir das respostas dos(as) sujeitos(as) entrevistados(as) que nos perguntamos constantemente: a saúde no Brasil é construída a partir de qual/quais humanidade(s)? Como lidar com esse cenário enquanto se desenvolve uma pesquisa em que a pauta é saúde e vida? Isso porque pautamos a pesquisa a partir da lógica de saúde enquanto agente promotora de vida/viver.

Porém, compreendemos que é justamente esse olhar e a abertura aos múltiplos atravessamentos que foram nos colocando em movimento e ação, a fim de que pudéssemos lidar com tudo sem ignorar a realidade e/ou como ela nos afetou. Fomos nos permitindo ser atravessadas pelas diversas questões responsáveis por também nos colocar a caminho.

Dessa forma, ensinamos que esta pesquisa não se trate de um estudo apenas do hoje, mas no ato de analisar a realidade que se descortina tão violenta e cruel, ainda possamos e tenhamos coragem de vislumbrar futuros melhores e possíveis. O futuro para nós é pluriverso e se construirá quando houver respeito às múltiplas narrativas dos(as) sujeitos(as) para (re)definir suas (re)existências.

“Gradear, observar e sentir”: tabulação e análise de dados

A princípio, pensamos em realizar a pesquisa por meio de entrevistas presenciais com três populações: População não organizada, População organizada e Especialistas. Entretanto, em decorrência das medidas de isolamento social, adotadas para contenção da proliferação da COVID 19, suspendemos essa atividade e decidimos utilizar do questionário online como ferramenta de pesquisa. Assim, utilizamos a plataforma da Google chamada “Google forms”, em que elaboramos o questionário semiestruturado, com perguntas abertas e fechadas.

As perguntas foram divididas basicamente em três grupos - além da identificação do(a) entrevistado(a)). Um grupo de perguntas foi destinado a

identificar a relação dos(as) entrevistados(as) com o conceito de saúde e cuidados em saúde; um grupo de perguntas se destinou a compreender a relação dos(as) entrevistados(as) com os equipamentos de saúde pública e o Estado; finalmente, um grupo de perguntas apreendeu a relação dos(as) entrevistados(as) com a COVID 19 e possíveis sugestões e propostas para melhorias dos serviços de saúde.

Dessa forma, os(as) sujeitos(as) da pesquisa refletiram sobre saúde e saúde pública, que nesse momento entendíamos como questões diferentes. A princípio, pensamos que todas as questões seriam abertas, o que avaliamos na aplicação do questionário-teste como inviável para o momento, dada a dificuldade de encontrar participantes para a pesquisa que dispunham de tempo reduzido para sua participação, consideradas as múltiplas demandas do contexto social.

Ao todo responderam 37 sujeitos(as), sendo 25 mulheres e 12 homens, divididos pelas periferias da seguinte forma (por região onde reside e/ou trabalha): Zona Leste 65%; Zona Sul 25%; Zona Norte 10%. Os(as) sujeitos(as) da pesquisa responderam o seguinte em relação ao tempo em que moram e ou trabalham na região indicada: de um a cinco anos, 19%; de cinco a dez anos, 19%; de dez a quinze anos, 8%; de quinze a vinte anos 5%; mais de vinte anos, 49%.

40% dos(as) sujeitos(as) entrevistados são solteiros, 62% disseram ter filhos, 71,8% se declararam pretos e pardos e 50% possui o ensino médio completo, conforme demonstram os gráficos I.1, I.2 e I.3:

Gráfico I.1

ESTADO CIVIL

37 respostas

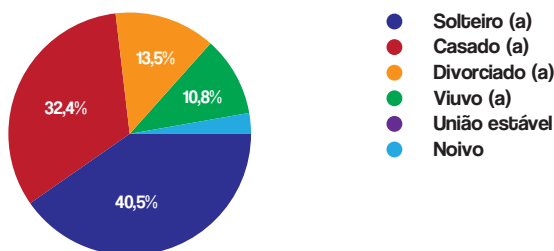


Gráfico 1.2

COR OU RAÇA (IBGE)

22 respostas

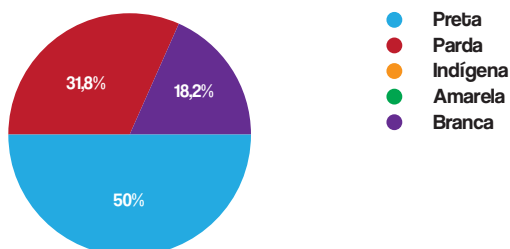


Gráfico 1.3

ESCOLARIDADE

4 respostas



Observamos que os grupos de entrevistados(as) pediam a mesma coisa: uma maior participação do Estado, bem como sua maior responsabilização. Identificamos em algumas respostas a raiva na fala dos(as) sujeitos(as) e indignação. A população não organizada massivamente pediu por mais equipamentos de saúde, principalmente na atenção básica, enquanto a população organizada e os especialistas pediam intervenções mais efetivas do Estado, sobretudo frente ao cenário pandêmico causado pela COVID 19.

Sim. Vivemos em uma sociedade desigual e o Estado deveria garantir saúde pública conforme previsto na Constituição. O que nos é ofertado é uma saúde precária e pouco eficaz. (Entrevistado/a 5).

Aprendemos uma certa incoerência nessa solicitação, uma vez que mais de 70% das pessoas entrevistadas se declararam dependentes do SUS. Entretanto, apenas 10% utiliza os serviços de saúde pública mensalmente, conforme mostram os gráficos a seguir:

Gráfico I.4

Você tem convênio médico?

37 respostas

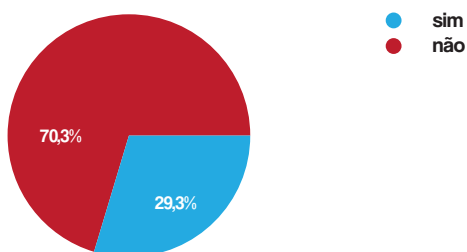
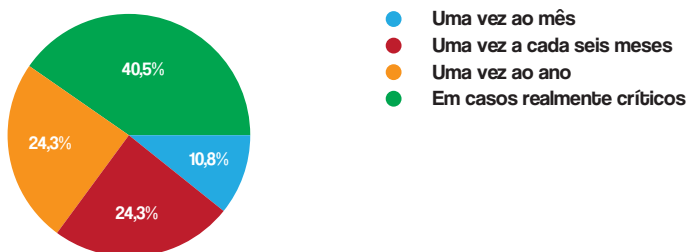


Gráfico I.5

Você procura o serviço de saúde com qual frequência?

37 respostas



Ao serem questionados(as) sobre o conceito de saúde, os(as) entrevistados(as) responderam de forma muito aproximada as conceituações da Organização Mundial de Saúde, enquanto na prática cotidiana a experiência desses(as) sujeitos(as) se apresentava de outra forma.

Acredito que a definição da OMS sobre saúde enquanto um completo bem

estar biopsicossocial contempla em partes a real significação de saúde, porque na prática há outros condicionantes importantes que devem ser considerados, inclusive fatores de ordem subjetiva e cultural. (Entrevistado/a 1).

Bem estar do indivíduo de uma forma geral. (Entrevistado/a 2).

Dessa forma, compreendemos que as propostas deste eixo deveriam também provocar a população levando-a a se entender como atuante ativa e agente capazes de decidir saúde a partir da lógica de vida.

Com isso, não temos a pretensão de dizer que *a periferia não é capaz de produzir vida*. Pelo contrário, queremos demonstrar e (re)discutir os cenários em que essas produções de vida se constroem e podem se construir e reconstruir de muitas formas, a fim de potencializar essas experiências e explorá-las. É sobre imaginar outros (novos) cenários em que, de fato, saúde seja uma preocupação primária, e o conceito de vida esteja vinculado a existências seguras, em que haja acesso aos direitos fundamentais por todos.

“Adubando o debate”: as cinco propostas do eixo saúde

Proposta 1

Educação em Saúde: processo de vida. Resignificar o conceito de saúde e morte

Eu acredito que mudanças profundas... começam nos nossos hábitos. Hábitos, viram uma espécie de “cultura” (identidade de um povo). Não há como melhorar a “saúde” se não passarmos por todos os setores de nossa sociedade. Sugiro um apelo forte sobre projetos acadêmicos e fundar uma disciplina que percorrerá todo os períodos de estudo dos cidadãos. Do primeiro ano do ensino fundamental até o último dia dele no ensino médio. Passar à população o conhecimento sobre o que é ciência e saúde, qual sua relação em nosso cotidiano e como práticas simples também reverberam numa sociedade evoluída e produtiva, incluindo ensino sobre doenças comuns até explicações para casos mais complexos e atuais (como o COVID). A ideia é não deixar espaço para “fake news” ou propagandas politizadas e passionais/religiosas (que não levam à salvação de ninguém). Perpassa também por investimentos massivos em: infraestrutura clínica e preventiva, investimento em saneamento básico, de combate à depressão (por consequência, dependências de toda a espécie).

Aplicar massivos projetos em pesquisas de todas as espécies (mesmo as não diretamente ligadas às ciências biológicas). Garantir que parte dos recursos públicos em impostos fiquem exclusivamente na saúde pública e deixar que a rede privada seja uma opção para exclusivistas - e não falsa tentativa de salvação, ou melhor, ser essa salvação seletiva. Políticas para tratamento de doentes sem vínculos afetivos e familiares. Políticas voltadas para a saúde da terceira idade... enfim. (Entrevistado/a 10).

Elencamos esta proposta enquanto principal, uma vez que ao realizar a pesquisa identificamos que, conforme uma das hipóteses de nosso estudo, a população periférica não acessa os serviços de saúde a fim de realizar prevenção ou mesmo promoção de saúde.

Constatamos por meio do questionário que os 70% dos usuários do SUS só procuram os equipamentos de urgência/emergência enquanto últimas instâncias, desconhecendo por vezes os serviços de saúde que são ofertados em suas regiões. Observamos que, ao compreender que o conceito de saúde está diretamente ligado à possibilidade de morrer e não de manter ou viabilizar vida, bem como o receio de lidar com a descoberta de alguma patologia e conseqüentemente chegar à morte, esses(as) sujeitos(as) se afastam dos serviços de saúde pública e, logo, de seus direitos relativos ao cuidado em saúde.

Nesse sentido, a educação em saúde abarcará também os profissionais de saúde, a fim de que estes compreendam o lugar dos moradores das periferias a partir dos elementos que essas sujeitas e sujeitos trazem, rompendo com um *fazer* em saúde pragmático. Educar em saúde é estratégia para repensar o cuidado e a promoção da aproximação das equipes de saúde com a comunidade, e, por isso, o profissional precisa estar engajado nesse processo.

Proposta 2

Responsabilização do Estado para o aumento dos equipamentos de atenção básica

Uma das arestas que encontramos durante a pesquisa foi a não identificação por parte dos(as) entrevistados(as) a respeito de quem é o Estado, uma vez que é este o ente que mais aparece tanto nas propostas quanto na responsabilização por maiores equipamentos de saúde e qualificação de equipes.

Invariavelmente, as respostas que vieram com essa proposta já identificavam o Estado como responsável pelo aumento dos equipamentos da atenção básica ou por qualquer ação nesse sentido:

Um das grandes vantagens de políticas públicas afirmativas é ter um projeto de saúde pública bem definido. Veja bem, não falo apenas em investimentos massivos em compra de remédio ou equipamentos, mas no próprio investimento na educação básica, a fim de tornar certos hábitos normais já entre as crianças. Exatamente para visar um gasto proporcionalmente menor quando adultos. Isso perpassa pela escola pública se manter com políticas afirmativas e inclusivas nas famílias brasileiras, percorre as redes hospitalares públicas e se estende até o derradeiro momento de cada um, de nós (cidadãos). Equipe hospitalar bem remunerada, bons recursos técnicos e acadêmicos, menos marketing e mais ações públicas... o Estado tem como prioridade, a manutenção de vidas, de todos que em sociedade convivem - básico para o nosso contrato social! E isso é algo que o capitalismo por si só não consegue suprir sozinho. (Entrevistado/a II).

Dessa forma, compreendemos que esta proposta se trata, sobretudo, da compreensão que os (as) sujeitos (as) da pesquisa possuem acerca da importância da atenção básica para promoção de saúde, ainda que acessar a esse equipamento se configure de certa forma um desafio.

Sobretudo em decorrência da COVID 19, conforme apontado em quase 40% das respostas, o olhar sobre a importância dos equipamentos de saúde da atenção básica e a responsabilização do Estado em aumentá-los e qualificá-los tem ganhado relevância, o que avaliamos de forma positiva, uma vez que essa valorização da atenção básica por parte dos(as) sujeitos(as) entrevistados(as) também nos revela que esses(as) sujeitos(as) estão se movimentando no sentido de que a saúde pública deve e pode ser disputada pela periferia, enquanto um projeto de vida e cuidado.

Proposta 3

Agenciamento da vida e a promoção de autonomia das moradoras e moradores das periferias: autogestão e autodeterminação;

Que tivesse a participação popular, e sem exceção, poder público, população,

entidades de base. Pois são essas pessoas que sabem o que seu bairro precisa. (Entrevistado/a 25).

Ao realizar esta proposta, pretendemos colocar que a saúde seja construída e reconstruída permanentemente a partir dos múltiplos olhares das moradoras e moradores das periferias, ressignificando a autonomia nesse processo. Autonomia, para nós, ao mesmo tempo que se trata de um movimento que os indivíduos fazem de maneira independente, também precisa ser construída sem, contudo, desresponsabilizar e ou negar a dinâmica dos poderes. É justamente sobre questionar esse “poder” como via única, que hoje concentra-se quase inteiramente nas mãos do Estado e das classes dominantes.

Os Conselhos de direitos, movimentos sociais, associações e sindicatos, entre outros, apesar de se constituírem espaços extremamente relevantes, pouco apareceram nas respostas dos(as) entrevistados(as). Por isso é importante pautar essa autonomia, complexa, mas potente, uma vez que esses(as) sujeitos(as) são capazes de produzir novas (e não tão novas) alternativas interventivas em suas próprias realidades. Autonomia, assim, pode e deve ser construída, debatida e dialogada enquanto projeto para as sociedades do amanhã.

Proposta 4

Universalização do SUS por meio de ações que abranjam de fato as necessidades de todos os cidadãos;

Mais médicos em áreas periféricas e ribeirinhas, acesso mais humano para saúde básica da população, menos tempo de espera e implementação de um sistema mais eficiente de atendimento e mais humano. (Entrevistado/a 30).

“Mais humano”. O que está no campo do *mais humanizar*?

Permitimos que essa pergunta nos violentasse no mais profundo de nós. Que atravessasse nossas verdades, nossos medos, nossa forma de pensar e, principalmente, nossas inseguranças em pleno contexto de luto e morte, quando a morte é de fato a única certeza a bater em nossas portas.

É por isso que salientamos: essa pesquisa é da ordem da sensibilidade, por compreendermos que a saúde tem valor, e um valor que tem que

ser considerado por todos(as) os(as) sujeitos(as) que muitas vezes são despotencializados e desencorajados a discuti-la e a construí-la por não estarem configurados(as) a esse modelo “Paradigmático” humano, que decide e racionaliza tudo e todas as coisas.

Esta proposta se trata de conquistar e construir a *palavra* enquanto ação de direito, defender a *palavra* sem desmerecer a sensibilidade e experiência de *ser* e de *vir-a-ser*, sob a dialética de sempre se refazer. É sobre compreender que nossos corpos também são políticos e fazem política constantemente, e dessa forma, sermos respeitados(as) enquanto pessoas que constroem e reconstróem suas humanidades de maneiras únicas, inventivas, plurais e diversas. É sobre escuta como objeto de ação. Humanizar também é sobre *ouvir* qualificadamente.

Acreditamos ser possível ter ações de saúde pública que possam contemplar todos os cidadãos, com suas particularidades. Avaliamos ser imprescindível que o conceito de universalização do SUS possa contemplar não somente uma única “visão” de humanidade, que apontamos em nossa discussão de contexto histórico, quando a perspectiva foi atentar para as necessidades da elite branca. Nosso povo é composto de uma diversidade de humanos, em suas inúmeras condições: étnicas, sociais, de gênero, entre tantas outras.

Proposta 5

Ampliação e fortalecimento do vínculo entre os equipamentos de saúde que compõem o SUS e as agências de pesquisa;

Neste momento é importante que se efetive um vínculo próximo e abrangente entre os diferentes equipamentos de saúde que compõem o SUS e as agências de pesquisa. É importante que os trabalhos desenvolvidos se façam relevantes e de acordo com a realidade da assistência. (Entrevistado/a 34).

Esta proposta, presente em 10% das falas dos entrevistados, se vincula ao atual contexto de pandemia, causada pela COVID 19. Por meio de maiores investimentos nessa área, acredita-se que a produção científica possa produzir alternativas que não se descolem das demandas no campo da saúde pública, sobretudo observadas pelos equipamentos de saúde pública.

Algumas angústias foram desveladas nas respostas, como por exemplo

alguns(as) sujeitos(as) da pesquisa identificarem que se sentiam inseguros com as informações imprecisas, dadas por ditos “especialistas” em relação à COVID 19 e seus impactos. Assim, entendemos que compreender essa *linguagem* pode ser potencializador para acesso a vida e saúde.

Avaliamos que as inseguranças frente às informações também se estendem aos profissionais de saúde, que muitas vezes experienciam condições de trabalho precárias, bem como instrumentos para sua atuação adequada. Pensamos que nesta proposição sejam contemplados esses profissionais com a finalidade de potencializá-los, bem como fortalecer suas ações para que os atendimentos possam ser eficazes.

Observamos, ainda, que nesta proposta o que se coloca em disputa é a *palavra*, a *linguagem*, que por vezes apareceu nas respostas dos(as) entrevistados(as) como um grande dificultador para estabelecer uma relação com os serviços de saúde e os(as) sujeitos(as) que deles fazem uso.

Assim sendo, para nós enquanto pesquisadoras, mais um atravessamento nos deflagrou: como fazer bom uso dessa *linguagem* por vezes incompreendida? Como disputá-la em um campo onde ainda não somos ouvidas(os) ou compreendidas(os)?

“Por uma educação em saúde que aprenda a ouvir!” Pensamos. E é por isso que a disputa política da *palavra* para nós não pode e nem deve se descolar do afeto e da emocionalidade.

Considerações finais

No início desta travessia que nos convidava a questionar o processo de saúde das pessoas periféricas, tínhamos uma intrínseca pergunta: saúde e vida se relacionavam?

Durante todo o processo, foi possível ver e sentir como os humanos que compõem a periferia da Zona Leste de São Paulo tratam a saúde como um dever do Estado, porém apresentam posicionamentos que sugerem que há uma insatisfação com o modo como esse direito lhes é ofertado.

Observamos que, quando pessoas entendem saúde como um produto a ser adquirido, a relação com a própria existência/humanidade está distanciada: 70% dos usuários do SUS só procuram os equipamentos de urgência/emergência, o que nos faz refletir sobre a dificuldade de perceber alterações/

adoecimentos em seu corpo durante sua rotina diária.

Constatar que o conceito de saúde está vinculado a morte e não à ideia de manter ou viabilizar a vida nos convidou a uma reflexão dolorosa: humanos periféricos podem não se sentir detentores de vida, e sim de sobrevivência, adquirindo saberes e construindo estratégias para ludibriar a morte, e tais estratégias são munidas de muita criatividade, utilizando crenças enraizadas nos inúmeros rituais ancestrais, como chás de ervas do quintal, rezas e bençãos dos mais velhos.

Notamos que, ainda que muitos de nossos(as) entrevistados(as) tivessem tido acesso à educação de nível superior, suas ações de saúde estavam pautadas nos saberes curadores de suas famílias.

As proposições realizadas nos afetaram intimamente, e nos têm colocado a refletir exaustivamente sobre o viver das pessoas periféricas. Por isso, estamos dotados da convicção de que esta pesquisa não acaba aqui.

As propostas sugeridas promovem uma sensível e delicada mudança na construção de uma saúde pública que contemplem as pluriversais necessidades dos diversos humanos viventes neste Brasil. Temos então significativas provocações e, sem dúvidas, possibilidades de restabelecer o sentido e significado da saúde como parte fundamental do viver dos humanos em suas pluriversalidades.

*Quando eu morder
a palavra,
por favor,
não me apressem,
quero mascar,
rasgar entre os dentes,
a pele, os ossos, o tutano
do verbo,
para assim versejar
o âmago das coisas.*

*Quando meu olhar
se perder no nada,
por favor,
não me despertem,
quero reter,
no adentro da íris,
a menor sombra,
do ínfimo movimento.*

*Quando meus pés
abrandarem na marcha,
por favor,
não me forcem.
Caminhar para quê?
Deixem-me quedar,
deixem-me quieta,
na aparente inércia.
Nem todo viandante
anda estradas,
há mundos submersos,
que só o silêncio
da poesia penetra.*

Conceição Evaristo - Da calma e do silêncio

Referências bibliográficas

ANTUNES, R. *Adeus ao trabalho?* Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 6ª ed. São Paulo: Cortez, 1999.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 5 de outubro de 1988. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 05 out. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 13 mai. 2018.

_____. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 20 set. 1990a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8080.htm. Acesso em: 18 jul. 2018.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Análise de Situação de Saúde. Saúde Brasil: uma análise da situação de saúde no Brasil. Brasília, 2010.

_____. Ministério da Saúde. Portaria nº 992, de 13 de Maio de 2009. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2009/prt0992_13_05_2009.html. Acesso em: 21 jun. 2018.

ANI, Marimba. “Yurugu uma crítica africano centrada do pensamento e comportamento cultural europeu”. Trenton, Africa Word Press, 1994. Disponível em: <https://estahorareall.wordpress.com/2015/08/07/dr-marimba-ani-yurugu-uma-critica-africano-centrada-do-pensamento-e-comportamento-cultural-europeu/>

CARNEIRO, S. *A construção do outro como não-ser como fundamento do ser*. 2005. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

OMS – ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. Comissão de Determinantes Sociais de Saúde. Rumo a um modelo conceitual para análise e ação sobre os determinantes sociais de saúde. Genebra, 5 maio 2005. Rascunho. Disponível em: . Acesso em: 22 jul. 2016.

DOVE, Nah. *Uma crítica Africano-Centrada à Lógica de Marx*. Coleção Pensamento Preto: Epistemologias do Renascimento Africano Vol. I. União dos Coletivos Pan-Africanistas. Diáspora Africana: Editora Filhos da África, 2018. p. 153-183.

FERREIRA, Jonatas, HAMLIN, Cynthia. *Mulheres, negros e outros monstros*; um ensaio sobre corpos não civilizados. Estudos Feministas. Florianópolis, Vol. 10, Nº. 1. 2010.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir*. Petrópolis: Vozes, 1977.

JAPIASSU, H.; MARCONDES, D. *Dicionário básico de Filosofia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1996.

LUKÁCS, G. *Ontología del ser social*: el trabajo. Traducción de Antonino Infranca e Miguel Vedda. Buenos Aires: Herramienta, 2004.

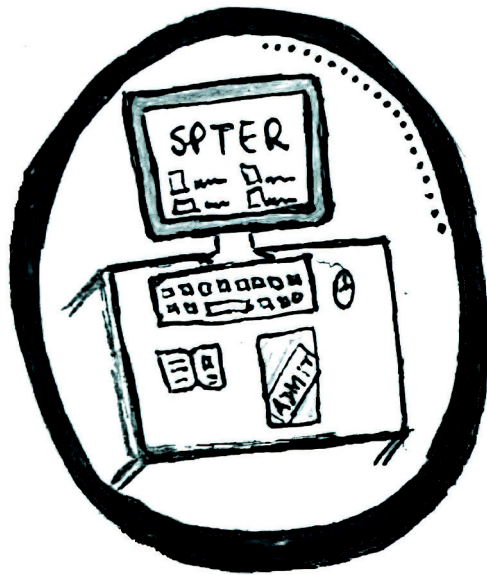
TERTULIAN, N. *O pensamento do último Lukács*. Revista Outubro, São Paulo, n. 16, p. 219-248, 2007.

MATTOS, M. B. *A classe trabalhadora*: de Marx ao nosso tempo. 1 ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2019.

MBEMBE, A. *Necropolítica*. Rio de Janeiro: [s.n.], v. 32, 2016.

NJERI, Aza (Viviane Mendes de Moraes). “Reflexões artístico-filosóficas sobre a humanidade negra”. *Ítaca*, nº36 – Especial Filosofia Africana – ISSN 1679-6799, 2020.

TURE, Kwame. PAN-AFRICANISMO (1970). Extraído do livro *Stokely fala: do Poder Preto ao Pan-africanismo*. editora Filhos da África, 2017. p. 208-242.



EIXO TRABALHO

Um olhar periférico na luta pelo direito ao trabalho

Nataly de Oliveira Ramos¹

Matheus de Carlos Silva Oliveira²

Cleberon da Silva Pereira³

Egeu Gómez Esteves⁴

A história da humanidade tem íntima relação com o trabalho, processo social amplo e central (Marx, 2011), que abrange a totalidade do intercâmbio entre o ser humano e a natureza, e pelo qual mulheres e homens transformam a matéria e as relações sociais para garantir sua sobrevivência individual e coletiva num processo dialético que transforma e caracteriza nossa própria natureza.

Se antes da revolução industrial o desenvolvimento do conhecimento

¹ Assistente social, educadora e moradora do Jardim Julieta. Militante feminista antirracista e anticapitalista. Pesquisadora do Centro Estudos Periféricos da Unifesp Zona Leste.

² Estudante de psicologia pela Universidade de Mogi das Cruzes e participante do Centro de Estudos Periféricos da Unifesp Zona Leste.

³ Especializando em Cidades, Planejamento Urbano e Participação Popular, Bacharel em Ciências Econômicas e Educador Social. Tem experiência na Economia Solidária através dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento e articulação com os Fóruns de Ecosol.

⁴ É psicólogo, mestre e doutor em Psicologia Social pela Universidade de São Paulo. Tem experiência nos temas da autogestão, trabalho associado, cooperativas e economia solidária. Atualmente é professor do Instituto das Cidades da Universidade Federal de São Paulo, e participa do Centro de Estudos Periféricos.

técnico reforçou a solidariedade ao criar um vasto leque de possibilidades no seio da divisão social do trabalho (Durkheim, 1999), desde que a burguesia ascendente fez romper a identidade entre posse e uso dos meios de produção, retirando dos trabalhadores o controle desses meios, foi o conhecimento técnico que adquiriu importância crescente como fator de dominação. Pelo menos desde a referida revolução, é o uso ostensivo do desenvolvimento técnico-científico como instrumento de dominação social o que caracteriza o nosso período histórico. Eis a arquitetura da dominação: primeiramente, ao serem destituídos dos meios de produção, os/as trabalhadores/as foram empobrecidos/as e ficaram dependentes da capacidade de investimento de rentistas e empresários, e depois, ao verem alteradas as antigas formas de produção, ficaram dependentes do conhecimento técnico-científico dos engenheiros.

Terra, matérias-primas, máquinas, equipamentos, conhecimento e o próprio capital. A aquisição dos meios de produção tornou-se inacessível a quem não dispõe de herança ou poupança, e assim o ciclo do empobrecimento continua. Sob o regime capitalista, a organização do trabalho produz excedentes que, socialmente acumulados e operáveis através de instituições financeiras, garantem a reprodução do sistema ao disponibilizar crédito apenas àqueles que dispõem de garantias. A desigualdade produzida entre empresários, rentistas e trabalhadores obriga os últimos a venderem suas horas de vida de trabalho mediante um salário que mal garante sua reprodução e subsistência.

Márcio Pochmann explica que o sistema capitalista foi iniciado tardiamente no Brasil, com a construção paulatina do mercado de trabalho após a aprovação do fim do tráfico negreiro (Pochmann, 2020). Contudo, ele também pondera que

A correlação de forças dos abolicionistas com os senhores de escravos permitiu a construção do mercado de trabalho, mas privilegiou a atração de imigrantes ao invés da incorporação da massa de escravizados. A elite brasileira considerava que o atraso do país resultava do processo de miscigenação e entendia a raça negra como inferior, portanto a resposta para a crise seria investir na mão de obra branca. (Pochmann, 2020, s/p).

Junto com o emprego e o mercado de trabalho, surgiu também o desemprego, condição daqueles que, embora queiram, não conseguem vender suas horas de trabalho. O desemprego estrutural é usado para intimidar a classe trabalhadora, esvaziar suas reivindicações e justificar a precarização do trabalho.

A acumulação capitalista produz constantemente, e na proporção de sua energia e seu volume, uma população trabalhadora adicional relativamente excedente, isto é, excessiva para as necessidades médias de valorização do capital e, portanto, supérflua. [...] A condenação de uma parte da classe trabalhadora à ociosidade forçada em razão do sobretrabalho da outra parte, e vice-versa, torna-se um meio de enriquecimento do capitalista individual, ao mesmo tempo que acelera a produção do exército industrial de reserva num grau correspondente ao progresso da acumulação social. (Marx, 2011, p. 857).

A construção das cidades e das grandes metrópoles acompanhou vários ciclos econômicos do país e foi puxada pelas transformações na economia, em especial do lugar ocupado no Brasil na divisão internacional do trabalho. Durante o ciclo do café, São Paulo já desempenhava o papel de entreposto comercial. O financiamento provia o capital para que os fazendeiros implantassem e esperassem até que os cafezais se tornassem produtivos. A mão de obra era abundante, pois, além dos negros que já trabalhavam na lavoura, os imigrantes foram incorporados à produção. Existia uma preferência pelos imigrantes enquanto um grande contingente de brasileiros negros era preterido - dizia-se por não ter “treinamento” para trabalhar no regime salarial. (Rego, J. M.; Marques, R. M., 2010).

Meio século depois, o crescimento da cidade de São Paulo era movido por uma industrialização que atendia aos interesses do grande capital nacional. O Programa de Industrialização por Substituição de Importações, na década de 60, tinha os trabalhadores como recursos - “carne de trabalho” - e produziu uma cidade marcadamente segregada e desigual. Quem vive na periferia de São Paulo e trabalha no centro conhece a cidade e vê diariamente a diferença entre os Jardins e bairros como Capão Redondo, Brasilândia e Cidade Tiradentes. A desigualdade é revelada nas feições da cidade, nas obras de infraestrutura urbana, no saneamento da região central, no Plano

de Avenidas, e também em seu funcionamento, no cinismo da elite que planeja a cidade e auferir lucros no mercado imobiliário enquanto expulsa negros e pobres do centro para as mais novas periferias da cidade, numa ação contínua mas ocultada sob o véu da “ausência de planejamento urbano”.

Nos bairros periféricos vivem tanto as pessoas que mais se deslocam pela cidade quanto as que menos se deslocam. Trabalho e desalento parecem explicar tal fenômeno. Para muitos, a vida nas periferias é um ir e vir diário entre a moradia e os distantes locais de trabalho, característica do “movimento pendular centro-periferia” (Lobo; Cardoso; Matos, 2008). Trabalhadores/as saem de manhã para trabalhar ou estudar e voltam somente no final do dia. Para outros moradores, sobretudo crianças, idosos e adultos “desalentados” - aqueles que desistiram de conseguir um lugar no mercado de trabalho - é a permanência no local, e nas proximidades da moradia, que caracteriza seu cotidiano. O desalento, contudo, oculta o trabalho reprodutivo, o labor diário dedicado à reprodução da vida, ao cuidado com os pequenos e com os velhos, aquele sem-fim de microatividades cotidianas necessárias à reprodução da classe que vive do trabalho.

O Mapa da Desigualdade revela a segregação socioespacial da cidade de São Paulo e expressa como determinados direitos são negados à periferia. Um exemplo é a distribuição da “Idade média ao morrer”. Assim, enquanto os/as moradores/as de Moema - na região centro-sul da cidade - vivem em média até os 80 anos de idade, os/as moradores/as da Cidade Tiradentes vivem até os 57 anos de idade, uma diferença de 23 anos de vida expressa em apenas 38 quilômetros (RNSP, 2019, p. 38).

Desde o golpe de 2016 que as instituições de garantia de direitos sofrem ataques constantes, entre eles o sistema público de emprego. São exemplos as reformas trabalhista e da previdência, ambas aprovadas em 2017. Elas foram veiculadas com um discurso astuto que prometia melhorias para a vida dos trabalhadores/as e garantias para as gerações futuras. O resultado, contudo, foi apenas em benefício do patronato, com a legalização das terceirizações e da prestação de serviços por autônomos, sem qualquer impacto positivo na taxa de ocupação, que permanece historicamente baixa.

O trabalho está na Constituição Federal de 1988 como direito social e dever do Estado. No entanto, inexistem políticas públicas de geração e/ou provisão de postos de trabalho e, com a extinção do Ministério do Trabalho e Emprego (em 2018), o Estado brasileiro vem abrindo mão também do

seu papel como mediador e fiscalizador das relações de trabalho, o que, na prática, equivale à autorização da precarização e superexploração do trabalho. A população trabalhadora periférica é a mais impactada pelos efeitos negativos da falta de proteção social, pois, sem uma formação adequada às restritas oportunidades disponíveis no mercado de trabalho, ela tem suas alternativas de sobrevivência reduzidas ao subemprego, ao trabalho precarizado e à uberização.

Em 2020, com o distanciamento social decretado por conta da pandemia de Covid-19, ficou patente o quão vulnerável economicamente é a população brasileira. Com mais de 41,6% de trabalhadores informais (PNAD, 2020), quase metade da população brasileira se deparou com a impossibilidade de exercer seu trabalho sem contar com qualquer modalidade de seguridade social que pudesse ampará-la para cumprir o isolamento. O Governo Federal, como habitual na gestão de JMB, negou a pandemia e foi ineficaz em tomar medidas de manutenção do emprego e proteção dos trabalhadores. O Ministério da Economia promulgou medidas provisórias que possibilitaram aos empregadores reduzirem a jornada de trabalho com proporcional redução dos proventos e adiar o recolhimento dos encargos sociais. Do lado dos trabalhadores, apenas autorizou saques do FGTS. Essa situação levou a oposição no congresso à apresentação de uma proposta de Auxílio Emergencial e, após um mês de crise sanitária, foi aprovado o pagamento de uma renda de 600 reais a trabalhadores informais durante seis meses.

A parcela da população trabalhadora periférica que permanece empregada ou continua se deslocando pela cidade em plena pandemia, portanto altamente exposta ao risco de contaminação, ou foi induzida a trabalhar “de casa”, em esquemas de “teletrabalho”. O *home office* foi apresentado pelas empresas como solução contra o risco de contágio, as horas de deslocamento e até o trânsito nas metrópoles. Porém, as empresas ocultam seu ganho com a redução das despesas imobiliárias às custas do apertado orçamento doméstico e do reduzido espaço residencial de trabalhadores/as que, geralmente, nem sequer dispõem de um escritório em casa. Isso talvez explique porque designam o esquema simplesmente como *home*, “*estou fazendo home*”, dizem. Fazer *home* também oculta o estresse advindo do distanciamento social, o aumento da violência contra as mulheres e um surto invisível de agravos a problemas de saúde mental.

Um segmento que ganhou destaque na pandemia foram os entregadores,

geralmente jovens negros moradores das periferias. De moto ou bicicleta, eles tornaram o *delivery* possível para aqueles isolados em suas casas. E isso ao custo de suas vidas ou de sua invalidez por acidente. Mas há reações! Organizados através da bandeira dos “Entregadores Antifacistas”, os motoboys e entregadores de bicicleta se uniram contra a precariedade de suas relações de trabalho e para reivindicar melhores condições de trabalho de vida. De acordo com Galo: “[o sistema de *uberização*] vem avançando e uma hora vai pegar todo mundo. Se a Revolução Industrial suprimiu empregos, a *uberização* vem para suprimir direitos”.

Em um movimento aparentemente contraditório, mas próprio das forças dialéticas que movem a história, emergem estratégias de moradores das periferias urbanas e áreas semirrurais. São modalidades que fogem ao trabalho subordinado, como o trabalho com vínculo familiar (urbano ou rural), o trabalho autônomo individual, o trabalho associativo, o trabalho reprodutivo e a organização tradicional e coletiva do trabalho das aldeias e quilombos. A resistência expressa em não sucumbir ao desalento, em continuar existindo e lutando, demonstra que há ainda espaço para a solidariedade e para a organização da classe trabalhadora e que, em momentos extremos como o atual, as pessoas se apoiam mutuamente e criam outros jeitos de viver o trabalho. Pensando a partir disso, buscamos um caminho para o combate dessas desigualdades pela via inclusiva, apontando a necessidade de universalizar e garantir os direitos fundamentais a todos/as que vivem do trabalho, e não apenas à parcela empregada, a partir do reconhecimento, legitimação e regulamentação de modalidades outras de trabalho, algumas antigas e ressurgentes, outras novas e insurgentes.

Sobre a pesquisa

Antes de sermos assolados pela Pandemia da COVID-19 nossa proposta era entrevistar coletivamente grupos de trabalhadores/as periféricos sobre seu cotidiano de vida e de trabalho. Também pretendíamos conversar com as pessoas nos lugares comecinhos da vida cotidiana, como nas filas do INSS, nas portas de empresas, nas feiras e espaços que fariam sobre as formas de organização do trabalho, as condições em que ele é realizado, as relações alimentadas e também sobre a significação do trabalho. Porém, com o distanciamento social imposto pela pandemia, não pudemos executar tal plano.

Iniciamos as atividades estudando uma bibliografia que proporcionou uma compreensão do mundo do trabalho e dos mecanismos de exploração contemporâneos. A partir da ampliação do conceito de trabalho foi possível compreender as divisões a que a classe trabalhadora está submetida atualmente, de onde selecionamos seis tipos principais de trabalhadores/as para entrevistar: empregados (com ou sem contrato de trabalho); *uberizados*; desempregados; autônomos; associados e aposentados. Além deles, também foram entrevistados especialistas no mundo do trabalho. Na sequência elaboramos seis roteiros de entrevista, com questões abertas, para os seis tipos de relações de trabalho identificadas. Por fim, as entrevistas foram feitas através de ligações telefônicas ou chamadas de vídeo.

Priorizamos pessoas próximas aos pesquisadores, como familiares, amigos, vizinhos e conhecidos, e essa proximidade facilitou a criação de vínculos de confiança, estimulando relatos pessoais e reflexões sobre as experiências de trabalho. Nas entrevistas os participantes puderam abordar sua vida de trabalho desde o início de suas atividades e descrever as dificuldades que enfrentam no cotidiano, além de expor suas propostas de melhoria para seu cotidiano de vida e de trabalho.

Sobre a diversidade de condições e relações laborais

Existe uma diferença significativa entre operariado e precarizado nos países centrais, onde o contrato de trabalho subordinado, próprio do capitalismo, não apenas é majoritário como é postulado da organização social e da outorga de direitos, ao ponto daquelas serem consideradas “sociedades salariais” (Gorz, 1987). Por aqui, contudo, a história difere: “O precarizado sempre fez parte do operariado no Brasil” (Antunes, 2018). Ricardo Antunes explica:

[...] em todos os espaços possíveis, os capitais convertem o trabalho em potencial gerador de mais-valor, o que inclui desde as ocupações, tendencialmente em retração em escala global, que ainda estabelecem relações de trabalho pautadas pela formalidade e contratualidade, até aquelas claramente caracterizadas pela informalidade e flexibilidade, não importando se suas atividades são mais intelectualizadas ou mais manuais. (ANTUNES, 2018 p.36).

O processo de revolução tecnológica que nunca cessou, junto à ampliação

do setor de serviços, à privatização deles, e à retirada de direitos, tornou a classe trabalhadora mais heterogênea, fragmentada e complexa. Compreender a classe trabalhadora na sua amplitude e complexidade tornou-se tarefa ainda mais difícil e, em atenção a tal desafio, propusemos seis categorias do trabalho numa tentativa de evidenciar os mecanismos de extração de mais valor de cada uma e as possíveis estratégias para garantir seus/nossos direitos.

Renda Cidadã

A crise política no Brasil dos últimos anos interrompeu um período de crescimento econômico com alguma mobilidade social. A Emenda Constitucional 95/2016 fixou um teto para os gastos públicos, fortalecendo o projeto neoliberal. Na área da educação isso significou limitar o ingresso e a permanência de jovens periféricos nas universidades públicas e privadas, caracterizando um desmonte nas políticas públicas de acesso ao ensino superior.

Junto disso, o negacionismo crescente e o “ataque à ciência” fez ampliar a oferta de cursos particulares com conteúdo apenas tecnicista. Nosso entrevistado comentou sobre como esse processo influencia na dificuldade de organização da classe trabalhadora:

Infelizmente a formação oferece um debate político muito simplista, houve uma abertura indiscriminada de universidades particulares que oferecem formações rasas, sem perspectiva política de direitos, que forma trabalhadores que não sabem dos seus direitos, que procuram o sindicato somente pela dor, quando estão sofrendo assédio, quando se retira direitos na homologação, não cumprimento da convenção coletiva de trabalho.

Se discutisse política como estratégia de direitos, de organização, a formação poderia empoderar esses trabalhadores, possibilitaria organizar os trabalhadores no local de trabalho, instrumentalizando o trabalhador. O sindicato também oferece formação, mas é difícil o trabalhador ouvir com um cotidiano tão corrido.

Os sonhos são consumidos pela lida cotidiana. Fazer planos a longo prazo passa pela dificuldade de suprir as necessidades básicas do dia a dia, pela negligência quanto às políticas públicas de educação e de bem-estar social, pela violência do Estado operada por uma polícia militar que, apenas entre

2017 e 2019, matou mais de 2.215 crianças e adolescentes.

O discurso meritocrático individualiza processos coletivos e atua como ideologia, ao pregar que a condição social depende única e exclusivamente do indivíduo, ocultando a estrutura socioeconômica que condiciona a vida dos indivíduos. Esse discurso responsabiliza as pessoas por uma crise causada pelo capital e justifica mecanismos de autoexploração, tais como o estímulo ao empreendedorismo e os aplicativos de uberização do trabalho, que aumentam a competição e o sentimento de constante frustração.

A atual conjuntura de crise política, epidemiológica e econômica, que resulta em aumento da fome e do desemprego, exige a regulamentação da Lei da Renda Básica de Cidadania (BRASIL, 2004) que foi aprovada, decretada e sancionada em 2004. Eduardo Suplicy, autor da Lei 10.835/2004, reflete sobre o cenário de trabalho brasileiro e aponta a necessidade de uma renda básica para a população:

Do ponto de vista da dignidade e da liberdade da pessoa é que teremos a maior vantagem, pois a pessoa, graças à Renda Básica de Cidadania, ganhará o direito de dizer não diante de qualquer alternativa que lhe apareça pela frente, mas que vai ferir sua dignidade, sua saúde e colocar sua vida em risco. (Putti, 2020).

O texto da lei institui uma renda mensal que forneça o suficiente para atender as necessidades vitais de todos os residentes no Brasil (brasileiros e estrangeiros), e ela seria implementada por etapas, começando a atender a população mais pobre. A Renda Cidadã se apresenta como universal e sem condicionalidades, o que retira o estigma de esmola ou assistencialismo. Ela visa distribuir a riqueza nacional para diminuir a desigualdade social. É o exemplo de que a economia deve estar a serviço da manutenção da vida.

“Precisamos pensar medidas que priorizem a vida humana, e não o extermínio dela.” (trabalhadora autônoma)

Trabalho reprodutivo

O trabalho reprodutivo diz respeito aos cuidados necessários para a reprodução da vida. São atividades de autocuidado e de cuidado com outras

pessoas, como a criação das crianças e cuidados dos idosos, deficientes ou doentes, limpeza, alimentação etc. A naturalização do trabalho reprodutivo como responsabilidade das mulheres faz com que essas tarefas sejam invisibilizadas e não sejam consideradas trabalho por parte da sociedade. Essa desvalorização acarreta desresponsabilização de empresas e do Estado, ainda que estudos demonstrem tratar-se de atividades fundamentais para a reprodução da vida humana, que demandam técnica, reflexão, tempo e esforço.

Na definição marxiana, o trabalho produtivo é o que resulta na produção de bens ou serviços com valor econômico no mercado, ou seja, o trabalho que produz mercadorias. O trabalho produtivo depende do trabalho reprodutivo para poder se realizar, no entanto, o trabalho reprodutivo é geralmente tratado como “trabalho improdutivo” (uma contradição em termos), pelo simples fato de que não produz mercadorias, embora seu “valor” possa ser deduzido. Por exemplo, a refeição produzida em casa é trabalho reprodutivo que produz um objeto temporário (refeição), que por sua vez possibilita a reprodução da vida. Contudo, esse objeto não é uma mercadoria, tão somente porque não está à venda. O mesmo poder-se-ia dizer dos serviços de faxina ou de cuidados parentais realizados no âmbito doméstico: se eles não agregam valor ao PIB nacional não é porque sejam improdutivos, mas apenas por não estarem à venda. Ao serem realizadas, tais atividades agregam “disponibilidade” ao orçamento familiar, ou seja, o trabalho reprodutivo “economiza” o dinheiro que, de outro modo, teria que ser utilizado para a compra dos mesmos produtos e/ou serviços. É possível, portanto, calcular o quanto uma família deixou de gastar e, assim, descobrir o valor do trabalho reprodutivo ali desenvolvido e agregado, embora invisibilizado.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2020b) informa que 23% dos jovens de 15 a 29 “não trabalham nem estudam”, porém, informa também que tais jovens em geral são meninas que se ocupam de “atividades domésticas”. Esse dado corrobora nossas entrevistas, pois constatamos que as mulheres no grupo de desempregados executam atividades reprodutivas como obrigação ou “ajuda” para sua família ou comunidade, geralmente de forma não remunerada. Não por menos, o trabalho reprodutivo representa 19,3% da força de trabalho no mundo (OIT, 2018). A Organização Internacional do Trabalho classifica o trabalho de cuidado de duas formas: *cuidados*

diretos - atividades de cuidados voltadas a pessoas que necessitam de contato direto com cuidador/a para comer, se higienizar, se movimentar, para sobreviver; *cuidados indiretos* - atividades de cuidados que não necessitam do contato direto com a pessoa beneficiada pelo cuidado, por exemplo: limpeza e alimentação.

Uma das formas de invisibilizar o cuidado é entendê-lo como uma necessidade apenas de pessoas em situação de vulnerabilidade e de execução apenas no ambiente doméstico. Com o isolamento decorrente da Covid 19 o trabalho reprodutivo ganhou maior notoriedade, aparentemente porque as pessoas passaram a ficar mais tempo em casa, tornando mais evidente a necessidade de limpar, lavar, faxinar, cozinhar etc.

Também é fundamental dizer que, no Brasil, uma parcela importante do trabalho reprodutivo constitui sim mercadoria, pois trata-se dos serviços realizados por trabalhadoras domésticas, mensalistas ou diaristas nas casas das famílias abastadas. A formalização do trabalho reprodutivo mercantilizado configurou um avanço na busca pelo reconhecimento do trabalho e na garantia de direitos como seguridade e previdência social. No entanto, a desvalorização do trabalho reprodutivo, somada à herança escravocrata, são agentes dificultadores desse avanço, apontando a necessidade de outras estratégias.

A Emenda Constitucional 72/2013 - conhecida como PEC das Domésticas, aprovada e regulamentada por meio da Lei Complementar 150/2015, visou garantir direitos trabalhistas como jornada de trabalho fixada em oito horas diárias e 44 horas semanais, intervalo durante o expediente de trabalho, pagamento de horas extras, recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e recebimento de multa por demissão sem justa causa. Salário mínimo, férias e 13º salário já constavam no conjunto de leis trabalhistas, mas também foram incluídas nas novas normas.

A Organização Internacional do Trabalho (2018) revela que o Brasil é o único país com mais de 7 milhões de trabalhadoras domésticas. Em entrevista, representantes da Federação Nacional de Trabalhadoras Domésticas - FENATRAD, relataram:

mesmo quem trabalha regime CLT sofre com improbidades no trabalho, como extensão da jornada de trabalho sem pagamento de hora extra, hu-

milhões como proibição de consumo de alimentos da residência ou de circulação em alguns ambientes da casa.

Em 2020, o falecimento de Cleonice Gonçalves, empregada doméstica de 63 anos contagiada pela patroa que não avisou estar com COVID 19, provocou a notícia de diversos casos em que empregadas domésticas não puderam aderir ao isolamento social pois não seriam remuneradas caso se ausentassem do trabalho. Tivemos até estados brasileiros considerando o trabalho doméstico como essencial, motivo pelo qual as domésticas não poderiam ser dispensadas (Sobreira, 2020).

A campanha da FENATRAD, nomeada “cuida de quem cuida”, buscou que empregadores/as liberassem suas trabalhadoras domésticas, mantendo seus salários durante a pandemia, exceção feita às cuidadoras de idosos e pessoas com deficiência. Nossa entrevistada da FENATRAD nos informou que 73% da categoria trabalha na informalidade e, portanto, a maioria está sem renda durante a pandemia, vivendo da ajuda de familiares e de doações de alimentos arrecadados pelo sindicato ou por campanhas de solidariedade.

É pauta histórica do movimento feminista brasileiro a busca pela responsabilização do Estado pela partilha dos cuidados indiretos através da implementação de políticas públicas, como creches, centro de crianças e adolescentes, de pessoas com deficiência e de idosos, restaurantes e lavanderias comunitárias, entre outros. Muitos foram os avanços com a implementação dos serviços citados, porém, esses serviços são ofertados de forma insuficiente e precária, deixando grande parcela desassistida pela política. Os serviços precisam ser implementados de acordo com a demanda das regiões e ofertados de forma universal, executado por homens e mulheres, mas principalmente por quem já vinha desempenhando esse papel ao longo da vida.

A regulamentação do trabalho de cuidado possibilitaria o reconhecimento de trabalhadoras/es do cuidado direto e indireto, delimitação da jornada de trabalho e do espaço de trabalho, maior organização das/os trabalhadoras/es. Ela também impulsionaria a responsabilização do Estado pela promoção de serviços públicos como restaurantes populares, lavanderias públicas, centros de convivências, e, ainda, facilitaria o acesso das mulheres à renda e ao mercado de trabalho, assim como ao espaço público.

Trabalho dependente

Os empregados são comumente considerados como a única classe de trabalhadores formais no Brasil, o que se explica historicamente. Antes do Decreto-Lei nº 5.452 de 1943 não havia leis que regulamentassem o trabalho subordinado no país. Após muita pressão de trabalhadores e trabalhadoras, foi assinado o decreto que outorgava direitos fundamentais ao proletariado. A Carteira de Trabalho, além de formalizar contrato de venda de força de trabalho (vínculo empregatício), passou a conferir cidadania, pois servia como documento de identificação, comprovação de experiência profissional e passaporte de acesso ao sistema público de saúde, que antes da criação do SUS era restrito aos trabalhadores formais.

Com o passar dos anos e o reconhecimento de outros modos de viver o trabalho, seria esperado que as leis que trazem seguridade aos trabalhadores subordinados fossem ampliadas e chegassem aos outros grupos de trabalhadores. Contudo, o que observamos foi um cenário de retrocesso, um processo de regressão na garantia de direitos, principalmente quanto à proteção dos trabalhadores e à responsabilização das empresas contratantes.

É fácil notar que o país está vivendo dias difíceis com relação ao mercado de trabalho. Se a São Paulo de 2020 tem uma taxa de 12,2% de pessoas desocupadas, o grupo etário que mais vem sofrendo tem idade entre 14-17 anos, 55,3% dos jovens estão na classificação de desocupados (IBGE, 2020a). Segundo dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), em 2020 quase 104 mil empregos com contrato de trabalho foram perdidos em São Paulo em decorrência do isolamento necessário para conter o avanço do coronavírus. A desmobilização social durante a pandemia possibilitou demissões que encontrariam maior resistência em outros momentos, ou aconteceriam em menor escala.

A adoção do trabalho remoto foi apressada por muitas empresas. Nas entrevistas nos foi relatado como a falta de apoio material e de preparo para o trabalho remoto dificultaram a transição e a adaptação. Simplesmente foram transferidos às/aos trabalhadoras/es a responsabilidade pelos computadores, *Internet* etc., aumentando a extração de mais valor por parte das empresas, já que elas não precisam arcar com essas despesas e ainda reduzem os custos imobiliários, cancelando contratos de aluguel e colocando edifícios à venda.

Não ofereceram nem um material, formação ou período de adaptação para que pudéssemos trabalhar em casa, houve casos de companheiras de trabalho que tiveram que contratar um pacote de internet mais caro para sua casa, sem ajuda da empresa e uma semana depois foi demitida. (trecho da entrevista com empregado via CLT).

Também as dificuldades de entrar, permanecer no trabalho formal ou viver somente do salário são bastante presentes nas falas dos entrevistados e entrevistadas.

Após passar por todas as etapas do processo seletivo e ser aprovada pelo RH, fui ao encontro do dono da empresa, que me dispensou dizendo que eu não tenho o perfil da empresa. (trecho de entrevista com autônoma).

Em relação às atividades essenciais, que não pararam em decorrência da pandemia, tais como os hospitais, notamos nas entrevistas um despreparo para lidar com a situação e um descuido com a saúde dos trabalhadores/as e de suas famílias, expressado na falta de equipamentos de proteção individual e na baixa disponibilidade de exames de anticorpos ao coronavírus. Foi necessária uma liminar judicial para que a doença Covid-19 fosse considerada doença ocupacional entre os profissionais da área da saúde.

Um subtópico necessário é quanto à uberização. Conforme o IBGE (2020b) em seu relatório da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Primeiro Trimestre, na condição de trabalhadores/as ocupados, 26,2% das pessoas o fazem por conta própria. Dentro desse contingente estão aqueles/as pessoas que o fazem via plataformas como Uber, Rappi e Ifood, representados também como trabalhadores “autônomos”.

Segundo a Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT, o vínculo de trabalho subordinado tem cinco características: pessoalidade, onerosidade, remuneração, habitualidade e subordinação. Algumas dessas características são camufladas por empresas que se utilizam de trabalho subordinado: as plataformas da “economia do bico” alegam que não tem empregados, mas sim “parceiros”, porém, as entrevistas demonstram que nessa “parceria” quem dita as regras são os controladores dos aplicativos, que determinam os horários de trabalho e os valores da hora trabalhada, ocultam esses valores dos “parceiros” e executam punições de acordo com critérios não divulgados.

Em decorrência dos processos contra as empresas detentoras das plataformas, alguns países estão legislando para enquadrar essas atividades como trabalho dependente, porém com especificidades, assim os/as trabalhadores/as teriam os direitos da seguridade social que os autônomos têm, como a aposentadoria, e as empresas contratantes teriam que declarar os valores de hora/trabalho, as regras de penalização, em suma, teriam que tornar transparentes suas políticas e os cálculos de seus algoritmos.

É necessário que se diga, contudo, que qualquer posição meio-termo entre autonomia e dependência continuará caracterizando trabalho subordinado, que é toda atividade laboral integrada à estrutura hierárquica de uma organização que não pertence aos trabalhadores, utilizando meios e instrumentos de trabalho a ela pertencentes. Compreendemos que não é necessário criar outra regulamentação para configurar as relações de trabalho que ocorrem via aplicativos, bastando submeter tais atividades ao crivo da regulamentação atual do trabalho subordinado.

Trabalho associado

O trabalho associado tem uma longa história e é tão antigo quanto a parceria, a ajuda mútua, o mutirão etc. Tais modalidades mantêm viva a noção da solidariedade, de que pessoas em situações similares podem se unir e se ajudar para mudar a situação. Já o trabalho associado moderno, caracterizado pelo vínculo associativo, tem uma história mais recente e conturbada. Ele ressurge dos escombros da proibição das antigas “corporações de ofício” que marcaram a forma renascentista de organização do trabalho em um amplo conjunto de atividades manufatureiras. Se a destruição das corporações e suas oficinas significou o fim da era dos mestres, oficiais e aprendizes, representou sobretudo o início do liberalismo econômico que levaria à revolução industrial e, com ela, o surgimento do capitalismo industrial, das fábricas modernas, do trabalho subordinado, ou seja, do emprego de muitos por poucos sob a forma da venda de força de trabalho, o assalariamento.

Proibidos de se organizar em sua forma tradicional, e ainda sem os direitos civis necessários para a organização sindical, restou aos trabalhadores a luta contra as máquinas (o ludismo) e também a possibilidade de criarem as primeiras sociedades dos trabalhadores. Já na primeira metade do século

XIX surgem as cooperativas de produção, de consumo, de crédito etc. que, assim como sindicatos, associações e partidos políticos, foram uma conquista histórica da classe trabalhadora, pois são constituídas sociedades de pessoas, não de capitais. Essa é a ideia contida no preceito constitucional da “liberdade de associação”.

Atualmente o vínculo associativo existe e é reconhecido no Brasil, contudo, não há uma consolidação que garanta a segurança jurídica aos trabalhadores. O Código Civil (Brasil, 2002) considera as associações e cooperativas como sociedades simples (sociedades de pessoas, não empresariais). Já o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS, 2003) enquadra os trabalhadores cooperados no Regime Geral da Previdência Social - RGPS na categoria de contribuintes individuais, a mesma dos trabalhadores autônomos.

Houve, contudo, algum avanço recente que é importante reconhecer. A lei específica das cooperativas de trabalho (BRASIL, 2012) configurou a *autonomia coletiva* como a forma da execução dos trabalhos e a *autogestão* como o processo democrático que define o funcionamento das cooperativas, além de estabelecer as cooperativas de produção e de serviços como subtipos das cooperativas de trabalho e impedir as cooperativas de trabalho de intermediarem mão de obra subordinada. A lei diz que:

Art. 2º Considera-se Cooperativa de Trabalho a sociedade constituída por trabalhadores para o exercício de suas atividades laborativas ou profissionais com proveito comum, autonomia e autogestão para obterem melhor qualificação, renda, situação socioeconômica e condições gerais de trabalho.

§ 1º A autonomia (...) deve ser exercida de forma coletiva e coordenada (...).

§ 2º Considera-se autogestão o processo democrático no qual a Assembleia Geral define as diretrizes para o funcionamento e as operações da cooperativa, e os sócios decidem sobre a forma de execução dos trabalhos (...).

Art. 5º A Cooperativa de Trabalho não pode ser utilizada para intermediação de mão de obra subordinada. (BRASIL, 2012).

Ao impedir a venda de força de trabalho pelas cooperativas, essa lei retira as cooperativas do mercado de terceirização do trabalho, reafirmando que a finalidade das cooperativas de trabalho é justamente substituir o intermediário trabalhista (patrão) pela relação de trabalho associada, e não ela mesma atuar como intermediadora, como vinha acontecendo anteriormente, o que agravava a precarização do trabalho.

A mudança na compreensão do que são e como devem funcionar as cooperativas de trabalho foi resultado de anos de discussão e negociação por parte das centrais de cooperativas de trabalho com interação solidária, especialmente a Unicatadores (MNCMR), a Concrab (MST), a Unicafe (CUT-CONTAG) e a Unisol (CUT), e demonstra a possibilidade de a sociedade reagir à precarização do trabalho.

Propostas para a garantia do direito ao trabalho

Propomos a universalização dos direitos trabalhistas por meio da criação de um Sistema Público de Trabalho, Emprego e Renda, com a função de garantir o direito ao trabalho digno a todos/as trabalhadores/as, por meio da ampliação da cobertura da seguridade social e trabalhista a toda classe que vive do trabalho.

A implantação do SPTER exigiria ampliação da representação dos/as trabalhadores no Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - CODEFAT, incluindo, além das centrais sindicais, também associações dos/as trabalhadores/as associados e cooperados, autônomos e também relacionados ao trabalho reprodutivo.

O SPTER seria o estruturador de um novo Ministério do Trabalho, Emprego e Renda (MTER), que organizaria políticas específicas conforme o tipo de relação de trabalho, em ao menos seis eixos:

1. Trabalho subordinado digno: agregaria políticas protetivas aos trabalhadores/as que desenvolvem suas atividades sob vínculo empregatício privado, ou seja, sob o regime privado de venda de força de trabalho. Incluiria ao menos as seguintes ações: regulação e fiscalização do emprego; fiscalização das condições de trabalho realizada e perícia médica realizada pelo Sistema Único de Saúde - SUS; realização de negociação coletiva por setor, com

câmaras de arbitragem; recolocação assistida para desempregados de longa duração; formação profissional para desempregados; combate ao emprego informal e ilegal; e combate ao trabalho infantil e ao trabalho em condições análogas à escravidão.

2.Trabalho associado: aglutinaria políticas de apoio aos/às trabalhadores/as que desenvolvem suas atividades em trabalho sob vínculo associativo, ou seja, por meio da coletivização de sua força de trabalho e aplicação direta desta a meios de produção de propriedade e/ou controle coletivo dos/as trabalhadores/as. Incluiria ao menos as seguintes ações: reconhecimento, caracterização e formalização do vínculo de trabalho associativo; regulação e fiscalização do trabalho associativo; instituição da figura jurídica “sociedade laboral” (um tipo de sociedade de pessoas, com finalidade econômica, porém sem cotas de capital nem distribuição de excedentes, em que o capital social é um bem comum indivisível e equivalente ao patrimônio líquido da sociedade); assessoria e crédito para a criação e funcionamento de empresas dos/as trabalhadores/as e também para a conversão de empresas privadas em empresas dos/as trabalhadores/as, via aquisição coletiva e/ou recuperação das empresas privadas; e autorização para a aquisição direta - dispensada a necessidade de licitação - de produtos ou serviços advindos do trabalho coletivo por parte programas de compras públicas.

3.Trabalho familiar: reuniria as políticas de apoio aos trabalhadores/as que desenvolvem suas atividades laborais sob vínculo familiar, ou seja, por meio da aplicação direta da força de trabalho do núcleo familiar a meios de produção que podem ser próprios, alugados ou arrendados pela família. Incluiria ao menos as seguintes ações: reconhecimento, caracterização e formalização do vínculo de trabalho familiar, rural ou urbano; regulação e fiscalização do trabalho familiar; assessoria e crédito às atividades familiares rurais e urbanas; e incentivo à coletivização das atividades via associativismo, cooperativismo e “empresas laborais”.

4.Trabalho autônomo: congregaria as políticas de apoio aos/às trabalhadoras/as que desenvolvem suas atividades de modo direto e individual. Incluiria ao menos as seguintes ações: assessoria e crédito às atividades autônomas, especialmente para quem tem mais dificuldades de acesso ao emprego (mulheres, população LGBTQIA+, negras/os); e incentivo à coletivização das atividades via associativismo e cooperativismo e “empresas laborais”.

5.Trabalho reprodutivo: aglutinaria políticas de apoio aos/às trabalhadores/as dedicados ao trabalho reprodutivo direto ou indireto, de modo individual e/ou familiar, nos âmbitos doméstico e/ou comunitário. Incluiria ao menos as seguintes ações: reconhecimento, caracterização e formalização das atividades reprodutivas; cadastro de trabalhadoras/es envolvidas/os no trabalho reprodutivo; inclusão da categoria “Agente de Cuidados” no Cadastro Brasileiro de Ocupações - CBO; regulação e fiscalização do trabalho reprodutivo, direto e/ou indireto; incentivo à coletivização das atividades de trabalho reprodutivo via organização de base comunitária, tais como padarias, refeitórios e lavanderias comunitárias; autorização para a aquisição direta, dispensada da necessidade de licitação, de serviços de cuidado por programas de contratação pública.

6.Renda cidadã: organizaria as políticas de segurança econômica para trabalhadores/as desempregados/das de longa duração e desalentados/as. Incluiria ao menos as seguintes ações: cadastro de pessoas em desemprego de longa duração ou em desalento; concessão de benefício (renda cidadã) por prazo indeterminado; e o incentivo à (re)inserção no mundo do trabalho por meio da “inclusão assistida” em atividades e grupos de geração de trabalho e renda, sem a perda do benefício.

Considerações finais

A precarização do trabalho e a retirada da proteção social produz péssimas condições de vida, adoecimento e morte. A união entre Estado e capital permitiu que a gestão da pandemia atendesse apenas aos interesses dos empregadores. O avanço do capital sobre a vida das/os trabalhadoras/es ampliou as horas de trabalho, ocasionando renúncia ao estudo, ao lazer, ao descanso etc., acarretando na privação daquilo que nos torna humanos: o convívio social, a arte, a cultura etc. O distanciamento físico e social necessário para conter a pandemia de Covid 19 agravou um processo de desvinculação social que já estava em curso, desgastando as relações existentes e dificultando a construção de novos laços sociais. Como uma entrevistada nos alertou: “A pandemia exige que criemos e fortaleçamos estratégias que nos mantenham vivos em condições de lutar”.

São muitas as dificuldades de lutar por melhores condições de trabalho,

ou mesmo para conter os atuais desmontes de instituições e de direitos sociais. Tivemos a possibilidade de entrevistar pessoas que vêm formulando e construindo estratégias para o fortalecimento e organização da classe trabalhadora, mostrando que a luta se faz na criação de laços afetivos, na garantia das necessidades básicas, na recuperação da realização humana pelo trabalho.

Nossas propostas pretendem ir além de garantir trabalho, emprego e renda para a população, desejamos amplificar a voz de quem há tempos vem reivindicando condições dignas de trabalho, assegurar espaços de participação e poder de decisão para que nossas “condições de trabalho” não fiquem nas mãos somente dos empregadores. E ainda, garantir que nossas denúncias não causem demissões, que o espaço laboral permita a conexão e a construção de espaços e relações igualitárias e o exercício da necessária democracia.

Referências bibliográficas

ANTUNES, Ricardo. *O Privilégio da Servidão*. São Paulo: Boitempo. 2018
BRASIL. LEI Nº 10.406, DE 10 DE JANEIRO DE 2002. Institui o Código Civil. Brasília. 2002. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406.htm. Acesso em: 27/08/2020.

BRASIL. LEI Nº 12.690, DE 19 DE JULHO DE 2012. Dispõe sobre a organização e o funcionamento das Cooperativas de Trabalho. Brasília. 2012. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/12690.htm. Acesso em: 27/08/2020.

DURKHEIM, Émile. *Da divisão do trabalho social*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

GORZ, André. *Adeus ao Proletariado: para além do socialismo*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987.

FENATRAD. *Cuida de quem cuida*, Brasília, 25 de jun. de 2020. Disponível em: <https://fenatrad.org.br/2020/06/25/campanha-cuida-de-quem-te-cuida-fenatrad-lanca-video-com-depoimentos-de-domesticas-que-estao-sem-trabalhar-devido-a-pandemia>.

INSS. IN89, de 11 de junho de 2003. INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL Disponível em: http://www.lex.com.br/doc_358846_INSTRUCAO_NORMATIVA_N_89_DE_11_DE_JUNHO_DE_2003.aspx. Acesso em: 25/08/2020.

IBGE. Desemprego. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2020a. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php>. Acesso em: 20/08/2020.

IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Primeiro Trimestre. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2020b. p. 20. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/2421/pnact_2020_1tri.pdf. Acesso em: 20/08/2020.

LOBO, Carlos; CARDOSO, Leandro; MATOS, Ralfó. “Mobilidade pendular e centralidade espacial da Região Metropolitana de Belo Horizonte”. Minas Gerais. 2008. Disponível em: <http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/article/view/1712/1672>. Acesso em: 23/08/2020.

MARX, Karl. *O Capital*. São Paulo: Boitempo, 2011.

OIT. Care work and care jobs for the future of the decent work. Organi-

zação Internacional do Trabalho. 06/2018. Disponível em: https://www.ilo.org/global/publications/books/WCMS_633135/lang-en/index.htm. Acesso em: 23/08/2020

POCHMANN, Márcio. “Trabalho não liberta mais da pobreza e da fome”. Brasil de Fato: São Paulo, 25/07/2020. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/07/25/trabalho-nao-liberta-mais-da-pobreza-e-da-fome-afirma-economista-marcio-pochmann>. Acesso em: 23/08/2020.

PUTTI, Alexandre. “Precisamos garantir renda básica para todos os brasileiros’, defende Suplicy”. CartaCapital (política). 28/03/2020. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/precisamos-garantir-renda-basica-para-todos-os-brasileiros-defende-suplicy/>. Acesso em: 23/08/2020

RNSP. Mapa da Desigualdade. São Paulo: Rede nossa São Paulo. 2019. Disponível em: https://www.nossasaopaulo.org.br/wp-content/uploads/2019/11/Mapa_Desigualdade_2019_tabelas.pdf. Acesso em: 17/08/2020.

REGO, José M.; MARQUES, Rosa M. (Orgs.). *Economia Brasileira*. São Paulo: Saraiva, 2010.

SINGER, Paul. *Introdução à Economia Solidária*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/wp-content/uploads/2018/04/Introducao-economia-solidaria-WEB-1.pdf>. Acesso em: 23/09/2020.

SOBREIRA, Vinícius. “Sindicato critica estados que incluíram domésticas em serviço essencial na quarentena”. Brasil de Fato. 2020. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/05/25/sindicato-critica-estados-que-incluíram-domesticas-em-servico-essencial-na-quarentena>. Acesso em: 23/08/2020.



EIXO VIOLÊNCIA, RACISMO E GENOCÍDIO

Violência, racismo e genocídio na metrópole paulistana: uma discussão necessária em tempos neoliberais

Amanda da Silva Jesus¹
Antônio Carlos Malachias²
Tamires Batista de Sousa³
Weber Lopes Góes⁴

Introdução

O presente artigo é resultado de debates e leituras realizados pelo Eixo Genocídio, Violência e Racismo da Pesquisa *Agenda Propositiva das Periferias*. Inicialmente, no referido Eixo, procuramos realizar um breve estudo sobre a violência e o genocídio da população negra. A escolha para estudar a temática tem a ver com as exorbitantes taxas de homicídio de que o Brasil tem sido teatro, principalmente a partir da virada do século XX para o XXI, especialmente no início da segunda década do presente século. Dessa for-

1 Graduanda em Pedagogia na UNIFESP - Campus Guarulhos e Pesquisadora do Centro de Estudos Periféricos (CEP), UNIFESP - Campus Zona Leste.

2 Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da Universidade de São Paulo. Pesquisador do Centro de Estudos Periféricos (CEP) da UNIFESP - Campus Zona Leste.

3 Graduanda em Ciências Sociais pela UNIFESP - Campus Guarulhos e Pesquisadora do Centro de Estudos Periféricos (CEP) da UNIFESP - Campus Zona Leste.

4 Doutorando em Ciências Humanas e Sociais pela UFABC. Bolsista pela CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior e Pesquisador do Centro de Estudos Periféricos (CEP) da UNIFESP - Campus Zona Leste.

ma, se se considera o Atlas Da Violência de 2020, a taxa de homicídio entre os negros (pretos e pardos) para o período compreendido entre os anos de 2008 a 2018 cresceu de 11,5%. No mesmo período, a taxa de homicídio entre não negros (amarelos, brancos e indígenas) caiu para 12,9%. O referido documento ainda indica que para cada pessoa não negra assassinada em 2018, 2,7% negros foram mortos. Em porcentagem, os negros representam 75,7% das vítimas.

Esses números revelam que a situação dos negros no Brasil é “estrutural e cumulativa”, conforme apontado por Milton Santos (1996/7). Desse modo, os avanços alcançados pelo país não são revertidos de forma equânime entre os grupos de cor/raça e mais especificamente para o grupo negro. Para Bueno⁵ (2020), assim como para outros especialistas que trabalharam na elaboração do Atlas da Violência, o comportamento dos números, em relação aos grupos de cor/raça, evidencia a existência do racismo no país.

Um elemento central para a gente entender a violência letal no Brasil é a desigualdade racial. Se alguém tem alguma dúvida sobre o racismo no país, é só olhar os números da violência porque traduzem muito bem o racismo nosso de cada dia. (BUENO, 2020).

Segue Bueno (2020):

Todas essas ações [do poder público] que, de algum modo, atuam na prevenção à violência têm sido capazes, apesar da magnitude do fenômeno [da violência], de prevenir a morte de pessoas não negras, de proteger as vidas de não negros. Porém, quando a gente olha especificamente para a taxa de homicídio da população negra, no mesmo período, no mesmo país, cresceu 11,5%. É como se a gente estivesse falando de países diferentes, territórios diferentes, tamanha a disparidade quando a gente olha para o fenômeno da violência, segmentado entre negros e não negros (...). Isso nos ajuda a entender o quanto estamos completamente dessensibilizados para isso (BUENO, 2020).

⁵ Samira Bueno, diretora executiva do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP). Cf. <https://agencia-brasil.ebc.com.br/geral/noticia/2020-08/atlas-da-violencia-assassinatos-de-negros-crescem-115-em-10-anos>. Acesso em 07 de jul. de 2021.

Mesmo coadunando com a opinião de Bueno e alarmadas(os) com a gravidade dos números, os(as) pesquisadores(as) do Eixo Violência, Racismo e Genocídio consideram que essa não é a única manifestação de violência inaceitável que ocorre nas periferias da cidade. E, a partir da própria vivência periférica (já que são também moradoras(es) da periferia), inferiram que a intersecção de raça e classe também expõe a população periférica em sua totalidade social, demográfica e espacial a outras manifestações de violência. Dessa maneira, seria oportuno que o Eixo ampliasse o escopo da pesquisa, buscando abarcar e observar outras manifestações de violência que fossem captadas pelas entrevistas realizadas junto às pessoas moradoras nas periferias da cidade de São Paulo.

A fim de orientar a pesquisa levada a cabo em quase um ano de atividades, o Eixo considerou que o racismo e a desigualdade social capitalista, das quais se originam as desigualdades raciais, foram desde a década de 1970 denunciadas primordialmente pelo movimento social negro como estruturas articuladas na produção e reprodução das desigualdades entre os grupos negro e branco. Assim, o Eixo fundamentou sua argumentação sobre a violência a partir do clássico livro *O Genocídio do Negro Brasileiro*, publicado pela primeira vez no Brasil em 1978, com a autoria do militante e ex-senador da república Abdias do Nascimento.

A partir dessa leitura, o genocídio foi concebido pelo Eixo como ação estatal programada, desdobrada da violência secular que estruturou os processos de colonização e escravismo dos quais a colonialidade e o racismo são heranças que marcam mentes, corpos e espaços geográficos ainda nos dias de hoje. Dessa compreensão sobre a violência e o genocídio, buscou-se atualizar a interpretação do Brasil realizada por Abdias do Nascimento, isso porque outras leituras e as pré-entrevistas realizadas com moradores apontavam para a permanência aprimorada e metamorfoseada da mesma estrutura racista denunciada por Nascimento.

A pesquisa ainda demonstrou que, embora o Brasil tivesse inúmeras transformações no que diz respeito à efetivação de políticas públicas, como por exemplo o aumento de equipamentos de saúde, educação e etc., todavia, o racismo ganhou determinados contornos que se pode traduzir nas ações de preconceito racial, oposição sobretudo às mobilizações e demandas encampadas pelos movimentos sociais negros. Desse modo, as pistas oferecidas

por Nascimento ainda se encontram presentes: a mítica e falaciosa democracia racial e as distintas formas de dominação e controle racial vigentes na sociedade brasileira; as diversas formas de violência estruturantes das relações sociais no Brasil que se traduz como genocídio.

Embora a abordagem de Nascimento pretenda capturar as diversas formas de expressões do racismo a partir da formação social do Brasil, a pesquisa realizada pelo Eixo Genocídio, Violência e Racismo se concentrou na periferia urbana de São Paulo, considerando as suas características demográficas classificatórias da cor/raça, sexo/gênero e faixa etária.

A conformação das periferias - no plural - na cidade de São Paulo e em sua região metropolitana resulta de um processo de urbanização acelerada e de industrialização concentrada na Região Sudeste que redundou em um desenvolvimento econômico e político. Tais mudanças, para além de alavancar a dinâmica demográfica na referida região, impactou também todo o território nacional. Logo, a partir de 1950, foram impulsionadas as migrações inter-regionais, valorizando o espaço urbano; a especulação imobiliária; a expropriação do uso do solo urbano; dentre outras dinâmicas responsáveis pelo surgimento das periferias urbanas.

Esse recorte socioespacial de análise exigiu um olhar particular dirigido à população negra, descendente dos africanos escravizados. Fenotipicamente esse grupo é composto por pessoas de cor preta e parda e que residem nas bordas e franjas da cidade em maior número do que os outros grupos de cor/raça. Esses locais apresentam pior infraestrutura urbana e recebem menor atenção social por parte dos gestores públicos.

Tomada como espaço geográfico, a periferia urbana, em que pesem as conquistas e resistências sociais alcançadas pelos seus moradores(as), é também área marcada pela dominação, controle e por diversas expressões de segregação colocadas em prática pelo Estado e seus órgãos, que são instituições governamentais detentoras do poder sobre “o fazer viver e o deixar morrer”⁶, submetendo e impossibilitando que corpos dos habitantes das periferias exercitem plenamente a cidadania que deveria lhes ser assegurada.

Assim sendo, dadas as condições estruturais daquilo que Nascimento classificou como genocídio e as dimensões objetivas e subjetivas da existência

⁶ Cf. Foucault (1999).

periférica, a atualização do pensamento de Abdias exigiu que observássemos a violência sob três aspectos: o primeiro se valeu da tipologia de violência proposta pela Organização Mundial da Saúde (OMS)⁷; o segundo se valeu da percepção da violência descrita por pesquisadores e ativistas sociais entrevistados que lidam com o tema da violência urbana e do racismo em suas pesquisas e ações sociais; por fim, o terceiro aspecto se dedicou a captar como a temática da violência é concebida. Para tanto, foram realizadas entrevistas com moradoras e moradores da periferia.

Em linhas gerais, as entrevistas realizadas pela pesquisa reforçaram as críticas de Nascimento, uma vez que ela identificou a presença de dispositivos de controle e repressão física e simbólica que incidem sobre a população periférica de forma geral e quem têm relação com a condição de pobreza. No entanto, a realização da pesquisa também possibilitou identificar que essa incidência é mais intensa sobre a população negra submetida de forma acintosa a uma *política da morte e extermínio* através do uso deliberado da violência e sujeição dessa população governada.

Nesse caso, a pesquisa em mira se torna fundamental para se compreender o *genocídio* da população negra no Brasil na contemporaneidade, sempre tendo como bula as indicações feitas por Abdias do Nascimento, e também para entender o que ocorre com a juventude periférica de forma geral, através da observação do seus locais de moradia como marcadores socioespaciais desse segmento que é cotidianamente exposto de maneira combinada às violências estrutural e institucional que caracterizam intrinsecamente a formação do Brasil. A violência estrutural tem caráter sistêmico, e está vinculada a questões de ordem econômica. No que tange à violência institucional, esta se expressa no viés cultural, vinculada às mentalidades e às ideologias racistas, segregacionistas, elitistas e sexistas de origem da nação.

Algumas palavras sobre violência, racismo e genocídio

No campo teórico, a interpretação da dominação e do controle permite identificar certa convergência entre a noção de genocídio e a de necropolítica (Mbembe, 2021). Ambas dizem respeito à coisificação das pessoas pelo modo de produção capitalista e pelas formas sociais de dominação que ele impõe.

⁷ Relatório Mundial Sobre Violência e Saúde, Organização Mundial de Saúde: OMS, 2002.

Isso resulta na mercantilização descartável da vida, levando populações de uma forma geral e negras de forma mais específica ao estado de extrema precarização e negligência de sua existência.

Como ponto de partida, consideramos o modo de produção capitalista enquanto uma forma de organização social que tem como finalidade a apropriação e a expropriação da riqueza social, seja por meio da exploração do trabalho ou através da expropriação e apropriação da riqueza social, que se traduz nos saques e invasões. Assim, para que o modo de produção capitalista efetive a sua expansão é necessário a utilização da violência enquanto uma de suas principais metodologias. Ou seja, não se pode conceber o capitalismo sem o uso da violência. Todavia, embora o capitalismo seja violento e esta forma de organização social seja universal antes mesmo do que se convencionou denominar de “globalização”, a violência esteve presente de acordo com a particularidade de cada localidade no planeta e é utilizada para atender a demanda das classes burguesas de cada país.

Na medida em que o capitalismo vai se complexificando e desenvolvendo suas forças produtivas, o aumento de riqueza é cada vez mais concentrado nas mãos das classes dominantes. Na mesma direção, tais riquezas também implicam em tamanhas crises, e estas são cada vez mais explícitas na passagem do século XIX para o XX, e principalmente no atual século. Logo, os eventos que presenciamos, como por exemplo as duas grandes guerras, o holocausto e os conflitos impulsionados pelos países imperialistas, contribuíram para uma gama de estudiosos entender tais eventos. É nesse contexto que emergem estudos sobre a temática do genocídio e da violência.

Conforme indica Sémelin (2009), a palavra genocídio foi elaborada pelo jurista polonês, radicado nos Estados Unidos, professor da Universidade de Yale, Raphael Lemkin. Esse jurista, ao acompanhar as atrocidades encampadas pelo nazismo, em 1944, cunhou o termo genocídio com a finalidade de denunciar as crueldades promovidas pelo governo de Hitler. O jurista definiu o genocídio como um projeto de desintegração política e social de determinados grupos pertencentes a uma sociedade.

Em 1948, a elaboração de Lemkin influenciou decisivamente importantes instituições internacionais, como por exemplo a Organização das Nações Unidas (ONU), que ao se inspirar no conceito do jurista polonês, promove a Convenção sobre Prevenção e Repressão do Genocídio (Vergne et al.,

2015, p. 517). O genocídio seria uma política de extinção de determinados grupos e segmentos, seja no âmbito nacional, étnico, racial ou religioso. O assassinato dos segmentos considerados “diferentes” daqueles classificados como “modelo” e padrão de “ser humano” deveria ocorrer fisicamente por meio da letalidade.

Procurando alargar o conceito em questão, Seyla Benhabib (2009) sugere que a manifestação do genocídio implica considerar diversos elementos destrutivos e intencionais, cuja principal finalidade seria atingir determinados grupos nacionais, abarcando a segurança pessoal, a dignidade, saúde e a língua. Benhabib também concebe o genocídio enquanto um meio de destruição do sentimento de nacionalidade, religião e existência econômica.

Embora tenhamos apontado sumariamente o significado de genocídio, se concordamos com Aimé Césaire, é possível afirmar que tais práticas já haviam sido efetuadas antes do próprio holocausto. Não é por acaso que Césaire afirma que Hitler foi combatido por ter “aplicado na Europa procedimentos colonialistas que até agora só concerniam aos árabes da Argélia, aos coolies da Índia e aos negros da África” (Césaire, 2010, pp. 21-22). Dessa maneira, o pensador martinicano revela que o genocídio marca a história do neocolonialismo; a invasão do continente africano, que foi chancelado a partir do congresso de Berlim entre 1884-1885, requereu a construção de várias formas de violências, como por exemplo a efetivação do trabalho forçado; a destruição de terras virgens para extração de matérias-primas e a expulsão dos nativos de suas terras para drenar diamantes, ouro e outros produtos. Estas riquezas foram fundamentais para dinamizar a economia capitalista no contexto do imperialismo.

A lista das atrocidades é extensa. A título elucidativo, pode-se relembrar a ação do Rei Leopoldo II que invadiu o Congo e permaneceu naquela região de 1885 até 1909. Leopoldo II criou uma empresa particular, travestida de “missão civilizadora”, para pilhar o Congo, submetendo os congolese ao trabalho forçado, estabelecendo mecanismos rígidos de controle, vigiando e exaurindo os trabalhadores por meio da exploração. Leopoldo II também submeteu os congolese à fome, além de amputar suas mãos como meio de punição, conforme demonstrou a clássica pesquisa de Hochschild (1999).

Considerando as indicações de Césaire, os desdobramentos que se deram com a formação do estado de Israel (antes e depois da Assembleia Geral da

ONU, em 1948) se podem considerar como práticas genocidas perpetradas contra os palestinos (Pappé, 2016). Além disso, existem os exemplos da limpeza étnica dos não húngaros no século XIX, o genocídio dos armênios no século XX, o massacre em Ruanda em 1994 e outros empreendimentos genocidas financiados pelos EUA, conforme indica Power (2004).

Nesse diapasão, o tema do genocídio também foi alvo de discussões no Brasil sob os ombros de Abdias do Nascimento (1914-2011), tendo ele influenciado de maneira decisiva o movimento negro a partir da década de 1970. As denúncias relacionadas ao extermínio dos negros/as no Brasil atravessam seus importantes trabalhos, principalmente quando abordam o que foi a escravidão (Nascimento, 1982; 1978). Ainda, o projeto de branqueamento no país, sobretudo na passagem do século XIX para o XX por meio da “miscigenação” forçada e através das políticas de imigração de trabalhadores oriundos do continente europeu. Em suma, as práticas do genocídio do negro brasileiro, segundo Nascimento, se efetivam em diversas condições, sejam físicas ou econômicas.

As assertivas de Abdias do Nascimento vão ao encontro, em certa medida, dos apontamentos abordados por Clóvis Moura (1994; 1988; 1983). Em suas obras, o autor piauiense demonstrou que o processo de genocídio do negro brasileiro está ligado com o projeto de branqueamento no Brasil, especialmente a partir da efetivação da Lei Eusébio de Queiroz de 1850, que instituiu o fim do tráfico internacional de africanos subordinando-se aos interesses da Inglaterra. No momento em que é efetivada a proibição do tráfico de africanos, as classes dominantes brasileiras elaboram uma série de medidas para “modernizar” o país e, *pari passu*, impulsionam o branqueamento através da política de imigração de trabalhadores europeus⁸. Moura explicita que a participação dos negros na guerra do Guerra do Paraguai (1864-1870), também foi uma forma de genocídio da população negra⁹ (Moura, 1988, p. 241).

A partir da Primeira República, o projeto de genocídio do negro brasi-

8 Em relação à política de imigração no Brasil e sobre a ideologia do branqueamento, sugere-se em Moura (1988) o capítulo III, intitulado “Miscigenação e democracia racial: mito e realidade”.

9 O número de mortes de negras e negros na Guerra do Paraguai foi de 60 mil a 100 mil. Há estimativas que informam até 140 mil. Isso na frente de batalha, no Paraguai. Para melhor compreensão sobre a participação dos africanos escravizados na luta contra os paraguaios, ver Chiavenato (1980).

leiro permaneceu em marcha. Basta recuperar as leis criadas no período republicano, sobretudo com a efetivação do Código Penal de 1893, que criminalizava condutas como feitiçaria, curandeirismo e capoeiragem, propiciando o cerceamento de todas essas práticas e territórios negros. Assim, os locais públicos passaram por reorganizações preconizadas pelo “Código de Posturas Municipal” de 1896, proibindo, entre outras ações, tais como as descritas acima, a presença dos herbanários e curandeiros em diversos pontos da cidade. Tais medidas não passavam de uma forma de criminalizar os descendentes de africanos escravizados¹⁰. Tempos depois, com a ascensão de Getúlio Vargas no poder, as políticas de imigração europeia se sofisticaram, especialmente no ano de 1945 (Moura, 1988).

Outra contribuição de Clóvis Moura, que também tem ligação com os resultados de Nascimento, tem a ver com o propalado conceito de democracia racial, este que aos olhos destes pensadores escamoteia as desigualdades étnico-raciais e demonstra que nunca houve uma democracia nos aspectos político, econômico, social e cultural. Nesse sentido, se verifica o mérito de Nascimento e Moura quando explicitam a existência de um projeto de genocídio da população negra, a partir da raiz histórica do Brasil e que está ligado à perspectiva de um país que encobre a existência do anti-humanismo relacionado aos descendentes de africanos escravizados, travestido no discurso da inexistência do racismo.

Outro aspecto que não se pode desconsiderar tem a ver com as metodologias de assolar a população negra brasileira. Em virtude de o Brasil ser um dos países que mais concentra negros, não se pode eliminar essa população apenas por meio da violência física. Assim sendo, as tentativas de eliminação são diversas: encarceramento, segregação socioespacial, fome, impedimento do acesso de negros ao ensino superior, impedimento ao usufruto de uma saúde de qualidade, além do livre acesso às drogas enquanto um meio de dizimar os negros, dentre outros mecanismos. Outrossim, o potencial revolucionário e insurgente dos descendentes de africanos escravizados também seria uma ameaça para as classes dominantes, considerando que as negras e os negros, a partir das suas formas de organização, obrigaram as elites a militarizarem as estruturas do Estado, tendo como finalidade

¹⁰ Em relação ao tema da criminalização do negro brasileiro, sugere-se a rica contribuição de Flauzina (2008).

estancar as lutas encampadas pelo negro no Brasil. Daí a prática da violência e do genocídio como meio de combate as mobilizações negras.

Recentes trabalhos de jovens pesquisadores vêm contribuindo para se entender ainda mais o tema da violência e do genocídio do negro brasileiro. A este respeito, se destaca a pesquisa de Jorge Américo (2015), que em seu estudo procura trazer à baila o precursor da teoria do genocídio do negro brasileiro – Abdias do Nascimento – e atualiza essa controvérsia ao mostrar a contradição entre a realidade brasileira e o documento que preconiza o que seriam as práticas genocidas¹¹. Assim, Américo aponta a prática por parte do Estado brasileiro em “naturalizar” as diversas violações às quais as populações negras são submetidas, não somente por meio do extermínio causados por arma de fogo mas, além disso, através das desigualdades sociais, cuja miséria e o pauperismo compõem as ações genocidas.

Américo explicita que, no Brasil, embora tenhamos superado o período da ditadura militar, seus resquícios se mantêm por meio do encarceramento, dos grupos de extermínios, das chacinas e dos assassinatos perpetrados pelo braço armado do Estado brasileiro, protagonizado pela Polícia Militar. Nesse caso, o pesquisador em tela joga luz e descortina a tese referente ao “Brasil” democrático e harmônico, seja no âmbito das relações raciais ou de classes, demonstrando que no seio do Estado brasileiro trava-se uma constante guerra de classes. Para as classes dominantes manterem a sua hegemonia e dominação, elas não se limitam apenas a encarcerar e concentrar riqueza, mas matam principalmente os segmentos que são uma ameaça para o Estado.

No que toca à pesquisa de Cláudia Adão (2017), o seu trabalho é uma peça fundamental para entender a formas de expressões do racismo à brasileira e o genocídio do negro brasileiro, principalmente porque a autora, ao se ancorar no edifício teórico de Clóvis Moura, procura expor as práticas de mortalidade e a segregação racial existentes na capital de São Paulo por meio das políticas promovidas pelo Estado. Assim, seguindo as indicações de Adão, tais expressões do racismo são meios de que as classes burguesas se utilizam para aprofundar a superexploração do trabalho.

Desse modo, a hierarquização e racialização da divisão do trabalho, a cons-

¹¹ Trata-se, conforme indicamos acima, do documento construído na Convenção sobre a prevenção e Punição do Crime de Genocídio, aprovada em 1948 pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) e ratificada no Congresso Nacional brasileiro em 1952.

trução de espaços delineados aos descendentes de africanos escravizados e a militarização das favelas são características que se traduzem na violência e no genocídio de negras e negros em nossa atualidade. Adão adverte que a extinção da juventude negra não é um fato casual e não pode ser apreendida e dissociada de outros fatores que compõem a sociedade de classes, ou seja, deve-se “articulá-lo com a pobreza, vulnerabilidade social, políticas públicas, segregação urbana, neoliberalismo, direito à cidade, e etc.” (Adão, 2017, p. 58).

Nesse sentido, uma gama de informações institucionais confirma que o Brasil está atravessando uma crescente onda de violência de Estado e que se pode traduzir em “novos” contornos de genocídio. Basta apontar os indicadores registrados no Atlas da Violência 2020, que demonstra que em 2018 houve 57.956 homicídios, isto é, houve uma redução de 12% em relação a 2017. A maioria das vítimas foram os homens (91,8%), ao passo que as mulheres alcançaram um patamar de 8,0%. Quando se verifica a escolaridade, 74,3% dos homens e 62,2 % das mulheres possuíam a escolaridade máxima de 7 anos de estudos. Os homens também são os que mais morrem por arma de fogo: 77,1%. Entre as mulheres a porcentagem é de 53,7%. Os dias de finais de semana (sábado e domingo) são os que possuem mais frequência de homicídios. Ainda na esteira dos dados fornecidos pelo Atlas da Violência 2020, embora o relatório não classifique as causas da morte, porém, o número da violência entre jovens em 2018 foi 30.873, cuja maioria são negros, vide os dados apresentados na introdução do presente artigo.

Quando se faz o recorte de gênero, observa-se que em 2018 foram computadas 4.519 mulheres assassinadas, ou seja, uma taxa de 4,3 por 100 mil habitantes, sendo que 68% das vítimas eram mulheres negras. Nessa direção, o documento registra que entre 2008 e 2018 os homicídios de mulheres negras aumentaram 12,4%, ao passo que os homicídios de não negras reduziram 11,7%.

Avançando para o contexto de pandemia, diversas pesquisas já elucidaram que os pretos e pardos também têm mais chance de ser infectados e correrem risco de hospitalização. Assim, no Brasil, os homens negros são os que mais morreram pela Covid-19 no país. São 250 óbitos pela doença em cada 100 mil habitantes desse grupo. No caso dos homens brancos, são 157 mortes a cada 100 mil. Os dados não seriam diferentes quando se faz o recorte de raça/cor e gênero. O número de mulheres negras que morreram foi de 140

por 100 mil habitantes, contra 85 por 100 mil entre as mulheres brancas¹².

Ainda que de maneira breve, os dados acima confirmam que o genocídio e a violência, uma vez concatenados com o racismo, nos permitem entender que tais mecanismos expressam um projeto de dominação de classes. É com esse estágio de ânimo que o presente artigo procura apresentar alguns traços que podem nos revelar as diversas formas de entificação do genocídio e violência no atual contexto, principalmente nas periferias da cidade de São Paulo.

Metodologia da pesquisa

Para realizar a pesquisa fizemos leituras de textos que nos ajudassem a aprofundar o nosso conhecimento sobre o tema. Nas nossas reuniões, discutimos esses textos relacionando com o contexto político atual e com as nossas experiências enquanto pesquisadoras e pesquisadores negros e periféricos. Ainda, decidimos que nosso ponto de partida seria o conceito de violência estrutural, ou seja, a violência como viga e coluna que dá sustentação à chamada sociedade brasileira. A partir da leitura de Abdias, por exemplo, podemos apreender que é a partir da violência que o país nasce e é com a violência que ele se mantém.

A violência contra os povos indígenas e descendentes de africanos escravizados no Brasil marca a história do país desde seu início até os dias de hoje, inclusive elucidada numa das composições do grupo de rap paulistano Racionais MC's, quando faz a seguinte afirmação: "Desde o início por ouro e prata/ olha quem morre então veja você quem mata/ recebe o mérito a farda que pratica o mal/ me ver pobre, preso ou morto já é cultural". (Racionais MC's, 2002).

Para a realização da pesquisa foi necessário partir das seguintes indagações: O que é periferia? O que as pessoas da periferia, dentro da sua diversidade, entendem por violência e genocídio? Qual é a relação entre racismo, violência e genocídio? Como o racismo, a violência e o genocídio operam nos dias de hoje? Vamos estudar violência em um bairro, região ou cidade? Como vamos relacionar a experiência de uma periferia com outras?

¹² Os dados podem ser consultados no sítio do Instituto Pólis: <https://polis.org.br/estudos/raca-e-covid-no-msp/>.

As entrevistadas

A partir dessas questões, decidimos entrevistar pessoas que atuam no combate à violência, ao racismo e ao genocídio e pesquisadores que têm se debruçado na temática em questão. Assim, foi elaborado um questionário *online* destinado aos moradores das periferias das zonas leste, oeste, norte e sul da capital paulista¹³.

Em virtude da pandemia, as perguntas foram enviadas a especialistas para que estes pudessem responder às indagações por meio eletrônico, com o objetivo de colher as informações do público em geral. Após a elaboração do questionário, disponibilizamos o mesmo durante uma semana nas redes sociais, procurando alcançar o máximo possível de pessoas, para que elas pudessem responder o formulário a fim de serem sistematizadas as suas respostas.

Ao analisarmos alguns dados do questionário, chegamos aos seguintes números:

- Das 114 pessoas que responderam o formulário, mais da metade eram da zona leste (56,6%), 19,5% eram da zona sul, 13,3% da zona oeste e 10,6% da zona norte.
- Já no quesito cor/raça, 44% das pessoas se declararam preta, 28% parda, 24% branca, 2% indígena e 2% optaram por não responder. Desse modo, a pesquisa segue os critérios de autodeclaração adotados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e a maioria das pessoas disseram ser pretas e pardas¹⁴. No que tange à faixa etária, 53,5% tinham entre 30 e 59 anos; 39,5% entre 15 a 29 anos e 7% com mais de 60 anos. É possível que o número de pessoas com mais de 60 anos tenha sido menor porque divulgamos o formulário nas redes sociais e, ao menos em tese,

¹³ As pessoas que responderam a pesquisa foram integrantes das seguintes entidades: A Rede de Resistência Contra o Genocídio, Associação de Mulheres Amigas do Jova Rural, Associação União da Juta, CAROLINA MARIA DE JESUS, Casa Anastácia, Cedeca Sapopemba, Centro Para Jovens e Adultos (CPA), Coletivo de Esquerda Força Ativa, Comitê Mestre Moa CT, CPC, Instituto Alana, Instituto Daniel Comboni, Instituto do Gueto, Liga Solidária, Mães em luto da Zona Leste, Movimento Hip Hop, Movimentos populares de moradia, NÓS POR NÓS, ONGs, Sociedade Beneficente Caminhando Para o Futuro, UNEAFRO.

¹⁴ Importante ressaltar que na classificação do IBGE pretos e pardos estão dentro da categoria social “negros”. Apesar das controvérsias, não se pretende discutir esse assunto no presente artigo, porém é importante ressaltar que a discussão sobre o quesito raça/cor, especialmente a sua inserção nas fichas de notificações, é um resultado das mobilizações e lutas dos movimentos sociais negros, bem como dos pesquisadores/as negros/as que têm sido pioneiros/as na importância das notificações nos formulários de atendimento a saúde e nas certidões de nascidos vivos e de óbitos.

- este é um espaço majoritariamente acessado por pessoas mais jovens.
- As mulheres foram as que mais responderam ao questionário. Das 114 respostas, 77 (67,5%) eram do sexo feminino, ao passo que 35 (30,7%) eram do sexo masculino. 1 (0,9%) pessoa se declarou travesti e 1 (0,9%) pessoa preferiu não responder.
 - Quanto à escolaridade, 53 pessoas disseram ter concluído a graduação contra 27 pessoas que revelaram ter o ensino superior incompleto. No que tange ao ensino médio, 21 pessoas declararam ter completado, ao passo que 8 pessoas afirmam não tê-lo feito. 3 pessoas afirmaram não ter concluído o ensino fundamental II. Por fim, o questionário ainda demonstrou que somente 1 pessoa não havia concluído o ensino fundamental II. Um fator importante a ser destacado é a quantidade expressiva de pessoas que acessaram o ensino universitário. Isso pode ter acontecido devido às nossas redes de relações, principalmente, via redes sociais.
 - No questionário, ao serem perguntadas se elas consideravam o município de São Paulo violento, 102 pessoas disseram que sim, contra 12 pessoas que afirmaram não ser violento. Na mesma direção, 83 pessoas disseram considerar que o seu bairro era violento, contra 31 que afirmaram não o oposto.
 - Quanto à eficiência dos equipamentos públicos, cerca de 57,9% afirmaram não ser eficientes, enquanto 42,1% afirmaram ser eficientes. Cerca de 81,6% das pessoas responderam que os serviços públicos de saúde não atendem as demandas de seu bairro. Esses dados são interessantes, porque os especialistas entrevistados foram unânimes em afirmar que a falta de acesso a equipamentos públicos de qualidade são uma das formas de violência e exclusão da população da periferia constituída por uma maioria de pretos e pardos.
 - Outro dado muito relevante é o de que 93,9% responderam que a polícia do Estado de São Paulo não lhes passa segurança; 59,6% afirmaram ter sofrido violência policial e 90,4% conhecem alguém que sofreu violência policial.
 - 79,8% responderam que consideram as violências sofridas ou presenciadas como expressão do racismo.

Ao refletir sobre os dados, cabe bem aqui um trecho da entrevista com Wellington Lopes Góes:

(...) mortes da população preta por ação ou omissão do estado. Por ação

temos a violência policial, omissão temos a falta de políticas básicas que garanta a sobrevivência. Fora isso todas as outras formas de racismo que vai desde a exclusão no mercado de trabalho, os métodos de barragens criados pelo capitalismo e demais forma. O genocídio pode ser a síntese da materialidade do racismo.

Propostas elaboradas pelo Eixo Violência, Racismo e Genocídio

De acordo com a pesquisa realizada, foi possível perceber que existe uma relação intrínseca entre genocídio, violência e racismo na sociedade brasileira. São fatores extremamente preocupantes que incidem de forma naturalizada por toda extensão territorial a fim de manter e assegurar as desigualdades étnico-raciais, de gênero e sociais criadas como mecanismos de heterogeneidade pela classe dominante. Partindo dessa premissa, o Eixo Violência, Racismo e Genocídio elaborou cinco propostas para as periferias. Nelas discutimos os aspectos mais emblemáticos vivenciados pela população periférica e buscamos solucionar ou ao menos minimizar o avanço desses fatores citados. As propostas são:

1 - Criação de um fórum para mapeamento e gestão de equipamentos públicos e privados instalados na periferia

Ao destacar a violência como um elemento que desencadeia o genocídio, procuramos identificar a importância dos equipamentos públicos para a população e se esses equipamentos desenvolvem um papel de zelo e prevenção a este fenômeno. Ao indagarmos a população se existem equipamentos públicos como escolas, parques, praças e postos de saúde para atendê-los, III pessoas responderam que sim, configurando 97,3% dos entrevistados. Mas, ao perguntarmos se estes equipamentos são eficientes, os entrevistados evidenciaram que não, já que os equipamentos públicos são precários e, logo, não atendem as demandas locais da forma como deveria ser. E mais, no contexto atual de pandemia, os aparelhos públicos se demonstraram ainda mais ineficientes.

Estes equipamentos já são inaugurados deficitários, seja pela falta de pesquisa do que a população gostaria de ter acesso ou por um descompromisso. Entendo

sim ser um tipo de violência pois, com as possibilidades já escassas transformam algo que deveria ser aberto e público em mais uma vez uma diferenciação em quem desfruta deles e quem não desfruta. (Assistente bibliotecária).

Diante desses fatos, consideramos a construção de um fórum que venha mapear, indagar as políticas sociais e construir ações voltadas para a preservação das vidas humanas, garantindo alimentação, saúde, moradia, cultura e lazer nos bairros periféricos de São Paulo.

2 - Ações de promoção de emprego e renda

Outro aspecto que veio à tona nos questionários e entrevistas realizadas com os debatedores sobre o assunto, foi o tema do desemprego e novamente a pandemia evidenciando o contraste da nossa sociedade. Nesse caso, refletimos sobre quais os caminhos que deveriam ser construídos para a elaboração de emprego e renda, dado que as famílias que não têm nenhuma fonte de renda estão preocupadas em sobreviver, e muitas das vezes dependem da mobilização comunitária para ter uma alimentação (mesmo que precária).

No cenário pandêmico, percebemos que o Estado Brasileiro é um dos principais responsáveis por esse genocídio lento da população periférica quando deixa de dar a devida atenção ao combate à pandemia, colocando a classe trabalhadora em risco para manter a produção capitalista intacta e encerrando programas importantes para os brasileiros, como o “Auxílio Emergencial” e o “Programa de Proteção ao Emprego”. Nessa situação, a população periférica não tem o tempo devido para se dedicar a uma organização e protagonizar suas ações para que as denúncias das desigualdades existentes nas periferias sejam expostas. Ademais, isso faz parte de um projeto de Estado, visando a manutenção das desigualdades tomadas por uma dinâmica do modo de produção capitalista.

Sendo assim, projetos comunitários de doação de roupas e alimentos são necessários para garantir o básico. No entanto, por trás disso sabemos que existe uma cultura assistencialista que é muito difícil de romper e não é isso que gostaríamos de propor. O contato com coletivos para elaboração de cartazes e panfletos indicando comércios locais ajuda a trabalhar a autonomia e autogestão das periferias, promovendo o desenvolvimento sustentável e

a inclusão de diversos grupos nas comunidades.

3 - Criação de um observatório de denúncias

Mesmo com o significativo avanço nas políticas de ações afirmativas, as organizações do movimento negro perceberam que as legislações penais e o racismo institucional permaneciam intactos e, somados à repressão policial, representavam um poderoso mecanismo de contenção que impedia a mobilidade social e reduzia a expectativa de vida da população negra. (Américo, 2015 p. 09).

Há muita falta de informação e divulgação de dados por partes dos agentes públicos sobre os casos não letais de violência policial. Contudo, existem alguns dados disponíveis pela Secretaria de Segurança Pública (2020), que nos mostra que a polícia civil e a polícia militar somadas mataram 514 pessoas em supostos tiroteios durante o serviço e também durante a folga, de janeiro a junho de 2020. Dessa forma, é necessária a criação de mecanismos para denunciar as ações desses agentes. Além do mais, considerando as respostas dos questionários, foi possível comprovar esse forte papel dos policiais no que tange a repressão, extermínio e efetivação das práticas de racismo no cotidiano da periferia.

Sabemos que a violência e o genocídio são questões estruturais da formação política do país. Com base no texto de Abdias do Nascimento, é preciso incentivar a construção de instituições autônomas (construídas pelos moradores da periferia e pela população negra). Dessa forma, a partir do nosso texto base e das respostas que obtivemos, o Estado e suas instituições trabalham para que o genocídio se efetive, e não o contrário. Nesse caso seria importante construir meios para fortalecer, monitorar e denunciar as ações dos policiais nas periferias.

4 - Criação de centros para formação política

Ao perguntarmos para os entrevistados quais são as alternativas para superar a violência em seus bairros, a preocupação com a formação foi um dos elementos que estiveram presentes nas respostas:

- “ (...) Seria uma *educação* de fato eficiente, uma escola que admitiria e

pregaria a diversidade e políticas públicas que de fato enfrentassem as desigualdades”.

- “Políticas que ofereçam uma *educação* consciente e reformas em estruturas como saúde e transporte público”.
- “Melhorar os serviços públicos, a participação popular na gestão destes serviços e uma *educação básica* focada em habilidades sócio emocionais dos indivíduos e na mediação de conflitos”.
- “Criação de polos culturais, grupos de discussão sobre saúde e *educação*, organizar as famílias e *orientar os jovens através das escolas e grupos organizados com uma educação comunitária* e voltada para solidariedade e respeito humano”.
- “Debater os problemas do bairro, abrir espaço públicos como CEUs e centros culturais para que a população se sinta participando do processo de mudança do seu bairro”.
- “*Educação* e conscientização para alertar e cobrar das organizações”.

Nesse sentido, é necessário construir meios para contribuir com a formação política na periferia com crianças, jovens, adultos e idosos, sem restrição de idade. Esses cursos de formação política sobre os mais variados temas servirão para propiciar o entendimento de como se expressam as desigualdades no interior das periferias e quais são os caminhos para combatê-los.

5 - Criação da rede de articulação periférica

Diante de todas as propostas citadas acima, vimos como necessidade a criação de uma rede de articulação entre as diversas organizações que existem nas periferias, já que o que se constatou nas respostas dos entrevistados é a forte presença de organizações nos bairros que realizam ações importantes nas periferias, práticas estas que ficaram evidentes no contexto da pandemia. Porém, a criação de uma rede entre as organizações não servirá apenas para que as pessoas possam trocar experiências entre si, mas também para pensar projetos mais amplos e unitários a fim de robustecer as intervenções políticas no interior das periferias.

Conclusão

Considerando as respostas obtidas nos questionários, fica patente a preocupação que foi acenada na introdução do presente artigo: a de que o genocídio, ao contrário do contexto em que Abdias do Nascimento nos alertava, vem ganhando outros contornos. Ainda, é possível afirmar que existe uma relação intrínseca entre genocídio, violência e racismo, considerando a realidade e a formação social do Brasil. Ou seja, não há como dissociar tais elementos, uma vez que estão correlacionados e que respondem à lógica societária brasileira e, ao mesmo tempo, refletem a natureza das classes dominantes do país. Em outras palavras, o genocídio, a violência e o racismo operam de forma fenomênica, mas ao mesmo tempo estão contidos na essência do Brasil. Por essa razão é que não se pode conceber o genocídio, a violência e o racismo desconcatenados de um todo, uma vez que estes traços jogam luz para que se possa extrair a natureza concreta do que seria este país, cujas classes dominantes, para manterem a sua hegemonia, precisam demonstrar a sua real faceta, que nada mais é do que uma classe contrária a qualquer projeto de país, antidemocrática e, ao mesmo tempo, se vale de tais mecanismos a fim de assegurar as desigualdades étnico-raciais, de gênero e sociais.

Sendo assim, é preciso considerar o racismo enquanto um elemento que estrutura a sociedade brasileira. Conforme indicou a pesquisa realizada pelo Eixo, o racismo se manifesta no viés fenomênico na saúde, na educação, nas políticas sociais, na estrutura da segurança pública e etc. -, permeando o tecido social, inclusive nas “estruturas” do Brasil. Todavia, se faz necessário demonstrar que a natureza da burguesia brasileira se utiliza do racismo para manter a sua própria forma de ser. Isto é, é uma classe que desde seu nascedouro se mantém atrofica, caudatária e dependente. Logo, para manter a sua hegemonia contra a classe trabalhadora em geral e garantir a sua concentração de riqueza, ela precisa ser violenta, genocida e racista.

O racismo, o genocídio e a violência refletem não somente a natureza da burguesia brasileira, mas, além disso, têm de responder à dinâmica do modo de produção capitalista. Assim, as atrocidades da burguesia têm de tomar outras direções. É nesse ponto que se pode atualizar as práticas de genocídio, de violência e racismo (sempre interligados), pois, ao contrário do período atravessado por Nascimento, os atuais mecanismos se traduzem de outra

maneira, conforme indicou a pesquisa. Ainda que existam escolas, hospitais, postos de saúde, dentre outras melhorias, a segregação, a violência policial, o encarceramento, a desigualdade étnico-racial perduram, mas para atender capitalismo em um contexto neoliberal. Nesse sentido, o presente artigo se propõe a abrir uma senda para se descortinar e explicar como o genocídio, a violência e o racismo no Brasil se manifestam. Também se procura fomentar pesquisas vindouras, tarefa de todos aqueles que têm como horizonte uma sociedade emancipada.

Referências bibliográficas

ADÃO, Cláudia Rosalina. *Territórios de morte: homicídio, raça e vulnerabilidade social na cidade de São Paulo*. Dissertação (Mestrado em Ciências) - Programa de Pós-Graduação em Mudança Social e Participação Política, Escola de Artes, Ciências e Humanidades. Universidade de São Paulo, 2017.

AMÉRICO, J. L. T. *Redemocratização e Racismo: novas formas de genocídio no Brasil pós-ditadura militar*. Dissertação de Mestrado apresentado ao Curso de Pós-Graduação em Ciências Humanas e Sociais. Santo André, 2015.

BENHABIB, S. *International Law and Human Plurality in the Shadow of Totalitarianism*: Hannah Arendt and Lemkin. Disponível em: <https://cpb-us-e1.wpmucdn.com/campuspress-test.yale.edu/dist/3/949/files/2016/05/International-Law-and-Human-Plurality-in-the-Shadow-of-Totalitarianism-Hannah-Arendt-and-Raphael-Lemkin-opw53l.pdf>. Acesso em 07 de fev. 2021.

CÉSAIRE, A. *Discurso sobre o colonialismo*. Florianópolis: 2010.

CHIAVENATO, J.J. *O negro no Brasil: da senzala à Guerra do Paraguai*. Brasiliense: São Paulo, 1980.

FLAUZINA, A. L. P. *Corpo negro caído no chão: o sistema penal e o projeto genocida de Estado*. Contraponto: Rio de Janeiro, 2008.

FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade*. São Paulo, Martins Fontes, 1999.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. Atlas da Violência 2020/Iconografia. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2020/08/atlas-da-violencia-2020-infografico.pdf>. Acesso em 07 de fev. de 2021.

HOCHSCHILD, A. *O fantasma do Rei Leopoldo: uma história de cobiça, terror e heroísmo na África colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

MBEMBE, Achille. “Negropolítica”. In: *Arte e Ensaio*. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/ae/article/view/8993/7169>. Acesso em: 22 de mar. de 2021.

MOURA, C. *Dialética radical do Brasil negro*. São Paulo: Editora Anita Ltda. 1994. 349 p.

_____. *Sociologia do negro brasileiro*. São Paulo: Editora Ática, 1988.

_____. *Brasil: as raízes do protesto negro*. São Paulo: Global Editora, 1983.

_____. “Escravidão, Colonialismo, Imperialismo e Racismo”. In: *Afro-Á-*

sia, Nº 14, 1983. p. 14. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/20824/13425> . Acesso em 12 de fev. 2021.

_____. *O negro, de bom escravo a mau cidadão?* Rio de Janeiro: Editora Conquista, 1977.

_____. *O negro, de bom escravo a mau cidadão?* São Paulo: Editora Dandara, 2021.

NASCIMENTO, Abdias do. *O Negro Revoltado*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1982.

_____. *Genocídio do negro brasileiro: Processo de um racismo mascarado*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1978

PAPPÉ, I. *A limpeza étnica da Palestina*. São Paulo: Editora Sundermann, 2016.

POWER, Samantha. *Genocídio: a retórica americana em questão*. São Paulo: Companhia das

Letras, 2004.

RACIONAIS, MC's. Negro drama. In: Nada Como um Dia Após o Outro Dia. Gravadora Boogie Naípe, 2002.

SANTOS, M. As Cidadanias Mutiladas. In LERNER Júlio. O Preconceito. São Paulo: Imesp, 1996/1997a.

SÉMELIN, J. *Purificar e destruir: usos políticos dos massacres e dos genocídios*. Rio de Janeiro: DIFEL, 2009.

VERGNE, C. de M. *et al.* "A palavra é...Genocídio: A continuidade de práticas racistas no Brasil". In: *Psicologia & Sociedade*, 27(3), 516-528. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/psoc/v27n3/1807-0310-psoc-27-03-00516.pdf> . Acesso em 03 de fev. de 2021.

Créditos da pesquisa

Agenda Propositiva das Periferias

Centro de Estudos Periféricos/Fundação Rosa Luxemburgo

Equipe CEP

Docente pesquisador coordenador geral

Prof. Tiaraju Pablo D'Andrea

Docentes pesquisadorxs

Prof. Anderson Kazuo Nakano

Prof. Egeu Gomez Esteves

Prof. Silvia Lopes Raimundo

Pesquisadorxs

Adriana Dantas

Ana Paula Quirino

Antônio Carlos Malachias

Carolina Freitas

Cleber da Silva Pereira

Denise Bergamo

Harika Maia

Jéssica Vianna

Marcello Nascimento de Jesus

Mohammed Fernando

Nataly Ramos

Renato Almeida

Sandro Barbosa de Oliveira

Sheyla Melo

Shisleni Oliveira-Macedo

Weber Lopes Goes

Estudantes

Amanda da Silva Jesus

Arisleni Diana Santos

Bárbara Souza Lima

Douglas Nunes

Edgar Pio

Felipe Toledo Duarte

Jhonatan Souto

Larissa Cordeiro

Marina Gonçalves de Oliveira

Matheus de Carlos Silva Oliveira

Sofia da Silva Fernandes

Tamires Batista de Souza

Washington Douglas Nunes Lira

Coordenador de Projetos Fundação Rosa Luxemburgo

Jorge Pereira Filho

